

**Almacenes Éxito S.A.**

**Demonstrações contábeis consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

**Almacenes Éxito S.A.****Demonstrações contábeis consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Página

|   |    |
|---|----|
| Certificação pelo Representante Legal e Contador Chefe da Controladora  | 4  |
| Demonstrações consolidadas da posição financeira  | 5  |
| Demonstrações consolidadas dos resultados   | 6  |
| Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes  | 7  |
| Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa  | 8  |
| Demonstrações consolidadas das mudanças no patrimônio líquido   | 9  |
| Nota 1. Informações gerais  | 10 |
| Nota 1.1. Participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias               | 10 |
| Nota 1.2. Subsidiárias operacionais colombianas e estrangeiras  | 12 |
| Nota 1.3. Subsidiárias com interesses não-controladores materiais   | 15 |
| Nota 1.4. Restrições sobre a transferência de fundos  | 17 |
| Nota 2. Fundamento para elaboração  | 17 |
| Nota 3. Fundamento para consolidação  | 19 |
| Nota 4. Políticas contábeis significativas  | 20 |
| Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas   | 34 |
| Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019   | 34 |
| Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019  | 34 |
| Nota 5.3. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019                               | 34 |
| Nota 5.4. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019                            | 34 |
| Nota 5.5. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018   | 35 |
| Nota 5.6. Normas aplicadas a partir de 2018, emitidas antes de 1º de janeiro de 2018  | 35 |
| Nota 5.7. Normas adotadas anteriormente durante o período anual findo em 31 de dezembro de 2018                                   | 37 |
| Nota 5.8. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018, emitidas antes de 1º de janeiro de 2018                            | 37 |
| Nota 6. Combinação de negócios  | 39 |
| Nota 6.1. Combinação de negócios realizada durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019                            | 39 |
| Nota 6.1.1. Combinação de negócios Ardal S.A.   | 39 |
| Nota 6.2. Combinação de negócios concluída durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019                            | 39 |
| Nota 6.3. Combinação de negócios realizada e concluída durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018                          | 39 |
| Nota 6.3.1. Combinação de negócios Tipsel S.A.  | 39 |
| Nota 6.3.2. Combinação de negócios Tedocan S.A.   | 40 |
| Nota 6.4. Combinação de negócios realizada durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018                                      | 40 |
| Nota 6.4.1. Combinação de negócios Cheftime   | 40 |
| Nota 6.4.2. Combinação de negócios James Delivery   | 41 |
| Nota 7. Capital circulante líquido  | 41 |
| Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber   | 42 |
| Nota 8.1. Créditos comerciais   | 42 |
| Nota 8.2. Outras contas a receber   | 43 |
| Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificados como correntes e não correntes                              | 43 |
| Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento  | 44 |
| Nota 9. Despesas pagas antecipadamente  | 44 |
| Nota 10. Contas a receber e outros ativos não financeiros com partes relacionadas   | 45 |
| Nota 11. Estoques líquidos e custo de vendas  | 45 |
| Nota 11.1. Estoques líquidos  | 45 |
| Nota 11.2. Custo de vendas  | 46 |
| Nota 12. Outros ativos financeiros  | 47 |
| Nota 13. Ativo imobilizado líquido  | 49 |
| Nota 14. Propriedade de investimento líquida  | 51 |
| Nota 15. Direitos de uso líquidos   | 52 |
| Nota 16. Ágio   | 53 |
| Nota 17. Outros ativos intangíveis líquidos, além do ágio   | 55 |
| Nota 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial   | 57 |
| Nota 18.1. Informações não financeiras relativas à conta de investimentos para a utilização do método de equivalência patrimonial | 57 |
| Nota 18.2. Informações financeiras relativas aos investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial             | 57 |
| Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial                          | 58 |
| Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial                          | 58 |
| Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros   | 59 |
| Nota 20. Passivos financeiros   | 59 |
| Nota 20.1. Compromissos assumidos no âmbito de contratos de crédito (obrigações financeiras)                                      | 60 |
| Nota 20.2. Obrigações assumidas no âmbito de contratos de crédito (obrigações financeiras)  | 60 |
| Nota 20.3. Dívida financeira líquida  | 61 |
| Nota 21. Benefícios para empregados   | 62 |
| Nota 21.1. Planos de benefícios definidos   | 62 |
| Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo  | 64 |
| Nota 22. Outras provisões   | 66 |

|  | Página |
|--|--------|
| Nota 22.1. Outras provisões classificadas como correntes e não correntes   | 68     |
| Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões  | 69     |
| Nota 23. Contas a pagar a partes relacionadas  | 69     |
| Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar  | 70     |
| Nota 25. Passivo de arrendamento   | 70     |
| Nota 26. Imposto de renda  | 71     |
| Nota 26.1. Regulamentação tributária aplicável à Controladora e a suas subsidiárias colombianas  | 71     |
| Nota 26.2. Regulamentação tributária aplicável às subsidiárias estrangeiras  | 74     |
| Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais correntes   | 75     |
| Nota 26.4. Imposto de renda  | 77     |
| Nota 26.5. Imposto diferido  | 79     |
| Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda  | 81     |
| Nota 26.7. Ativos e passivos fiscais não circulantes   | 81     |
| Nota 27. Outros passivos financeiros   | 81     |
| Nota 28. Outros passivos não financeiros   | 83     |
| Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e ágio na emissão de ações  | 84     |
| Nota 30. Reservas, Lucros retidos e outro resultado abrangente   | 84     |
| Nota 31. Receita de atividades ordinárias segundos contratos com clientes  | 85     |
| Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas   | 86     |
| Nota 33. Despesas com benefícios aos funcionários  | 87     |
| Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos  | 88     |
| Nota 35. Receitas e despesas financeiras   | 89     |
| Nota 36. Participação do resultado em coligadas e joint ventures que são contabilizadas usando o método de equivalência patrimonial  | 90     |
| Nota 37. Lucro por ação  | 90     |
| Nota 38. Operações com partes relacionadas   | 91     |
| Nota 38.1. Remuneração do pessoal chave da administração   | 91     |
| Nota 38.2. Operações com partes relacionadas   | 92     |
| Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável de ativos  | 92     |
| Nota 39.1. Ativos financeiros  | 92     |
| Nota 39.2. Ativos não financeiros  | 92     |
| Nota 40. Mensuração de justo valor   | 94     |
| Nota 41. Ativos e passivos contingentes  | 99     |
| Nota 41.1. Ativos contingentes   | 99     |
| Nota 41.2. Passivos contingentes   | 99     |
| Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros  | 100    |
| Nota 43. Dividendos declarados e pagos   | 100    |
| Nota 44. Locações  | 101    |
| Nota 44.1. Passivos financeiros onde a Controladora e suas subsidiárias são as locatárias  | 101    |
| Nota 44.2. Locações operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são as locatárias   | 101    |
| Nota 44.3. Locações operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são os arrendadores   | 102    |
| Nota 45. Sazonalidade das operações  | 102    |
| Nota 46. Informações sobre segmentos operacionais  | 102    |
| Nota 47. Política de gerenciamento de risco financeiro   | 103    |
| Nota 48. Ativo não circulante e passivos detidos para negociação e operações descontinuadas  | 108    |
| Nota 48.1. Via Varejo S.A.   | 109    |
| Nota 48.2. Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.  | 110    |
| Nota 48.3. Gemex O & W S.A.S.  | 111    |
| Nota 49. Fatos e circunstâncias que estendem o período previsto para a venda de ativo imobilizado e propriedades de investimento mantidas para negociação durante mais de um ano | 112    |
| Nota 50. Fatos relevantes  | 113    |
| Nota 51. Eventos após o período de relatório   | 116    |
| Nota 52. Informações relativas à adoção da IFRS 16   | 116    |

**Almacenes Éxito S.A.**

**Certificação pelo Representante Legal e Contador Chefe da Controladora**

Envigado, 17 de fevereiro de 2020

Nós, abaixo assinados Representante Legal e Contador Chefe da Almacenes Éxito S.A., Controladora, cada um de nós devidamente autorizado e sob cuja responsabilidade foram elaboradas as demonstrações contábeis anexas, certificamos que em relação às demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as seguintes afirmações nelas contidas foram verificadas antes de disponibilizá-las a você e a terceiros:

1. Todos os ativos e passivos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas existem, e todas as operações incluídas em tais demonstrações contábeis consolidadas foram realizadas durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.
2. Todos os eventos econômicos alcançados pela Controladora e suas subsidiárias durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas.
3. Os ativos representam prováveis benefícios econômicos futuros (direitos) e os passivos representam prováveis sacrifícios econômicos futuros (obrigações) obtidos pela Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ou a seu cargo.
4. Todos os itens foram reconhecidos com valores apropriados.
5. Todos os eventos econômicos que afetam a Controladora e suas subsidiárias foram devidamente classificados, descritos e divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Certificamos as afirmações acima conforme a subseção 37 da Lei 222 de 1995.

Além disso, os representantes legais abaixo assinados da Almacenes Éxito S.A., empresa Controladora, certificam que as demonstrações contábeis consolidadas e as operações da Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 estão livres de falhas, imprecisões ou declarações errôneas que impeçam os usuários de ter uma visão verdadeira de sua posição financeira.

Esta certificação é emitida de acordo com o artigo 46 da Lei 964 de 2005.



Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora



Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T

**Almacenes Éxito S.A.**

**Demonstrações consolidadas da posição financeira**


Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)


|  | Notas | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 (1) | 31 de dezembro<br>de 2017 (2) |
|--|-------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <b>Ativo circulante</b>  |       |                           |                               |                               |
| Capital circulante líquido   | 7     | 2.562.674                 | 5.973.680                     | 5.281.618                     |
| Créditos comerciais e outras contas a receber                        | 8     | 379.921                   | 1.000.267                     | 1.172.380                     |
| Despesas pagas antecipadamente                                       | 9     | 43.351                    | 143.889                       | 132.430                       |
| Contas a receber de partes relacionadas                              | 10    | 55.044                    | 131.720                       | 230.690                       |
| Estoques   | 11    | 1.900.660                 | 6.720.396                     | 5.912.514                     |
| Outros ativos financeiros  | 12    | 43.237                    | 141.214                       | 11.588                        |
| Ativos fiscais   | 26    | 333.850                   | 724.290                       | 722.658                       |
| Ativo não circulante mantido para negociação                         | 48    | 37.928                    | 23.572.841                    | 23.642.095                    |
| <b>Total do ativo circulante</b>                                     |       | <b>5.356.665</b>          | <b>38.408.297</b>             | <b>37.105.973</b>             |
| <b>Ativo não circulante</b>  |       |                           |                               |                               |
| Créditos comerciais e outras contas a receber                        | 8     | 34.310                    | 135.284                       | 667.920                       |
| Despesas pagas antecipadamente                                       | 9     | 9.631                     | 14.751                        | 13.463                        |
| Contas a receber de partes relacionadas                              | 10    | -                         | 28.316                        | 22.483                        |
| Outros ativos não financeiros com partes relacionadas                | 10    | 15.000                    | -                             | 30.000                        |
| Outros ativos financeiros  | 12    | 48.329                    | 754.065                       | 767.772                       |
| Ativo imobilizado líquido  | 13    | 3.845.092                 | 12.317.515                    | 12.486.938                    |
| Propriedade de investimento líquida                                  | 14    | 1.626.220                 | 1.633.625                     | 1.496.873                     |
| Direitos de uso líquidos   | 15    | 1.303.648                 | 5.141.400                     | 4.692.922                     |
| Ágio   | 16    | 2.929.751                 | 5.436.868                     | 5.559.953                     |
| Ativos intangíveis líquidos, além do Ágio                            | 17    | 304.215                   | 5.199.801                     | 5.502.689                     |
| Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | 18    | 210.487                   | 804.400                       | 811.504                       |
| Ativos fiscais   | 26    | -                         | 2.302.451                     | 1.575.743                     |
| Ativos fiscais diferidos   | 26    | 177.269                   | 133.991                       | 2.105.550                     |
| Outros ativos não financeiros  |       | 398                       | 398                           | 398                           |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                                 |       | <b>10.504.350</b>         | <b>33.902.865</b>             | <b>35.734.208</b>             |
| <b>Total do ativo</b>  |       | <b>15.861.015</b>         | <b>72.311.162</b>             | <b>72.840.181</b>             |
| <b>Passivo circulante</b>  |       |                           |                               |                               |
| Passivos financeiros   | 20    | 616.822                   | 2.291.116                     | 1.861.062                     |
| Benefícios para os empregados  | 21    | 2.978                     | 3.657                         | 3.464                         |
| Outras provisões   | 22    | 14.420                    | 36.997                        | 29.329                        |
| Contas a pagar a partes relacionadas                                 | 23    | 80.995                    | 236.698                       | 212.656                       |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar                           | 24    | 4.662.801                 | 13.117.074                    | 12.565.146                    |
| Passivos de arrendamento   | 25    | 222.177                   | 858.349                       | 785.444                       |
| Passivos fiscais   | 26    | 72.910                    | 298.699                       | 289.376                       |
| Outros passivos financeiros  | 27    | 114.871                   | 1.037.191                     | 645.363                       |
| Outros passivos não financeiros                                      | 28    | 118.240                   | 338.735                       | 275.210                       |
| Passivo não circulante mantido para negociação                       | 48    | -                         | 19.618.293                    | 19.550.480                    |
| <b>Total do passivo circulante</b>                                   |       | <b>5.906.214</b>          | <b>37.836.809</b>             | <b>36.217.530</b>             |
| <b>Passivo não circulante</b>  |       |                           |                               |                               |
| Passivos financeiros   | 20    | 43.531                    | 4.633.554                     | 3.940.584                     |
| Benefícios para os empregados  | 21    | 20.920                    | 27.680                        | 28.538                        |
| Outras provisões   | 22    | 18.998                    | 2.330.648                     | 2.457.220                     |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar                           | 24    | 114                       | 40.720                        | 47.831                        |
| Passivos de arrendamento   | 25    | 1.308.054                 | 4.577.359                     | 4.650.359                     |
| Passivos fiscais diferidos   | 26    | 116.503                   | 1.409.857                     | 3.456.966                     |
| Passivos fiscais   | 26    | 800                       | 397.014                       | 521.870                       |
| Outros passivos financeiros  | 27    | 370                       | 2.583.089                     | 2.302.008                     |
| Outros passivos não financeiros                                      | 28    | 669                       | 11.963                        | 51.761                        |
| <b>Total do passivo não circulante</b>                               |       | <b>1.509.959</b>          | <b>16.011.884</b>             | <b>17.457.137</b>             |
| <b>Total do passivo</b>  |       | <b>7.416.173</b>          | <b>53.848.693</b>             | <b>53.674.667</b>             |
| <b>Patrimônio líquido, consulte a demonstração anexa</b>             |       | <b>8.444.842</b>          | <b>18.462.469</b>             | <b>19.165.514</b>             |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>                         |       | <b>15.861.015</b>         | <b>72.311.162</b>             | <b>72.840.181</b>             |


(1) Os valores incluem o efeito dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. Consulte a Nota 52 para um detalhe dos ajustes aplicados e a comparação com a demonstração da posição financeira apresentada com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018.

(a) Valores demonstrados para cumprir as exigências da IAS 1 com relação à adoção retrospectiva de uma nova política contábil.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

  
Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

  
Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

  
Angela Jaimes Delgado  
Auditor Estatutário da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Nomeado por Ernst and Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório em anexo, datado de 17 de fevereiro de 2020)

**Almacenes Éxito S.A.**

**Demonstrações consolidadas dos resultados**

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

|   | Notas | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 (1) (2) (3) |
|---|-------|---|---|
| <b>Operações contínuas</b>  |       |   |   |
| Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes   | 31    | 15.293.083                                  | 14.870.027  |
| Custo das vendas  | 11    | (11.338.977)                                | (10.989.579)  |
| <b>Lucro bruto</b>  |       | <b>3.954.106</b>                            | <b>3.880.448</b>  |
| Despesas de distribuição  | 32    | (1.673.462)                                 | (1.660.580)   |
| Despesas administrativas e de vendas  | 32    | (329.244)                                   | (281.546)   |
| Despesas com benefícios aos empregados  | 33    | (1.232.813)                                 | (1.243.510)   |
| Outras receitas operacionais  | 34    | 54.342                                      | 30.673  |
| Outras despesas operacionais  | 34    | (85.428)                                    | (66.634)  |
| Outras (perdas) líquidas  | 34    | (13.314)                                    | (4.156)   |
| <b>Lucro das atividades operacionais</b>  |       | <b>674.187</b>                              | <b>654.695</b>  |
| Receita financeira  | 35    | 634.863                                     | 296.982   |
| Despesas financeiras  | 35    | (1.127.793)                                 | (850.074)   |
| Participação dos lucros em coligadas e joint ventures contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. | 36    | (10.123)                                    | 40.516  |
| <b>Lucro das operações contínuas antes do imposto de renda</b>  |       | <b>171.134</b>                              | <b>142.119</b>  |
| Despesas tributárias  | 26    | (23.296)                                    | 55.799  |
| <b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>  |       | <b>147.838</b>                              | <b>197.918</b>  |
| Lucro líquido do período de operações descontinuadas  | 48    | 774.838                                     | 1.014.764   |
| <b>Lucro líquido do período</b>   |       | <b>922.676</b>                              | <b>1.212.682</b>  |
| <b>O lucro é atribuível a:</b>  |       |   |   |
| <b>Lucro atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>   |       | <b>57.602</b>                               | <b>253.168</b>  |
| Lucro atribuível a participações não-controladoras  |       | 865.074                                     | 959.514   |
| <b>Lucro por ação (*)</b>   |       |   |   |
| <b>Lucro por ação básica (*):</b>   |       |   |   |
| Lucro básico por ação atribuíveis aos acionistas da entidade controladora                                     | 37    | 128,69                                      | 565,61  |
| Lucro por ação básica das operações contínuas atribuível aos acionistas da entidade controladora              | 37    | 85,80                                       | 231,32  |
| Lucro por ação básica de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da entidade controladora          | 37    | 42,89                                       | 334,29  |
| <b>Lucro por ação diluída (*):</b>  |       |   |   |
| Lucro diluído por ação atribuível aos acionistas da entidade controladora                                     | 37    | 128,69                                      | 565,61  |
| Lucro por ação diluído das operações contínuas atribuível aos acionistas da entidade controladora             | 37    | 85,80                                       | 231,32  |
| Lucro por ação diluído de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da entidade controladora         | 37    | 42,89                                       | 334,29  |

(1) Os valores incluem o efeito dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. Consulte a Nota 52 para um detalhe dos ajustes aplicados e a comparação com a demonstração de resultados apresentada com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018.


(2) Para comparação com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018 incluem certas reclassificações em despesas com benefícios a empregados, despesas de distribuição e custo de vendas. Consulte a Nota 11, Nota 32 e Nota 33 para os valores reclassificados.


(3) Os valores incluem o efeito da reclassificação das receitas, custos e despesas das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A., Wilkes Participações S.A. e Gemex O & W S.A.S. para ganhos líquidos no período de operações descontinuadas, para fins de comparação com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2019. Veja a Nota 48.2 para um detalhe dos resultados dessas subsidiárias.

(\*) Valores expressos em pesos colombianos.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

  
Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

  
Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

  
Ángela Jaimes Delgado  
Auditor Estatutário da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Nomeado por Ernst and Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório em anexo, datado de 17 de fevereiro de 2020)

**Almacenes Éxito S.A.****Demonstrações consolidadas do resultado abrangente**


Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)


|  | Notas | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|--|-------|---|---|
| <b>Lucro líquido do período</b>  |       | <b>922.676</b>                              | <b>1.212.682</b>                                |
| <b>Outro resultado abrangente para o período</b>   |       |   |   |
| <b>Componentes de outro resultado abrangente que não serão reclassificados aos resultados do período, líquidos de impostos</b>   |       |   |   |
| (Perda) a partir de novas mensurações de planos de benefícios definidos  |       | (267)                                       | (351)   |
| (Perda) de investimentos em instrumentos de capital  |       | (6.003)                                     | (104.756)                                       |
| <b>Total de outro resultado abrangente que não será reclassificado aos resultados do período, líquido de impostos</b>  |       | <b>(6.270)</b>                              | <b>(105.107)</b>                                |
| <b>Componentes de outro resultado abrangente que serão reclassificados aos resultados do período, líquidos de impostos</b>   |       |   |   |
| (Perda) de diferenças de câmbio de conversão   | 30    | (508.534)                                   | (1.365.493)                                     |
| (Perda) de hedges investimentos no exterior  | 30    | (1.459)                                     | -   |
| Ganho com a cobertura dos fluxos de caixa  | 30    | 3.827                                       | 9.052   |
| Participação de outro resultado abrangente de coligadas e joint ventures contabilizada pelo método de equivalência patrimonial que será reclassificada aos resultados do período | 30    | 41.486                                      | (66.463)  |
| <b>Total de outro resultado abrangente que será reclassificado aos resultados do período, líquido de impostos</b>  |       | <b>(464.680)</b>                            | <b>(1.422.904)</b>                              |
| <b>Total de outro resultado abrangente</b>   |       | <b>(470.950)</b>                            | <b>(1.528.011)</b>                              |
| <b>Total do resultado abrangente</b>   |       | <b>451.726</b>                              | <b>(315.329)</b>                                |
| <b>O lucro é atribuível a:</b>   |       |   |   |
| <b>(Perda) atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>  |       | <b>(307.135)</b>                            | <b>(400.938)</b>                                |
| Lucro atribuível a participações não controladoras   |       | 758.861                                     | 85.609  |
| <b>Lucro por ação (*)</b>  |       |   |   |
| <b>Lucro por ação básica (*):</b>  |       |   |   |
| (Perda) por ação básica de operações contínuas   | 37    | (686,17)                                    | (895,74)  |
| <b>Lucro por ação diluído (*):</b>   |       |   |   |
| (Perda) por ação diluído de operações contínuas  | 37    | (686,17)                                    | (895,74)  |


(1) Os valores incluem o efeito dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. Veja a Nota 52 para uma comparação com a demonstração de resultado abrangente apresentada nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018.

(\*) Valores expressos em pesos colombianos.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

  
Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)

  
Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)

  
Ángela Jaimes Delgado  
Auditor Estatutário da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Nomeado por Ernst and Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório em anexo, datado de 17 de fevereiro de 2020)

## Almacenes Éxito S.A.

### Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|--|---|---|
| <b>Fluxos de caixa gerados por atividades operacionais</b>   |   |   |
| <b>Lucro líquido para o período</b>  | <b>922.676</b>                              | <b>1.212.682</b>                                |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro para o período</b>   |   |   |
| Imposto de renda corrente  | 76.257                                      | 96.596  |
| Imposto de renda diferido  | (52.961)                                    | (152.395)                                       |
| Custos financeiros   | 735.698                                     | 962.560   |
| Perda por redução ao valor recuperável de créditos   | 267.682                                     | 528.195   |
| Estorno da perda por redução ao valor recuperável de créditos  | (276.027)                                   | (17.784)  |
| Perda por redução ao valor recuperável dos estoques  | 3.690                                       | 1.552   |
| Estorno da perda por redução ao valor recuperável de estoque   | (4.906)                                     | (4.668)   |
| Perda por redução ao valor recuperável   | 6.768                                       | (2.386)   |
| Provisões de benefícios aos empregados   | 2.183                                       | 2.452   |
| Outras provisões   | 682.227                                     | 1.554.487                                       |
| Estorno de outras provisões  | (439.390)                                   | (851.269)                                       |
| Despesas de depreciação de ativo imobilizado, direitos de uso e propriedade de investimento                            | 1.373.262                                   | 1.387.176                                       |
| Despesa de amortização de ativos intangíveis   | 103.143                                     | 146.482   |
| (Ganho) perda com a aplicação do método de equivalência patrimonial  | 20.315                                      | 44.505  |
| (Perda) ganho com a alienação de ativos não circulantes  | 10,123                                      | (40.516)  |
| Imposto de renda diferido  | 9,762                                       | (5.456)   |
| Ganho líquido com a alienação de operações descontinuadas  | (489.320)                                   | -   |
| Outros ajustes para conciliar o resultado do período em operações descontinuadas                                       | (165.302)                                   | -   |
| Outros ajustes cujos efeitos sobre o caixa são fluxos de caixa gerados por atividades de investimento ou financiamento | (463.895)                                   | (279.115)                                       |
| <b>Lucro operacional antes das variações no capital de giro</b>  | <b>2.321.985</b>                            | <b>4.583.098</b>                                |
| Diminuição (aumento) de créditos comerciais e outras contas a receber  | 2.627.171                                   | (782.859)                                       |
| (Aumento) das despesas pagas antecipadamente   | (52.628)                                    | (20.730)  |
| Diminuição dos créditos de partes relacionadas   | 54.876                                      | 106.211   |
| (Aumento) dos estoques   | (319.404)                                   | (1.056.576)                                     |
| (Aumento) dos ativos fiscais   | (530.150)                                   | (1.207.119)                                     |
| (Diminuição) dos benefícios aos empregados   | (10.005)                                    | (3.420)   |
| (Diminuição) em outras provisões   | (383.259)                                   | (887.287)                                       |
| (Diminuição) aumento nos débitos comerciais e outras contas a pagar  | (1.773.654)                                 | 901.998   |
| (Diminuição) aumento das contas a pagar a partes relacionadas  | (1.664)                                     | 9.140   |
| (Diminuição) dos passivos fiscais  | (38.226)                                    | (94.531)  |
| (Diminuição) do aumento de outros passivos não financeiros   | (89.652)                                    | 35.869  |
| (Aumento) em ativo não circulante mantido para negociação  | -   | 57.401  |
| (Diminuição) do aumento do passivo não circulante mantido para negociação  | (2.267.707)                                 | 1.529.302                                       |
| <b>Fluxos de caixa líquidos (usados) gerados por atividades operacionais</b>   | <b>(462.317)</b>                            | <b>3.170.497</b>                                |
| <b>Fluxos de caixa gerados por atividades de investimento</b>  |   |   |
| Fluxos de caixa líquidos decorrentes da perda de controle sobre as subsidiárias ou outras atividades                   | (4.608.124)                                 | 13.825  |
| Fluxos de caixa usados para obter o controle de subsidiárias ou outras atividades                                      | (1.619)                                     | (2.480)   |
| Fluxos de caixa usados para manter o controle conjunto em joint ventures   | (26.309)                                    | (5.106)   |
| Aquisição do ativo imobilizado   | (1.831.459)                                 | (2.437.741)                                     |
| Aquisição de propriedade de investimento   | (52.929)                                    | (150.801)                                       |
| Aquisição de ativos intangíveis  | (220.923)                                   | (464.436)                                       |
| Receita da venda do ativo imobilizado  | 6.584                                       | 383.302   |
| Receita da venda de ativos intangíveis   | -   | 35  |
| <b>Fluxos de caixa líquidos (usados em) atividades de investimento</b>   | <b>(6.734.779)</b>                          | <b>(2.663.402)</b>                              |
| <b>Fluxos de caixa gerados por atividades de financiamento</b>   |   |   |
| Fluxos de caixa proporcionados por mudanças de participação em subsidiárias que não resultam em perda de controle      | 14.597                                      | 279.225   |
| (Aumento) em outros ativos financeiros   | (109.115)                                   | (164.857)                                       |
| Aumento de outros passivos financeiros   | 8.187.196                                   | 854.348   |
| (Diminuição) aumento dos passivos financeiros  | (3.616.268)                                 | 1.124.124                                       |
| (Diminuição) em passivos financeiros em contratos de arrendamento  | (3.303)                                     | (1.974)   |
| Dividendos pagos   | (202.168)                                   | (310.726)                                       |
| Rendimentos financeiros  | 463.268                                     | 307.215   |
| Juros pagos  | (755.189)                                   | (981.726)                                       |
| Operações com entidades não controladoras  | (42.075)                                    | (690.981)                                       |
| Outras entradas de caixa   | 40.837                                      | 156   |
| <b>Fluxos de caixa líquidos gerados por atividades de financiamento</b>  | <b>3.977.780</b>                            | <b>414.804</b>                                  |
| <b>Aumento (diminuição) líquido do capital circulante líquido</b>  | <b>(3.219.316)</b>                          | <b>921.899</b>                                  |
| <b>Efeitos da variação das taxas de câmbio</b>   | <b>(191.690)</b>                            | <b>(229.837)</b>                                |
| <b>Capital circulante líquido no início do período</b>   | <b>5.973.680</b>                            | <b>5.281.618</b>                                |
| <b>Capital circulante líquido no fim do período</b>  | <b>2.562.674</b>                            | <b>5.973.680</b>                                |

(1) Os valores apresentados incluem o efeito dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019.



Carlos Mario Giraldo Moreno  
Representante Legal da Controladora  
(Consulte certificado anexo)



Jorge Nelson Ortiz Chica  
Contador Chefe da Controladora  
Carteira Profissional 67018-T  
(Consulte certificado anexo)



Ángela Jaimes Delgado  
Auditor Estatutário da Controladora  
Carteira Profissional 62183-T  
Nomeado por Ernst and Young Audit S.A.S. TR-530  
(Consulte relatório em anexo, datado de 17 de fevereiro de 2020)



**Almacenes Éxito S.A.**

**Demonstrações consolidadas das mutações no patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhões de pesos colombianos)

|  | Capital social emitido | Agio sobre a emissão de ações | Ações em tesouraria readquiridas | Reserva Legal | Reserva ocasional | Resquisição de ações | Dividendos futuros | Outras reservas | Total de reservas | Outro resultado abrangente acumulado | Lucro acumulado  | Outro componente de capital | Patrimônio total da entidade controladora | Mudanças em participações não controladoras | Total do patrimônio líquido |
|--|------------------------|-------------------------------|----------------------------------|---------------|-------------------|----------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------------------------|------------------|-----------------------------|---|---|-----------------------------|
|  | Nota 29                | Nota 29                       | Nota 29                          | Nota 30       | Nota 30           | Nota 30              | Nota 30            | Nota 30         | Nota 30           | Nota 30                              | Nota 30          | Nota 30                     | Nota 30                                   | Nota 30                                     | Nota 30                     |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>   | <b>4.482</b>           | <b>4.843.466</b>              | <b>(2.734)</b>                   | <b>7.857</b>  | <b>1.665.209</b>  | <b>22.000</b>        | <b>15.710</b>      | <b>9.662</b>    | <b>1.720.438</b>  | <b>(50.269)</b>                      | <b>1.095.361</b> | <b>10.873</b>               | <b>7.621.617</b>                          | <b>11.543.897</b>                           | <b>19.165.514</b>           |
| Dividendos em dinheiro declarados  | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | (108.857)        | -                           | (108.857)                                 | (204.670)                                   | (313.527)                   |
| Lucro líquido para o período   | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | 253.168          | -                           | 253.168                                   | 959.514                                     | 1.212.682                   |
| Outro resultado abrangente   | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | (654.106)                            | -                | -                           | (654.106)                                 | (873.905)                                   | (1.528.011)                 |
| Alocação das reservas  | -                      | -                             | -                                | -             | 108.856           | -                    | -                  | -               | 108.856           | -                                    | (108.856)        | -                           | -   | -   | -                           |
| Aumento das mudanças na propriedade das subsidiárias que não resultam em perda de controle                                     | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | (74.822)                    | (74.822)                                  | 350.331                                     | 275.509                     |
| Aumento de outras contribuições de interesses não-controladores  | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | -                           | -   | 1.483                                       | 1.483                       |
| (Diminuição) de outras distribuições para participações não controladoras  | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | -                           | -   | (692.464)                                   | (692.464)                   |
| Mensuração da opção de venda pelo justo valor  | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | -                           | -   | 22.791                                      | 22.791                      |
| Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido  | -                      | -                             | -                                | -             | (1.494)           | -                    | -                  | 15.750          | 14.256            | -                                    | (130.161)        | 490.120                     | 374.215                                   | (55.723)                                    | 318.492                     |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (1)</b>   | <b>4.482</b>           | <b>4.843.466</b>              | <b>(2.734)</b>                   | <b>7.857</b>  | <b>1.772.571</b>  | <b>22.000</b>        | <b>15.710</b>      | <b>25.412</b>   | <b>1.843.550</b>  | <b>(704.375)</b>                     | <b>1.000.655</b> | <b>426.171</b>              | <b>7.411.215</b>                          | <b>11.051.254</b>                           | <b>18.462.469</b>           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (1)</b>   | <b>4.482</b>           | <b>4.843.466</b>              | <b>(2.734)</b>                   | <b>7.857</b>  | <b>1.772.571</b>  | <b>22.000</b>        | <b>15.710</b>      | <b>25.412</b>   | <b>1.843.550</b>  | <b>(704.375)</b>                     | <b>1.000.655</b> | <b>426.171</b>              | <b>7.411.215</b>                          | <b>11.051.254</b>                           | <b>18.462.469</b>           |
| Dividendo em dinheiro declarados   | -                      | -                             | -                                | -             | (139.706)         | -                    | -                  | -               | (139.706)         | -                                    | -                | -                           | (139.706)                                 | (151.875)                                   | (291.581)                   |
| Lucro líquido para o período   | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | 57.602           | -                           | 57.602                                    | 865.074                                     | 922.676                     |
| Outro resultado abrangente   | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | (364.737)                            | -                | -                           | (364.737)                                 | (106.213)                                   | (470.950)                   |
| Alocação das reservas  | -                      | -                             | -                                | -             | 139.701           | -                    | 139.702            | -               | 279.403           | -                                    | (279.403)        | -                           | -   | -   | -                           |
| (Diminuição) da venda da Via Varejo S.A., Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | -                           | -   | (10.411.214)                                | (10.411.214)                |
| Aumento das mudanças na propriedade de subsidiárias que não resultam em perda de controle                                      | -                      | -                             | -                                | -             | -                 | -                    | -                  | -               | -                 | -                                    | -                | (7.649)                     | (7.649)                                   | (39.831)                                    | (47.480)                    |
| Outros desenvolvimentos no patrimônio líquido (2)  | -                      | -                             | -                                | -             | (1.544)           | -                    | -                  | 173.868         | 172.324           | -                                    | (160.823)        | 228.302                     | 239.803                                   | 41.119                                      | 280.922                     |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>   | <b>4.482</b>           | <b>4.843.466</b>              | <b>(2.734)</b>                   | <b>7.857</b>  | <b>1.771.022</b>  | <b>22.000</b>        | <b>155.412</b>     | <b>199.280</b>  | <b>2.155.571</b>  | <b>(1.069.112)</b>                   | <b>618.031</b>   | <b>646.824</b>              | <b>7.196.528</b>                          | <b>1.248.314</b>                            | <b>8.444.842</b>            |

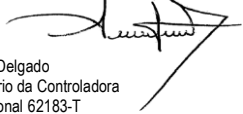
(1) Os valores apresentados incluem o efeito dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. Consulte a Nota 52 para um detalhe dos ajustes aplicados ao ativo, passivo e resultado, e a comparação com a demonstração da posição financeira e a demonstração do resultado apresentada com as demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018.

(2) Outros componentes do patrimônio líquido incluem \$265.691 relevantes ao método de equivalência patrimonial sobre o efeito inflacionário da subsidiária Libertad S.A. Lucros acumulados e Outras reservas incluem \$168.371 (compensados entre si) relevantes ao método de equivalência patrimonial sobre a apropriação de resultados da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A. e de suas subsidiárias.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

  
 Carlos Mario Giraldo Moreno  
 Representante Legal da Controladora  
 (Consulte certificado anexo)

  
 Jorge Nelson Ortiz Chica  
 Contador Chefe da Controladora  
 Carteira Profissional 67018-T  
 (Consulte certificado anexo)

  
 Ángela Jaimes Delgado  
 Auditor Estatutário da Controladora  
 Carteira Profissional 62183-T  
 Nomeado por Ernst and Young Audit S.A.S. TR-530  
 (Consulte relatório em anexo, datado de 17 de fevereiro de 2020)

## Nota 1. Informações Gerais

A Almacenes Éxito S.A. (doravante denominada "Controladora"), foi constituída de acordo com as leis colombianas em 24 de março de 1950; Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. A Controladora terá prazo de duração até 31 de dezembro de 2050.

A Controladora está listada na Bolsa de Valores da Colômbia (BVC) desde 1994 e está sob o controle da Superintendência Financeira da Colômbia.

O Conselho de Administração da Controladora autorizou a emissão de demonstrações contábeis consolidadas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, conforme consignado na ata de tal órgão societário datada de 17 de fevereiro de 2020 e 28 de fevereiro de 2019, respectivamente.

O principal objeto social da Controladora é:

- Adquirir, armazenar, transformar e, em geral, distribuir e vender sob qualquer figura comercial, incluindo financiamento, todos os tipos de bens e produtos, produzidos localmente ou no exterior, no atacado ou no varejo, fisicamente ou on-line.
- Fornecer serviços suplementares, ou seja, conceder facilidades de crédito para aquisição de bens, conceder cobertura de seguro, realizar transferências e remessas de dinheiro, fornecer serviços de telefonia móvel, comercializar pacotes turísticos e bilhetes, reparar e manter móveis, preencher papelada completa.
- Dar ou receber em locações arrendadas, receber em locação ou sob ocupação, espaços ou pontos de venda ou comércio dentro de seus estabelecimentos comerciais destinados à exploração de negócios de distribuição de bens ou produtos, e a prestação de serviços auxiliares.
- Incorporar, financiar ou promover com outras pessoas físicas ou jurídicas, empresas ou negócios destinados à fabricação de objetos, bens, artigos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais.
- Adquirir propriedade, construir instalações comerciais destinadas ao estabelecimento de lojas, shoppings ou outros locais adequados para a distribuição de mercadorias, sem prejuízo da possibilidade de alienação de pisos inteiros ou instalações comerciais, dar-lhes em locação ou utilizá-los de qualquer forma conveniente com uma abordagem racional de exploração do terreno, bem como investir em propriedade, promover e desenvolver todos os tipos de projetos imobiliários.
- Investir recursos para adquirir ações, títulos, papéis comerciais e outros títulos de livre circulação no mercado para aproveitar os incentivos fiscais estabelecidos por lei, bem como fazer investimentos temporários em títulos altamente líquidos com o objetivo de exploração produtiva a curto prazo; celebrar acordos firmes de factoring usando seus próprios recursos; onerar seus bens móveis ou imóveis e celebrar operações financeiras que lhe permitam adquirir fundos ou outros ativos.
- Na qualidade de atacadista e varejista, distribuir combustíveis líquidos à base de petróleo através de estações de serviço, álcoois, biocombustíveis, gás natural para veículos e quaisquer outros combustíveis utilizados nos setores automotivo, industrial, fluvial, marítimo e de transporte aéreo, de todos os tipos.

Em 31 de dezembro de 2019, a entidade controladora final da Sociedade é a Sendas Distribuidora S.A., subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. Esta situação de controle decorre do cumprimento da oferta pública de aquisição apresentada em 24 de julho de 2019 e aceita pelos acionistas em 27 de novembro de 2019. Como resultado desta aceitação, a entidade controladora tem uma participação de 96,57% no capital social da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2018, a entidade controladora era a Cassino Guichard Perrachon S.A. e a situação de controle foi registrada na Câmara de Comércio Aburrá Sur. A entidade controladora tinha uma participação de 55,30% no capital social da Sociedade.

A Controladora registrou perante a Câmara de Comércio da Aburrá Sur uma situação de grupo empresarial em relação às suas subsidiárias.

### Nota 1.1. Participação societária em subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Seguem os detalhes da participação societária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

| Nome   | Participação societária em 2019 |          |                 | Participação societária em 2018 |          |         |         |          |         |
|--|---------------------------------|----------|-----------------|---------------------------------|----------|---------|---------|----------|---------|
|  | Segmento                        | País     | Moeda funcional | Direta                          | Indireta | Total   | Direta  | Indireta | Total   |
| Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.                     | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00% | 0,00%    | 100,00% |
| Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.     | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00% | 0,00%    | 100,00% |
| Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.     | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00% | 0,00%    | 100,00% |
| Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S. (a)            | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 0,00%   | 0,00%    | 0,00%   |
| Marketplace Internacional Éxito S.L. (b)               | Colômbia                        | Espanha  | Euro            | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 0,00%   | 0,00%    | 0,00%   |
| Fideicomiso Lote Girardot                              | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00% | 0,00%    | 100,00% |
| Gemex O & W S.A.S. (c)                                 | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 85,00%  | 0,00%    | 85,00%  |
| Éxito Industrias S.A.S.                                | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 94,53%                          | 3,42%    | 97,95%  | 94,53%  | 3,42%    | 97,95%  |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.                          | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 51,00%                          | 0,00%    | 51,00%  | 51,00%  | 0,00%    | 51,00%  |
| Patrimônio Autônomo Viva Malls                         | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 51,00%                          | 0,00%    | 51,00%  | 51,00%  | 0,00%    | 51,00%  |
| Patrimônio Autônomo Iwana                              | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 51,00%                          | 0,00%    | 51,00%  | 51,00%  | 0,00%    | 51,00%  |
| Patrimônio Autônomo Centro Comercial Viva Barranquilla | Colômbia                        | Colômbia | Peso colombiano | 0,00%                           | 45,90%   | 45,90%  | 0,00%   | 45,90%   | 45,90%  |

|  |          |                          |                 |       |        |        |         |        |         |
|--|----------|--------------------------|-----------------|-------|--------|--------|---------|--------|---------|
| Patrimônio Autônomo Viva Laureles      | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 40,80% | 40,80% | 0,00%   | 40,80% | 40,80%  |
| Patrimônio Autônomo Viva Sincelajo     | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 26,01% | 26,01% | 0,00%   | 26,01% | 26,01%  |
| Patrimônio Autônomo Viva Villavicencio | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 26,01% | 26,01% | 0,00%   | 26,01% | 26,01%  |
| Patrimônio Autônomo San Pedro Etapa I  | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 26,01% | 26,01% | 0,00%   | 26,01% | 26,01%  |
| Patrimônio Autônomo Centro Comercial   | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 26,01% | 26,01% | 0,00%   | 26,01% | 26,01%  |
| Patrimônio Autônomo Viva Palmas        | Colômbia | Colômbia                 | Peso colombiano | 0,00% | 26,01% | 26,01% | 0,00%   | 26,01% | 26,01%  |
| Carulla Vivero Holding Inc.            | Colômbia | Ilhas Virgens Britânicas | Peso colombiano | 0,00% | 0,00%  | 0,00%  | 100,00% | 0,00%  | 100,00% |

| Nome  | Segmento  | País       | Moeda funcional | Participação societária em 2019 |          |         | Participação societária em 2018 |          |         |
|---|-----------|------------|-----------------|---------------------------------|----------|---------|---------------------------------|----------|---------|
|   |           |            |                 | Direta                          | Indireta | Total   | Direta                          | Indireta | Total   |
| Spice Investment Mercosur S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% |
| Devoto Hermanos S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Mercados Devoto S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Larenco S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Geant Inversiones S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Lanin S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| 5 Hermanos Ltda.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Sumelar S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Tipsel S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Tedocan S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Raxwy Company S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Supermercados Disco del Uruguay S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Ameluz S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Fandale S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Odaler S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| La Cabaña S.R.L.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Ludi S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Semin S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Randicor S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Setara S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Hiper Ahorro S.R.L.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  | 0,00%                           | 62,49%   | 62,49%  |
| Ciudad del Ferrol S.C.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 61,24%   | 61,24%  | 0,00%                           | 61,24%   | 61,24%  |
| Mablicor S.A.   | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 31,87%   | 31,87%  | 0,00%                           | 31,87%   | 31,87%  |
| Maostar S.A.  | Uruguai   | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 31,25%   | 31,25%  | 0,00%                           | 31,25%   | 31,25%  |
| Onper Investment 2015 S.L.  | Argentina | Espanha    | Peso colombiano | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% | 100,00%                         | 0,00%    | 100,00% |
| Vía Artika S. A.  | Argentina | Uruguai    | Peso uruguiaio  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Spice España de Valores Americanos S.L.   | Argentina | Espanha    | Euro            | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Libertad S.A. (d)   | Argentina | Argentina  | Peso argentino  | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Gelase S. A.  | Argentina | Bélgica    | Euro            | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Geant Argentina S.A. (d)  | Argentina | Argentina  | Peso argentino  | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 100,00%  | 100,00% |
| Ségisor S.A. (e)  | Brasil    | França     | Euro            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 50,00%   | 50,00%  |
| Wilkes Participações S.A. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 50,00%   | 50,00%  |
| Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (e)  | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Sendas Distribuidora S.A. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Bellamar Empreend. e Participações Ltda. (e)  | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P") (e) | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| CBD Holland B.V. (e)  | Brasil    | Holanda    | Euro            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| GPA Logística e Transporte Ltda. (e)  | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.A.R.L. (e)                  | Brasil    | Luxemburgo | Euro            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. (e)                          | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Bitz Fidelidade e Inteligência S.A. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Leji Intermediação S.A. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. (e)                     | Brasil    | Holanda    | Euro            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| Novasoc Comercial Ltda. (e)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 18,68%   | 18,68%  |
| CNova Comércio Eletrônico S.A. (f)  | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| Via Varejo S.A. (f)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| Indústria de Móveis Bartira Ltda. (f)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| VVLOG Logística Ltda. (f)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| Globex Administracao e Serviços Ltda. (f)   | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. (f)                                       | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |
| Globex Administradora de Consórcio Ltda. (f)  | Brasil    | Brasil     | Real            | 0,00%                           | 0,00%    | 0,00%   | 0,00%                           | 8,08%    | 8,08%   |

(a) Subsidiária constituída em 21 de junho de 2019.

(b) Subsidiária constituída em 9 de outubro de 2019.

- (c) Como mencionado na Nota 1.2, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2019 foram mostrados no lucro líquido das operações descontinuadas para o período.
- (d) A Libertad S.A. adquiriu a Geant Argentina S.A. e fundiu-se com ela em 10 de dezembro de 2019.
- (e) Conforme mencionado na Nota 1.2, os ativos e passivos dessas subsidiárias em 30 de setembro de 2019 foram reclassificados como o ativos e passivos circulantes disponíveis para negociação, e os lucros acumulados na mesma data foram demonstrados como lucro líquido das operações descontinuadas para o período. Posteriormente, os ativos e passivos dessas subsidiárias foram vendidos em 27 de novembro de 2019.
- (f) Subsidiárias vendidas em 15 de junho de 2019, como parte do processo de desinvestimento realizado pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

## **Nota 1.2. Subsidiárias operacionais colombianas e estrangeiras**

As demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 incluem as mesmas subsidiárias operacionais colombianas e as mesmas maiores subsidiárias operacionais localizadas no exterior incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, exceção feita às subsidiárias Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S., incorporada em 21 de junho de 2019, e Marketplace Internacional Éxito S.L., constituída em 9 de outubro de 2019, e das subsidiárias que serão mencionadas nos dois parágrafos abaixo.

Com base na autorização do Conselho de Administração da Controladora, e na aprovação de tal autorização pela Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, a participação detida na subsidiária operacional Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e nas subsidiárias Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. foram vendidas em 27 de novembro de 2019. Conseqüentemente, os saldos dos ativos e passivos dessas subsidiárias não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e os lucros líquidos acumulados até 30 de novembro de 2019 foram apresentados na demonstração de resultados consolidada sob o lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias.

Como parte de sua estratégia operacional, em agosto de 2019 a Controladora decidiu encerrar a operação comercial da subsidiária Gemex O&W S.A.S. Com base nesta decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 31 de dezembro de 2019 foram mostrados na demonstração de resultados consolidada sob o lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e de suas subsidiárias.

Seguem os detalhes do objeto social e outras informações da empresa relativas às subsidiárias operacionais colombianas e às subsidiárias operacionais mais importantes no exterior:

### Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.

Subsidiária constituída por documento particular em 27 de setembro de 2010. Seu objeto social é principalmente (i) incorporar, financiar, promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, na constituição de sociedades ou negócios cujo objetivo seja a fabricação ou comercialização de bens, objetos, mercadorias, artigos ou elementos ou a prestação de serviços relacionados com a exploração de estabelecimentos comerciais e vinculação com tais sociedades como associadas, contribuindo com dinheiro, bens ou serviços; e (ii) promover, investir, individual ou conjuntamente com outras pessoas físicas ou jurídicas, no fornecimento de redes, serviços e valor agregado de telecomunicações, particularmente todas as atividades permitidas na Colômbia ou no exterior relacionadas com telecomunicações, telefonia móvel e serviços de valor agregado. Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

### Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Subsidiária constituída em 23 de maio de 2014 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é a prestação de serviços de frete aéreo, terrestre, marítimo, fluvial, ferroviário e multimodal doméstico e internacional para todos os tipos de mercadorias em geral. Sua sede está localizada na Carrera 48 No. 32B Sur - 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

### Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.

Subsidiária constituída em 12 de setembro de 2018 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é realizar as seguintes atividades em uma ou várias zonas francas: (i) prestação de serviços de acesso à plataforma de comércio eletrônico disponibilizada pela empresa, através da qual aqueles que fazem login podem realizar operações comerciais; (ii) atividades necessárias para assegurar um desempenho adequado da plataforma de comércio eletrônico através da qual os vendedores e compradores de acesso realizam operações: (iii) emissão, comercialização, processamento e reembolso de IOUs, cupons, cartões ou bônus, físicos ou digitais, ou através de qualquer outro meio tecnológico utilizado como mecanismo de acesso aos bens e serviços oferecidos. Sua sede está localizada na Vereda Chachafruto, Zona Franca, oficina 11, Rionegro, Antioquia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

### Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.

Subsidiária constituída em 21 de junho de 2019 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é o armazenamento de mercadorias sob controle aduaneiro. Sua sede está localizada em calle 43 sur No. 48-127, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

### Marketplace Internacional Éxito S.L.

Subsidiária constituída em 9 de outubro de 2019 de acordo com as leis espanholas. Seu principal objeto social é a realização de atividades de marketing, desenvolvimento de negócios e relações públicas, bem como qualquer atividade e a prestação de qualquer serviço relacionado ou acessório ao acima mencionado. Sua sede está localizada em calle Constitución No 75, 28946, Fuenlabrada (Madrid), Espanha. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

### Fideicomiso Lote Girardot

O terreno foi adquirido por meio de cessão de direitos fiduciários em 11 de fevereiro de 2011 por meio da Alianza Fiduciaria S.A. Seu objetivo é adquirir a propriedade em nome da Empresa. Sua sede está localizada na Carrera 10 e 11 com a Calle 25, Girardot, Colômbia.

#### Gemex O & W S.A.S.

Constituída em 12 de março de 2008. Seu objeto social é a comercialização de todos os tipos de bens e serviços através de canais alternativos de vendas, tais como, sem limitação, vendas diretas ou por correio, sites da Web ou comércio eletrônico, através de máquinas de venda automática e, em geral, utilizando todos os canais baseados em tecnologia ou métodos especiais para comercializar bens e serviços. Sua sede está localizada em Carrera 43 No. 31 - 166, Medellín, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Éxito Industrias S.A.S.

Subsidiária constituída por documento particular em 26 de junho de 2014. Seu objeto social é (i) adquirir, armazenar, transformar, fabricar, vender e, em geral, distribuir sob qualquer tipo de contrato bens têxteis de fabricação nacional ou estrangeira, e adquirir, dar ou receber propriedade sob contratos de arrendamento dedicados à abertura de lojas, shoppings e outros locais adequados à distribuição de mercadorias e à venda de bens ou serviços; (ii) lançar e operar atividades de comércio eletrônico na Colômbia; (iii) celebrar todos os tipos de contratos incluindo, sem limitação, aluguel, distribuição, operação, associação, compra-venda, assistência técnica, fornecimento, inspeção, controle e contratos de serviços que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; (iv) prestar todos os tipos de serviços incluindo, sem limitação, a execução de contratos de administração, assessoria, consultoria, contratos técnicos e de apresentação que visem o cumprimento adequado de seu objeto social; e (v) Sua sede está localizada em Carrera 48 No. 32 Sur - 29, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado

#### Éxito Viajes y Turismo S.A.S.

Subsidiária constituída em 30 de maio de 2013 de acordo com as leis colombianas. Seu principal objeto social é a exploração de atividades relacionadas ao turismo, assim como a representação da indústria turística e a abertura de agências de viagem, qualquer que seja sua natureza, e a promoção do turismo nacional e internacional. Sua sede está localizada em Carrera 43 No. 31 - 166, Medellín, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado

#### Patrimonio Autónomo Viva Malls

Criado em 15 de julho de 2016 por meio de escritura pública 679 outorgada perante o Cartório 31 de Medellín como fundo fiduciário autónomo através do Itaú Fiduciaria. Seu principal objeto social é a aquisição, direta ou indiretamente, de direitos materiais de propriedade imobiliária, principalmente shopping centers e seu desenvolvimento, e o desenvolvimento de outros ativos imobiliários, assim como a exploração e operação dos mesmos. O objetivo comercial inclui alugar as instalações comerciais a terceiros ou a partes relacionadas, conceder concessões em espaços que fazem parte da propriedade, explorar, comercializar e manter as instalações, levantar fundos e alienar os ativos, bem como executar todas as atividades relacionadas, conforme necessário para atingir os objetivos comerciais. Sua sede está localizada em Carrera 7 No. 27 - 18 14º andar, Bogotá, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Iwana

Estabelecido em 22 de dezembro de 2011 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping center Iwana, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora de imóveis; o objetivo comercial também inclui administrar recursos, fazer pagamentos conforme necessário para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 11 No. 50 - 19, Barrancabermeja, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla

Estabelecido em 23 de dezembro de 2014 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é desenvolver, receber e manter a titularidade legal do Centro Comercial Viva Barranquilla e de outros bens como fideicomissários os podem, no futuro, instruir ou contribuir; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; administrar recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada no município de Barranquilla, Colômbia, na carrera 51 B No. 87 - 50.

#### Patrimonio Autónomo Viva Laureles

Estabelecido em 31 de maio de 2012 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objetivo comercial é operar o centro comercial Viva Laureles, incluindo a manutenção da propriedade legal do edifício; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora de imóveis; o objetivo comercial também inclui a administração de recursos e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada no município de Medellín, Colômbia, na carrera 81 No. 37 - 100.

#### Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo

Estabelecido em 8 de março de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o centro comercial Viva Sincelejo, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fiduciário (Controladora) em sua qualidade de verdadeira administradora; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte delas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 25 No. 23 - 49, Sincelejo, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio

Criado em 1º de abril de 2013 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o centro comercial Viva Villavicencio, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administrador imobiliário; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte das mesmas. A sede no centro comercial está localizada na Calle 7A No. 45 - 185, Villavicencio, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I

Criado em 30 de junho de 2005 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping San Pedro Plaza, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador do imóvel retido; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte destas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 8, entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Centro Comercial

Estabelecido em 1º de dezembro de 2010 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é operar o shopping San Pedro Etapa II, incluindo a manutenção da titularidade legal do imóvel; executar contratos de arrendamento e a extensão, renovação, emenda e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções dadas pelos fideicomissários ao administrador imobiliário contratado; o objeto social também inclui a administração de recursos, fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais e outras unidades que fazem parte destas. A sede no centro comercial está localizada na Carrera 8, entre Calles 38 e 48, Neiva, Colômbia.

#### Patrimonio Autónomo Viva Palmas

Estabelecido em 17 de abril de 2015 como um fundo fiduciário independente através da Fiduciaria Bancolombia S.A. Seu objeto social é desenvolver, receber e manter a propriedade legal do Viva Palmas Shopping e de outros edifícios como fideicomissários podem, no futuro, instruir ou contribuir; celebrar contratos de arrendamento e a prorrogação, renovação, alteração e rescisão de tais contratos de acordo com as instruções recebidas do fideicomitente (Controladora) em sua qualidade de administradora imobiliária; o objeto também inclui a administração de recursos, e fazer os pagamentos necessários para administrar e operar as instalações comerciais. Sua sede na área rural está localizada do município de Envigado, Colômbia.

#### Devoto Hermanos S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideu, Canelones e Maldonado.

#### Mercados Devoto S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideu e Maldonado.

#### Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Empresa com domicílio no Uruguai. Seu principal negócio é o varejo local de produtos de consumo em massa através de uma rede de supermercados localizados nos departamentos de Montevideu, Canelones e Maldonado.

#### Libertad S.A.

Uma empresa com domicílio na Argentina. Foi constituída em 8 de julho de 1994, com o número de registro 618 na Direção de Inspeção de Pessoas Jurídicas (DIPJ) na República Argentina. Seu objeto social é a exploração de supermercados e lojas de atacado, realizando todo tipo de operações acessórias relacionadas com seu negócio principal. A empresa tem prazo de duração até 8 de julho de 2084.

### Nota 1.3. Subsidiárias com participações não controladoras materiais

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as seguintes subsidiárias, como entidades declarantes, foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas como subsidiárias com participação não-controladora material:

|  | Percentual de participação não controladora material (1) |                        |
|--|--|------------------------|
|  | 31 de dezembro de 2019                                   | 31 de dezembro de 2018 |
| Patrimonio Autónomo Viva Palmas                        | 73,99%   | 73,99%                 |
| Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo                     | 73,99%   | 73,99%                 |
| Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio                 | 73,99%   | 73,99%                 |
| Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I                  | 73,99%   | 73,99%                 |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial                   | 73,99%   | 73,99%                 |
| Patrimonio Autónomo Viva Laureles                      | 59,20%   | 59,20%                 |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla | 54,10%   | 54,10%                 |
| Patrimonio Autónomo Iwana                              | 49,00%   | 49,00%                 |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.                          | 49,00%   | 49,00%                 |
| Patrimonio Autónomo Viva Malls                         | 49,00%   | 49,00%                 |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.                           | 37,51%   | 37,51%                 |
| Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (2)         | 00,00%   | 81,32%                 |

(1) Participação total não-controladora, considerando a participação direta e indireta da Controladora.

(2) Subsidiária vendida em 27 de novembro de 2019.



Segue um resumo das informações financeiras relevantes aos ativos, passivos, resultados do período e fluxos de caixa das subsidiárias que detêm participações não-controladoras materiais, tomadas como entidades declarantes e incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os saldos são mostrados antes das eliminações necessárias como parte do processo de consolidação.

| Sociedade   | Demonstração da posição financeira |                            |                             |                                    |                    |                           | Demonstração do resultado abrangente |                                  |                                    |                            |                           |                               |
|---|------------------------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
|   | Ativo circulante                   | Ativo não circulante       | Passivo circulante          | Passivo não circulante             | Patrimônio líquido | Participação controladora | Participação não controladora        | Receita de atividades Ordinárias | Receita de operações contínuas     | Total resultado abrangente | Participação controladora | Participação não controladora |
| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b>  |                                    |                            |                             |                                    |                    |                           |                                      |                                  |                                    |                            |                           |                               |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.  | 412.185                            | 688.112                    | 373.479                     | 36.509                             | 690.309            | 1.409.780                 | 258.935                              | 1.625.474                        | 97.751                             | 97.751                     | 60.041                    | 36.666                        |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.   | 35.820                             | 5.032                      | 29.812                      | 2.043                              | 8.997              | 4.838                     | 4.409                                | 31.951                           | 9.125                              | 9.125                      | 4.364                     | 4.471                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Malls  | 53.541                             | 2.068.137                  | 26.870                      | -                                  | 2.094.808          | 955.638                   | 1.026.456                            | 288.528                          | 123.220                            | 123.220                    | 63.289                    | 60.378                        |
| Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo  | 3.000                              | 77.476                     | 1.351                       | -                                  | 79.125             | 40.353                    | 38.771                               | 10.345                           | (1.779)                            | (1.779)                    | (907)                     | (872)                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio                                      | 8.643                              | 216.843                    | 4.982                       | -                                  | 220.504            | 109.582                   | 108.047                              | 24.187                           | 14.944                             | 14.944                     | 7.705                     | 7.323                         |
| Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I                                       | 1.005                              | 32.548                     | 504                         | -                                  | 33.049             | 16.855                    | 16.194                               | 4.025                            | 2.520                              | 2.520                      | 1.285                     | 1.235                         |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial  | 3.261                              | 109.920                    | 1.457                       | -                                  | 111.724            | 56.112                    | 54.745                               | 11.404                           | 7.301                              | 7.301                      | 3.749                     | 3.577                         |
| Patrimonio Autónomo Iwana   | 89                                 | 5.961                      | 124                         | -                                  | 5.926              | 3.220                     | 2.904                                | 331                              | (84)                               | (84)                       | (31)                      | (41)                          |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla                      | 7.195                              | 319.272                    | 6.413                       | -                                  | 320.054            | 288.049                   | 156.826                              | 46.241                           | 14.763                             | 14.763                     | 13.287                    | 7.234                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Laureles   | 1.764                              | 106.871                    | 2.189                       | -                                  | 106.446            | 85.157                    | 21.289                               | 16.548                           | 7.830                              | 7.830                      | 6.264                     | 1.566                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Palmas   | 1.571                              | 31.163                     | 1.651                       | -                                  | 31.083             | 15.853                    | 15.231                               | 2.798                            | (2.303)                            | (2.303)                    | (1.174)                   | (1.128)                       |
| <b>Em 31 de dezembro de 2018</b>  |                                    |                            |                             |                                    |                    |                           |                                      |                                  |                                    |                            |                           |                               |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.  | 405.482                            | 746.406                    | 411.684                     | -                                  | 720.204            | 1.583.200                 | 277.651                              | 1.619.936                        | 109.350                            | 109.350                    | 67.428                    | 41.017                        |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.   | 27.070                             | 5.149                      | 22.112                      | 2.417                              | 7.690              | 4.146                     | 3.768                                | 24.439                           | 5.448                              | 5.448                      | 2.849                     | 2.670                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Malls  | 92.004                             | 2.076.119                  | 42.345                      | -                                  | 2.125.778          | 962.533                   | 1.041.631                            | 206.885                          | 81.473                             | 81.473                     | 40.281                    | 39.922                        |
| Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo  | 3.548                              | 79.835                     | 2.037                       | -                                  | 81.346             | 41.486                    | 39.860                               | 11.690                           | 5.628                              | 5.628                      | 2.870                     | 2.758                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio                                      | 21.460                             | 211.655                    | 12.015                      | -                                  | 221.100            | 109.803                   | 108.339                              | 26.909                           | 18.577                             | 18.577                     | 9.895                     | 9.103                         |
| Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I                                       | 1.296                              | 33.468                     | 845                         | -                                  | 33.919             | 17.298                    | 16.620                               | 3.752                            | 2.316                              | 2.316                      | 1.181                     | 1.135                         |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial  | 8.439                              | 109.337                    | 3.384                       | -                                  | 114.392            | 57.446                    | 56.052                               | 10.457                           | 6.206                              | 6.206                      | 3.293                     | 3.041                         |
| Patrimonio Autónomo Iwana   | 127                                | 6.107                      | 160                         | -                                  | 6.074              | 3.284                     | 2.976                                | 310                              | (131)                              | (131)                      | (48)                      | (64)                          |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla                      | 21.007                             | 315.765                    | 22.043                      | -                                  | 314.729            | 283.256                   | 31.473                               | 43.796                           | 12.943                             | 12.943                     | 11.649                    | 1.294                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Laureles   | 1.721                              | 109.304                    | 2.551                       | -                                  | 108.474            | 86.779                    | 21.695                               | 15.775                           | 8.083                              | 8.083                      | 6.467                     | 1.617                         |
| Patrimonio Autónomo Viva Palmas   | 2.306                              | 32.134                     | 2.545                       | -                                  | 31.895             | 16.266                    | 15.629                               | 3.211                            | (143)                              | (143)                      | (72)                      | (70)                          |
| Companhia Brasileira de Distribuição - CBD                                  | 33.372.752                         | 20.821.879                 | 31.199.564                  | 10.612.988                         | 12.382.079         | 4.723.018                 | 10.069.107                           | 40.141.725                       | 963.386                            | 963.386                    | 178.018                   | 783.425                       |
| <b>Fluxos de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019</b> |                                    |                            |                             |                                    |                    |                           |                                      |                                  |                                    |                            |                           |                               |
| Sociedade   | Atividades operacionais            | Atividades de investimento | Atividades de financiamento | Aumento (redução) líquido no caixa |                    | Atividades operacionais   | Atividades de investimento           | Atividades de financiamento      | Aumento (redução) líquido no caixa |                            |                           |                               |
|   |                                    |                            |                             | Aumento (redução) líquido          | no caixa           |                           |                                      |                                  | Aumento (redução) líquido          | no caixa                   |                           |                               |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.  | 146.050                            | (36.184)                   | (39.416)                    | 70.450                             | 72.461             | (34.105)                  | (34.215)                             | 4.141                            |                                    |                            |                           |                               |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.   | 8.804                              | (232)                      | (2.487)                     | 6.085                              | 9.563              | (256)                     | (1.293)                              | 8.014                            |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Viva Malls  | 105.274                            | 38.941                     | (151.627)                   | (7.412)                            | 196.444            | (309.221)                 | 104.607                              | (4.170)                          |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo  | 5.239                              | (3.805)                    | (1.152)                     | 282                                | 6.505              | (419)                     | (5.676)                              | 410                              |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio                                      | 20.499                             | (10.942)                   | (22.079)                    | (12.522)                           | 21.873             | (1.903)                   | (9.654)                              | 10.316                           |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I                                       | 3.373                              | -                          | (3.667)                     | (294)                              | 2.723              | -                         | (2.339)                              | 384                              |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial  | 11.786                             | (3.485)                    | (12.819)                    | (4.518)                            | 7.909              | 47                        | (4.330)                              | 3.626                            |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Iwana   | 56                                 | -                          | (62)                        | (6)                                | 9                  | -                         | (56)                                 | (47)                             |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla                      | 22.216                             | (4.389)                    | (30.307)                    | (12.480)                           | 22.716             | (2.194)                   | (7.573)                              | 12.949                           |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Viva Laureles   | 10.821                             | (142)                      | (10.163)                    | 516                                | 10.253             | (225)                     | (11.537)                             | (1.509)                          |                                    |                            |                           |                               |
| Patrimonio Autónomo Viva Palmas   | (932)                              | (1.331)                    | 1.527                       | (736)                              | 1.062              | (209)                     | (846)                                | 7                                |                                    |                            |                           |                               |
| Companhia Brasileira de Distribuição - CBD                                  | (507.767)                          | (346.180)                  | 7.762.944                   | 6.908.997                          | 3.282.399          | (2.684.992)               | (4.302)                              | 593.105                          |                                    |                            |                           |                               |
| <b>Fluxos de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018</b> |                                    |                            |                             |                                    |                    |                           |                                      |                                  |                                    |                            |                           |                               |

#### **Nota 1.4. Restrições à transferência de recursos**

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não há restrições quanto à capacidade das subsidiárias de transferir recursos para a Controladora na forma de dividendos em dinheiro, ou amortizações de empréstimos ou pagamentos antecipados.

#### **Nota 2. Fundamento para a elaboração**

As demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas de acordo com as normas contábeis e de informação financeira aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1.314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre contabilidade, informações financeiras e normas de garantia de informações", alterado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270. Nem a Controladora nem suas subsidiárias aplicaram qualquer uma das exceções às IFRS contidas em tais decretos.

#### **Demonstrações contábeis anexas**

Estas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora e suas subsidiárias são compostas pelas demonstrações da posição financeira e demonstrações de mutações no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, bem como as demonstrações do resultado, as demonstrações do resultado abrangente e as demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Estas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas e incluem todas as divulgações de relatórios exigidos para demonstrações contábeis anuais de acordo com a IAS 1.

#### **Declaração de responsabilidade**

A administração da Controladora é responsável pelas informações contidas nestas demonstrações contábeis consolidadas. A elaboração de tais demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre Contabilidade", normas de relatórios financeiros e garantia de informações", emendada em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar qualquer uma das exceções às IFRS nelas contidas, requer o julgamento da administração para aplicar as políticas contábeis.

#### **Estimativas contábeis e julgamentos**

As estimativas da Controladora e de suas subsidiárias para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos nelas contidos foram utilizadas para elaborar as demonstrações contábeis anexas. Basicamente, tais estimativas se referem a:

- As hipóteses utilizadas para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros,
- A avaliação dos ativos financeiros para identificar as perdas reais por redução ao valor recuperável,
- As vidas úteis do ativo imobilizado e dos ativos intangíveis,
- Variáveis utilizadas e hipóteses utilizadas para avaliar e determinar o indicador de perda por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros,
- Variáveis utilizadas para avaliar e determinar as perdas de inventário e obsolescência,
- As premissas atuariais usadas para estimar benefícios de aposentadoria e obrigações de benefícios de longo prazo dos funcionários, tais como taxa de inflação, taxa de mortalidade, taxa de desconto e a possibilidade de aumentos salariais futuros,
- A taxa de desconto utilizada para estimar as obrigações de arrendamento e os direitos de uso,
- A probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos que servem como base para reconhecer provisões relacionadas a processos judiciais e reorganizações empresariais,
- As premissas usadas para reconhecer as responsabilidades decorrentes do programa de fidelidade do cliente,
- A probabilidade de obter lucros futuros para reconhecer ativos fiscais diferidos,
- A técnica de avaliação aplicada para determinar os valores justos dos elementos em combinações comerciais.
- Tempo estimado para depreciar direitos de uso; hipóteses utilizadas no cálculo das taxas de crescimento em contratos de arrendamento registrados como direitos de uso, e variáveis utilizadas para medir os passivos do arrendamento.

Tais estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis a respeito dos fatos analisados na data de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, que podem dar origem a mudanças futuras em virtude de situações potenciais que podem ocorrer e resultariam em reconhecimento prospectivo; esta situação seria tratada como uma mudança nas estimativas contábeis em demonstrações contábeis futuras.

#### **Distinção entre itens circulantes e não circulantes**

A Controladora e suas subsidiárias apresentam seus ativos circulantes e não circulantes, assim como seus passivos circulantes e não circulantes, como categorias separadas em sua demonstração de posição financeira. Para este fim, aqueles valores que serão realizados ou que estarão disponíveis em um prazo não superior a um ano são classificados como ativo circulante, e aqueles valores que serão exigíveis ou pagáveis também em um prazo não superior a um ano são classificados como passivo circulante. Todos os outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.

## **Moeda funcional**

A Controladora e cada subsidiária definem sua moeda funcional e suas operações são medidas em tal moeda. A moeda funcional da Controladora é o Peso colombiano, e as moedas funcionais das subsidiárias são divulgadas na Nota 1 - Informações Gerais, na subseção relevante para participação acionária nas subsidiárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

## **Hiperinflação**

As moedas funcionais da Controladora e de cada uma de suas subsidiárias pertencem a economias não hiperinflacionárias, exceção feita à Argentina cuja taxa de inflação acumulada nos últimos três anos em 31 de dezembro de 2019, calculada usando diferentes combinações de índices de preços ao consumidor, ultrapassou 100%, razão pela qual as demonstrações contábeis consolidadas incluem ajustes de inflação.

As previsões internas para esse país sugerem que existe uma baixa probabilidade de que a taxa de inflação diminua significativamente abaixo de 100% durante 2020. Por estas razões, a economia argentina é hiperinflacionária.

As subsidiárias na Argentina apresentam suas demonstrações contábeis ajustadas pela inflação, conforme previsto no IAS 29 "Relatórios Financeiros em Economias Hiperinflacionárias".

## **Moeda de relatório**

Estas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias são expressas em Pesos colombianos, moeda funcional da Controladora, que é a moeda utilizada no ambiente econômico principal onde ela rege. Os números mostrados foram expressos em milhões de Pesos colombianos.

As demonstrações contábeis das subsidiárias realizadas em uma moeda funcional diferente do Peso colombiano foram traduzidas em Pesos colombianos. As operações e saldos são convertidos da seguinte forma:

- Os ativos e passivos são convertidos em Pesos colombianos à taxa de câmbio de fechamento do período;
- Os itens relacionados a rendimentos são convertidos em Pesos colombianos utilizando a taxa de câmbio média do período;
- As operações patrimoniais em moeda estrangeira são convertidas em Pesos colombianos à taxa de câmbio em vigor na data de cada operação.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido e são reclassificadas para a demonstração do resultado no momento da venda do investimento em uma subsidiária.

## **Operações em moeda estrangeira**

Operações em moeda estrangeira são definidas como aquelas denominadas em uma moeda que não seja a moeda funcional. Durante os períodos contábeis, as diferenças de câmbio decorrentes da liquidação de tais operações, entre a taxa de câmbio histórica quando reconhecida e a taxa de câmbio em vigor na data da cobrança ou pagamento, são contabilizadas como ganhos ou perdas cambiais e mostradas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado.

Os saldos monetários no encerramento do período expressos em uma moeda diferente da moeda funcional são atualizados com base na taxa de câmbio no encerramento do período de relatório, e as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como parte do resultado financeiro líquido na demonstração do resultado. Para este fim, os saldos monetários são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio representativa do mercado (\*).

Os itens não monetários não são convertidos à taxa de câmbio de fechamento do período, mas são medidos ao custo histórico (às taxas de câmbio em vigor na data de cada operação), exceto para itens não monetários medidos ao justo valor, tais como instrumentos financeiros forward e swap, que são convertidos usando as taxas de câmbio em vigor na data da mensuração do justo valor dos mesmos.

(\*) Taxa de câmbio representativa do mercado significa a média de todas as taxas de mercado negociadas durante o dia de fechamento (taxa de câmbio de fechamento), equivalente à "taxa à vista" internacional, como também definido pelo IAS 21 - Efeitos de Mudanças nas Taxas de Câmbio, como a taxa de câmbio à vista em vigor no fechamento do período de relatório.

## **Contabilidade por regime de competência**

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base no regime de competência contábil, exceto para informações sobre fluxos de caixa.

## **Materialidade**

Os eventos econômicos são reconhecidos e apresentados de acordo com a materialidade dos mesmos. Um evento econômico é material onde quer que o conhecimento ou inconsciência dele, dada sua natureza ou valor e considerando as circunstâncias, possa ter um efeito material sobre as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários da informação.

Ao preparar as demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as notas, a materialidade para fins de apresentação foi definida com base em 5% aplicada aos resultados correntes e ativo não circulante, patrimônio líquido e passivo não circulante, patrimônio líquido, período e a cada conta individual em nível de razão geral para o período do relatório.

### **Compensação de saldos e operações**

Ativos e passivos são compensados e reportados líquidos nas demonstrações contábeis consolidadas, somente se forem decorrentes da mesma operação, há um direito legal exequível na data de encerramento que torna obrigatório o recebimento ou pagamento de valores reconhecidos pelo valor líquido, e onde quer que haja a intenção de compensar em base líquida para realizar ativos e liquidar passivos simultaneamente.

### **Classificação como passivo ou patrimônio líquido**

Os instrumentos de dívida e patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido, seguindo a substância do acordo legal relevante.

### **Mensuração do justo valor**

O justo valor é o preço a ser recebido na venda de um ativo, ou pago na transferência de um passivo sob uma operação ordenada realizada pelos participantes do mercado na data da medição.

As mensurações do justo valor são realizadas utilizando uma hierarquia de justo valor que reflete a importância dos insumos utilizados para determinar as mensurações:

- Com base nos preços (não ajustados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).
- Com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos (nível 2).
- Com base nos próprios modelos de avaliação da Sociedade aplicando variáveis estimadas não perceptíveis para ativos ou passivos (nível 3).

### **Nota 3. Base para consolidação**

Estas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias incluem as demonstrações contábeis da Controladora e de todas as suas subsidiárias. Subsidiárias (incluindo veículos especiais) são entidades sobre as quais a Controladora tem controle direto ou indireto. Os veículos de propósito especial (SPV) são fundos fiduciários independentes (Patrimônios Autônomos) estabelecidos com um propósito definido ou prazo limitado. Uma listagem de subsidiárias está incluída na Nota 1.

"Controle" é o poder de governar atividades relevantes, tais como as políticas financeiras e operacionais de uma empresa controlada (subsidiária). O controle é alcançado quando a Controladora tem poder sobre uma empresa controlada, está exposta a benefícios variáveis de seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a quantidade de benefícios. O poder surge dos direitos, geralmente junto com a posse de 50% ou mais dos direitos de voto, embora às vezes seja mais complexo e resulte de um ou mais contratos, razão pela qual pode haver entidades que não possuem tal percentual de interesse, mas cujas atividades são entendidas como sendo realizadas em benefício da Controladora e a Controladora está exposta a todos os riscos e benefícios ligados à empresa controlada.

Onde quer que haja controle, o método de consolidação aplicado é o do método de integração global. Sob este método, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido e receita das subsidiárias são incorporados às demonstrações contábeis da Controladora, após a eliminação dos investimentos de capital em tais subsidiárias, saldos contábeis e operações interempresariais.

Todas as operações significativas e saldos relevantes entre as subsidiárias foram eliminados na consolidação; a participação não controlada representada por participações de terceiros nas subsidiárias (participações não controladoras) foi reconhecida e incluída separadamente no patrimônio líquido consolidado.

No momento de avaliar se a Controladora tem controle sobre uma subsidiária, é feita uma análise da existência e efeito de potenciais direitos de voto atualmente exercidos. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora e excluídas da consolidação, após a cessação do controle.

Todas as empresas controladas são consolidadas nas demonstrações financeiras da Controladora, independentemente do percentual de participação acionária.

As operações que envolvem uma mudança no percentual de propriedade da Controladora sem perda de controle são reconhecidas no patrimônio líquido, uma vez que não há mudança de controle sobre a entidade empresarial. Os fluxos de caixa proporcionados pelas mudanças de participação acionária que não resultem em perda de controle são classificados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Em operações envolvendo perda de controle, toda a participação acionária na subsidiária é desreconhecida, as participações retidas são reconhecidas pelo justo valor e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido na receita do período, incluindo os itens relevantes de outro resultado abrangente. Os fluxos de caixa da aquisição ou perda de controle sobre uma subsidiária são classificados como atividades de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Sempre que uma subsidiária é disponibilizada para venda ou sua operação é descontinuada, mas o controle sobre ela ainda é mantido, seus ativos e passivos são classificados como ativo não circulante mantido para negociação, compensação onrecíproca de saldos e não fazem parte da integração global de ativos e passivos sob o processo de consolidação. A receita da subsidiária também não faz parte da integração global da receita sob o processo de consolidação e é apresentada, mediante compensação de operações recíprocas, na rubrica de lucro líquido das operações descontinuadas, separada de todas as outras receitas consolidadas da Controladora e suas subsidiárias.

O lucro do período e cada componente em outros resultados abrangentes são atribuídos aos donos da entidade controladora e às participações societárias não controladoras.

As demonstrações contábeis, todas as subsidiárias aplicam as mesmas políticas e princípios contábeis implementados pela Controladora, de acordo com as normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas pela Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015, pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS contidas.

A Controladora avalia seus estoques aplicando o método PEPS, enquanto a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e suas subsidiárias avaliam seus estoques ao custo médio ponderado, basicamente devido aos diferentes impostos reconhecidos na aquisição de estoques (no segmento Brasil) que teriam efeito na avaliação final dos estoques sob o método PEPS. Esta situação não é mostrada na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019, uma vez que o investimento nesta subsidiária foi vendido em 27 de novembro de 2019 e seus ativos e passivos não estão incluídos na demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019.

Os ativos e passivos, receitas e despesas das subsidiárias, assim como as receitas e despesas da Controladora em moeda estrangeira, foram convertidos em Pesos colombianos às taxas de câmbio de mercado em cada data de fechamento e na média do período, conforme a seguir:

|                | Taxas de fechamento    |                        | Taxas médias           |                        |
|----------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|                | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
| Dólar dos EUA  | 3.277,14               | 3.249,75               | 3.281,09               | 2.956,43               |
| Peso uruguaio  | 87,57                  | 100,25                 | 93,17                  | 96,36                  |
| Real           | 813,11                 | 838,75                 | 832,01                 | 812,77                 |
| Peso argentino | 54,73                  | 86,29                  | 69,68                  | 111,63                 |
| Euro           | 3.678,63               | 3.714,98               | 3.671,68               | 3.486,88               |

#### Nota 4. Políticas contábeis significativas

As demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em 30 de setembro de 2019 foram elaboradas utilizando as mesmas políticas contábeis, medidas e bases utilizadas para apresentar as demonstrações contábeis consolidadas para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, exceto para as normas mencionadas na nota 5. 2 que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com as normas contábeis e contábeis aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em consonância com as International Financial Reporting Standards (IFRS), oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentadas na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre contabilidade", Normas de relatórios financeiros e garantia de informações", emendada em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270, sem aplicar nenhuma das exceções às IFRS contidas.

A adoção de novas normas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mencionada na Nota 5.2, não acarretou mudanças significativas nestas políticas contábeis em comparação àquelas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e nenhum efeito significativo surgiu a partir da adoção das mesmas, exceto pela adoção da IFRS 16 cujos efeitos foram devidamente divulgados nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018 e foram incluídos nestas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2019.

As políticas contábeis mais significativas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas anexas são as seguintes:

##### Investimentos em coligadas e acordos conjuntos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Controladora está em posição de exercer influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, através do poder de participar nas decisões relativas às políticas operacionais e financeiras da coligada. Em geral, é alegada influência significativa nos casos em que a Controladora tem uma participação societária superior a 20%, mesmo que tal influência, bem como o controle, devam ser avaliados.

Acordo conjunto é um acordo por meio do qual duas ou mais partes mantêm o controle conjunto. Os acordos conjuntos podem ser negócios conjuntos ou joint-ventures. Há controle conjunto somente quando as decisões sobre atividades significativas exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As aquisições de tais arranjos são registradas usando os princípios aplicáveis às combinações de negócios estabelecidos pela IFRS 3.

Joint venture é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos líquidos do acordo. Tais partes são conhecidas como participantes de um empreendimento conjunto.

Operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que têm controle conjunto sobre o acordo têm direito aos ativos e obrigações relacionadas com a responsabilidade associadas com o acordo. Tais partes são conhecidas como operadores conjuntos.

Os investimentos em coligadas ou joint ventures são reconhecidos usando o método de equivalência patrimonial.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e joint ventures é registrado pelo custo no reconhecimento inicial e posteriormente o valor contábil será aumentado ou diminuído para reconhecer a participação da Controladora nos resultados abrangentes da empresa investida durante o período. Tal participação será reconhecida na renda do período ou em outra renda abrangente, conforme apropriado. As distribuições de lucros ou dividendos recebidos da empresa investida são deduzidos do valor contábil do investimento.

Sempre que a participação da Controladora nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior a seu interesse, a Controladora deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. Uma provisão é reconhecida quando o interesse da Controladora chega a zero, somente na medida em que a Controladora tenha incorrido em responsabilidades legais ou construtivas.

Ganhos ou perdas não realizados de operações entre a Controladora e associadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Controladora em tais entidades mediante a aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma vez aplicado o método de equivalência patrimonial, a Controladora decide se há necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável relacionadas com sua participação na empresa investida.

Operações envolvendo uma perda significativa de influência sobre uma coligada ou joint venture são contabilizadas reconhecendo qualquer participação acionária retida pelo seu justo valor, e o ganho ou perda decorrente da operação é reconhecido na receita do período, incluindo os itens relevantes de outro resultado abrangente.

Com relação às operações que não envolvem uma perda significativa de influência sobre uma coligada ou joint venture, o método de equivalência patrimonial continua sendo aplicado e a parcela do ganho ou perda reconhecida em outros resultados abrangentes relevantes para a diminuição da participação acionária é reclassificada para o resultado.

#### **Partes relacionadas**

As partes a seguir são consideradas relacionadas pela Controladora: suas coligadas e joint ventures; entidades que exercem controle conjunto ou influência significativa sobre a Controladora e suas subsidiárias; pessoal chave da administração, incluindo membros do Conselho de Administração, CEOs, Vice-Presidentes, gerentes empresariais e Diretores com a capacidade de dirigir, planejar e controlar as atividades da Controladora e suas subsidiárias; empresas sobre as quais o pessoal chave da administração pode exercer controle ou controle conjunto, e os mais próximos da administração chave que possam ter influência sobre a Controladora e suas subsidiárias.

Todas as transferências de recursos, serviços e obrigações entre a Controladora e suas subsidiárias são consideradas como operações com partes relacionadas.

Nenhuma operação contém termos e condições especiais; as operações realizadas são como aquelas realizadas com terceiros, e não envolvem diferenças de preço de mercado para operações similares; as vendas e compras são realizadas segundo as condições ordinárias de mercado.

#### **Combinações de negócios e ágio**

As combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição; isto envolve a identificação do adquirente, a definição da data de aquisição, o reconhecimento e a mensuração de ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e o reconhecimento e mensuração do ágio.

Se no encerramento do período contábil durante o qual ocorre uma combinação de negócios a reserva inicial estiver incompleta, a Controladora informará em suas demonstrações contábeis separadas os valores provisórios de ativos e passivos cuja reserva está incompleta, e dentro de 12 meses do período de mensuração a Controladora ajustará retroativamente tais valores provisórios reconhecidos para refletir as novas informações obtidas a partir do levantamento do preço de compra alocado ou da alocação do preço de compra (PPA).

O período de mensuração terminará assim que a Controladora receber informações sobre a pesquisa de alocação do preço de compra ou concluir que nenhuma outra informação poderá ser obtida, mas em qualquer caso, no máximo um ano após a data de aquisição.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é medida pelo justo valor, que é o agregado dos valores justos dos ativos transferidos pelo adquirente, dos passivos assumidos pelo adquirente em relação aos antigos proprietários da empresa adquirida e das participações acionárias no patrimônio emitido pelo adquirente.

A contraprestação contingente é incluída na contraprestação transferida por seu justo valor na data da aquisição. Alterações subsequentes no justo valor da contraprestação contingente, decorrentes de eventos e circunstâncias existentes na data de aquisição, são contabilizadas ajustando o ágio se ocorrerem durante o período de mensuração, ou diretamente aos resultados do período se ocorrerem após o período de mensuração, a menos que o passivo seja liquidado usando instrumentos de renda variável, caso em que a contraprestação contingente não é remensurada.

A Controladora reconhece ativos e passivos identificáveis adquiridos tomados de uma combinação de negócios, independentemente de terem sido reconhecidos antes da aquisição nas demonstrações contábeis do negócio adquirido. Ativos identificáveis adquiridos e passivos identificáveis assumidos são contabilizados a justos valores na data da aquisição. O excesso de contrapartida transferido e o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos (incluindo ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente) e passivos identificáveis assumidos (incluindo passivos contingentes) são reconhecidos como ágio.

Para cada combinação de negócios, a Controladora mede as participações não-controladoras pelo justo valor e como uma proporção dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido.

No caso de uma combinação de negócios alcançada em etapas, a participação anterior na adquirida é remensurada a justo valor na data em que o controle é obtido. A diferença entre o justo valor e o valor contábil de tal participação de propriedade é diretamente reconhecida nos resultados do período.

Os desembolsos relacionados a uma combinação de negócios, além daqueles relacionados à emissão de dívidas, são contabilizados como despesas nos períodos em que são incorridos.

Na data da aquisição, o ágio é mensurado pelo justo valor e subsequentemente monitorado no nível da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa beneficiadas com a combinação de negócios. O Ágio não é amortizado e está sujeito à redução do valor recuperável de ativos financeiros dentro de um ano ou antes, caso haja indícios de perda por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável aplicadas ao Ágio são contabilizadas nos resultados do período e o efeito disso não é revertido.

O método aplicado pela Controladora para redução do valor recuperável de ativos financeiros está descrito na política de perda de ativos por redução ao valor recuperável. O ágio negativo decorrente de uma combinação de negócios é reconhecido diretamente nos resultados do período, no reconhecimento e mensuração de ativos identificáveis, passivos assumidos e contingências potenciais.

#### **Opções de venda outorgadas a titulares de participações não-controladoras**

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem acordos de opção de venda firmados com os detentores de participações não-controladoras em subsidiárias de acordo com a IAS 32 "Instrumentos Financeiros": Apresentação". Os passivos decorrentes destes acordos, relacionados às subsidiárias consolidadas sob o método de integração global, são reconhecidos como passivos financeiros pelo justo valor.

#### **Ativos intangíveis**

Refere-se a ativos não-monetários identificáveis, sem substância física, controlados pela Controladora e suas subsidiárias como resultado de eventos passados e dos quais são esperados benefícios econômicos futuros.

Um ativo intangível é reconhecido como tal onde quer que o item seja identificável, separável e trará um benefício econômico futuro. Ele é identificável onde quer que o ativo seja separável ou resulte de direitos. Um ativo é controlável se a empresa tiver o poder de controlar os benefícios econômicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos como ágio onde quer que não atendam a estes critérios.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos inicialmente pelo custo, e os ativos intangíveis adquiridos sob uma combinação de negócios são reconhecidos pelo justo valor.

As marcas registradas geradas internamente não são reconhecidas na demonstração da posição financeira.

O custo dos ativos intangíveis inclui o custo de aquisição, direitos de importação, impostos indiretos não recuperáveis e custos incorridos diretamente para levar o ativo ao local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, após descontos comerciais e abatimentos, se houver.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas estão sujeitos à redução do valor recuperável de ativos financeiros, em base anual ou sempre que houver indicação de perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada. As vidas úteis mais significativas são:

Software adquirido                      Entre 3 e 5 anos

Software adquirido como ERP        Entre 5 e 8 anos

Os ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo, e a amortização em função das vidas úteis estimadas e perdas por redução ao valor recuperável são deduzidas do montante inicialmente reconhecido. Os efeitos da amortização e perda potencial por redução ao valor recuperável são levados ao resultado do período, a menos que a amortização tenha sido contabilizada como um valor mais alto na construção ou produção de um novo ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que nenhum benefício econômico futuro seja esperado do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de amortização são revisados no encerramento de cada período anual e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

#### **Despesas com pesquisa e desenvolvimento**

As despesas com pesquisa são reconhecidas como despesas à medida que são incorridas. Os desembolsos para o desenvolvimento de projetos individuais são reconhecidos como ativos intangíveis onde quer que a Controladora e suas subsidiárias estejam na capacidade de demonstrar:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para tê-lo disponível para uso ou venda;
- Sua intenção de completar o ativo e a capacidade de usar ou vender o ativo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos para completar o ativo; e
- A capacidade de medir com precisão o desembolso durante o desenvolvimento.

Os custos de desenvolvimento que não obedecem a estes critérios de capitalização são levados aos resultados do período. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos intangíveis são posteriormente mensurados usando o modelo de custo.

#### **Ativo imobilizado**

O nome ativo imobilizado é dado a todos os ativos tangíveis da Controladora e suas subsidiárias detidos para uso na produção ou na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos, e que se espera que sejam ainda utilizados durante mais de um período, ou seja, mais de um ano, e que satisfaçam as seguintes condições:

- É provável que a Controladora e suas subsidiárias obtenham benefícios econômicos futuros com o ativo;
- O custo pode ser medido com precisão;
- A Controladora e suas subsidiárias detêm todos os riscos e benefícios decorrentes do uso ou posse do ativo, e
- São ativos cujo custo de aquisição individual excede 50 UVT (Tax-Value Units), exceto para aqueles ativos definidos pela administração da Controladora e de suas subsidiárias que estão relacionados com o objetivo central do negócio, e há interesse em controlá-los dado que a Controladora e suas subsidiárias adquirem tais ativos frequentemente e em valores significativos.

Ativo imobilizado é inicialmente mensurado ao custo; posteriormente, é mensurado ao custo, deduzida a depreciação acumulada e deduzida a perda acumulada por redução ao valor recuperável.

O custo do ativo imobilizado inclui o custo de aquisição, impostos de importação, impostos indiretos não recuperáveis, custos futuros de desmontagem, se houver, custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo recuperável e os custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e condições de uso previstas pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, líquidos de descontos comerciais e abatimentos.

Os custos incorridos para expansão, modernização e melhorias que aumentam a produtividade, capacidade ou eficiência, ou um aumento na vida útil do ativo, são lançados como um valor maior do ativo. Os custos de manutenção e reparo dos quais não estão previstos benefícios futuros são levados aos resultados do período.

Os terrenos e edifícios são considerados bens individuais, onde quer que seja viável do ponto de vista técnico a separação material e física, mesmo que tenham sido adquiridos em conjunto.

As construções em andamento são transferidas para ativos operacionais após a conclusão da construção ou início da operação, e depreciadas a partir desse momento.

A vida útil do terreno é ilimitada e, conseqüentemente, não é depreciada. Todos os outros itens de ativo imobilizado são depreciados usando o método linear ao longo de sua vida útil estimada, considerando o valor residual nulo. Os grupos de ativo imobilizado e vidas úteis relevantes são os seguintes:

|   |  |
|---|--|
| Bens de baixo valor                     | 3 anos   |
| Computadores                            | 5 anos   |
| Veículos                                | 5 anos   |
| Máquinas e equipamentos                 | de 10 a 20 anos  |
| Móveis e equipamentos de escritório     | de 10 a 12 anos  |
| Outros equipamentos de transporte       | de 5 a 20 anos   |
| Armamento da equipe de vigilância       | 10 anos  |
| Edifícios                               | de 40 a 50 anos  |
| Melhorias nas propriedades de terceiros | 40 anos ou o prazo do contrato de locação ou o restante do prazo de locação(*), o que for menor. |

(\*) As melhorias urbanas relacionadas com a construção ou entrega de recursos ambientais e/ou relacionadas com a melhoria visual ou arquitetônica da zona afetada pela construção ou obra sob a responsabilidade da Controladora e suas subsidiárias, são reconhecidas nos resultados do período.

A Controladora e suas subsidiárias estimam a depreciação por componentes, o que significa aplicar a depreciação individual aos componentes de um ativo com vidas úteis diferentes do ativo como um todo e que tem um custo material em relação ao ativo fixo inteiro. O custo é considerado material quando o componente excede 50% do valor total do ativo, ou quando pode ser identificado individualmente, com base em um custo individual do componente de 32 Salários Mínimos Mensais Legais em vigor (SMMLV).

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período anual e as mudanças, se houver, são aplicadas prospectivamente.

Um item de ativo imobilizado é desreconhecido quando de sua venda ou onde quer que não se espere benefício econômico futuro do uso ou disposição do mesmo. O ganho ou perda do desreconhecimento de um ativo é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. Tal efeito é reconhecido nos resultados do período.

#### **Propriedade de investimento**

É propriedade detida para obter lucros ou ganhos de capital e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para uso administrativo ou venda no curso normal dos negócios. Esta categoria inclui os centros comerciais e outros bens de propriedade da Controladora e suas subsidiárias.

As propriedades de investimento são inicialmente medidas pelo custo, incluindo os custos de operação. Após o reconhecimento inicial, são avaliadas pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.



A propriedade de investimento é depreciada usando o método linear ao longo da vida útil estimada, considerando o valor residual. A vida útil estimada para depreciar edifícios classificados como propriedade de investimento é de 40 a 50 anos.

As transferências são feitas de propriedades de investimento para outros ativos e de outros ativos para propriedades de investimento somente onde houver uma mudança no uso do ativo. Para transferências de propriedades de investimento para ativo imobilizado ou para estoques, o custo levado em consideração para a contabilização subsequente é o valor contábil na data em que o uso é alterado. Se um ativo imobilizado se tornar propriedade de investimento, ele será registrado pelo valor contábil na data em que for alterado.

Situações que podem levar à transferência são:

- A Controladora e suas subsidiárias ocuparão o ativo classificado como propriedade de investimento; neste caso, o ativo é reclassificado para ativo imobilizado,
- A Controladora e suas subsidiárias iniciam um empreendimento na propriedade de investimento ou ativo imobilizado para sua venda, desde que haja um avanço significativo no desenvolvimento de ativos tangíveis ou no projeto a ser vendido como um todo. Nesses eventos, o ativo é reclassificado para inventários,
- A Companhia e suas subsidiárias firmam um contrato de arrendamento operacional com um terceiro sobre um item ativo imobilizado. Neste caso, o ativo é reclassificado para propriedade de investimento.

A propriedade de investimento é desreconhecida quando de sua venda ou onde quer que não se espere nenhum benefício econômico futuro do uso ou disposição da mesma.

O ganho ou perda do desreconhecimento das propriedades de investimento é estimado como a diferença entre a receita líquida da venda e o valor contábil do ativo. O efeito é levado à renda durante o período em que o ativo foi desreconhecido.

Os justos valores das propriedades de investimento são atualizados anualmente para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

#### **Ativo não circulante mantido para negociação e operações descontinuadas**

Ativo não circulante e os grupos de bens para alienação são classificados como detidos para negociação se seu valor contábil for recuperado através de uma venda ao invés de continuar a usá-lo e não satisfizerem as condições para serem classificados como inventário imobiliário.

Tal condição é atendida onde quer que um ativo ou grupo de ativos esteja disponível para venda imediata, sob condição atual, e a venda seja altamente provável de ocorrer. Para que a venda seja altamente provável, a administração da Controladora e suas subsidiárias devem estar comprometidas com um plano de venda do ativo (ou ativo ou grupo para alienação) e a venda é esperada dentro do ano seguinte à data da classificação.

Ativo não circulante e grupos de ativos para alienação são mensurados pelo menor valor contábil ou justo valor, menos os custos de venda, e não são depreciados ou amortizados a partir da data em que são classificados como mantidos para negociação. Tais ativos ou grupos de ativos são mostrados em ativo circulante.

A receita, custos e despesas de uma operação descontinuada são apresentados separadamente daqueles de atividades contínuas, e em uma única linha após o imposto de renda, na demonstração do resultado do período corrente e no período comparativo do ano anterior, mesmo que uma participação não controladora na operação descontinuada seja mantida após a venda. Uma operação é considerada descontinuada sempre que se enquadre na definição de ativo não circulante detido para negociação e represente uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais para a Controladora e suas subsidiárias, ou uma subsidiária adquirida com fins comerciais ou que façam parte de um único plano coordenado para manter uma linha de negócios ou área geográfica de operações que sejam materiais e sejam consideradas separadas.

#### **Arrendamentos financeiros**

Arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros quando todos os riscos e benefícios da propriedade do imóvel arrendado são substancialmente transferidos para o locatário. Alguns dos critérios a serem levados em consideração atualmente definem se riscos e benefícios substanciais foram transferidos, incluindo (a) quando o prazo do arrendamento for igual ou superior a 75% da vida econômica do bem e/ou (b) quando o valor atual dos pagamentos mínimos sob o contrato de arrendamento for igual ou superior a 90% do justo valor do bem.

As prestações de arrendamento contingentes são estimadas com base na causa que resulta na variação da prestação por outros motivos que não a passagem do tempo.

##### **a. A Controladora e suas subsidiárias como arrendatárias**

Sempre que a Controladora e suas subsidiárias atuam como arrendatária de um bem objeto de arrendamento financeiro, o bem arrendado é apresentado na demonstração da posição financeira como um ativo, de acordo com a natureza do bem conforme o contrato de arrendamento e, ao mesmo tempo, um passivo no mesmo valor é registrado na demonstração da posição financeira, estimado como o menor entre o justo valor do bem arrendado ou o valor presente das prestações mínimas a pagar ao arrendador, mais, conforme aplicável, o preço da opção de compra.

Quanto às vidas úteis, tais ativos são depreciados ou amortizados com o mesmo critério aplicado aos elementos do ativo imobilizado, ou ativos intangíveis de uso próprio, desde que a propriedade do ativo seja transferida para a Controladora e suas subsidiárias no final do contrato, via opção de compra ou então; caso contrário, as vidas úteis são estabelecidas como o prazo do contrato ou a vida útil do elemento do ativo imobilizado, o que for menor.

As prestações do leasing são divididas entre os juros e a diminuição do principal. As despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultados do período.

b. A Controladora e suas subsidiárias como arrendadoras

Onde quer que a Controladora e suas subsidiárias atuem como arrendador de um ativo sob arrendamento financeiro, o ativo arrendado não é mostrado como ativo imobilizado, dado que os riscos associados ao imóvel foram transferidos para o arrendatário; ao invés disso, um ativo financeiro é reconhecido pelo valor presente das prestações mínimas do arrendamento a receber mais o valor residual não garantido.

As prestações do leasing recebidas são divididas entre os juros e a diminuição do principal. A receita financeira relacionada aos juros é reconhecida na demonstração de resultados do período.

### **Arrendamentos operacionais**

São contratos de arrendamento sob os quais todos os riscos e benefícios substanciais ligados ao bem permanecem com o arrendador.

Os pagamentos ou cobranças por conta do arrendamento operacional são reconhecidos como despesas ou receitas na demonstração de resultados em base linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento. Os pagamentos ou cobranças contingentes são reconhecidos durante o período em que são incorridos.

Sempre que a Empresa faz pagamentos antecipados ou recebe pagamentos antecipados por conta de contratos de arrendamento, relacionados ao uso de bens, tais pagamentos são contabilizados como despesas pagas antecipadamente e as cobranças são receitas contabilizadas recebidas antecipadamente, e ambos são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento.

### **Direitos de uso**

Os ativos de direitos de uso são ativos que representam o direito da Controladora e suas subsidiárias como locatários de usar um ativo subjacente durante o prazo de um contrato de arrendamento.

Eles são inicialmente medidos pelo custo, que inclui o valor presente dos pagamentos sob o contrato de arrendamento descontado à taxa incremental de empréstimos da Controladora e suas subsidiárias, mais os custos indiretos incorridos sob o contrato de arrendamento, mais uma estimativa dos custos necessários para dismantelar o ativo subjacente após o término do contrato de arrendamento. Posteriormente, eles são medidos ao custo menos depreciação acumulada e menos perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, mais ajustes de medidas de obrigações de arrendamento relevantes para o direito de uso.

As vidas úteis dos direitos de uso são definidas pelos termos irrevogáveis dos contratos de arrendamento que cobrem os ativos subjacentes juntamente com os períodos cobertos por uma opção para estender o prazo ou uma opção para rescindir o contrato de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias não possuem bens decorrentes do direito de uso:

- contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes são bens de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório,
- contratos de arrendamento para ativos subjacentes com prazo inferior a um ano,
- contratos de arrendamento que cobrem ativos intangíveis.

### **Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimo diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou fabricação de um ativo qualificado, em outras palavras, um ativo que necessariamente leva um período substancial de tempo (geralmente mais de seis meses) para ficar pronto para seu uso pretendido ou venda, são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo. Outros custos de empréstimo são contabilizados como despesas durante o período em que são incorridos. Os custos do empréstimo são feitos com juros e outros custos incorridos para garantir o empréstimo.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

No encerramento de cada período anual, a Controladora e suas subsidiárias avaliam se há indicação de que o valor de um ativo possa estar deteriorado. Ativos com vida útil definida estão sujeitos à redução do valor recuperável de ativos financeiros, desde que haja evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos subsequentes ao reconhecimento inicial, o valor contábil do ativo não pode ser recuperado, total ou parcialmente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não sujeitos a amortização são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável no encerramento de cada ano, exceto para aqueles ativos intangíveis vinculados a uma combinação de negócios ainda em período de medição onde a pesquisa de alocação do preço de compra não foi concluída.

Perda por redução ao valor recuperável indicadores definidos pela Controladora e suas subsidiárias, além de fontes de dados externas (ambiente econômico e valor de mercado dos ativos, entre outros), são baseados na natureza dos ativos:

- Ativos móveis vinculados a uma unidade geradora de caixa: relação entre o valor contábil líquido dos ativos relacionados a cada loja e o valor de venda (IVA inclusive). Se esta proporção for superior à porcentagem definida para cada formato, então há indicação de perda por redução ao valor recuperável;
- Imóveis: comparação do valor contábil líquido dos ativos com o seu valor de mercado.

Para avaliar perdas por redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no nível de unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa, conforme aplicável, e é feita uma estimativa do valor recuperável deles. A Controladora e suas subsidiárias definiram cada loja ou cada loja como uma unidade geradora de caixa individual. Em relação ao Ágio, as unidades geradoras são agrupadas com base na marca, que representa o valor mais baixo ao qual o Ágio é monitorado.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor menos os custos de venda da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa e o valor em uso. Este valor recuperável é estimado para um ativo individual, a menos que tal ativo não gere nenhum fluxo de caixa independentemente dos fluxos de caixa obtidos por outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com encargos ao período resulta no montante do excesso do valor contábil do ativo sobre o valor recuperável do mesmo, primeiro reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa; caso haja um saldo remanescente, reduzindo todos os outros ativos da unidade geradora de caixa ou grupo de unidades em função do valor contábil de cada ativo até que tal valor contábil atinja zero.

Para determinar o justo valor menos os custos de venda, um modelo de preço é usado de acordo com a unidade ou grupos de unidades geradoras de caixa, caso possa ser estabelecido.

Para avaliar o valor em uso:

- É feita uma estimativa dos futuros fluxos de caixa da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa durante um período que não deve exceder cinco anos. Os fluxos de caixa além do período previsto são estimados pela aplicação de uma taxa de crescimento constante ou decrescente.
- O valor terminal é estimado aplicando uma taxa de crescimento perpétuo, de acordo com o fluxo de caixa previsto no final do período explícito.
- Os fluxos de caixa e o valor terminal são descontados ao valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que corresponde às taxas de mercado pendentes que refletem o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos particulares ligados à unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não existem mais ou se foram reduzidas; em tais eventos, o valor contábil da unidade geradora de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa é aumentado para a nova estimativa do valor recuperável, sem exceder o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda anterior por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. Tal reversão é reconhecida como receita no resultado do período, exceto o ágio cuja perda por redução ao valor recuperável não é revertida.

### **Estoques**

Os estoques incluem bens adquiridos com o propósito de serem vendidos no curso normal dos negócios, bens em processo de fabricação ou construção com vistas à venda por sucção e bens a serem consumidos no processo de produção ou prestação de serviços.

Os estoques em trânsito são reconhecidos no recebimento de todos os riscos e benefícios substanciais ligados ao ativo, de acordo com as obrigações de alto desempenho cumpridas pelo vendedor, conforme apropriado sob condições de aquisição.

Os inventários também incluem bens imóveis onde a construção ou desenvolvimento de um projeto imobiliário tenha sido iniciado com vistas a vendas futuras.

Os estoques são avaliados através da aplicação do método PEPS, enquanto a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e suas subsidiárias avaliam seus estoques ao custo médio ponderado, basicamente devido aos diferentes impostos reconhecidos na aquisição de estoques (no segmento Brasil) que teriam um efeito na avaliação final dos estoques sob o método PEPS. O custo de reconhecimento inicial inclui custos de aquisição, custos de processamento e outros custos incorridos para trazer os estoques para sua localização e condição atual, ou seja, após a conclusão do processo de produção ou recebimento na loja. Os custos de logística e descontos de fornecedores são capitalizados como parte dos estoques e reconhecidos no custo das mercadorias vendidas quando da venda dos mesmos.

Os estoques são avaliados no encerramento do período pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização.

A Controladora e suas subsidiárias avaliam se as perdas por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecidas no estoque não existem mais ou diminuíram; nestes eventos, o valor contábil dos estoques é o menor entre o custo e o valor líquido de realização. Esta reversão é reconhecida como uma diminuição da perda por redução ao valor recuperável.

A Controladora e suas subsidiárias fazem uma estimativa de obsolescência e perdas físicas de estoques, com base na idade dos estoques, mudanças nas condições de fabricação e venda, regulamentos comerciais, probabilidade de perda e outras variáveis que afetam o valor recuperável.

### **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros com justo valor através da renda;
- Ativos financeiros medidos pelo custo amortizado, e
- Ativos financeiros com justo valor através de outro resultado abrangente.

A classificação depende do modelo de negócio utilizado para administrar os ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa do ativo financeiro; tal classificação é definida a partir do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são classificados como ativo circulante, se vencerem em menos de um ano; caso contrário, são classificados como ativo não circulante.

a. Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado

Inclui ativos financeiros incorridos, buscando principalmente gerenciar a liquidez através de vendas frequentes do instrumento. Esses instrumentos são mensurados ao justo valor e as variações de valor são levadas à renda no momento de sua ocorrência.

b. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos conhecidos e datas de vencimento fixas, para os quais existe a intenção e a capacidade de cobrar os fluxos de caixa do instrumento sob um contrato.

Estes instrumentos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é estimado pela adição ou dedução de qualquer prêmio ou desconto, receita ou custo incremental, durante o restante da vida útil do instrumento. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado pela amortização ou se houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Estes ativos financeiros são apresentados como ativo não circulante, com exceção daqueles com vencimento em menos de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

c. Ativos financeiros ao justo valor em outro resultado abrangente

Representam investimentos de renda variável não detidos para negociação nem considerados como uma contrapartida contingente do adquirente em uma combinação de negócios. Com relação a estes investimentos, no reconhecimento inicial foi tomada a decisão irrevogável de apresentar os ganhos ou perdas em outra renda abrangente, com base em uma mensuração subsequente com justo valor.

Os ganhos e perdas decorrentes da nova mensuração em justo valor foram reconhecidos em outra renda integral até que o ativo seja desreconhecido. Neste caso, os ganhos e perdas reconhecidos anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para lucros retidos.

Estes ativos financeiros são incluídos como ativo não circulante a menos que a intenção seja alienar o investimento dentro de 12 meses a partir da data da demonstração da posição financeira.

d. Desreconhecimento

Um ativo financeiro, ou uma parte dele, é desreconhecido quando de sua venda, transferência, expiração ou perda de controle sobre os direitos contratuais ou sobre os fluxos de caixa do instrumento. Quando substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são retidos pela Controladora e suas subsidiárias, um ativo financeiro continua sendo reconhecido na demonstração da posição financeira pelo seu valor total.

e. Método de juros efetivos

É o método para estimar o custo amortizado de um ativo financeiro e a alocação da receita de juros durante todo o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos líquidos de caixa futuros a receber estimados (incluindo todos os encargos e receitas provenientes de vencimentos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, custos de operação e outras recompensas ou descontos), durante a vida útil esperada de um ativo financeiro.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Dado que os créditos comerciais a receber e outras contas a receber são consideradas como créditos de curto prazo de menos de 12 meses a partir da data de emissão e não contendo um componente financeiro significativo, a perda por redução ao valor recuperável é estimada desde o reconhecimento inicial e em cada data de apresentação como a perda esperada para os 12 meses seguintes.

Para ativos financeiros, exceto aqueles mensurados ao justo valor, as perdas esperadas são medidas ao longo da vida útil do ativo relevante. Para este fim, é determinado se o risco de crédito decorrente do ativo avaliado individualmente aumentou significativamente, comparando-se o risco de inadimplência na data de apresentação com o risco na data de reconhecimento inicial; se assim for, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no período resulta no valor das perdas de crédito esperadas nos 12 meses seguintes.

g. Empréstimos e contas a receber

Empréstimos e contas a receber são ativos financeiros emitidos ou adquiridos em troca de dinheiro, bens ou serviços entregues a um devedor.

As contas a receber de operações de venda são mensuradas pelos valores das faturas, deduzidas as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Estas contas a receber são reconhecidas quando todos os riscos e benefícios foram transferidos a terceiros e todas as obrigações de desempenho acordadas com o cliente foram cumpridas ou estão em processo de serem cumpridas.

Empréstimos de longo prazo (mais de um ano da data de emissão) são avaliados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos sempre que os valores envolvidos forem materiais. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração de resultados.

Estes instrumentos são incluídos como ativo circulante, exceto para aqueles com vencimento após 12 meses da data da demonstração da posição financeira, que são classificados como ativo não circulante. As contas a receber que devem ser liquidadas durante um período superior a 12 meses e incluem pagamentos durante os primeiros 12 meses, são apresentadas como parcela não circulante e parcela corrente, respectivamente.

h. Capital circulante líquido

Inclui recursos e disponibilidades em bancos, e investimentos altamente líquidos. Para serem classificados como aplicações de elevada liquidez, os investimentos devem atender os seguintes critérios:

- (a) Investimentos de curto prazo, em outras palavras, com prazos menores ou iguais a três meses a partir da data de aquisição;
- (b) Investimentos de alta liquidez;
- (c) Prontamente convertidos em dinheiro, e
- (d) Sujeito a baixo risco de mudança de valor.

Na demonstração da situação financeira, as contas contábeis que mostram os saques a descoberto reais junto às instituições financeiras são classificadas como passivos financeiros. Na demonstração dos fluxos de caixa, tais saques a descoberto são mostrados como um componente de capital circulante líquido, desde que sejam parte integrante do regime de gerenciamento de caixa da Controladora e de suas subsidiárias.

**Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Controladora e suas subsidiárias se tornam uma parte de acordo com os termos e condições do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros com justo valor através da receita e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

a. Passivos financeiros mensurados ao justo valor no resultado

Os passivos financeiros são classificados sob esta categoria quando mantidos para negociação ou quando no reconhecimento inicial são designados ao justo valor no resultado.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Incluem empréstimos recebidos e títulos emitidos, que são inicialmente mensurados ao montante real recebido líquido dos custos de operação e posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, reconhecendo a despesa com juros com base na rentabilidade efetiva.

c. Desreconhecimento

O passivo financeiro, ou parte dele, é desreconhecido, ou a extinção da obrigação contratual.

d. Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é o método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e a alocação das despesas com juros ao longo do período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta com precisão os fluxos de caixa futuros estimados a pagar durante a vida esperada de um passivo financeiro, ou, conforme apropriado, um período mais curto sempre que uma opção de pré-pagamento estiver associada ao passivo e for provável que ela seja exercida.

**Derivativos incorporados**

A Controladora e suas subsidiárias implementaram um procedimento que permite avaliar a existência de derivativos incorporados em contratos financeiros e não financeiros. Caso exista um derivativo incorporado, e se o acordo principal não for contabilizado com justo valor, o procedimento define se as características e riscos dele não estão intimamente relacionados com o acordo principal, caso em que é necessário reservar separadamente.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos com justo valor, tanto inicialmente quanto posteriormente. Os instrumentos derivativos são reconhecidos como ativos financeiros quando seu justo valor envolve um direito, e como passivos financeiros quando seu justo valor envolve uma obrigação.

O justo valor desses instrumentos é estimado na data de encerramento da apresentação das demonstrações contábeis.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no justo valor dos instrumentos derivativos são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, exceto aqueles mantidos sob contabilidade de hedge e considerados como hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimento líquido no exterior.

As operações com derivativos envolvem forwards e swaps, visando reduzir o risco de mercado de ativos e passivos, utilizando as melhores estruturas de hedge disponíveis no mercado, sendo capazes de estabilizar o fluxo de caixa do serviço da dívida.

Quanto aos forwards, a intenção é administrar o risco cambial, e quanto aos swaps, administrar adicionalmente o risco de taxa de juros em moeda estrangeira. Os efeitos de ambos, instrumentos financeiros derivativos e elementos cobertos são reconhecidos na demonstração de resultados sob a rubrica de resultados financeiros líquidos.

Mesmo que seja verdade que a Controladora e suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos, nessas demonstrações contábeis tais derivativos não foram considerados instrumentos de hedge, uma vez que não atendem aos requisitos estabelecidos pelas Normas Internacionais de Informação Financeira aceitas na Colômbia.

Os forward e swaps que atendem aos requisitos de contabilidade de hedge são reconhecidos de acordo com a política de contabilidade de hedge.

Os derivativos financeiros são mensurados ao justo valor utilizando técnicas de avaliação financeira baseadas em fluxos de caixa descontados. As variáveis utilizadas para avaliação são as taxas de câmbio em vigor na data de avaliação aplicáveis às moedas acordadas no instrumento e as taxas de juros associadas a elas.

### **Contabilidade de hedge**

Controladora e suas subsidiárias realizam operações de hedge sob contratos a termo e de swap, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e de juros aplicáveis a seus passivos.

Os instrumentos de hedge são mensurados pelo justo valor e a contabilidade de hedge somente será utilizada se:

- A relação de hedge foi claramente definida e documentada inicialmente, e
- A eficácia da hedge pode ser evidenciada inicialmente e ao longo de sua vida.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item ou operação coberta, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual a eficácia do instrumento de hedge será medida ao compensar a exposição a mudanças no justo valor do item coberto ou a mudanças nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

Os hedges são considerados eficientes quando existe uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge, os efeitos do risco de crédito não prevalecem sobre as mudanças de valor decorrentes da relação econômica, e a relação de hedge é a mesma que surge do item coberto e do montante do instrumento de hedge utilizado.

Os instrumentos de hedge são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, ou seja, na data de execução do contrato de derivativo, e posteriormente mensurados pelo justo valor. Eles são apresentados como ativo não circulante ou passivo não circulante onde o vencimento remanescente do item protegido por hedge ultrapassar 12 meses, e, na falta disso, como ativo circulante e passivo circulante se o vencimento do item protegido por hedge não ultrapassar 12 meses.

Os hedges são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios rigorosos de contabilidade de hedge:

- Hedge de fluxo de caixa: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período.

A parcela efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos de hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outro resultado abrangente. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de resultados.

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para a demonstração do resultado onde quer que a transação coberta tenha um impacto nos resultados, no mesmo item da demonstração do resultado onde o item coberto foi reconhecido. Entretanto, quando a transação prevista que é protegida resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, os ganhos ou perdas reconhecidos anteriormente em outros resultados abrangentes são reclassificados pelo valor inicial de tal ativo ou passivo.

A contabilidade de hedge é descontinuada ao se anular a relação de hedge, quando o instrumento de hedge vence ou é vendido, expira ou é exercido, ou não se qualifica mais para contabilidade de hedge. Nesses eventos, qualquer ganho ou perda reconhecido em outro resultado abrangente é mantido em patrimônio líquido e reconhecido quando a transação prevista tem um impacto nos resultados do período. Quando não é mais esperado que uma transação prevista ocorra, então o ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado.

- Hedge de justo valor: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos.

Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de cobertura de justo valor é reconhecida na demonstração de resultados como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é contabilizada como parte do valor contábil do item coberto, e também é reconhecida na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira.

Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente no justo valor do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido nos resultados do período.

- Hedges de investimento líquido no exterior: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios estrangeiros para a moeda do relatório da empresa.

A parcela efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido no exterior é reconhecida em outro resultado abrangente. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é prontamente reconhecido na demonstração de resultados.

Se a Controladora e suas subsidiárias alienarem um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração de resultados.

## **Pagamentos baseados em ações**

Os funcionários (incluindo a alta administração) da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, por meio dos quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos de capital ("Operações liquidadas com ações").

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como uma despesa de período com um aumento no patrimônio líquido como entrada de saldo, durante o período em que as condições de desempenho e serviço são atendidas. As condições de serviço exigem que um funcionário complete um determinado período de serviço, e as condições de desempenho exigem que um funcionário complete um determinado período de serviço e determinadas metas de desempenho.

As despesas acumuladas reconhecidas dos instrumentos de patrimônio no encerramento de cada período até a data de aquisição (irrevogabilidade) do benefício, refletem o grau em que o período de aquisição expirou e a melhor estimativa do número de instrumentos de patrimônio que eventualmente serão adquiridos. Entende-se que a data de aquisição é aquela em que a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e seus funcionários chegam a um acordo sobre pagamentos baseados em ações, ou seja, quando as partes chegam a um entendimento sobre os termos e condições do acordo. Nessa data, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD confere à sua contraparte o direito de receber instrumentos de capital, sujeito ao cumprimento, quando apropriado, de certas condições de aquisição de direitos (irrevogabilidade).

Quando um instrumento de capital é alterado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que teria sido incorrida se as condições não tivessem mudado; é reconhecida despesa adicional para qualquer alteração que possa aumentar o justo valor do pagamento baseado em ações, ou que seja de benefício para o funcionário, medido na data da alteração.

No cancelamento de um instrumento de capital próprio, o tratamento é dado como se estivesse totalmente adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida relacionada ao prêmio é imediatamente reconhecida nos resultados do período. Isto inclui qualquer prêmio cujas condições não consolidadas, sob o controle da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD ou sob o controle do empregado, não sejam cumpridas. Entretanto, se o plano que foi cancelado for substituído por outro plano e for nomeado como substituto na data em que for executado, o plano de concessão cancelado e o novo plano são tratados como se fossem e alteração do plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de operações de instrumentos patrimoniais liquidados são tratados de forma igualitária.

## **Benefícios para os empregados**

### **a. Planos de contribuição definidos**

Planos de benefícios pós-emprego sob os quais existe a obrigação de fazer certas contribuições pré-determinadas a uma entidade separada (um fundo de aposentadoria ou companhia de seguros) e não há mais nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. Tais contribuições são reconhecidas como despesas na demonstração de resultados, na medida em que as contribuições relevantes são exigíveis.

### **b. Planos de benefícios pós-emprego definidos**

Os planos de benefícios pós-emprego são aqueles sob os quais existe uma obrigação de pagamento de pensão de aposentadoria e indenização retroativa, de acordo com as exigências legais colombianas. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefícios definidos.

As obrigações definidas dos planos de benefícios pós-emprego são estimadas individualmente para cada plano, com o apoio de terceiros independentes, aplicando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada, utilizando hipóteses atuariais na data do período reportado, tais como: expectativas de aumento salarial, tempo médio de emprego, expectativa de vida e rotatividade de pessoal. Para 2019 e 2018, as informações sobre suposições atuariais relativas à Controladora e suas subsidiárias colombianas são tomadas como referência ao Decreto Regulamentar 2131 de 22 de dezembro de 2016. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos em outro resultado abrangente. Despesas com juros sobre benefícios pós-emprego definidos, bem como liquidações e reduções de planos, são reconhecidas nos resultados do período como custos financeiros.

### **c. Benefícios a longo prazo para empregados**

Estes são benefícios que não devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses após a data de encerramento da demonstração da posição financeira em relação aos quais os funcionários prestam seus serviços. Estes benefícios referem-se a bônus de tempo de serviço e benefícios similares. A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir benefícios de longo prazo.

A responsabilidade pelos benefícios de longo prazo é determinada separadamente para cada plano com o apoio de terceiros independentes, seguindo a avaliação atuarial do método da unidade de crédito prevista, usando as premissas atuariais na data do período de relatório. O custo do serviço atual, custo do serviço passado, custo para juros, ganhos e perdas atuariais, assim como os acordos ou reduções no plano são imediatamente reconhecidos na demonstração de resultados.

### **d. Benefícios a curto prazo para empregados**

Estes são benefícios que devem ser totalmente liquidados dentro de doze meses e após a data de fechamento da demonstração da posição financeira em relação à qual os funcionários prestam seus serviços. Tais benefícios incluem uma participação nos lucros a pagar aos funcionários com base no desempenho. As obrigações de benefícios de curto prazo são medidas com base na melhor estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações na data de encerramento do período de relatório.

e. Benefícios de rescisão do contrato de emprego

A Controladora e suas subsidiárias pagam aos funcionários certos benefícios após a rescisão, sempre que for tomada a decisão de rescindir um contrato de trabalho antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que um funcionário aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão de seu contrato de trabalho.

Os benefícios de rescisão são classificados como benefícios de curto prazo para empregados e são reconhecidos nos resultados do período quando se espera que sejam totalmente liquidados dentro de 12 meses do fechamento do período de relatório; e são classificados como benefícios de longo prazo para empregados quando se espera que sejam liquidados após 12 meses do fechamento do período de relatório.

#### **Responsabilidades de arrendamento**

Inicialmente, as responsabilidades de arrendamento compreendem pagamentos pelo direito de uso do ativo subjacente durante o prazo do contrato de arrendamento, incluindo pagamentos fixos, pagamentos variáveis do arrendamento e o pagamento de multas decorrentes da rescisão do contrato de arrendamento. Posteriormente, as obrigações de arrendamento são medidas aumentando o valor contábil para refletir os juros, reduzindo o valor contábil para mostrar os pagamentos de aluguel efetuados e remensurando o valor contábil para refletir novas emendas ao contrato de arrendamento.

#### **Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem como provisões todas as obrigações pendentes na data da demonstração da posição financeira, resultantes de eventos passados, que podem ser mensurados com precisão e a liquidação dos mesmos pode exigir uma saída de recursos incorporando benefícios econômicos e cujo momento e/ou montante são incertos.

As provisões são reconhecidas pelo valor atual da melhor estimativa de saída de caixa necessária para liquidar o passivo. Nos casos em que houver expectativa de que a provisão será reembolsada, total ou parcialmente, o reembolso é reconhecido como um ativo independente com uma receita como entrada de saldo, somente quando tal reembolso for virtualmente certo.

As provisões são revisadas periodicamente e quantificadas com base nas melhores informações disponíveis na data da demonstração da posição financeira.

As provisões sob contratos para contraprestação são passivos presentes decorrentes de contratos para contraprestação e reconhecidas como provisões sempre que os custos inevitáveis a serem incorridos na execução do contrato excederem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos nos termos do mesmo.

Uma provisão de reorganização empresarial é reconhecida sempre que houver uma obrigação construtiva de conduzir uma reorganização, ou seja, quando um plano formal e detalhado de reorganização tiver sido preparado e tiver levantado uma provisão de valor naqueles afetados porque suas condições gerais foram anunciadas antes do encerramento do período de relatório.

Os passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados, cuja existência está sujeita à ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e suas subsidiárias; ou obrigações atuais decorrentes de eventos passados, dos quais o valor da obrigação não pode ser estimado com exatidão ou não é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Os passivos contingentes não são incluídos nas demonstrações contábeis; em vez disso, são divulgados em notas às demonstrações contábeis, exceto para aqueles individualmente incluídos no relatório de preços de compra sob uma combinação de negócios, cujo justo valor pode ser estabelecido com precisão e em relação aos quais uma saída de recursos para liquidar a obrigação é considerada remota.

Um ativo contingente é um possível ativo que surge de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros não inteiramente sob o controle da Controladora e suas subsidiárias. Os ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira até que a realização da receita seja virtualmente verdadeira; em vez disso, eles são divulgados nas notas às demonstrações contábeis.

#### **Impostos**

Os impostos incluem obrigações a pagar ao Governo pela Controladora e suas subsidiárias, determinadas com base em liquidações privadas geradas durante o período tributável relevante.

Os impostos incluem:

##### Colômbia:

- Imposto de renda,
- Imposto sobre bens imóveis, e
- Imposto industrial e comercial.

##### Brasil:

- Contribuição Financeira para a Previdência Social (COFINS),
- Imposto de Seguridade Social (PIS),
- Imposto sobre Serviços (ISS),
- Imposto sobre a Propriedade (IPTU),
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e
- Imposto de Renta de Pessoas Jurídicas (IRPJ).



#### Argentina:

- Imposto de renda,
- Impostos provinciais,
- Imposto sobre bens pessoais - parte responsável substituta, e
- Imposto municipal sobre o comércio e a indústria.

#### Uruguai:

- Imposto de renda (IRIC),
- Imposto sobre o patrimônio,
- Imposto predial,
- Imposto industrial e comercial,
- Imposto sobre Controle de Sociedades Anônimas (ICOSA),
- Imposto nacional sobre a produção de vinho (INAVI) e
- Imposto sobre a Alienação ou Transferência de Bens Agrícolas e Pecuários (IMEBA)

#### Imposto de renda atual

O imposto de renda atual para a Controladora e suas subsidiárias na Colômbia é cobrado sobre o maior entre o lucro presumido e o lucro líquido tributável à alíquota oficial aplicável anualmente em cada encerramento de apresentação de demonstrações contábeis. A despesa de imposto de renda corrente é reconhecida com a cobrança do imposto de renda.

No caso de subsidiárias brasileiras, o imposto de renda inclui o "Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ)" e a "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL)", apurado sobre o lucro ajustado de acordo com a regulamentação em vigor.

Para as subsidiárias no Uruguai, o Imposto de Renda é cobrado à alíquota oficial do imposto de renda no encerramento de cada ano.

A despesa de imposto de renda é reconhecida com a cobrança do imposto de renda.

Os ativos e passivos fiscais atuais são compensados para fins de apresentação se houver um direito legalmente exigível, se tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal e a intenção é liquidá-los pelo valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido surge de diferenças temporárias e outros eventos que dão origem a diferenças entre a base contábil e a base tributável dos ativos e passivos. O imposto de renda diferido é reconhecido pelo valor não descontado que a Sociedade espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais, avaliado às alíquotas fiscais esperadas a serem aplicadas durante o período em que o ativo será realizado o passivo será liquidado.

O imposto de renda diferido ativo só é reconhecido se for provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser compensadas. Os passivos de imposto de renda diferido são sempre reconhecidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de uma combinação de negócios têm um impacto no ágio.

Os efeitos do imposto diferido são reconhecidos na renda do período ou em outra renda integral, dependendo de onde os lucros ou perdas originados foram contabilizados, e são apresentados na demonstração da posição financeira como itens não circulantes.

Para fins de apresentação, os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legalmente exigível e tiverem sido incorridos com a mesma autoridade fiscal.

Nenhum passivo fiscal diferido é contabilizado pelo total das diferenças que podem surgir entre os saldos contábeis e os saldos tributáveis de investimentos em coligadas e joint ventures, uma vez que a isenção contida no IAS 12 é aplicada no registro de tais passivos fiscais diferidos.

#### **Capital social**

O capital aportado pela Controladora é feito de ações ordinárias.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados sob patrimônio líquido como uma dedução do valor recebido, líquido de impostos.

#### **Receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes**

As receitas de atividades ordinárias sob contratos com clientes incluem vendas a varejo em lojas, prestação de serviços, vendas de projetos imobiliários e inventários, venda de garantias estendidas, arrendamento de propriedade e espaço físico e negócios complementares como seguros, viagens, telefone, transporte e financiamento a clientes, entre outros.

A receita é medida pelo justo valor da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de descontos comerciais, descontos à vista e descontos por volume; o imposto sobre valor agregado é excluído.

A receita das vendas a varejo é reconhecida quando (a) os riscos e benefícios significativos ligados à propriedade dos bens são transferidos para o comprador e as obrigações de desempenho com o cliente são satisfeitas, na maioria dos casos mediante transferência de título legal, (b) tal receita pode ser medida de forma confiável e (c) há uma probabilidade de que os benefícios econômicos da operação sejam recebidos.

A receita da prestação de serviços é reconhecida no período de realização, desde que as obrigações de desempenho acordadas com o cliente tenham sido cumpridas. Se as obrigações de desempenho da prestação de serviços estiverem sujeitas ao cumprimento de compromissos diversos, então o tempo adequado para o reconhecimento é avaliado, seja durante o período de prestação de serviços ou em um único momento. Conseqüentemente, a receita da prestação de serviços pode ser reconhecida imediatamente (quando o serviço é considerado prestado) ou ser diferida durante o período em que o serviço é prestado ou em que o compromisso é cumprido.

Quando mercadorias são vendidas juntamente com incentivos de fidelidade do cliente, a receita é destinada à venda a varejo e à venda de incentivos, a justos valores. A receita diferida da venda de incentivos é reconhecida na demonstração de resultados quando do resgate dos produtos pelo cliente, ou quando do vencimento.

Os contratos de intermediação são analisados com base em critérios específicos para determinar quando a Controladora e suas subsidiárias atuam como principal e quando atuam como agente de comissão.

A receita de dividendos é reconhecida quando surge o direito de receber pagamento por investimentos classificados como instrumentos financeiros; os dividendos recebidos de coligadas e joint ventures que são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos como um valor inferior do investimento.

A receita proveniente de royalties é reconhecida quando as condições estabelecidas nos contratos são cumpridas.

A receita dos arrendamentos operacionais de propriedades de investimento é reconhecida de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A receita de juros é reconhecida usando o método de juros efetivos.

A receita de operações de permuta é reconhecida na troca efetiva e (a) os ativos são reconhecidos no justo valor da contraprestação recebida na data da troca; ou (b) no justo valor das mercadorias entregues.

#### **Programas de fidelização**

Sob seus programas de fidelização, certas subsidiárias concedem pontos ao cliente em compras, que podem ser trocados no futuro por benefícios como prêmios ou bens disponíveis nas lojas, meios de pagamento ou descontos, resgate com aliados e programas de continuidade, entre outros. Os pontos são medidos pelo justo valor, que é o valor de cada ponto recebido pelo cliente, levando em consideração as diversas estratégias de resgate. O justo valor de cada ponto é estimado ao final de cada período contábil.

A obrigação de conceder tais pontos é registrada no passivo como uma receita diferida que representa a parcela de benefícios não resgatados a justo valor, considerando para tal efeito a taxa de resgate e a parcela estimada de pontos não resgatados pelos clientes.

#### **Custos e despesas**

Os custos e despesas são reconhecidos nos resultados do período após uma diminuição dos benefícios econômicos, associados a uma diminuição dos ativos ou um aumento dos passivos, e a avaliação pode ser medida de forma confiável.

Os custos e despesas incluem todas as saídas de caixa necessárias para completar as vendas, bem como as despesas necessárias para prestar os serviços, tais como depreciação do ativo imobilizado, despesas com pessoal, pagamentos sob contratos de serviço, reparos e manutenção, custos operacionais, seguros, taxas e despesas de arrendamento, entre outros.

#### **Lucro por ação básica e diluída**

O lucro por ação básica é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora, não incluindo o número médio de ações da Controladora detidas por uma subsidiária, se houver, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo, se houver, as ações ordinárias adquiridas pela Controladora e detidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluída é calculado pela divisão do lucro líquido do período atribuível à Controladora pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas caso todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas com efeito diluidor. O lucro líquido do período, se houver, é ajustado pelo montante de dividendos e juros relacionados aos títulos conversíveis e instrumentos de dívida subordinada.

A Controladora não realizou nenhuma operação que tenha um efeito diluidor potencial levando a lucros por ação em uma base diluída outros lucros por ação básica.

#### **Segmentos de operação**

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades comerciais das quais obtém receita sob atividades ordinárias e incorre em custos e despesas e cujos resultados operacionais são revisados continuamente pela mais alta autoridade operacional decisória da Controladora, ou seja, o Conselho de Administração, e sobre o qual há informações financeiras distintas disponíveis. A Administração da Controladora avalia a rentabilidade de tais segmentos com base na receita das atividades ordinárias sob contratos com clientes.

Para fins de apresentação, as empresas não operacionais - holdings que detêm participações nas empresas operacionais - são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso uma holding detenha participações em várias empresas operacionais, ela é alocada para a empresa operacional mais significativa.

O total de ativos e passivos por segmento não são informados internamente para fins administrativos e, consequentemente, não são divulgados na nota referente à divulgação de informações por segmento.

As informações por segmento são elaboradas sob as mesmas políticas contábeis aplicadas às demonstrações contábeis consolidadas.

## **Nota 5. Normas e interpretações novas e modificadas**

### **Nota 5.1. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Colômbia promulgou o Decreto Regulamentar 2270, de 13 de dezembro de 2019, para compilar e atualizar as estruturas técnicas que regem a elaboração das informações financeiras estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, alterado pelo Decreto Regulamentar 2496 de 2015, Decreto Regulamentar 2131 de 2016 e Decreto Regulamentar 2170 de 2017, que já haviam sido compiladas no Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018. A promulgação deste Decreto Regulamentar permite a adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira autorizadas pelo International Accounting Standards Board que são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020 e todas aquelas em vigor em 31 de dezembro de 2019, com exceção da emenda à IFRS 9 emitida em setembro de 2019.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aplicável a partir de janeiro de 2020.

#### Emenda à IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (setembro de 2019)

A emenda fornece soluções para a incerteza enfrentada pelas empresas devido à eliminação progressiva dos índices de referência relacionados às taxas de juros, como as taxas interbancárias (IBOR). As alterações introduzidas modificam certos requisitos de contabilidade de hedge, incluindo o fornecimento de informações adicionais aos investidores sobre suas relações de hedge que são diretamente afetadas por tais incertezas.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

### **Nota 5.2. Normas aplicadas a partir de 2019, emitidas antes de 1 de janeiro de 2019**

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019 de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- IFRS 16 - Arrendamentos
- Emenda à IAS 28 - Investimentos em Coligadas e joint ventures
- Emenda à IFRS 9
- Melhoria anual para o IFRSCycle 2015-2017
- Emenda à IAS 19 - Benefícios para os Empregados
- IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento do imposto de renda

Na Colômbia, essas normas e emendas foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018. Nenhum efeito significativo surgiu da aplicação destas normas, com exceção da IFRS 16 cujos efeitos foram devidamente divulgados nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2018, e são ainda incluídos e registrados nestas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2019. Na Colômbia, as Emendas à IAS 19 e à IFRIC 23 foram promulgadas por meio do Decreto Regulamentar 2270 de 13 de dezembro de 2019.

### **Nota 5.3. Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não aplicou nenhuma Norma antes.

### **Nota 5.4. Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019, emitidas antes de 1º de janeiro de 2019**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, e ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e declarações incorretas, a serem aplicadas a partir de janeiro de 2020.
- Emenda ao IFRS 3 - Combinação de negócios, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.
- Estrutura Conceitual 2018, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2021.

#### **Nota 5.5. Normas emitidas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Colômbia promulgou o Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018, para compilar e atualizar as estruturas técnicas que regem a elaboração das informações financeiras estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, alterado pelo Decreto Regulamentar 2496 de 2015, Decreto Regulamentar 2131 de 2016 e Decreto Regulamentar 2170 de 2017. A promulgação deste Decreto Regulamentar permite a adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira autorizadas pelo International Accounting Standards Board que são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 e todas aquelas em vigor em 31 de dezembro de 2018, com exceção da emenda da IFRS 19 emitida em fevereiro de 2018 e da IFRIC 23 emitida em junho de 2017.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda à IAS 19, Benefícios de Empregados, a ser aplicada a partir de janeiro de 2019.
- Emenda à IFRS 3 - Combinação de negócios, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.
- Estrutura Conceitual 2018, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.
- Emenda ao IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis, e ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e declarações incorretas, a ser aplicada a partir de janeiro de 2020.

##### Emenda à IAS19 "Benefícios de Empregados" (fevereiro de 2018)

A emenda especifica como uma empresa presta contas de um plano de benefícios definidos. A IAS 19 exige que uma empresa atualize suas suposições e remensure seus passivos ou ativos relacionados a benefícios definidos na ocorrência de um evento do plano (por exemplo, uma mudança, redução ou liquidação). A emenda também esclarece que após um evento do plano, uma empresa usaria tais suposições atualizadas para medir o custo do serviço atual e os juros líquidos para o restante do período de relatório após o evento do plano.

Nenhum efeito material resultou da aplicação desta emenda.

##### Emenda à IFRS 3 - Combinação de negócios (outubro de 2018)

A emenda tem um escopo limitado, procurando melhorar a definição de negócios. Ela esclarece a definição de negócios como um conjunto abrangente de atividades e ativos destinados e administrados para fornecer bens ou serviços aos clientes, gerando receita de investimentos (dividendos ou juros) ou outros tipos de receita ordinária.

Não são esperados efeitos materiais da aplicação desta emenda.

##### Estrutura Conceitual 2018 (março de 2018)

A nova estrutura conceitual, que não é um padrão por si só, integra e melhora certos conceitos como, por exemplo (i) confirma o propósito de fornecer informações financeiras e esclarece o papel do trabalho administrativo, (ii) destaca a importância de fornecer informações sobre o desempenho financeiro, (iii) melhora os conceitos para fornecer informações sobre ativos, passivos, receitas e despesas, (iv) introduz uma orientação sobre medição, e (v) apoia o Conselho no estabelecimento de padrões.

Nenhum efeito material é esperado da aplicação desta estrutura conceitual.

##### Emenda à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações contábeis e à IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e declarações incorretas (outubro de 2018).

Considerando que certas empresas têm tido dificuldade em utilizar o conceito de "materialidade", o International Accounting Standards Board introduziu emendas a esta definição para facilitar a emissão de julgamentos de materialidade, o que basicamente significa tomar uma decisão sobre as informações a serem incluídas nas demonstrações contábeis.

A nova definição de materialidade afirma que "a informação é material se se pode razoavelmente acreditar que omiti-la ou declará-la erroneamente poderia influenciar as decisões que os usuários primários tomam com base nas demonstrações contábeis de propósito geral".

Nenhum efeito material é esperado da aplicação desta emenda.

#### **Nota 5.6 Normas aplicadas a partir de 2018, emitidas antes de 1 de janeiro de 2018**

As seguintes normas começaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2018 de acordo com a data de adoção estabelecida pelo IASB:

- Emenda à IAS 40. (a)
- Emendas à IFRS 4. (a)
- Emendas à IFRS 2. (a)
- Ciclo anual de melhorias 2014-2016. (a)
- IFRS 15 - Receita de Atividades Ordinárias sob Contratos com Clientes. (b)
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. (c)
- IFRIC 22 - Operações em moeda estrangeira e considerações prévias. (d)

- (a) Na Colômbia, estas normas foram incluídas no Decreto Regulamentar 2420 de 14 de dezembro de 2015 por meio do Decreto Regulamentar 2170 de 22 de dezembro de 2017. Nenhum efeito material resulta da aplicação destas emendas e melhorias anuais.
- (b) Na Colômbia, esta norma fez parte do Decreto Regulamentar 2420 de 14 de dezembro de 2015 por meio do Decreto Regulamentar 2496 de 23 de dezembro de 2015. A Sociedade reviu as mudanças desta IFRS em relação às regras contidas nas normas anteriores e que foram eliminadas por ela, e nenhum efeito significativo resultou da aplicação desta IFRS.
- (c) A Sociedade começou a aplicar esta norma a partir de 1º de janeiro de 2014. Nenhum efeito material resultou da aplicação desta IFRS.
- (d) Na Colômbia, esta norma foi promulgada por meio do Decreto Regulamentar 2483 de 28 de dezembro de 2018.

Emenda à IAS40 - Propriedade de investimento (emitida em dezembro de 2016).

A emenda estabelece que uma entidade deve transferir uma propriedade para, ou de, propriedade de investimento, quando houver evidência de uma mudança no uso, o que ocorre se a propriedade atende, ou deixa de atender, à definição de propriedade de investimento. Uma mudança nas intenções de administração em relação ao uso de um imóvel não é prova de uma mudança no uso por si só. A listagem de situações que evidenciam uma mudança no uso da propriedade de investimento fornecida pela norma foi definida como uma lista não exaustiva de exemplos.

As emendas são válidas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A aplicação anterior foi permitida. A Empresa não considerou sua aplicação antecipada.

Emenda à IFRS 4 - "Contratos de Seguro" (emitida em setembro de 2016).

A emenda permite às entidades que desenvolvem principalmente atividades de seguro uma opção de continuar a carregar suas contas sob as IFRS atuais e retardar a aplicação da IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" até a aplicação anterior da nova norma de seguro ou por períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. Adicionalmente, a emenda concede a todas as entidades com contratos de seguro uma opção de apresentar em outro resultado abrangente e não em lucros ou prejuízos as mudanças no justo valor dos ativos financeiros qualificados designados.

As emendas são efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Esta emenda não é aplicável à Sociedade.

Emenda à IFRS 2 - "Pagamentos baseados em ações" (emitida em junho de 2016).

A emenda diz respeito aos seguintes aspectos:

- Aborda os efeitos das condições de consolidação de direitos e não direitos sobre a mensuração do justo valor dos passivos incorridos a partir de pagamentos com base em ações liquidadas à vista.
- Classifica as operações de pagamento baseadas em ações que incluem características de liquidação líquida para fins fiscais.
- Define a contabilização dos pagamentos com base em ações quando a transação muda de liquidado em dinheiro para liquidado em ações.

As emendas são efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A aplicação mais cedo foi permitida. A Sociedade não considerou sua aplicação antecipada.

IFRS 15 - Receita de Atividades Ordinárias sob Contratos com os Clientes (emitido em maio de 2014).

A norma estabelece um modelo único de contabilidade abrangente para a obtenção de receitas comuns a partir de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as diretrizes sobre reconhecimento de receitas ordinárias incluídas na IAS 18 - Receita, IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas, uma vez aplicáveis.

O princípio central da IFRS 15 é que uma entidade reconhece a vingança das atividades ordinárias para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos aos clientes, em troca de uma quantia que reflita a consideração a que a entidade espera ter direito em troca de tais bens ou serviços.

Uma entidade reconhece a receita de atividades ordinárias de acordo com esse princípio básico, aplicando as seguintes etapas:

- Etapa 1: Identificar o contrato do cliente.
- Etapa 2: Identificar as obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Etapa 3: Definir o preço da transação.
- Etapa 4: Atribuir o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Etapa 5: Reconhecer a receita comum quando (ou à medida que) a entidade cumpre uma obrigação de desempenho.

De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida mediante o cumprimento de uma obrigação de desempenho. A norma também inclui orientação sobre aspectos específicos relacionados com o reconhecimento da receita, e requer um nível mais alto de divulgação.

O padrão é efetivo para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não considerou sua aplicação antecipada.

A Sociedade analisou as mudanças nesta Norma em comparação com o que era exigido pelas normas anteriores, que foram revogadas pela primeira.

Alguns dos aspectos que foram revisados incluem:

- Com relação à obrigação de desempenho, as vendas a varejo representam a única obrigação de desempenho; consequentemente, a Sociedade não espera um efeito no reconhecimento da receita, uma vez que, como nos padrões anteriores, a receita é reconhecida quando o controle sobre o ativo é transferido para o cliente, geralmente no momento da entrega do mesmo;
- A Sociedade reconhece a receita das vendas a varejo medida pelo justo valor da contraprestação recebida ou a ser recebida, incluindo devoluções e descontos;
- A Sociedade não concede descontos por volume a seus clientes;
- A Sociedade geralmente concede pequenas garantias de reparos, mas não oferece garantias estendidas sob contratos com clientes. O valor de tais garantias não é material;
- Com relação aos programas de fidelização de clientes, não são esperadas mudanças materiais, uma vez que as responsabilidades representam pontos concedidos que não foram resgatados ou expirados são medidos no justo valor dos pontos e reconhecidos como receita diferida;
- A Sociedade concluiu que os serviços prestados aos clientes são entregues ao longo do tempo, levando em consideração que os clientes recebem e consomem benefícios simultaneamente. Em linha com esta definição, a receita de tais contratos de serviços continuará a ser reconhecida ao longo do tempo;
- Com relação às exigências de divulgação e apresentação, a Sociedade não alterou as notas às demonstrações contábeis, dado que não há mudanças relacionadas com julgamentos aplicados na definição do preço da transação, ou na desagregação da receita reconhecida dos contratos com clientes, ou nas informações sobre a receita para cada segmento de relatório.

#### IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (emitida em julho de 2014)

A IFRS 9 introduziu novos requisitos para a classificação, mensuração e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como novos requisitos para contabilidade de hedge e perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

#### IFRIC 22 - Operações de Câmbio e Contrapartida antecipada (emitida em dezembro de 2016)

Esta interpretação esclarece a contabilidade das operações, incluindo o recebimento ou pagamento de contraprestação antecipada em moeda estrangeira.

A interpretação abrange operações em moeda estrangeira quando uma entidade reconhece um ativo não-monetário ou um passivo não-monetário decorrente do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada antes de reconhecer o ativo, despesa ou receita relacionados. Não se aplica quando uma entidade mede o ativo, despesa ou receita relacionados no reconhecimento inicial pelo justo valor ou pelo justo valor da contraprestação recebida ou paga em uma data diferente da data de reconhecimento inicial de um ativo não-monetário ou de um passivo não-monetário. Além disso, não é necessário aplicar esta interpretação aos impostos de renda, contratos de seguro ou contratos de resseguro.

As emendas são efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A aplicação mais cedo foi permitida. A Empresa não considerou sua aplicação antecipada. Nenhum efeito material resultou da aplicação deste IFRIC.

#### **Nota 5.7 Normas adotadas anteriormente durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não aplicou nenhuma Norma antes.

#### **Nota 5.8 Normas ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018, emitidas antes de 1º de janeiro de 2018**

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2016, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 16 - Arrendamentos, a serem aplicados a partir de janeiro de 2019.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2017, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro, a serem aplicados a partir de janeiro de 2021.
- IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda, a ser aplicado a partir de janeiro de 2019.
- Emenda à IAS 28, Investimentos em Coligadas e joint ventures, a ser aplicada a partir de janeiro de 2019.
- Emenda à IFRS 9, a ser aplicada a partir de janeiro de 2019.
- Melhorias anuais às normas IFRS ciclo 2015-2017, a serem aplicadas a partir de janeiro de 2019.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018, o International Accounting Standards Board IASB emitiu as seguintes novas normas e emendas:

- Emenda à IAS 19, Benefícios de Empregados, a ser aplicada a partir de janeiro de 2019.

#### IFRS 16 - Arrendamentos (emitida em janeiro de 2016)

A norma estabelece os princípios de reconhecimento, medição, apresentação e divulgação dos arrendamentos, aplicáveis aos arrendadores e locatários. Ela elimina o modelo de dupla contabilidade para arrendatários, que faz uma distinção entre contratos de arrendamento financeiro que são contabilizados no balanço e arrendamentos operacionais para os quais o reconhecimento de futuras prestações de arrendamento não é exigido. Em vez disso, um modelo único é desenvolvido, no balanço patrimonial, como o leasing financeiro atual.

A IFRS 16 substitui a IAS 17 - Arrendamentos e interpretações relevantes, e é aplicável a períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019; a aplicação anterior é permitida, se a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes tiver sido aplicada. A aplicação mais cedo não foi considerada.

#### IFRS 17 - Contratos de Seguro (emitida em maio de 2017)

Esta IFRS estabelece os princípios para reconhecimento, medição, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro.

Esta norma exige que uma empresa que emite contratos de seguro divulgue tais contratos na demonstração da posição financeira como o agregado de: (a) fluxos de caixa do cumprimento menos as estimativas atuais dos valores que a empresa espera receber dos prêmios, bem como reclamações, benefícios e pagamentos de despesas, incluindo um ajuste relevante à pontualidade e ao risco ligado a tais valores; e (b) a margem contratual associada ao serviço menos o ganho esperado do fornecimento da cobertura de seguro.

O ganho esperado da cobertura do seguro é reconhecido na renda durante o período de vigência do seguro quando a cobertura do seguro é fornecida.

Adicionalmente, exige que uma empresa diferencie os grupos de contratos dos quais espera obter um ganho e aqueles dos quais espera uma perda, sendo este último reconhecido na receita assim que a empresa identificar tais perdas esperadas.

Em cada data de relatório, as empresas são obrigadas a atualizar os fluxos de caixa a partir do cumprimento, utilizando estimativas atuais do valor, atualidade e incerteza dos fluxos de caixa e taxas de desconto.

Com relação à medição, o custo histórico muda para o valor atual. Isto permite incluir fluxos de caixa comprometidos (tanto direitos quanto obrigações), e atualizá-los em cada data de relatório.

Nenhum efeito material resultou da aplicação desta IFRS.

#### IFRIC 23 Incertezas sobre o Tratamento do Imposto de Renda (emitido em junho de 2017)

Esta interpretação esclarece como contabilizar o imposto de renda com relação aos efeitos das incertezas, de acordo com a IAS 12 - Imposto de renda.

O objetivo da interpretação é limitar a diversidade de opiniões sob as quais as empresas reconhecem e medem um passivo fiscal ou um ativo fiscal quando os tratamentos fiscais são incertos, dado que não há clareza sobre como aplicar a lei fiscal a uma determinada transação, ou se a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal dado pela empresa.

Nenhum efeito material resultou da aplicação deste IFRIC.

#### Emenda à IAS28 Investimentos em Coligadas e joint ventures (emitida em outubro de 2017)

A emenda esclarece que uma empresa aplica a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros aos interesses de longo prazo em uma associada ou joint venture que é parte do investimento líquido na associada ou joint venture.

Nenhum efeito material resultou da aplicação desta emenda.

#### Emenda à IFRS 9 Instrumentos Financeiros (emitida em outubro de 2017)

Esta emenda permite às empresas medir ativos financeiros terminados antecipadamente com compensação negativa a custo amortizado ou justo valor através de outro resultado abrangente, desde que uma condição seja cumprida, ao invés de a justo valor através no resultado.

Nenhum efeito material resultou da aplicação desta emenda.

#### Melhoria anual do IFRSCycle 2015-2017 (emitida em dezembro de 2017)

Incluir as seguintes emendas:

- IFRS 3 - Combinação de negócios. O parágrafo seguinte é adicionado: "Quando uma parte de um acordo conjunto (como definido na IFRS 11 - Joint Arrangements) obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta (como definido pela IFRS 11), e tinha o título dos direitos e obrigações decorrentes dos passivos relacionados com tal operação conjunta imediatamente antes da data de aquisição, a transação é uma combinação de negócios realizada em etapas. Consequentemente, o adquirente deve aplicar os requisitos relevantes a uma combinação de negócios realizada em etapas, incluindo a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta, conforme descrito na seção 42. Ao fazer isso, o adquirente deverá remensurar toda sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
- IFRS 11 - Acordos Conjuntos. O parágrafo seguinte é adicionado: "Uma parte que participa de uma operação conjunta, mas não tem controle conjunto, pode obter o controle conjunto da joint venture cuja atividade é um negócio, conforme definido pela IFRS 3. Nesses eventos, os interesses anteriormente detidos na operação conjunta não são remensurados".
- IAS 12 - Imposto de Renda. Modifica a base para as conclusões relativas às consequências dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio no imposto de renda.

- IAS 23 - Custos de Empréstimos. O parágrafo 14 é emendado como segue: "Quando os fundos fazem parte de um pool geral e são usados para obter um ativo qualificado, tal entidade determinará o valor dos custos elegíveis para capitalização aplicando uma taxa de capitalização aos pagamentos relacionados a esse ativo. A taxa de capitalização será a média ponderada dos custos do empréstimo aplicável a todos os empréstimos recebidos pela entidade que estiverem pendentes durante o período. Entretanto, uma entidade excluirá deste cálculo os custos de empréstimo aplicáveis a empréstimos especificamente obtidos para financiar um ativo qualificado até que todas as atividades necessárias para preparar tal ativo para seu uso ou venda prevista tenham sido concluídas. O valor dos custos de empréstimo que uma entidade tem o direito de capitalizar durante o período não deve exceder o total dos custos de empréstimo incorridos durante o mesmo período.

Nenhum efeito material resultou da aplicação destas melhorias.

## **Nota 6. Combinação de negócios**

### **Nota 6.1. Combinação de negócios realizados durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

A seguinte combinação de negócios foi realizada durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019:

#### **Nota 6.1.1. Combinação de negócios da Ardal S.A.**

Buscando expandir as operações no Uruguai, em 3 de janeiro de 2019 a subsidiária Mercados Devoto S.A. adquiriu 100% das ações da Ardal S.A., empresa que operação no negócio de auto-serviço de produtos gerais.

O preço de aquisição na data da aquisição foi de \$1.742 e foi totalmente alocado ao Ágio.

O Ágio foi totalmente alocado para o segmento do Uruguai e é atribuível às sinergias esperadas da integração da operação das lojas adquiridas neste país.

As despesas associadas à aquisição desta empresa totalizaram US\$129 e estão relacionadas a honorários profissionais.

A consolidação da Ardal S.A. a partir da data de aquisição resultou em receita das atividades ordinárias no valor de \$4.984.

O ágio mostrou as seguintes variações desde o momento da aquisição da empresa até o saldo lançado em 31 de dezembro de 2019:

|   |       |
|---|-------|
| Ágio das aquisições em 3 de janeiro de 2019 | 1.742 |
| Efeito das diferenças de câmbio             | (221) |
| Ágio em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)    | 1.521 |

### **Nota 6.2. Combinação de negócios concluídas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019**

A combinação de negócios com a Ardal S.A., mencionada no parágrafo anterior, foi disputada durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### **Nota 6.3. Combinação de negócios realizada e concluída durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018**

A seguinte combinação de negócios foi realizada e concluída durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018:

#### **Nota 6.3.1. Combinação de negócios da Tipsei S.A.**

Buscando expandir as operações no Uruguai, em 20 de junho de 2018, a subsidiária Mercados Devoto S.A. adquiriu 100% das ações da Tipsei S.A., uma empresa engajada no negócio de auto-atendimento de alimentos.

O preço de aquisição na data da aquisição foi de \$586 e foi totalmente alocado ao Ágio.

O Ágio foi totalmente alocado para o segmento Uruguai e é atribuível às sinergias esperadas da integração da operação das lojas adquiridas neste país.

As despesas associadas com a aquisição desta empresa não foram relevantes.

A consolidação da Tipsei S.A. a partir da data de aquisição resultou em receita das atividades ordinárias no valor de \$77 e não gerou nenhum ganho.

O ágio mostrou as seguintes variações desde o momento da aquisição da empresa até o saldo lançado em 31 de dezembro de 2019:

|  |      |
|--|------|
| Ágio das aquisições em 20 de junho de 2018 | 584  |
| Efeito das diferenças de câmbio            | (31) |
| Ágio em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16)   | 553  |



### Nota 6.3.2. Combinação de negócios da Tedocan S.A.

Buscando expandir as operações no Uruguai, em 2 de julho de 2018, a subsidiária Mercados Devoto S.A. adquiriu 100% das ações da Tedocan S.A., uma empresa engajada no negócio de auto-atendimento alimentar.

O preço de aquisição na data da aquisição foi de \$1.055 e foi totalmente alocado ao Ágio.

O Ágio foi totalmente alocado para o segmento Uruguai e é atribuível às sinergias esperadas da integração da operação das lojas adquiridas neste país.

As despesas associadas com a aquisição desta empresa não foram relevantes.

A consolidação da Tedocan S.A. a partir da data de aquisição resultou em receita das atividades ordinárias no valor de US\$ 139 e um prejuízo de \$ 4.

O Ágio mostrou as seguintes variações desde o momento da aquisição do negócio até o saldo lançado em 31 de dezembro de 2019:

|  |       |
|--|-------|
| Ágio da aquisição em 2 de julho de 2018  | 1.258 |
| Efeito das diferenças de câmbio          | (74)  |
| Ágio em 31 de dezembro de 2019 (Nota 16) | 1.184 |

### Nota 6.4. Combinação de negócios realizados durante o exercício encerrado 31 de dezembro de 2018

A seguinte combinação de negócios foi realizada durante o ano que terminou em 31 de dezembro de 2018:

#### Nota 6.4.1. Combinação de negócios da Cheftime

Em 12 de novembro de 2018, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD entrou numa associação estratégica com o Cheftime para alocar e vender pacotes gastronômicos on-line. O acordo dá à Companhia Brasileira de Distribuição - CBD o direito de adquirir o controle sobre o Cheftime. A Companhia Brasileira de Distribuição - CBD pagou US\$680 pela opção de compra para adquirir 51% das participações por R\$1; a opção de compra pode ser exercida no prazo de 18 meses, renovável por um período similar a critério da subsidiária ou imperativo se determinados objetivos forem atingidos. Além desse valor, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD desembolsou US\$340 ao Cheftime como empréstimo convertível em uma ação se a opção for exercida.

O exercício da opção de compra é um direito atualmente exigível da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e exige a titularidade. O exercício da opção depende da consideração contingente do cumprimento das metas estabelecidas 18 meses após a assinatura do contrato, no máximo. Tal consideração nos termos do contrato é avaliada na faixa de R\$20 - R\$30. A estimativa da empresa é de R\$20.

Segundo o acordo, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD tem o direito de nomear 3 dos 5 membros do Conselho; a tomada de decisões relativas a certas questões importantes de administração requer 75% dos direitos de voto.

O preço de aquisição, bem como os justos valores dos ativos e passivos identificáveis do negócio adquirido na data de aquisição e no encerramento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|  | Justos valores temporários em 12 de novembro de 2018 | Ajustes durante o período de mensuração | Justos valores finais em 12 de novembro de 2018 |
|--|--|---|---|
| Ativo imobilizado                                    | 587  | -                                       | 587   |
| Ativos e passivos líquidos mensurados ao justo valor | 587  | -                                       | 587   |

O Ágio resultante da operação é de:

|   | Justos valores temporários em 12 de novembro de 2018 | Ajustes durante o período de mensuração | Justos valores finais em 12 de novembro de 2018 |
|---|--|---|---|
| Contrapartida transferida                       | 17.781   | -                                       | 17.781  |
| Deduzido o justo valor de ativos identificáveis | (587)  | -                                       | (587)   |
| Ágio da aquisição                               | 17.194   | -                                       | 17.194  |

O Ágio foi totalmente alocado ao segmento Brasil e é atribuível às sinergias esperadas da integração das operações neste país. Nenhuma despesa associada à aquisição desta empresa foi incorrida.

#### Nota 6.4.2 Combinação de negócios da James Delivery

Em 26 de dezembro de 2018, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD firmou um acordo de compra e venda de ações com a James Delivery para adquirir 100% das ações. A consideração é de \$16.775 e será paga em 2019. A James Delivery oferece uma plataforma de pedido e entrega de produtos multi-serviços.

O preço de aquisição assim como os justos valores dos ativos e passivos identificáveis do negócio adquirido na data de aquisição e no encerramento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|  | Justos valores temporários em 26 de dezembro de 2018 | Ajustes durante o período de mensuração | Justos valores finais em 26 de dezembro de 2018 |
|--|--|---|---|
| Ativo imobilizado                                    | 168  | -                                       | 168   |
| Ativos e passivos líquidos mensurados ao justo valor | 168  | -                                       | 168   |

O Ágio resultante da operação é de:

|   | Justos valores temporários em 26 de dezembro de 2018 | Ajustes durante o período de mensuração | Justos valores finais em 26 de dezembro de 2018 |
|---|--|---|---|
| Contrapartida transferida                       | 16.775   | -                                       | 16.775  |
| Deduzido o justo valor de ativos identificáveis | (168)  | -                                       | (168)   |
| Ágio da aquisição                               | 16.607   | -                                       | 16.607  |

O Ágio foi totalmente alocado ao segmento Brasil e é atribuível às sinergias esperadas da integração das operações neste país. Nenhuma despesa associada à aquisição desta empresa foi incorrida.

#### Nota 7. Capital circulante líquido

O saldo do capital circulante líquido é o seguinte:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|--|------------------------|------------------------|
| Recursos e disponibilidades em bancos      | 2.460.847              | 2.605.960              |
| Direitos fiduciários (1)                   | 82.199                 | 62.788                 |
| Certificados de depósito a prazo (2)       | 16.979                 | 3.279.648              |
| Outra aplicação de elevada liquidez (3)    | 2.649                  | 25.284                 |
| <b>Total do capital circulante líquido</b> | <b>2.562.674</b>       | <b>5.973.680</b>       |

(1) O saldo inclui:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|--|------------------------|------------------------|
| Fiducolumbia S.A.                              | 36.637                 | 50.785                 |
| Fondo de Inversión Colectiva Abierta Occirenta | 20.215                 | 5.225                  |
| Corredores Davivienda S.A.                     | 10.952                 | 6.545                  |
| Fiduciaria Bogota S.A.                         | 10.036                 | 87                     |
| BBVA Asset S.A.                                | 4.297                  | 49                     |
| Credicorp Capital                              | 62                     | 97                     |
| <b>Total dos direitos fiduciários</b>          | <b>82.199</b>          | <b>62.788</b>          |

(2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que estas subsidiárias foram vendidas em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação. Em 31 de dezembro de 2018 estavam incluídos \$3.257.389 representando depósitos a prazo fixo da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, vencendo em menos de 90 dias a partir da data da negociação - o equivalente a 5,51% E.A.R. equivalentes a 85,78% do IDC - Certificado de Depósito Interbancário. Também incluiu \$21.602 de depósitos a prazo fixo das subsidiárias Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.

(3) O saldo representa Projetos de Regulamentação Monetária emitidos pelo Banco Central do Uruguai e subscritos pelas subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A. e Devoto Hermanos S.A. com vencimento em menos de três meses.

Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora e suas subsidiárias reconheceram rendimentos de recursos e disponibilidades em bancos e aplicações de elevada liquidez no valor de \$23.770 (31 de dezembro de 2018 - \$14.871), que foram lançados como receita financeira conforme detalhado na Nota 35. A taxa de juros efetiva dos rendimentos gerados por recursos e disponibilidades em bancos e por aplicações de elevada liquidez em 31 de dezembro de 2019 é de 2,36% E.A.R.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital circulante líquido não foi restrito ou cobrado de forma alguma para limitar sua disponibilidade.

#### Nota 8. Créditos comerciais e outras contas a receber

O saldo dos créditos comerciais e outras contas a receber é o seguinte:

|   | 31 de<br>dezembro de<br>2019 | 31 de<br>dezembro de<br>2018 (1) |
|---|------------------------------|----------------------------------|
| Créditos comerciais (Nota 8.1) (2)                          | 279.130                      | 657.941                          |
| Outras contas a receber (Nota 8.2) (1) (2)                  | 135.101                      | 477.610                          |
| <b>Outros créditos comerciais e outras contas a receber</b> | <b>414.231</b>               | <b>1.135.551</b>                 |
| <b>Correntes</b>  | <b>379.921</b>               | <b>1.000.267</b>                 |
| <b>Não correntes</b>  | <b>34.310</b>                | <b>135.284</b>                   |

(1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste a esta conta reflete o desreconhecimento do balanço das subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A. e Devoto Hermanos S.A. para a comissão de obtenção de contratos de arrendamento, que deve ser considerada na mensuração do direito de uso. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

(2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que estas subsidiárias foram vendidas em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

#### Nota 8.1. Créditos comerciais

O saldo de créditos comerciais é:

|   | 31 de<br>dezembro de<br>2019 | 31 de<br>dezembro de<br>2018 |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Créditos comerciais (1)                                       | 225.112                      | 466.563                      |
| Aluguéis e revendedores                                       | 54.282                       | 94.346                       |
| Recursos e empréstimos de empregados                          | 11.076                       | 37.963                       |
| Venda de estoques de projetos imobiliários (2)                | 10.124                       | -                            |
| Contas a receber de fornecedores (3)                          | -                            | 84.893                       |
| Outros créditos comerciais                                    | 467                          | -                            |
| Perda por redução ao valor recuperável de créditos (Nota 8.3) | (21.931)                     | (25.824)                     |
| <b>Créditos comerciais</b>                                    | <b>279.130</b>               | <b>657.941</b>               |

(1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação. Em 31 de dezembro de 2018 estavam incluídos os créditos comerciais de clientes da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, relevantes para vendas em condições de pagamento diferentes de financiamento (crédito direto ao consumidor com intervenção DCCI). Além disso, incluía contas a receber da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD de entidades financeiras ou bancos, decorrentes de vendas em cartões de crédito "Administradoras de cartões de crédito", onde a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD recebe numerário na medida em que os clientes pagam ao banco as prestações acordadas.

(2) O saldo recebido representa a venda do projeto imobiliário de Copacabana.

(3) A diminuição se deve ao fato dos ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo representava contas a receber de fornecedores da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD relevantes para a contribuição dos fornecedores decorrente do volume de compras, proteção de preços e acordos que definem a participação do fornecedor nas despesas relacionadas à publicidade.

## Nota 8.2. Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber é:

|   | 31 de<br>dezembro de<br>2019 | 31 de<br>dezembro de<br>2018 (1) |
|---|------------------------------|----------------------------------|
| Recursos e empréstimos de empregados                      | 66.884                       | 77.070                           |
| Acordos comerciais  | 32.017                       | 30.695                           |
| Impostos a receber  | 5.568                        | 627                              |
| Remessas de recursos                                      | 4.201                        | 6.938                            |
| Serviços de transferência de recursos                     | 1.991                        | 572                              |
| Reclamações fiscais                                       | 1.360                        | 1.360                            |
| Venda de ativos fixos, ativos intangíveis e outros ativos | 720                          | 42.961                           |
| Contas a receber de companhias de seguros (2) (3)         | -                            | 172.392                          |
| Contas a receber da venda de empresas (2) (4)             | -                            | 68.792                           |
| Outras contas a receber (1)                               | 22.360                       | 89.405                           |
| Recursos e empréstimos de empregados                      | -                            | (13.202)                         |
| <b>Total de outras contas a receber</b>                   | <b>135.101</b>               | <b>477.610</b>                   |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta reflete o desreconhecimento do saldo a receber das subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A. e Devoto Hermanos S.A. para a comissão de obtenção de contratos de arrendamento, que deve ser considerada na mensuração do direito de uso. As diferenças estão detalhadas na Nota 52. A diminuição é devida à mencionada em (2) abaixo.
- (2) A diminuição se deve ao fato dos ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.
- (3) Em 31 de dezembro de 2018 representava (a) uma conta a receber registrada pela controlada Companhia Brasileira de Distribuição - CBD decorrente da disposição da seguradora em pagar a sinistro ocorrido em 27 de dezembro de 2017 no centro de distribuição de produtos refrigerados localizado no município de Osasco no valor de \$145.943 e (b) outras contas a receber de acidentes menores registrados pela controlada Companhia Brasileira de Distribuição - CBD no valor de \$26.449. A diminuição é devida ao mencionado em (2) acima.
- (4) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo representava contas a receber decorrentes do exercício da opção de compra em determinados postos de combustíveis vendidos pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. O valor da conta a receber é atualizado do ponto de vista monetário desde a assinatura do contrato em 28 de maio de 2012, em 110% do IDC (certificado de depósito interbancário), com reembolso previsto em 240 parcelas mensais. A diminuição é devida ao mencionado em (2) acima.

## Nota 8.3. Créditos comerciais e outras contas a receber classificadas como correntes e não correntes

O saldo de créditos comerciais e outras contas a receber classificadas como correntes e não correntes é:

|  | 31 de<br>dezembro de<br>2019 | 31 de<br>dezembro de<br>2018 |
|--|------------------------------|------------------------------|
| Créditos comerciais  | 225.112                      | 463.471                      |
| Aluguéis e revendedores  | 54.282                       | 94.346                       |
| Recursos e empréstimos a empregados                            | 58.636                       | 94.395                       |
| Acordos comerciais   | 32.017                       | 30.695                       |
| Impostos a recolher  | 5.568                        | 627                          |
| Remessas de recursos   | 4.201                        | 6.938                        |
| Serviços de transferência de recursos                          | 1.991                        | 572                          |
| Reclamações fiscais  | 1.360                        | 1.360                        |
| Venda de ativo imobilizado, ativos intangíveis e outros ativos | 720                          | 42.961                       |
| Contas a receber de companhias de seguros                      | -                            | 172.392                      |
| Contas a receber de fornecedores                               | -                            | 84.893                       |
| Outros   | 17.965                       | 46.643                       |
| Perda por redução ao valor recuperável de créditos (1)         | (21.931)                     | (39.026)                     |
| <b>Total circulante</b>  | <b>379.921</b>               | <b>1.000.267</b>             |
| Recursos e empréstimos a empregados                            | 19.325                       | 20.639                       |
| Contas a receber da venda de empresas                          | -                            | 68.791                       |
| Créditos comerciais  | -                            | 3.092                        |
| Outros   | 14.985                       | 42.762                       |
| <b>Total não circulante</b>                                    | <b>34.310</b>                | <b>135.284</b>               |

- (1) A perda por redução ao valor recuperável de créditos é reconhecida como despesa no resultado do período. No entanto, mesmo com a redução, a Controladora e suas subsidiárias são de opinião que esses saldos são recuperáveis, dada a extensa análise de risco de crédito sobre os clientes, incluindo as classificações de crédito quando disponíveis em bancos de dados de crédito reconhecidos no mercado. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, o efeito líquido da perda por redução ao valor recuperável de créditos na demonstração de resultados representa uma receita no valor de \$116.821 (receita de \$128.411 para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018).

O desenvolvimento da perda por redução ao valor recuperável de créditos durante o período foi o seguinte:

|  |               |
|--|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                           | <b>39.026</b> |
| Perda por redução ao valor recuperável reconhecida               | 267.682       |
| Baixa de créditos  | (8.476)       |
| Estorno de perda por redução ao valor recuperável                | (276.027)     |
| Reclassificações ao ativo não circulante mantido para negociação | 1.731         |
| Efeito da diferença de câmbio da conversão na moeda de relatório | (2.005)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                           | <b>21.931</b> |

#### Nota 8.4. Créditos comerciais e outras contas a receber por vencimento

O vencimento dos créditos comerciais e outros créditos, independentemente da perda por redução ao valor recuperável, é o seguinte:

| Período                | Total     | Não devido | Vencido   |              |              |           |
|------------------------|-----------|------------|-----------|--------------|--------------|-----------|
|                        |           |            | < 30 dias | 31 - 60 dias | 61 - 90 dias | > 90 dias |
| 31 de dezembro de 2019 | 436,162   | 289,127    | 76,307    | 17,446       | 3,511        | 49,771    |
| 31 de dezembro de 2018 | 1,174,608 | 952,955    | 116,864   | 58,373       | 7,621        | 38,795    |

#### Nota 9. Despesas pagas antecipadamente

O saldo das despesas pagas antecipadamente é:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 (1) |
|--|------------------------|----------------------------|
| Seguro (2) (3)                                 | 15.680                 | 27.141                     |
| Manutenção                                     | 14.812                 | 9.750                      |
| Arrendamentos (1) (2)                          | 14.430                 | 39.905                     |
| Publicidade (2)                                | 2.552                  | 25.737                     |
| Impostos                                       | 71                     | 243                        |
| Tarifas bancárias (2)                          | -                      | 32.865                     |
| Serviços (2)                                   | -                      | 9.890                      |
| Licenças em uso (2)                            | -                      | 1.797                      |
| Outros pagamentos antecipados (2)              | 5.437                  | 11.312                     |
| <b>Total de despesas pagas antecipadamente</b> | <b>52.982</b>          | <b>158.640</b>             |
| <b>Circulante</b>                              | <b>43.351</b>          | <b>143.889</b>             |
| <b>Não circulante</b>                          | <b>9.631</b>           | <b>14.751</b>              |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste nesta conta reflete o desreconhecimento do pagamento antecipado pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD para a comissão de obtenção de contratos de arrendamento, que deve ser levada em consideração na mensuração do direito de uso. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que estas subsidiárias foram vendidas em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados ao ativo não circulante mantido para negociação.
- (3) Representa principalmente apólice de seguro multirrisco, \$9.425 (31 de dezembro de 2018 - \$8.873); seguro de responsabilidade civil, \$949 (31 de dezembro de 2018 - \$774); seguro de vida, \$621 (31 de dezembro de 2018 - \$653); seguro de transporte, \$574 (31 de dezembro de 2018 - \$412) e outros seguros, \$948 (31 de dezembro de 2018 - \$814).

## Nota 10. Contas a receber e Outros ativos não financeiros com partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas e o saldo de outros ativos não financeiros associados a partes relacionadas é feito da seguinte forma:

|                              | Contas a receber       |                        | Outros ativos não financeiros |                        |
|------------------------------|------------------------|------------------------|-------------------------------|------------------------|
|                              | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2019        | 31 de dezembro de 2018 |
| Joint ventures (1)           | 44.534                 | 58.812                 | 15.000                        | -                      |
| Empresas do Grupo Casino (2) | 10.123                 | 20.643                 | -                             | -                      |
| Entidade controladora (3)    | 387                    | 3.907                  | -                             | -                      |
| Coligadas (4)                | -                      | 76.674                 | -                             | -                      |
| <b>Total</b>                 | <b>55.044</b>          | <b>160.036</b>         | <b>15.000</b>                 | <b>-</b>               |
| <b>Circulante</b>            | <b>55.044</b>          | <b>131.720</b>         | <b>-</b>                      | <b>-</b>               |
| <b>Não circulante</b>        | <b>-</b>               | <b>28.316</b>          | <b>15.000</b>                 | <b>-</b>               |

(1) O saldo das contas a receber é feito da seguinte forma:

- Envolvimento em um acordo de colaboração corporativa \$13.523 (31 de dezembro de 2018 - \$7.019) e reembolso de despesas compartilhadas, coleta de cupons e outros itens \$8.778 (31 de dezembro de 2018 - \$36.579) com a Companhia de Financiamiento Tuya S.A.
- Resgate de pontos no valor de \$21.596 (31 de dezembro de 2018 - \$14.804) e outros serviços no valor de \$637 (31 de dezembro de 2018 - \$410) com a Puntos Colombia S.A.S.

O saldo de outros ativos não financeiros refere-se a um pagamento feito à Companhia de Financiamiento Tuya S.A. para a subscrição de ações. Dado que em 31 de dezembro de 2019 a Companhia de Financiamiento Tuya S.A. não havia recebido autorização da Superintendência Financeira da Colômbia para registrar um aumento de capital, o valor desembolsado não foi reconhecido como um investimento em tal empresa.

(2) Refere-se principalmente ao saldo a receber (a) por pagamentos de expatriados do Casino International no valor de \$4.677 (31 de dezembro de 2018 - \$5.057), da Distribution Casino France no valor de \$101, (31 de dezembro de 2018 - \$82) e da Casino Services no valor de \$7 (31 de dezembro de 2018 - \$12.487); (b) por serviços de eficiência energética recebidos da Greenyellow Energia de Colombia S. A.S. no valor de \$34 (31 de dezembro de 2018 - \$527) (c) por realizações de fornecedores com Serviços de Retorno e Comércio Internacional no valor de \$1.399 (31 de dezembro de 2018 - \$1.271) e (d) por serviços prestados sob o acordo de serviços de direção estratégica da América Latina firmado com o Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) no valor de \$3.622 (31 de dezembro de 2018 - \$-).

(3) Em 31 de dezembro de 2019 representava o saldo das despesas de pessoal a receber da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*). Em 31 de dezembro de 2018 representava o saldo a receber decorrente do contrato de serviço de direção estratégica para a América Latina celebrado com o Cassino Guichard- Perrachon S.A. (\*) e os encargos decorrentes do contrato de partilha de custos e bônus a receber.

(4) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo refere-se principalmente a saldos com a Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda., em sua maioria encargos decorrentes de contratos comerciais de promoção e venda de serviços financeiros oferecidos pela Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. nas lojas da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. A diminuição se deve ao fato de que os ativos das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que estas subsidiárias foram vendidas em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da OPA mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

## Nota 11. Estoques líquidos e Custo de vendas

### Nota 11.1. Estoques líquidos

O saldo líquido dos estoques líquidos é o seguinte:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|--|------------------------|------------------------|
| Estoques disponíveis para negociação (1)   | 1.758.095              | 6.420.659              |
| Estoques em trânsito (1)   | 50.331                 | 181.338                |
| Materiais, pequenas peças de reposição, acessórios e embalagens de consumíveis (1) | 8.095                  | 23.846                 |
| Estoques de bens em construção (2)   | 87.800                 | 109.823                |
| Matérias-primas  | 11.958                 | 3.278                  |
| Produção em processo   | 779                    | 610                    |
| Perda de estoque por redução ao valor recuperável (3)                              | (16.398)               | (19.158)               |
| <b>Total de estoques</b>   | <b>1.900.660</b>       | <b>6.720.396</b>       |

(1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados ao ativo não circulante mantido para negociação.

- (2) Representa o projeto imobiliário Montevideoreal, de propriedade da Controladora, no valor de \$87.800 (31 de dezembro de 2018 - \$96.483). Para 2018 também incluiu o projeto imobiliário de Copacabana, no valor de \$8.978, de propriedade da Controladora, que foi vendido em 2019, e o projeto imobiliário Figue, de propriedade da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, no valor de \$4.362. Em 31 de dezembro de 2019 os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.
- (3) O desenvolvimento da provisão durante o período relatado é o seguinte:

|  |               |
|--|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>   | <b>19.158</b> |
| Estorno das provisões para perda por redução ao valor recuperável (Nota 11.2)    | (4.906)       |
| Perda por redução ao valor recuperável reconhecida durante o período (Nota 11.2) | 3.690         |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação                | (678)         |
| Efeito da diferença de câmbio da conversão na moeda de relatório                 | (866)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>   | <b>16.398</b> |

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não há restrições ou gravames nos estoques que limitem a negociabilidade ou realização deles, exceto o projeto imobiliário de Montevideú, em relação ao qual em 31 de dezembro de 2019 existe uma promessa de compra e venda nos seguintes termos: entrega de 24,6% em 2020, 14,4% em 2021 e 52% em 2022. 9% foi vendido durante 2019.

Além disso, os estoques estão devidamente segurados contra todos os riscos.

De acordo com as apólices da Controladora e suas subsidiárias, os estoques são avaliados pelo custo ou pelo valor líquido de realização (justo valor, deduzidos os custos de venda), o que for menor. Ajustes nesta avaliação estão incluídos nos custos de vendas do período.

#### Nota 11.2. Custo de vendas

Seguem as informações relacionadas ao custo de vendas, perda por redução ao valor recuperável e estornos de perda por redução ao valor recuperável reconhecidos nos estoques:

|  | <b>1 de janeiro a<br/>31 de<br/>dezembro de<br/>2019</b> | <b>1 de janeiro a<br/>31 de<br/>dezembro de<br/>2018 (1)</b> |
|--|--|--|
| Custo de mercadorias vendidas(1) (2) (3)                         | 11.341.227   | 10.992.419   |
| (Estorno) perda por redução ao valor recuperável líquida (4) (5) | (2.250)  | (2.840)  |
| <b>Total do custo de vendas</b>                                  | <b>11.338.977</b>  | <b>10.989.579</b>  |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta de custo dos bens vendidos refere-se ao desreconhecimento dos pagamentos fixos nos contratos de arrendamento e ao reconhecimento da depreciação dos direitos de uso. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019 inclui \$61.746 de custo de depreciação e amortização (31 de dezembro de 2018 - \$53.244).
- (3) A partir de 1º de janeiro de 2019, com base nas revisões das operações da Controladora, certos itens relacionados com os processos operacionais de preparação de alimentos que até 31 de dezembro de 2018 eram apresentados como despesas administrativas e despesas com benefícios aos empregados, são contabilizados sob o custo dos produtos vendidos. Tais itens no valor de \$177.031 foram reclassificados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 somente para comparação com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Tal reclassificação não teve efeitos materiais sobre o lucro bruto.
- (4) As circunstâncias que deram origem à reversão da perda por redução ao valor recuperável dizem respeito principalmente a adaptações logísticas e otimização do espaço de armazenamento de mercadorias no centro de distribuição, delimitando a exposição das mercadorias nos armazéns. Também estão relacionadas a uma mudança no gerenciamento das contagens físicas (que agora são administradas através de inventários gerais ao invés de inventários rotativos), aumento dos controles críticos pós-estação, avaliação de mercadorias críticas e atividades complementares.
- (5) Não inclui US\$1.034 relevantes para a perda por redução ao valor recuperável dos inventários das empresas detidas para comercialização. Tal efeito é demonstrado sob ganhos líquidos para o período de operações descontinuadas.

## Nota 12. Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (2)                              | 41.392                    | 40.899                    |
| Ativos financeiros com justo valor em outro resultado abrangente (3)               | 24.914                    | 13.443                    |
| Instrumentos financeiros derivativos (4)   | 23.357                    | 113.541                   |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado (1) (5)                  | 1.427                     | 652.100                   |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (1) (6) | 476                       | 75.296                    |
| <b>Total de outros ativos financeiros</b>  | <b>91.566</b>             | <b>895.279</b>            |
| <b>Circulante</b>  | <b>43.237</b>             | <b>141.214</b>            |
| <b>Não circulante</b>  | <b>48.329</b>             | <b>754.065</b>            |

- (1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.
- (2) Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se principalmente a investimentos em títulos emitidos pela Companhia de Financiamiento Tuya S.A. que a Controladora tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento para obter fluxos de caixa contratuais. Tais investimentos são parte do acordo de colaboração corporativa Tarjeta Éxito. Em 31 de dezembro de 2019 o valor nominal é de \$39.500(31 de dezembro de 2018 - \$39.500) e os vencimentos vão de 5 a 8 anos, rendendo CPI + 6%.
- (3) Os ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente são investimentos de capital não mantidos para negociação. Os detalhes desses investimentos são os seguintes:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Investimento em títulos  | 14.521                    | 13.183                    |
| Cnova N.V. (a)   | 9.222                     | -                         |
| Fideicomiso El Tesoro etapas 4A e 4C 448                                 | 923                       | -                         |
| Associated Grocers of Florida, Inc.                                      | 113                       | 113                       |
| Central de Abastos del Caribe S.A  | 71                        | 71                        |
| La Promotora S.A.  | 50                        | 50                        |
| Sociedad de Acueducto, Alcantarillado y Aseo de Barranquilla S.A. E.S.P. | 14                        | 14                        |
| Carnes y Derivados de Occidente S.A.S.                                   | -                         | 12                        |
| <b>Total</b>   | <b>24.914</b>             | <b>13.443</b>             |

- (a) Como resultado da venda dos ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD em 27 de novembro de 2019, este investimento deixou de ser um ativo financeiro para se tornar um ativo financeiro (Nota 18).
- (4) Instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para proteger a flutuação das taxas de câmbio e taxas de juros dos passivos em moeda estrangeira. Os justos valores desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados por participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora mede os instrumentos financeiros derivativos (forward and swap) em justo valor, em cada data de fechamento contábil.

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

|         | Menos de 1<br>mês | de 1 a 3 meses | de 3 a 6 meses | de 6 a 12 meses | Mais de 12<br>meses | Total         |
|---------|-------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------------|---------------|
| Forward | 3.409             | -              | 5.730          | 2.775           | -                   | 11.914        |
| Swap    | -                 | (1.353)        | 3.753          | 9.043           | -                   | 11.443        |
|         | <b>3.409</b>      | <b>(1.353)</b> | <b>9.483</b>   | <b>11.818</b>   | <b>-</b>            | <b>23.357</b> |

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|         | Menos de 1<br>mês | de 1 a 3 meses | de 3 a 6<br>meses | de 6 a 12 meses | Mais de 12<br>meses | Total          |
|---------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------------|----------------|
| Forward | 21.145            | 13.060         | 4.470             | -               | -                   | 38.675         |
| Swap    | -                 | -              | 22.423            | 24.409          | 28.034              | 74.866         |
|         | <b>21.145</b>     | <b>13.060</b>  | <b>26.893</b>     | <b>24.409</b>   | <b>28.034</b>       | <b>113.541</b> |

- (5) Em 31 de dezembro de 2019 os ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado representam investimentos da Controladora em títulos patrimoniais do Fondo Valorar Futuro para administrar a liquidez no valor de \$1.295, que são mensurados ao justo valor com base no valor unitário do Fondo. As variações no justo valor são reconhecidas como receita ou despesa na demonstração do resultado. Também inclui depósitos legais no valor de \$ 132 relevantes para a subsidiária Libertad S.A.



O saldo em 31 de dezembro de 2018 relativo a:

- (a) Saldos em certas contas bancárias referentes a depósitos legais e fiscais não disponíveis à subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, uma vez que eles são restritos a serem utilizados para pagamentos sob alguns processos legais movidos contra ela. O saldo foi atualizado mensalmente usando uma taxa de juros, e a variação é reconhecida como receita ou despesa na demonstração de resultados.

|                                      |                |
|--------------------------------------|----------------|
| Depósito para ações trabalhistas     | 388.276        |
| Depósito para execuções fiscais      | 198.831        |
| Depósito para processos regulatórios | 35.228         |
| Depósito para ações civis            | 28.405         |
| <b>Total</b>                         | <b>650.740</b> |

- (b) Depósitos judiciais no valor de \$159 relevantes para a subsidiária Libertad S.A.

- (c) Investimentos da Controladora em títulos patrimoniais do Fondo Valorar Futuro para administrar liquidez no valor de US\$1.201, que são mensurados ao justo valor com base no valor unitário do Fondo. As variações no justo valor são reconhecidas como receita ou despesa na demonstração do resultado.

- (6) Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem operações de swap realizadas pela Controladora sob contratos firmados com entidades financeiras, cujo objetivo é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um valor de principal nominal acordado, o que transforma as taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa então podem ser determinados em moeda local. Os justos valores desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente utilizados pelos participantes do mercado.

O saldo está relacionado com as seguintes operações:

|      | Natureza do risco segurado | Item coberto         | Faixa de taxas para item coberto | Faixa de taxas para instrumentos de hedge | Justo valor |
|------|----------------------------|----------------------|----------------------------------|---|-------------|
| Swap | Taxa de juros              | Passivos financeiros | Libor US\$ 1M + 2,22%            | 9,06%                                     | 476         |

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

|      | Menos de 1 mês | de 1 a 3 meses | de 3 a 6 meses | de 6 a 12 meses | Mais de 12 meses | Total |
|------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|-------|
| Swap | -              | -              | -              | -               | 476              | 476   |

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge se referem a:

- (a) Derivativos designados como instrumentos de hedge que refletem o justo valor dos contratos de swap para 100% dos passivos denominados em dólares americanos a uma taxa de juros fixa, da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, exceção feita ao DCCI (crédito direto ao consumidor através de um intermediário). O justo valor é mensurado pela troca de tais instrumentos a uma taxa flutuante de IDC. O prazo desses contratos é igual ao da dívida, e eles cobrem tanto o principal quanto os juros. A taxa média anual do IDC em 31 de dezembro de 2018 era de 6,42%. Os justos valores desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos são os seguintes:

|                        | Derivativo | Menos de 1 mês | de 1 a 3 meses | de 3 a 6 meses | de 6 a 12 meses | Mais de 12 meses | Total  |
|------------------------|------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|--------|
| 31 de dezembro de 2018 | Swap       | -              | -              | 839            | 37.506          | 36.471           | 74.816 |

- (b) Os instrumentos derivativos designados como instrumentos de hedge refletem operações de swap realizadas pela Controladora segundo contratos celebrados com entidades financeiras, cujo objetivo é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um montante de principal nominal acordado, que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa, podendo então ser determinados em moeda local. Os justos valores desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente usados pelos participantes do mercado.

O saldo está relacionado com as seguintes operações:

|      | Natureza do risco segurado | Item coberto         | Faixa de taxas para item coberto | Faixa de taxas para instrumentos de hedge | Justo valor |
|------|----------------------------|----------------------|----------------------------------|---|-------------|
| Swap | Taxa de juros              | Passivos financeiros | IBR 3M                           | 4,4% - 6,0%                               | 480         |

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|      | Menos de 1<br>mês | de 1 a 3 meses | de 3 a 6<br>meses | de 6 a 12 meses | Mais de 12<br>meses | Total |
|------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------------|-------|
| Swap | -                 | -              | -                 | -               | 480                 | 480   |

O saldo de outros ativos financeiros classificados como circulantes e não circulantes é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Instrumentos financeiros derivativos                                       | 23.357                    | 85.507                    |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente | 14.521                    | 12.735                    |
| Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado                          | 5.227                     | 4.468                     |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado                  | 132                       | 159                       |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge | -                         | 38.345                    |
| <b>Total circulante</b>  | <b>43.237</b>             | <b>141.214</b>            |
| Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado                          | 36.165                    | 36.431                    |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor em outro resultado abrangente | 10.393                    | 708                       |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado                  | 1.295                     | 651.941                   |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge | 476                       | 36.951                    |
| Instrumentos financeiros derivativos                                       | -                         | 28.034                    |
| <b>Total não circulante</b>  | <b>48.329</b>             | <b>754.065</b>            |

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não existem restrições ou gravames sobre outros ativos financeiros que restringem a negociabilidade ou realização deles, com exceção (a) do investimento em títulos da Companhia de Financiamento Tuya S.A., que foram emitidos como parte do acordo de colaboração comercial da Tarjeta Éxito, e (b) dos depósitos judiciais relevantes da subsidiária Libertad S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, além das exceções mencionadas no parágrafo anterior, os depósitos judiciais e fiscais da Companhia Brasileira de Distribuição - A CBD, cujo uso foi dedicado ao pagamento de certos processos contra ela, também tinha restrições que limitavam a negociabilidade ou a realização desta.

Nenhum dos bens foi depreciado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### Nota 13. Ativo imobilizado líquido

O saldo líquido de ativo imobilizado é o seguinte:

|   | 31 de<br>dezembro de<br>2019 | 31 de<br>dezembro de<br>2018 (1) |
|---|------------------------------|----------------------------------|
| Terrenos                                      | 1.013.078                    | 2.406.067                        |
| Edifícios (1)                                 | 1.901.719                    | 4.131.398                        |
| Máquinas e equipamentos                       | 951.405                      | 2.893.704                        |
| Móveis e utensílios                           | 604.591                      | 1.659.721                        |
| Bens em construção                            | 82.196                       | 213.271                          |
| Instalações                                   | 113.362                      | 845.833                          |
| Melhorias em bens de terceiros                | 553.014                      | 5.452.094                        |
| Veículos                                      | 19.006                       | 21.631                           |
| Computadores                                  | 224.545                      | 813.358                          |
| Outro ativo imobilizado                       | 16.050                       | 183.281                          |
| <b>Total do ativo imobilizado</b>             | <b>5.478.966</b>             | <b>18.620.358</b>                |
| Depreciação acumulada (1)                     | (1.629.026)                  | (6.299.910)                      |
| Perda por redução ao valor recuperável        | (4.848)                      | (2.933)                          |
| <b>Total do ativo imobilizado líquido (2)</b> | <b>3.845.092</b>             | <b>12.317.515</b>                |

(1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste decorre da reclassificação para direitos de uso de certos ativos e da depreciação acumulada dos mesmos, previamente reconhecidos como ativo imobilizado e relacionados a arrendamentos financeiros. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

(2) O decréscimo ocorre desde que os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados para ativos não ativo circulante detidos para negociação.

O desenvolvimento do custo do ativo imobilizado e sua depreciação durante o período de relatório é o seguinte:

| Custo  | Terrenos         | Edifícios        | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Bens em construção | Instalações    | Melhorias em bens de terceiros | Veículos      | Computadores   | Outro ativo imobilizado | Total             |
|--|------------------|------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|----------------|--------------------------------|---------------|----------------|-------------------------|-------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>   | <b>2.406.067</b> | <b>4.131.398</b> | <b>2.893.704</b>        | <b>1.659.721</b>    | <b>213.271</b>     | <b>845.833</b> | <b>5.452.094</b>               | <b>21.631</b> | <b>813.358</b> | <b>183.281</b>          | <b>18.620.358</b> |
| Acréscimos   | 61.358           | 159.633          | 209.358                 | 106.149             | 544.406            | 52.089         | 369.752                        | 774           | 64.777         | 19.951                  | 1.588.247         |
| Custos de empréstimos  | -                | 5.126            | 577                     | 369                 | 7.088              | 234            | 5.263                          | -             | 288            | -                       | 18.945            |
| Aumento (diminuição) dos movimentos entre contas do ativo imobilizado              | -                | 14.345           | (22.107)                | 18.389              | (33.204)           | 3.836          | 6.345                          | 4.045         | 322            | -                       | (8.029)           |
| Aumento (diminuição) de transferências de (a) outras contas do balanço patrimonial | (1.313)          | 32.845           | 72.659                  | 34.865              | (379.161)          | 5.126          | 163.811                        | 435           | 8.510          | (987)                   | (63.210)          |
| (Diminuição) das transferências (para) atividades da propriedade de investimento   | -                | (16.466)         | -                       | -                   | -                  | -              | -                              | -             | -              | -                       | (16.466)          |
| (Alienação) do ativo imobilizado   | (8.121)          | 9.417            | (24.471)                | (19.670)            | (11.490)           | (6.974)        | (45.257)                       | (2.928)       | (21.219)       | (2.001)                 | (132.714)         |
| (Desreconhecimento) do ativo imobilizado   | -                | (602)            | (22.958)                | (12.387)            | -                  | (330)          | (9.655)                        | (635)         | (13.022)       | -                       | (59.589)          |
| (Reclassificação) de ativo não circulante realizado para negociação                | (1.406.972)      | (2.364.506)      | (2.127.865)             | (1.158.383)         | (259.057)          | (765.312)      | (5.321.075)                    | (4.179)       | (617.918)      | (182.933)               | (14.208.200)      |
| Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda de relatório                 | (88.493)         | (123.069)        | (35.050)                | (31.788)            | (3.743)            | (21.140)       | (65.539)                       | (2.161)       | (19.217)       | (1.261)                 | (391.461)         |
| Outras mudanças  | (77)             | (2.733)          | -                       | (149)               | -                  | -              | (2.725)                        | 251           | (70)           | -                       | (5.503)           |
| Resultado líquido da posição monetária   | 50.629           | 56.331           | 7.558                   | 7.475               | 4.086              | -              | -                              | 1.773         | 8.736          | -                       | 136.588           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>   | <b>1.013.078</b> | <b>1.901.719</b> | <b>951.405</b>          | <b>604.591</b>      | <b>82.196</b>      | <b>113.362</b> | <b>553.014</b>                 | <b>19.006</b> | <b>224.545</b> | <b>16.050</b>           | <b>5.478.966</b>  |
| <b>Depreciação acumulada</b>   |                  |                  |                         |                     |                    |                |                                |               |                |                         |                   |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>   |                  | <b>974.100</b>   | <b>1.367.120</b>        | <b>894.486</b>      |                    | <b>367.573</b> | <b>1.940.685</b>               | <b>15.453</b> | <b>619.894</b> | <b>120.599</b>          | <b>6.299.910</b>  |
| Depreciação despesa/custo  |                  | 83.986           | 204.312                 | 115.779             |                    | 44.119         | 235.819                        | 2.183         | 67.654         | 15.949                  | 769.801           |
| Aumento (diminuição) de transferências de (para) outras contas do balanço          |                  | 1                | (46)                    | 129                 |                    | 118            | (104)                          | 12            | (90)           | (3)                     | 17                |
| Aumento (diminuição) dos movimentos entre as contas do ativo imobilizado           |                  | (2.767)          | (11.524)                | 9.995               |                    | (134)          | (4.992)                        | 1.832         | (439)          | -                       | (8.029)           |
| (Alienação) de bens, instalações e equipamentos                                    |                  | (66)             | (26.777)                | (12.645)            |                    | (2.007)        | (6.262)                        | (2.234)       | (13.926)       | (1.646)                 | (65.563)          |
| Desreconhecimento da depreciação   |                  | (118)            | (16.498)                | (9.295)             |                    | (267)          | (5.750)                        | (588)         | (13.042)       | -                       | (45.558)          |
| (Reclassificação) de ativo não circulante detido para comercialização              |                  | (712.848)        | (1.056.664)             | (630.347)           |                    | (337.681)      | (1.873.691)                    | (3.950)       | (483.863)      | (130.004)               | (5.229.048)       |
| Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda do relatório                 |                  | (32.803)         | (22.064)                | (23.083)            |                    | (10.597)       | (25.362)                       | (1.442)       | (15.103)       | (886)                   | (131.340)         |
| Outras mudanças  |                  | (1.118)          | -                       | (83)                |                    | -              | -                              | -             | 9              | -                       | (1.192)           |
| Resultado líquido da posição monetária   |                  | 18.568           | 6.000                   | 5.698               |                    | -              | -                              | 1.702         | 8.060          | -                       | 40.028            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>   |                  | <b>326.935</b>   | <b>443.859</b>          | <b>350.634</b>      |                    | <b>61.124</b>  | <b>260.343</b>                 | <b>12.968</b> | <b>169.154</b> | <b>4.009</b>            | <b>1.629.026</b>  |
| <b>Perda por redução ao valor recuperável</b>                                      |                  |                  |                         |                     |                    |                |                                |               |                |                         |                   |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>   |                  | -                | -                       | -                   |                    | -              | <b>2.933</b>                   | -             | -              | -                       | <b>2.933</b>      |
| Perda por redução ao valor recuperável   |                  | 1.280            | 1.007                   | -                   |                    | -              | -                              | -             | -              | -                       | 2.287             |
| Efeito das diferenças de câmbio da conversão na moeda do relatório                 |                  | -                | -                       | -                   |                    | -              | (372)                          | -             | -              | -                       | (372)             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>   |                  | <b>1.280</b>     | <b>1.007</b>            | -                   |                    | -              | <b>2.561</b>                   | -             | -              | -                       | <b>4.848</b>      |

A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo capitalizados foi de 6,323%, calculada com a média ponderada dos custos de empréstimo aplicáveis aos empréstimos, pendentes no encerramento de 31 de dezembro de 2019.

Os ativos em construção são representados pelos ativos que não estão prontos para o uso previsto pela administração da Controladora e de suas subsidiárias, e sobre os quais os custos diretamente atribuíveis ao processo de construção continuam a ser capitalizados.

Os valores contabilizados do ativo imobilizado sob arrendamento financeiro são os seguintes:

|                                   | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Outro ativo imobilizado           | 11.755                    | 12.543                    |
| Móveis e utensílios (1)           | -                         | 2.536                     |
| Máquinas e equipamentos (1)       | -                         | 2.456                     |
| Computadores (1)                  | -                         | 2.362                     |
| Instalações (1)                   | -                         | 277                       |
| <b>Total do ativo imobilizado</b> | <b>11.755</b>             | <b>20.174</b>             |

(1) A diminuição se deve ao fato de que os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

O custo do ativo imobilizado não inclui o saldo do desmonte estimado e custos similares, já que a avaliação e análise feita pela Controladora e suas subsidiárias definiram que não há obrigações contratuais ou legais que exijam tal estimativa no momento da aquisição.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD carregava ativos entregues em garantia a terceiros para garantir ações judiciais no valor de \$715,467.

Com exceção do acima exposto, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não foram impostas restrições ou gravames aos itens de ativo imobilizado que limitam sua realização ou comerciabilidade, e não há compromissos para adquirir, construir ou desenvolver ativo imobilizado.

Durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, nenhuma compensação foi recebida por ativos danificados, e nenhuma aceitação de pagamento por companhias de seguros para compensar os ativos danificados foi reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias Patrimônio Autônomo Viva Palmas e Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo apresentaram perdas por redução ao valor recuperável em ativo imobilizado no valor de \$394 (terreno \$106 e edifícios \$288), e \$1.893 (terreno \$1.174 e edifícios \$719), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a subsidiária uruguaia Mercados Devoto S.A. reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado no valor de \$2.933. Informações sobre a metodologia aplicada à redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas na Nota 39.

#### Nota 14. Propriedade de investimento líquida

As propriedades de investimento da Controladora e de suas subsidiárias são estabelecimentos comerciais e terrenos detidos para gerar renda a partir de atividades de arrendamento operacional ou valorização futura do preço de venda.

O saldo líquido das propriedades de investimento é feito da seguinte forma:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Terrenos   | 313.899                   | 327.844                   |
| Edifícios  | 1.470.745                 | 1.443.356                 |
| Construção em andamento                                | 8.223                     | 7.253                     |
| <b>Custo total da propriedade de investimento</b>      | <b>1.792.867</b>          | <b>1.778.453</b>          |
| Depreciação acumulada                                  | (163.183)                 | (144.828)                 |
| Perda por redução ao valor recuperável                 | (3.464)                   | -                         |
| <b>Total da propriedade de investimento líquida(1)</b> | <b>1.626.220</b>          | <b>1.633.625</b>          |

(1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

O desenvolvimento do custo da propriedade de investimento e sua depreciação, durante o período do relatório, é o seguinte:

| Custo   | Construções    |                  |              | Total            |
|---|----------------|------------------|--------------|------------------|
|   | Terrenos       | Edifícios        | em andamento |                  |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                              | <b>327.844</b> | <b>1.443.356</b> | <b>7.253</b> | <b>1.778.453</b> |
| Acréscimos  | 1.737          | 50.082           | 1.110        | 52.929           |
| (Reclassificação) de ativo não circulante mantido para negociação   | (5.316)        | (21.734)         | (34)         | (27.084)         |
| Aumento decorrente de transferências de contas de ativo imobilizado | -              | 16.466           | -            | 16.466           |
| Alienações  | (395)          | (1.952)          | -            | (2.347)          |
| Efeito das diferenças de câmbio na conversão na moeda de relatório  | (17.288)       | (96.324)         | (246)        | (113.858)        |
| Resultado líquido da posição monetária                              | 7.317          | 80.851           | 140          | 88.308           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                              | <b>313.899</b> | <b>1.470.745</b> | <b>8.223</b> | <b>1.792.867</b> |

| Depreciação acumulada  | Edifícios      |
|--|----------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                             | <b>144.828</b> |
| Despesas de depreciação  | 31.138         |
| (Reclassificação) de ativo não circulante mantido para negociação  | (8.189)        |
| Efeito das diferenças de câmbio na conversão na moeda de relatório | (19.462)       |
| Resultado líquido da posição monetária                             | 14.868         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                             | <b>163.183</b> |

| Perda por redução ao valor recuperável | Terrenos     | Edifícios    | Total        |
|--|--------------|--------------|--------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> | -            | -            | -            |
| Perda por redução ao valor recuperável | 1.159        | 2.305        | 3.464        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> | <b>1.159</b> | <b>2.305</b> | <b>3.464</b> |

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não há limitações ou gravames impostos a propriedades de investimento que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a Controladora e suas subsidiárias não estão comprometidas em adquirir, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou reparar, manter ou melhorar tais propriedades, além das construções existentes. Tampouco há compensações de terceiros decorrentes de danos ou perdas de propriedade de investimento.

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias Patrimônio Autônomo Viva Palmas e Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo apresentaram perdas por redução ao valor recuperável em ativo imobilizado no valor de \$1.273 (terreno \$306 e edifícios \$966), e \$2.191 (terreno \$853 e edifícios \$1.399), respectivamente. Não foram reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018. Informações sobre a metodologia aplicada à redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas na Nota 39.

A Nota 40 revela os justos valores de propriedade de investimento, com base na avaliação realizada por um terceiro independente.

Durante os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os resultados na Controladora e suas subsidiárias do uso de propriedades de investimento são os seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de<br>dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de<br>dezembro de<br>2018 |
|--|--|--|
| Receita dos arrendamentos  | 244.318  | 169.430  |
| Despesas de operação relacionadas a propriedades de investimento geradoras de receita      | (42.881)                                       | (28.011)                                       |
| Despesas operacionais relacionadas a propriedades de investimento não geradoras de receita | (110.079)                                      | (82.937)                                       |
| Ganho líquido com propriedades de investimento   | <b>91.358</b>                                  | <b>58.482</b>                                  |

## Nota 15. Direitos de uso líquidos

A Controladora e suas subsidiárias começaram a aplicar a IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Como mencionado nas demonstrações contábeis no fechamento de 31 de dezembro de 2018, esta norma exige o reconhecimento de um ativo relacionado ao direito de uso e de um passivo de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias optaram por aplicar a norma retrospectivamente, como se ela tivesse sido aplicada a partir da data de início de todos os contratos de arrendamento, para divulgar efeitos comparáveis para cada período de relatório.

O saldo dos direitos de uso líquidos é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Direitos de uso                              | 2.413.037                 | 7.500.216                 |
| <b>Total de direitos de uso</b>              | <b>2.413.037</b>          | <b>7.500.216</b>          |
| Depreciação acumulada                        | (1.109.389)               | (2.358.816)               |
| <b>Total de direitos de uso líquidos (1)</b> | <b>1.303.648</b>          | <b>5.141.400</b>          |

(1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, pois esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

O desenvolvimento do custo dos direitos de uso e sua depreciação, durante o período do relatório, é o seguinte:

#### Custo

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | <b>7.500.216</b> |
| Aumento a partir de criações  | 364.334          |
| Aumento a partir de novas medidas                                       | 387.429          |
| Desreconhecimento   | (97.813)         |
| Alienações  | (151)            |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       | (5.665.654)      |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório | (75.324)         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  | <b>2.413.037</b> |

#### Depreciação acumulada

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | <b>2.358.816</b> |
| Custo e despesas de depreciação   | 572.323          |
| Desreconhecimento   | (62.782)         |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       | (1.734.678)      |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório | (24.180)         |
| Outras mudanças   | (110)            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  | <b>1.109.389</b> |

#### Nota 16. Ágio

O balanço do ágio é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Spice Investment Mercosur S.A. (1)             | 1.303.092                 | 1.448.468                 |
| Carulla Vivero S.A. (2)                        | 827.420                   | 827.420                   |
| Súper Inter (3)                                | 453.649                   | 453.649                   |
| Libertad S.A. (4)                              | 173.582                   | 177.285                   |
| Cafam (5)                                      | 122.219                   | 122.219                   |
| Outro (6)                                      | 50.806                    | 50.806                    |
| Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (7) | -                         | 2.357.021                 |
| <b>Total do ágio</b>                           | <b>2.930.768</b>          | <b>5.436.868</b>          |
| Perda por redução ao valor recuperável (6)     | (1.017)                   | -                         |
| <b>Total do ágio líquido</b>                   | <b>2.929.751</b>          | <b>5.436.868</b>          |

(1) O saldo inclui:

- A combinação de negócios realizada pela Controladora em 2011 para a aquisição da empresa uruguaia Spice Investments Mercosur S.A. no valor de \$287.844 (31 de dezembro de 2018 - \$287.844). O valor é o custo atribuível no balanço de abertura no exercício da isenção de não consolidar a combinação de negócios.
- Ágio reconhecido pela Spice Investments Mercosur S.A. na aquisição de suas subsidiárias no Uruguai, conforme opções oferecidas pelo IFRS 1 no valor de \$227.045(31 de dezembro de 2018 - \$259.944).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Controladora com o Grupo Disco del Uruguay S.A. resultante da aquisição de controle em 1º de janeiro de 2015 no valor de \$781.612 (31 de dezembro de 2018 - \$894.874).
- Ágio da combinação de negócios realizada pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Sumelar S.A. em 2016 no valor de \$1.050 (31 de dezembro de 2018 - \$1.203).
- Ágio da combinação de negócios realizada em 2016 e concluída em 2017 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir 5 Hermanos Ltda. no valor de \$2.283 (31 de dezembro de 2018 - \$2.614).

- Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Tipsel S.A. no valor de \$553 (31 de dezembro de 2018 - \$633).
  - Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para a aquisição da Tedocan S.A. no valor de \$ 1.184 (31 de dezembro de 2018 - \$ 1.356).
  - Ágio da combinação de negócios realizada e concluída em 2018 pela Mercados Devoto S.A. para adquirir a Ardal S.A. no valor de \$1.521 (31 de dezembro de 2018 - \$1.521).
- (2) Refere-se ao ágio da combinação de negócios com Carulla Vivero S.A. realizada em 2007. O valor foi determinado na demonstração de abertura da posição financeira utilizando a opção de custo considerado, de acordo com a isenção da IFRS 1 de não reexpressar a combinação de negócios.
- (3) Inclui \$179.412 da aquisição de 19 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em setembro de 2014; \$264.027 da aquisição de 29 estabelecimentos comerciais da Súper Inter, realizada em abril de 2015; e \$10.210 da aquisição de 7 estabelecimentos comerciais realizada entre 23 de fevereiro de 2015 e 24 de junho de 2015.
- (4) Refere-se ao ágio gerado a partir da combinação de negócios concluída em agosto de 2015 para a aquisição das operações da Libertad S.A. na Argentina, através da empresa espanhola Onper Investments 2015 S.L.
- (5) Refere-se ao acordo firmado em 23 de fevereiro de 2015, para aquisição das lojas Cafam que eram operadas pela Companhia desde 2010. Os estabelecimentos comerciais adquiridos foram posteriormente transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2015, tal ágio foi alocado para a Éxito \$80.134, Carulla \$29.075 e Surtimax \$13.010.
- (6) O saldo inclui:
- Em 31 de dezembro de 2019 o saldo representa pequenas aquisições de outros estabelecimentos comerciais que foram posteriormente transformados em lojas Éxito, Carulla e Surtimax. Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 tal ágio foi alocado à Éxito \$10.540, à Surtimax \$28.566 e à Súper Inter \$10.683.
  - Ágio da combinação de negócios com a Gemex O&W S.A.S. no valor de \$1.017.
- Em 31 de dezembro de 2019 o ágio com Gemex O&W S.A.S. no valor de \$1.017 foi plenamente reduzido.
- (7) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, pois esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação. Em 31 de dezembro de 2018 representou o ágio da combinação de negócios concluída em agosto de 2015 para a aquisição das operações da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD no Brasil, através da empresa espanhola Onper Investments 2015 S.L. Também incluiu o ágio da combinação de negócios concluída em 2018 pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD com Cheftime e James Delivery.

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, o desenvolvimento do ágio foi o seguinte:

#### Custo

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | <b>5.436.868</b> |
| Ágio de combinação de negócios  | 1.619            |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       | (2.353.856)      |
| Outras reclassificações   | (2.917)          |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório | (212.077)        |
| Resultado líquido da posição monetária                                  | 61.131           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  | <b>2.930.768</b> |

#### Perda por redução ao valor recuperável

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>-</b>     |
| Perda por redução ao valor recuperável | 1.017        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> | <b>1.017</b> |

O Ágio tem vida útil indefinida com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e conseqüentemente não é amortizado.

Com exceção do mencionado na subseção (6) acima, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, Ágio não foi prejudicado. As informações sobre a metodologia aplicada à redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas na Nota 39.

## Nota 17. Ativos intangíveis líquidos, exceto o Ágio

O saldo líquido de ativos intangíveis, exceto o ágio, é feito da seguinte forma:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 (1) |
|--|------------------------|----------------------------|
| Marcas registradas (3)   | 219.923                | 3.237.799                  |
| Software de computador (1)                                     | 172.044                | 1.331.389                  |
| Direitos (1) (4)   | 27.034                 | 1.315.083                  |
| Ativos intangíveis relacionados ao cliente (5)                 | -                      | 32.711                     |
| Outros   | 86                     | 84                         |
| <b>Total do custo dos ativos intangíveis, exceto o ágio</b>    | <b>419.087</b>         | <b>5.917.066</b>           |
| Amortização acumulada (1)                                      | (114.872)              | (717.265)                  |
| <b>Total de ativos intangíveis líquidos, exceto o ágio (2)</b> | <b>304.215</b>         | <b>5.199.801</b>           |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste a estas contas decorre da classificação como direitos de uso de ativos intangíveis que não o ágio e sua depreciação acumulada, acumulada na Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e representando custos necessários para obter contratos de arrendamento que deveriam ter sido levados em conta na mensuração da altura do usuário. Além disso, também decorre da classificação como direitos de uso de determinados softwares de computador e sua amortização na Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.
- (3) O saldo diz respeito às seguintes marcas registradas:

| Segmento operacional | Banner            | Vida útil     | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|----------------------|-------------------|---------------|------------------------|------------------------|
| Uruguay              | Diversos (a)      | Indeterminada | 92.732                 | 106.170                |
| Surtimax-Súper Inter | Súper Inter (b)   | Indeterminada | 63.704                 | 63.704                 |
| Argentina            | Libertad (c)      | Indeterminada | 46.060                 | 47.225                 |
| Surtimax-Súper Inter | Surtimax (d)      | Indeterminada | 17.427                 | 17.427                 |
| Alimentos            | Extra (e)         | Indeterminada | -                      | 1.504.724              |
| Alimentos            | Pão de Açúcar (e) | Indeterminada | -                      | 873.981                |
| Alimentos            | Assaí (e)         | Indeterminada | -                      | 624.568                |
|                      |                   |               | <b>219.923</b>         | <b>3.237.799</b>       |

- (a) Refere-se às marcas registradas do Grupo Disco del Uruguay S.A.
- (b) Marca registrada adquirida sob a combinação de negócios realizada com a Comercializadora Giraldo Gómez y Cía S.A.
- (c) Refere-se a marcas registradas da subsidiária Libertad S.A. Essas marcas foram registradas durante 2016 como resultado do progresso e posterior conclusão do processo de Alocação de Preço de Compra como parte da aquisição de controle sobre tal subsidiária.
- (d) Marcas registradas recebidas na fusão com Carulla Vivero S.A.
- (e) Em 31 de dezembro de 2018, as marcas registradas da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD eram representadas. Estas marcas foram registradas durante 2016 como resultado do progresso e da conclusão do processo de Alocação do Preço de Compra como parte da aquisição de controle sobre tal subsidiária. A diminuição se deve ao mencionado em (2) acima.

Tais marcas têm vida útil indeterminada com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e, conseqüentemente, não são amortizadas.

- (4) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo representa os seguintes direitos:
- a) Direitos da Libertad S.A. no valor de \$48.
- (c) Contratos firmados pela Controladora em dezembro de 2017 no valor de \$2.226, dezembro de 2016 no valor de \$11.552 e setembro de 2016 no valor de \$13.238 para a aquisição de direitos de exploração de instalações comerciais.



Em 31 de dezembro de 2018, o saldo representava os seguintes direitos:

- (a) Direitos comerciais no valor de \$1.834.132 (31 de dezembro de 2018 - atualizado \$1.288.047) adquiridos pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, no segmento de alimentos, relevantes para o uso comercial do pagamento de um "prêmio" para obter um contrato de arrendamento em locais comercialmente atraentes.
- (b) Direitos da Libertad S.A. no valor de US\$50.
- (c) Contratos firmados pela Controladora em dezembro de 2017 no valor de \$2.226, dezembro de 2016 no valor de \$11.552 e setembro de 2016 no valor de \$13.238 para a aquisição de direitos de exploração de estabelecimentos comerciais.

Tais direitos têm vida útil indeterminada com base nas considerações da Controladora e de suas subsidiárias, e, consequentemente, não são amortizados.

- (5) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo relativo às relações extracontratuais com clientes, um intangível reconhecido pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, que é amortizado por uma média de 9 anos. A diminuição se deve ao mencionado em (2) acima.

O desenvolvimento de ativos intangíveis, exceto o ágio durante o período do relatório é o seguinte:

| Custo   | Marcas registradas | Software de computador | Direitos         | Ativos intangíveis relativos a clientes | Outros    | Total            |
|---|--------------------|------------------------|------------------|---|-----------|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | <b>3.237.799</b>   | <b>1.331.389</b>       | <b>1.315.083</b> | <b>32.711</b>                           | <b>84</b> | <b>5.917.066</b> |
| Acréscimos  | -                  | 201.455                | 20.013           | -                                       | -         | 221.468          |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório | (52.980)           | (11.299)               | (9.600)          | (242)                                   | (23)      | (74.144)         |
| Resultado líquido da posição monetária                                  | 27.204             | -                      | (11.072)         | -                                       | 22        | 16.154           |
| Transferências  | 2.517              | 63.418                 | 1.251            | -                                       | -         | 67.186           |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       | (2.983.519)        | (1.350.319)            | (1.299.730)      | (32.469)                                | -         | (5.666.037)      |
| Alienações e desreconhecimento  | -                  | (63.193)               | -                | -                                       | -         | (63.193)         |
| Outras mudanças   | (11.098)           | 593                    | 11.089           | -                                       | 3         | 587              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  | <b>219.923</b>     | <b>172.044</b>         | <b>27.034</b>    | <b>-</b>                                | <b>86</b> | <b>419.087</b>   |
| <b>Amortização acumulada</b>  |                    |                        |                  |   |           |                  |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  |                    | <b>703.556</b>         | <b>34</b>        | <b>13.630</b>                           | <b>45</b> | <b>717.265</b>   |
| Custos/despesas de amortização  |                    | 98.892                 | 847              | 3.048                                   | 356       | 103.143          |
| Transferências  |                    | (81)                   | -                | -                                       | -         | (81)             |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório |                    | (6.443)                | (14)             | (105)                                   | (17)      | (6.579)          |
| Resultado líquido da posição monetária                                  |                    | -                      | 27               | -                                       | 17        | 44               |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       |                    | (623.760)              | (843)            | (16.573)                                | -         | (641.176)        |
| Alienações e desreconhecimento  |                    | (57.511)               | -                | -                                       | -         | (57.511)         |
| Outras mudanças   |                    | 139                    | (11)             | -                                       | (361)     | (233)            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  |                    | <b>114.792</b>         | <b>40</b>        | <b>-</b>                                | <b>40</b> | <b>114.872</b>   |

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os ativos intangíveis, exceto o ágio, não estão limitados ou sujeitos a penhoras que restrinjam a sua realização ou comerciabilidade. Além disso, não há compromissos para adquirir ou desenvolver ativos intangíveis que não sejam o Ágio.

Nenhum dos ativos intangíveis além do ágio foi depreciado em 31 de dezembro de 2019.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis além do ágio foi reconhecida em 31 de dezembro de 2018, com exceção da perda de certos softwares de computador na Controladora no valor de \$3.307 (Nota 34).

Informações sobre a metodologia aplicada à redução do valor recuperável de ativos financeiros são divulgadas na Nota 39.

## Note 18. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O saldo dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é feito da seguinte forma:

| Sociedade  | Classificação | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 (1) |
|--|---------------|------------------------|----------------------------|
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.   | Joint venture | 209.115                | 203.704                    |
| Puntos Colombia S.A.S.   | Joint venture | 1.372                  | 5.600                      |
| Cnova N.V. (1) (2) (3)   | Coligada      | -                      | 425.935                    |
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. (2)                              | Coligada      | -                      | 169.161                    |
| <b>Total de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial</b> |               | <b>210.487</b>         | <b>804.400</b>             |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta refere-se ao reconhecimento do efeito da aplicação desta IFRS no saldo do investimento, conforme demonstrado no patrimônio líquido da associada. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.
- (3) Como resultado da venda dos ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD em 27 de novembro de 2019, este investimento deixou de ser um ativo financeiro para se tornar um ativo financeiro (Nota 12).

### Nota 18.1. Informações não financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

As informações relativas ao país de domicílio, moeda funcional, principal atividade econômica, percentagem de participação e ações detidas em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são as seguintes:

| Sociedade   | País     | Moeda funcional | Principal atividade econômica | Percentual de participação |                        | Número de ações        |                        |
|---|----------|-----------------|-------------------------------|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|   |          |                 |                               | 31 de dezembro de 2019     | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|   |          |                 |                               |                            |                        |                        |                        |
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.                | Colômbia | Peso colombiano | Crédito                       | 50%                        | 50%                    | 8.483.420.966          | 7.913.553.273          |
| Puntos Colombia S.A.S.                              | Colômbia | Peso colombiano | Utilidades públicas           | 50%                        | 50%                    | 9.000.000              | 9.000.000              |
| Cnova N.V.  | Holanda  | Euro            | Comércio                      | 0,19%                      | 34,17%                 | 659.383                | 117.963.047            |
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. | Brasil   | Real            | Investimento                  | -%                         | 35,76%                 | -                      | 386.923.764            |

### Nota 18.2. Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019:

| Sociedades                           | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita de atividades ordinárias | Receita de operações contínuas |
|--------------------------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A. | 3.207.963        | 81.336               | 1.160.326          | 1.745.967              | 383.006            | 1.178.777                        | (11.753)                       |
| Puntos Colombia S.A.S.               | 130.551          | 24.873               | 143.867            | 8.812                  | 2.745              | 191.725                          | (6.273)                        |

Informações financeiras relativas a investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2018:

| Sociedades  | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Receita de atividades ordinárias | Receita de operações contínuas |
|---|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| Cnova N.V.  | 2.609.106        | 1.061.978            | 4.227.576          | 96.363                 | (652.855)          | 7.581.440                        | (122.972)                      |
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. | 4.992.357        | 49.066               | 4.427.689          | 8.164                  | 605.570            | 787.658                          | 176.870                        |
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.                | 2.836.770        | -                    | 2.464.644          | -                      | 372.126            | 1.094.747                        | 84.258                         |
| Puntos Colombia S.A.S.                              | 65.639           | 30.808               | 82.331             | 5.095                  | 9.029              | 35.489                           | (5.405)                        |

### Nota 18.3. Objetivo empresarial dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

O propósito corporativo e outras informações corporativas de investimentos contabilizados usando o método de equivalência patrimonial são os seguintes:

#### Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

Um negócio conjunto, cujo controle conjunto foi adquirido em 31 de outubro de 2016. É uma entidade privada, autorizada pela Superintendência Financeira Colombiana, constituída por meio de escritura pública nº 7418 outorgada em 30 de novembro de 1971 perante o Cartório Notarial Primeiro de Bogotá, tendo seu principal local de negócios em Medellín. O principal objeto social da empresa é atrair recursos através de depósitos a prazo com o objetivo principal de realizar operações ativas de crédito, para facilitar a comercialização de bens e serviços, sem afetar as operações e investimentos que ela possa realizar em conformidade com as condições ou limitações estabelecidas pelo regime legal aplicável às empresas financiadoras.

#### Puntos Colombia S.A.S.

Uma joint venture estabelecida em 19 de abril de 2017 sob a lei colombiana. Seu principal objetivo corporativo é a compra e venda de pontos de fidelidade e a concepção, desenvolvimento, implementação, operação e administração de um programa de fidelidade para o desenvolvimento de estratégias de fidelização aplicáveis aos clientes dos parceiros de aliança, através do reconhecimento, acumulação, emissão e resgate de pontos de fidelidade, bem como a compra e venda de pontos de fidelidade. Sua sede está localizada em Carrera 48 No. 32B Sur- 139, Envigado, Colômbia. O prazo de duração da empresa é indeterminado.

#### Cnova N.V.

Incorporado em 30 de maio de 2014. Seu objeto social é participar ou realizar todas as atividades e operações relacionadas ou adequadas ao comércio eletrônico e ao comércio regular, e a prestação de serviços nas áreas de vendas a varejo, publicidade, transporte, comunicação de dados, assessoria empresarial e financiamento empresarial. Seu principal local de negócios é em Amsterdã, Holanda.

#### Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda.

Uma empresa estabelecida em conjunto com Itaú Unibanco S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição - CBD em 2004; seu principal local de atuação é em São Paulo, Brasil. Seu principal objeto social é a participação em atividades de crédito, finanças e investimentos e a gestão de cartões de crédito. Esta coligada foi vendida em 27 de novembro de 2019, juntamente com a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

### Nota 18.4. Outras informações sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

A conciliação das informações financeiras resumidas reportadas ao valor contábil das coligadas e joint ventures nas demonstrações contábeis consolidadas é:

| Sociedades                           | Patrimônio líquido | Base patrimonial para aplicação do método | 31 de dezembro de 2019      |   | Justo valor | Valor contábil (2) |
|--------------------------------------|--------------------|---|-----------------------------|---|-------------|--------------------|
|                                      |                    |   | Porcentagem de participação | Valor da participação da Controladora (1) |             |                    |
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A. | 383.006            | 418.230                                   | 50,00%                      | 209.115                                   | -           | 209.115            |
| Puntos Colombia S.A.S.               | 2.745              | 2.745                                     | 50,00%                      | 1.372                                     | -           | 1.372              |

| Sociedades  | Patrimônio líquido | Base patrimonial para aplicação do método | 31 de dezembro de 2018      |   | Justo valor | Valor contábil (2) |
|---|--------------------|---|-----------------------------|---|-------------|--------------------|
|   |                    |   | Porcentagem de participação | Valor da participação da Controladora (1) |             |                    |
| Cnova N.V.  | -                  | -   | 6,56%                       | 9.222                                     | -           | 425.501            |
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. | 605.570            | 473.045                                   | 35,76%                      | -   | -           | 169.161            |
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.                | 372.126            | 407.358                                   | 50,00%                      | 203.679                                   | -           | 203.679            |
| Puntos Colombia S.A.S.                              | 9.029              | 9.029                                     | 50,00%                      | 5.600                                     | -           | 5.600              |

(1) Participação direta da Controladora (Almacenes Éxito S.A.).

(2) Montante do investimento e ágio realizado nos livros da Controladora e suas subsidiárias.

Os dividendos recebidos de coligadas e joint ventures durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizaram \$- (31 de dezembro de 2018 - \$50.449).

Não há restrições quanto à capacidade das coligadas e joint ventures de transferir recursos para a Controladora na forma de dividendos em dinheiro, ou amortização de empréstimos ou pagamentos antecipados.

A Controladora não tem ativos contingentes incorridos relacionados à sua participação.

Não há obrigações construtivas adquiridas pela Controladora em nome de associados ou joint ventures decorrentes de perdas que excedam a participação detida neles.

Os investimentos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial não têm restrições ou gravames que afetem a participação detida neles.

## Nota 19. Mudanças na classificação dos ativos financeiros

Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças materiais na classificação dos ativos financeiros decorrentes de uma mudança no propósito ou uso de tais ativos.

## Nota 20. Passivos financeiros

O saldo do passivo financeiro é o seguinte:

|   | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|---|---------------------------|-------------------------------|
| Opção de venda (2)                                | 379.538                   | 435.023                       |
| Empréstimos bancários (3) (4)                     | 223.368                   | 1.845.638                     |
| Cartas de crédito                                 | 10.176                    | 6.616                         |
| Arrendamentos Financeiros (1)                     | 3.740                     | 3.839                         |
| <b>Total do passivo financeiro circulante</b>     | <b>616.822</b>            | <b>2.291.116</b>              |
| Empréstimos bancários (3) (4)                     | 37.238                    | 4.624.057                     |
| Arrendamentos Financeiros (1)                     | 6.293                     | 9.497                         |
| <b>Total do passivo financeiro não circulante</b> | <b>43.531</b>             | <b>4.633.554</b>              |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste a estas contas refere-se à reclassificação dos arrendamentos financeiros para passivos de arrendamento relativos a certos contratos sobre ativos que foram devidamente registrados como arrendamentos financeiros. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) A Spice Investments Mercosur S.A. é parte do contrato de opção de venda celebrado com os proprietários de interesses não-controladores na subsidiária Grupo Disco del Uruguay S.A. O preço de exercício da opção é baseado em uma fórmula previamente determinada e a opção pode ser exercida a qualquer momento. A opção é medida pelo justo valor. O desenvolvimento é mostrado na Nota 40.
- (3) Em agosto de 2015, a Controladora firmou contratos de crédito com bancos locais no valor de US\$ 3,25 trilhões e com bancos estrangeiros no valor de US\$ 1,21 trilhão (US\$ 400 milhões à taxa de câmbio de US\$ 3.027,20 Pesos colombianos) para a aquisição das operações no Brasil e na Argentina através da empresa espanhola Onper Investment 2015 S.L. Tais créditos são medidos ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, onde os custos de transação são incluídos no valor de US\$ 14.332.

Em ambos os acordos, a Controladora se compromete a solicitar a aprovação dos bancos caso necessite realizar as seguintes operações: onerar ativos, celebrar acordos extraordinários com qualquer empresa afiliada, contrair dívidas adicionais onde quer que o resultado seja uma violação do contrato de crédito e/ou sem autorização prévia dos credores; os credores deverão conceder a autorização automaticamente se o índice de ocorrência for cumprido, medido usando as últimas demonstrações contábeis divulgadas pela Controladora, entre outras.

Durante janeiro de 2016 e abril de 2016, a Controladora solicitou desembolsos no valor de \$400.000 e \$100.000, respectivamente, contra a parcela rotativa do contrato de crédito firmado em julho de 2015. O crédito rotativo no valor de \$500.000 com prazo de dois anos, e o crédito rotativo em dinheiro com prazo de um ano, foram reestruturados em agosto de 2016.

\$97.495 do saldo dos empréstimos bancários não correntes foram pagos pela Controladora em agosto de 2016; \$55.000 e \$500.000 dos empréstimos correntes foram pagos em novembro de 2016 e dezembro de 2016, respectivamente.

Em fevereiro de 2017, a Controladora obteve um empréstimo no valor de \$530.000; em março de 2017, \$70.000; em abril de 2017, \$158.380; em maio de 2017, \$79.216; e em setembro de \$120.000.

Em junho de 2017, a Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A.S. obteve um empréstimo do Bancolombia no valor de \$60.000 a uma taxa de IBR 3 meses + 2,0% trimestral em atraso, com um prazo de 5 anos e um período de carência de 24 meses para reembolso do principal.

Em fevereiro de 2017 e em agosto de 2017, a Controladora reembolsou \$194.990 (\$97.495 cada mês) do saldo devedor dos empréstimos bancários não correntes; em junho de 2017 reembolsou \$200.000; em agosto de 2017 reembolsou \$50.000; em outubro de 2017 reembolsou \$120.000; em novembro de 2017 reembolsou \$100.000 e em dezembro de 2017 reembolsou \$150.000 dos empréstimos bancários correntes (crédito rotativo em consórcio).

Em 22 de dezembro de 2017, a Controladora obteve um novo crédito em consórcio rotativo no valor de US\$ 450 milhões, com vencimento em dezembro de 2020. Estes recursos permitiram pagar antecipadamente o crédito sindicado em aberto naquela data no mesmo montante, com vencimento em dezembro de 2018. Além disso, o crédito em consórcio rotativo de peso no valor de US\$ 500.000 foi reestruturado para estender o vencimento de agosto de 2018 até agosto de 2020; todas as outras condições contratuais permanecem inalteradas. O nível da dívida da Controladora após as duas operações acima não varia; entretanto, o prazo médio da dívida passa de 2,2 anos para 2,9 anos, otimizando as futuras saídas de pagamento da Controladora.

A Controladora solicitou desembolsos no valor de \$120.000, \$350.000 e \$30.000 durante janeiro, fevereiro e maio de 2018, respectivamente, contra o crédito rotativo em consórcio.

\$97.495, \$73.015, \$97.495 e \$73.015 do saldo do empréstimo bancário não corrente foram amortizados pela Controladora em fevereiro, junho, agosto e dezembro de 2018, respectivamente.

\$ 120.000 e \$ 380.000 do saldo de créditos rotativos em consórcio foram amortizados pela Controladora em julho e agosto de 2018, respectivamente.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 também inclui empréstimos de curto prazo no valor de \$794.904 e empréstimos de longo prazo no valor de \$361.492 adquiridos pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, e empréstimos de longo prazo adquiridos pela subsidiária Segisor S.A. no valor de \$1.476.494).

Também inclui \$182.848 recebidos em 21 de dezembro de 2018 pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD sob o compromisso contratual de vender 3,86% das participações no capital da Via Varejo S.A. através de uma transação de troca de retorno total (TRS). Através desta transação, os valores recebidos estão sujeitos a ajustes adicionais a partir da revenda posterior das ações no mercado durante o prazo do contrato. A exposição da subsidiária à variação do valor de mercado dos ativos subjacentes impede que as ações sejam excluídas dos registros contábeis em 31 de dezembro de 2018.

Durante fevereiro e março de 2019, a Controladora solicitou desembolsos no valor de \$70.000 e \$30.000, respectivamente, contra a parcela rotativa sob o contrato de crédito firmado em 21 de dezembro de 2018. A Companhia solicitou desembolsos no valor de \$50.000, \$160.000, \$100.000 e \$120.000 durante fevereiro, abril, junho e agosto de 2019, respectivamente, contra o crédito rotativo em consórcio.

Em abril de 2019, a Controladora concedeu parte do crédito bilateral até 29 de abril de 2021, no valor de \$158.380.

Durante fevereiro e agosto de 2019, respectivamente, a Controladora reembolsou \$97.495 e \$97.495 do saldo do empréstimo bancário não corrente e \$84.540 do saldo do empréstimo bilateral corrente em dólares americanos. \$156.355 do atual saldo do empréstimo bancário foram amortizados em junho de 2019.

Os desembolsos em valores de \$160.000, \$100.000, \$120.000 e \$50.000 contra o crédito rotativo em consórcio solicitado em fevereiro, abril, julho e agosto de 2019 foram amortizados pela Controladora em outubro e novembro de 2019.

O saldo do principal do crédito em consórcio em dólares americanos no valor de US\$ 450 milhões obtido em dezembro de 2017, o crédito no valor de US\$158.380 obtido em abril de 2017, o saldo do empréstimo bancário atual no valor de US\$535.616 e o saldo do empréstimo bancário não corrente no valor de US\$1.167.535 foram reembolsados antecipadamente pela Controladora em dezembro de 2019. Tais pagamentos antecipados foram feitos com base nos termos e condições existentes dos contratos de dívida em vigor naquela época, relativos a reembolsos obrigatórios como resultado da venda de ativos.

- (4) Além da diminuição explicada na subseção anterior(2), há uma diminuição adicional devido ao fato de que os passivos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

Os empréstimos bancários são denominados em Pesos colombianos a uma taxa de juros de referência de 3M IBR mais 2%. As obrigações de arrendamento financeiro são denominadas em dólares americanos a uma taxa de juros de referência de LIBOR + 2,22% mensais em atraso.

Abaixo está um detalhe dos vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos bancários não correntes em 31 de dezembro de 2019, descontados ao valor atual:

| Ano  | Total         |
|------|---------------|
| 2020 | 23.338        |
| 2021 | 20.193        |
|      | <b>43.531</b> |

#### **Nota 20.1. Compromissos assumidos no âmbito de contratos de crédito (obrigações financeiras)**

O objetivo dos compromissos assumidos sob contratos de crédito é assegurar o cumprimento das cláusulas financeiras aplicáveis à dívida e empréstimos obtidos em agosto de 2015 e dezembro de 2017 que definem os requisitos de estrutura de capital (covenants) e outras obrigações do devedor. O não cumprimento de tais cláusulas financeiras resultaria na pronta reivindicação do pagamento de dívidas e empréstimos por parte dos bancos. Em 31 de dezembro de 2019 não foi relatado nenhum descumprimento das cláusulas financeiras em relação a qualquer dívida ou empréstimo que rendesse juros durante o período atual.

Em dezembro de 2019, a Controladora amortizou antecipadamente o principal saldo devedor do empréstimo em dólares americanos adquirido em dezembro de 2017. Todos os compromissos adquiridos no momento em que os créditos foram obtidos foram extintos mediante o pagamento de tal responsabilidade. Entretanto, as obrigações adquiridas permanecem em vigor, dado que os contratos de crédito em Pesos colombianos continuam pendentes (Nota 20.2).

#### **Nota 20.2. Obrigações assumidas no âmbito de contratos de crédito (obrigações financeiras)**

- Financeiro: A Controladora está comprometida a manter uma taxa de alavancagem financeira de no máximo 3,5x. Tal índice será medido anualmente em 30 de abril com base nas demonstrações contábeis consolidadas auditadas em cada encerramento de período.
- Endividamento: A Controladora se compromete a evitar: (i) incorrer em novas dívidas no caso de inadimplência do passivo financeiro e/ou no caso de a incursão da nova dívida resultar no não cumprimento de um passivo financeiro existente, e (ii) incorrer em dívidas adicionais sem a autorização dos credores.

Caso a Controladora pretenda contrair dívidas adicionais, exigirá a autorização prévia dos credores, que será considerada automaticamente concedida se a Controladora cumprir com o indicador de ocorrência, que será medido com base nas últimas demonstrações contábeis separadas submetidas ao Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários e Emissores.

### Nota 20.3. Dívida financeira líquida

|   | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 (a) | 31 de dezembro de 2018 (b) |
|---|------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <b>Ativo (passivo) circulante</b>                     |                        |                            |                            |
| Passivo financeiro circulante (1)                     | (616.822)              | (2.320.284)                | (2.291.116)                |
| Outro passivo financeiro circulante (2) (Nota 27)     | (14.984)               | (905.865)                  | (905.865)                  |
| Outro ativo financeiro circulante (3) (Nota 12)       | 23.357                 | 123.852                    | 123.852                    |
| <b>Ativo (passivo) não circulante</b>                 |                        |                            |                            |
| Passivo financeiro não circulante (1)                 | (43.531)               | (4.732.106)                | (4.633.554)                |
| Outro passivo financeiro não circulante (2) (Nota 27) | (370)                  | (2.583.089)                | (2.583.089)                |
| Outro ativo financeiro não circulante (3) (Nota 12)   | 476                    | 64.985                     | 64.985                     |
| <b>Passivo Contingente</b>                            |                        |                            |                            |
| Garantias reais prestadas (4) (Nota 41)               | (4.606)                | (4.469)                    | (4.469)                    |
| <b>Total do passivo bruto</b>                         | <b>(656.480)</b>       | <b>(10.356.976)</b>        | <b>(10.229.256)</b>        |
| <b>Capital circulante líquido</b>                     | <b>2.562.674</b>       | <b>5.973.764</b>           | <b>5.973.680</b>           |
| <b>Total do ativo (passivo) líquido</b>               | <b>1.906.194</b>       | <b>(4.383.212)</b>         | <b>(4.255.576)</b>         |
| <b>Ebitda (5)</b>                                     | <b>979.809</b>         | <b>3.566.246</b>           |                            |
| <b>Ajuste ao Ebitda recorrente (6)</b>                | <b>(38.554)</b>        | <b>-</b>                   |                            |
| <b>Ebitda ajustado recorrente</b>                     | <b>941.255</b>         | <b>3.566.246</b>           |                            |
| <b>Passivo líquido/Ebitda ajustado recorrente</b>     | <b>2,03</b>            | <b>(1,23)</b>              |                            |

(a) Valores mostrados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, tomados como base para estimar a dívida financeira líquida, o ebitda e o índice ebitda líquido ajustado.

(b) Valores mostrados nestas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, que diferem daqueles mostrados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste a estas contas decorre da reclassificação dos arrendamentos financeiros correntes e não correntes para o passivo de arrendamento mercantil.

O cálculo da dívida financeira líquida consolidada inclui:

(1) Passivo financeiro circulante:

|   | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| Opção de venda                                | 379.538                | 435.023                |
| Empréstimos bancários                         | 223.368                | 1.845.638              |
| Cartas de crédito                             | 10.176                 | 6.616                  |
| Arrendamento financeiro                       | 3.740                  | 32.923                 |
| Saques bancários a descoberto                 | -                      | 84                     |
| <b>Total do passivo financeiro circulante</b> | <b>616.822</b>         | <b>2.320.284</b>       |

Passivo financeiro não circulante:

|   | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| Empréstimos bancários                             | 37.238                 | 4.624.056              |
| Arrendamentos financeiros                         | 6.293                  | 108.050                |
| <b>Total do passivo financeiro não circulante</b> | <b>43.531</b>          | <b>4.732.106</b>       |

(2) Outro passivo financeiro circulante:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|--|------------------------|------------------------|
| Títulos emitidos   | 14.964                 | 1.770                  |
| Instrumentos financeiros derivativos                                       | 20                     | 8.022                  |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge | -                      | 896.073                |
| <b>Total do outro passivo financeiro circulante</b>                        | <b>14.984</b>          | <b>905.865</b>         |

|  |                                       |                                   |
|--|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Outro passivo financeiro não circulante:   |                                       |                                   |
|  | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b>     | <b>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
| Instrumentos financeiros derivativos   | 370                                   | -                                 |
| Títulos emitidos   | -                                     | 2.581.638                         |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge   | -                                     | 1.451                             |
| <b>Total do outro passivo financeiro não circulante</b>  | <b>370</b>                            | <b>2.583.089</b>                  |
| (3) Outro ativo financeiro circulante:   |                                       |                                   |
|  | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b>     | <b>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
| Instrumentos financeiros derivativos   | 23.357                                | 85.507                            |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge   | -                                     | 38.345                            |
| <b>Total do outro ativo financeiro circulante</b>  | <b>23.357</b>                         | <b>123.852</b>                    |
| Outro ativo financeiro não circulante:   |                                       |                                   |
|  | <b>31 de<br/>dezembro de<br/>2019</b> | <b>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge   | 476                                   | 36.951                            |
| Instrumentos financeiros derivativos   | -                                     | 28.034                            |
| <b>Total do outro ativo financeiro não circulante</b>  | <b>476</b>                            | <b>64.985</b>                     |
| (4) Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora emitiu garantias financeiras a algumas de suas subsidiárias no valor de \$2.631 (31 de dezembro de 2017 \$2.631) e a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S. emitiu garantias financeiras a alguns de seus fornecedores no valor de \$1.975 (31 de dezembro de 2018 \$1.838) (Nota 41). |                                       |                                   |
| (5) Nos termos do contrato, a estimativa do Ebitda é a seguinte:   |                                       |                                   |
| - Lucro operacional dos últimos 12 meses,  |                                       |                                   |
| - Mais depreciação e amortização e todas as outras despesas que não envolvem saídas de caixa, acumuladas durante o mesmo período de 12 meses,  |                                       |                                   |
| - Mais os dividendos distribuídos pelas subsidiárias, diretamente ou através de veículos especiais, sob o controle da Controladora, efetivamente recebidos,  |                                       |                                   |
| - Mais dividendos proforma das subsidiárias adquiridas durante os últimos 12 meses de atividade. Os dividendos proforma são aqueles dividendos que teriam sido recebidos se a Controladora tivesse adquirido ou mantido sob controle uma subsidiária durante todo o período de 12 meses.   |                                       |                                   |
| (6) Refere-se ao lucro extraordinário em excesso em comparação com o lucro operacional. Tal excesso é calculado quando o lucro operacional extraordinário é superior a 10% do lucro operacional total.   |                                       |                                   |

## Nota 21. Benefícios de empregados

O saldo dos benefícios de empregados é o seguinte:

|  |                                   |                                   |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
|  | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>31 de dezembro de<br/>2018</b> |
| Planos de benefícios definidos           | 22.062                            | 29.441                            |
| Plano de benefícios a longo prazo        | 1.836                             | 1.896                             |
| <b>Total de benefícios de empregados</b> | <b>23.898</b>                     | <b>31.337</b>                     |
| Circulante                               | <b>2.978</b>                      | <b>3.657</b>                      |
| Não circulante                           | <b>20.920</b>                     | <b>27.680</b>                     |

### Nota 21.1. Planos de benefícios definidos

A Controladora e suas subsidiárias têm os seguintes planos de benefícios definidos:

#### a. Plano de aposentadoria

De acordo com o plano, cada empregado da Controladora receberá, no momento da aposentadoria, um pagamento mensal de aposentadoria, ajustes de aposentadoria de acordo com os regulamentos legais, aposentadoria de sobrevivência, assistência com despesas funerárias e bônus de junho e dezembro estabelecidos por lei. Tal montante depende de fatores como: idade do funcionário, tempo de serviço e salário.

A Controladora é responsável pelo pagamento de pensões de aposentadoria aos funcionários que atendam aos seguintes requisitos: (a) funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido por mais de 20 anos (responsabilidade integral), e (b) funcionários e ex-funcionários que em 1º de janeiro de 1967 tinham servido por mais de 10 anos mas menos de 20 anos (responsabilidade parcial).

b. Plano de indenização por demissão retroativo

A retroatividade da indenização por demissão é estimada para aqueles funcionários da Controladora aos quais as leis trabalhistas aplicáveis são aquelas anteriores à Lei 50 de 1990, e que não se mudaram para o novo sistema de indenização por demissão. De acordo com o plano, a Controladora pagará aos funcionários no momento da aposentadoria um valor retroativo como indenização por demissão, após dedução dos pagamentos antecipados. Este benefício social é calculado ao longo de todo o tempo de serviço, com base no último salário auferido.

c. Bônus de aposentadoria ao atender os requisitos para obter uma pensão de aposentadoria

Até 31 de dezembro de 2018, sempre que um funcionário da Controladora e das subsidiárias Éxito Industrias y Servicios S.A.S. e Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. preenchesse os requisitos de idade e contribuição para obter uma pensão de aposentadoria sob o sistema de benefício médio definido, era concedido a ele um único bônus em dinheiro de US\$ 1 quando o funcionário completasse seu tempo de serviço. O bônus de aposentadoria por idade é concedido segundo um acordo de negociação coletiva. Entretanto, durante 2019, a Controladora e suas subsidiárias Éxito Industrias y Servicios S.A.S. e Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. acordaram com seus funcionários a eliminação do benefício do bônus de aposentadoria por idade.

d. Bônus de aposentadoria ao atender os requisitos para obter uma pensão por invalidez

Sempre que um empregado da Controladora ou das subsidiárias Éxito Industrias y Servicios S.A.S. e Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. receber uma pensão por invalidez da entidade de administração de pensão relevante, ele receberá um único bônus de aposentadoria no valor de US\$ 4, desde que uma perda de 50% ou mais da capacidade de trabalho tenha sido qualificada durante o prazo da relação trabalhista com a Controladora. O bônus de aposentadoria por invalidez é concedido sob um acordo coletivo de trabalho.

Tais benefícios são estimados numa base anual ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Saldos e desenvolvimento:

Seguem os saldos e o desenvolvimento de planos de benefícios definidos:

|  | Aposentadoria | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez | Total         |
|--|---------------|--------------------------|--|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                               | <b>21.037</b> | <b>1.125</b>             | <b>7.279</b>   | <b>29.441</b> |
| Custo do serviço   | -             | 29                       | 151  | 180           |
| Custo do serviço passado   | -             | -                        | (6.865)  | (6.865)       |
| Despesas com juros   | 1.415         | 67                       | 217  | 1.699         |
| (Perda) atuarial por mudanças na experiência                         | (221)         | (96)                     | (27)   | (344)         |
| Ganho atuarial de suposições financeiras                             | 700           | 11                       | 14   | 725           |
| Benefícios diretamente (pagos) pela Controladora e suas subsidiárias | (2.212)       | (184)                    | (378)  | (2.774)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                               | <b>20.719</b> | <b>952</b>               | <b>391</b>   | <b>22.062</b> |

Variáveis usadas para fazer os cálculos:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de mortalidade são as seguintes:

|   | 31 de dezembro de 2019 |                          |  | 31 de dezembro de 2018 |                          |  |
|---|------------------------|--------------------------|--|------------------------|--------------------------|--|
|   | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez |
| Taxa de desconto                        | 6,60%                  | 6,10%                    | 6,40%  | 7,10%                  | 6,50%                    | 7,10%  |
| Taxa anual de aumento salarial          | 3,50%                  | 3,50%                    | 3,50%  | 3,50%                  | 3,50%                    | 3,50%  |
| Taxa futura de aumento de aposentadoria | 3,50%                  | -                        | -  | 3,50%                  | -                        | -  |
| Taxa anual de inflação                  | 3,50%                  | 3,50%                    | 3,50%  | 3,50%                  | 3,50%                    | 3,50%  |
| Taxa de mortalidade - homens (anos)     | 60-62                  | 60-62                    | 60-62  | 60-62                  | 60-62                    | 60-62  |
| Taxa de mortalidade - mulheres (anos)   | 55-57                  | 55-57                    | 55-57  | 55-57                  | 55-57                    | 55-57  |
| Taxa de mortalidade - homens            | 0,001117% - 0,034032%  | 0,001117% - 0,034032%    | 0,001117% - 0,034032%  | 0,001117% - 0,034032%  | 0,001117% - 0,034032%    | 0,001117% - 0,034032%  |
| Taxa de mortalidade - mulheres          | 0,000627% - 0,019177%  | 0,000627% - 0,019177%    | 0,000627% - 0,019177%  | 0,000627% - 0,019177%  | 0,000627% - 0,019177%    | 0,000627% - 0,019177%  |



Rotatividade de funcionários, taxas de invalidez e aposentadoria antecipada:

| Anos de serviço     | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|---------------------|------------------------|------------------------|
| De 0 a menos de 5   | 29,98%                 | 34,26%                 |
| De 5 a menos de 10  | 14,60%                 | 16,68%                 |
| De 10 a menos de 15 | 8,59%                  | 9,82%                  |
| De 15 a menos de 20 | 6,41%                  | 7,32%                  |
| De 20 a menos de 25 | 4,92%                  | 5,62%                  |
| 25 e mais           | 3,71%                  | 4,24%                  |

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa em relação a uma mudança em uma suposição chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios definidos:

|                                      | 31 de dezembro de 2019 |                          |  | 31 de dezembro de 2018 |                          |  |
|--------------------------------------|------------------------|--------------------------|--|------------------------|--------------------------|--|
|                                      | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez |
| Variação expressa em pontos-base     |                        |                          |  |                        |                          |  |
| Taxa de desconto + 25                | (357)                  | (7)                      | (5)  | (360)                  | (9)                      | (133)  |
| Taxa de desconto - 25                | 368                    | 7                        | 6  | 372                    | 10                       | 137  |
| Taxa de desconto + 50                | (702)                  | (13)                     | (11)   | (709)                  | (19)                     | (261)  |
| Taxa de desconto - 50                | 749                    | 14                       | 11   | 757                    | 19                       | 279  |
| Taxa de desconto + 100               | (1.359)                | (26)                     | (21)   | (1.375)                | (36)                     | (506)  |
| Taxa de desconto - 100               | 1.551                  | 28                       | 23   | 1.567                  | 39                       | 577  |
| Taxa anual de aumento salarial + 25  | N/A                    | 12                       | N/A  | N/A                    | 16                       | N/A  |
| Taxa anual de aumento salarial - 25  | N/A                    | (12)                     | N/A  | N/A                    | (16)                     | N/A  |
| Taxa anual de aumento salarial + 50  | N/A                    | 25                       | N/A  | N/A                    | 33                       | N/A  |
| Taxa anual de aumento salarial - 50  | N/A                    | (24)                     | N/A  | N/A                    | (32)                     | N/A  |
| Taxa anual de aumento salarial + 100 | N/A                    | 50                       | N/A  | N/A                    | 66                       | N/A  |
| Taxa anual de aumento salarial - 100 | N/A                    | (48)                     | N/A  | N/A                    | (63)                     | N/A  |

As contribuições para os próximos anos financiadas com os recursos próprios da Controladora e de suas subsidiárias estão previstas como segue:

| Ano          | 31 de dezembro de 2019 |                          |  | 31 de dezembro de 2018 |                          |  |
|--------------|------------------------|--------------------------|--|------------------------|--------------------------|--|
|              | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez | Aposentadoria          | Pagamento de indenização | Aposentadoria por idade e bônus de aposentadoria por invalidez |
| 2019         | -                      | -                        | -  | 2.355                  | 205                      | 748  |
| 2020         | 2.318                  | 271                      | 60   | 2.354                  | 137                      | 540  |
| 2021         | 2.326                  | 194                      | 51   | 2.350                  | 267                      | 579  |
| 2022         | 2.309                  | 65                       | 48   | 2.332                  | 105                      | 688  |
| >2023        | 34.894                 | 631                      | 449  | 35.132                 | 725                      | 11.582   |
| <b>Total</b> | <b>41.847</b>          | <b>1.161</b>             | <b>608</b>   | <b>44.523</b>          | <b>1.439</b>             | <b>14.137</b>  |

Outras considerações:

A duração média do passivo para planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2019 é de 7,8 anos (31 de dezembro de 2018 - 7,6 anos). A Controladora e suas subsidiárias não possuem ativos específicos destinados a garantir os planos de benefício definido. A despesa do plano de contribuição definida em 31 de dezembro de 2019 era de \$41.150 (31 de dezembro de 2018 - \$58.862).

**Nota 21.2. Plano de benefícios a longo prazo**

O plano de benefícios a longo prazo envolve um bônus de tempo de serviço associado a anos de serviço a pagar aos funcionários da Controladora e aos funcionários das subsidiárias Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.

Tal benefício é estimado anualmente ou onde quer que haja mudanças materiais, utilizando a unidade de crédito prevista. Durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve mudanças materiais nos métodos ou pressupostos aplicados na preparação das estimativas e análises de sensibilidade.

Durante 2015, a Controladora chegou a um acordo com vários funcionários que voluntariamente decidiram substituir o bônus de tempo de serviço por um bônus especial único.

Saldos e desenvolvimento:

Seguem os saldos e o desenvolvimento do plano de benefícios definidos de longo prazo:

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                               | <b>1.896</b> |
| Custo do serviço   | 187          |
| Despesas com juros   | 116          |
| (Ganho) atuarial com as mudanças de experiência                      | 2            |
| Ganho atuarial de suposições financeiras                             | 1            |
| Benefícios diretamente (pagos) pela Controladora e suas subsidiárias | (366)        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                               | <b>1.836</b> |

Variáveis usadas para fazer os cálculos:

As taxas de desconto, taxas de aumento salarial, taxas de inflação e datas de morte são as seguintes:

|                                | <b>31 de dezembro de 2019</b> | <b>31 de dezembro de 2018</b> |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Taxa de desconto               | 6,30%                         | 6,80%                         |
| Taxa anual de aumento salarial | 3,50%                         | 3,50%                         |
| Taxa anual de inflação         | 3,50%                         | 3,50%                         |
| Taxa de mortalidade - homens   | 0,001117% - 0,034032%         | 0,001117% - 0,034032%         |
| Taxa de mortalidade - mulheres | 0,000627% - 0,019177%         | 0,000627% - 0,019177%         |

As taxas de rotatividade, invalidez e aposentadoria antecipada dos funcionários são as seguintes:

| <b>Anos de serviço</b> | <b>31 de dezembro de 2019</b> | <b>31 de dezembro de 2018</b> |
|------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| De 0 a menos de 5      | 29,98%                        | 34,26%                        |
| De 5 a menos de 10     | 14,60%                        | 16,68%                        |
| De 10 a menos de 15    | 8,59%                         | 9,82%                         |
| De 15 a menos de 20    | 6,41%                         | 7,32%                         |
| De 20 a menos de 25    | 4,92%                         | 5,62%                         |
| 25 e mais              | 3,71%                         | 4,24%                         |

Análise de sensibilidade:

Uma análise de sensibilidade quantitativa em relação a uma mudança em uma suposição chave resultaria na seguinte variação do passivo líquido de benefícios a longo prazo:

| <b>Variação expressa em pontos-base</b> | <b>31 de dezembro de 2019</b> | <b>31 de dezembro de 2018</b> |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Taxa de desconto + 25                   | (23)                          | (23)                          |
| Taxa de desconto - 25                   | 24                            | 23                            |
| Taxa de desconto + 50                   | (46)                          | (45)                          |
| Taxa de desconto - 50                   | 48                            | 47                            |
| Taxa de desconto + 100                  | (90)                          | (87)                          |
| Taxa de desconto - 100                  | 99                            | 96                            |
| Taxa anual de aumento salarial + 25     | 24                            | 24                            |
| Taxa anual de aumento salarial - 25     | (24)                          | (23)                          |
| Taxa anual de aumento salarial + 50     | 49                            | 48                            |
| Taxa anual de aumento salarial - 50     | (48)                          | (46)                          |
| Taxa anual de aumento salarial + 100    | 101                           | 98                            |
| Taxa anual de aumento salarial - 100    | (93)                          | (91)                          |

As contribuições para os próximos anos, financiadas com recursos próprios da empresa, estão previstas da seguinte forma:

| <b>Ano</b>   | <b>31 de dezembro de 2019</b> | <b>31 de dezembro de 2018</b> |
|--------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 2019         | -                             | 348                           |
| 2020         | 329                           | 306                           |
| 2021         | 227                           | 234                           |
| 2022         | 192                           | 175                           |
| >2023        | 1.933                         | 1.754                         |
| <b>Total</b> | <b>2.681</b>                  | <b>2.817</b>                  |

Outras considerações:

A duração média da responsabilidade por benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2019 é de 5,4 anos (31 de dezembro de 2018 - 5,2 anos).

A Controladora e suas subsidiárias não têm dedicado ativos específicos para garantir o pagamento do bônus de tempo de serviço.

O efeito na demonstração de resultados do plano de benefícios a longo prazo em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa no valor de \$82 (31 de dezembro de 2018 - \$84).

**Nota 22. Outras provisões**

O saldo de outras provisões é feito da seguinte forma:

|   | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>31 de dezembro de<br/>2018</b> |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Processos judiciais (1)                 | 14.889                            | 357.052                           |
| Impostos, exceto o imposto de renda (2) | 8.552                             | 1.945.660                         |
| Reestruturação (3)                      | 269                               | 9.296                             |
| Outros (4)                              | 9.708                             | 55.637                            |
| Total de outras provisões               | <b>33.418</b>                     | <b>2.367.645</b>                  |
| <b>Circulante</b>                       | <b>14.420</b>                     | <b>36.997</b>                     |
| <b>Não circulante</b>                   | <b>18.998</b>                     | <b>2.330.648</b>                  |

(\*) A diminuição se deve ao fato de as obrigações da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

Os detalhes das provisões são os seguintes:

(1) As provisões para ações judiciais são reconhecidas para cobrir perdas potenciais estimadas decorrentes de ações judiciais ajuizadas contra a Controladora e suas subsidiárias, relacionadas com questões trabalhistas, civis, administrativas e regulatórias, que são avaliadas com base na melhor estimativa de fluxos de saída de recursos necessários para liquidar um passivo na data da preparação das demonstrações contábeis. O saldo é composto de:

|  | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>31 de dezembro de<br/>2018</b> |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Ações trabalhistas (a)                       | 10.831                            | 255.095                           |
| Ações civis (b)                              | 4.058                             | 79.011                            |
| Processos administrativos e regulatórios (c) | -                                 | 22.946                            |
| <b>Total de processos judiciais</b>          | <b>14.889</b>                     | <b>357.052</b>                    |

(a) Em 31 de dezembro de 2019 representa:

- Ações judiciais ajuizadas contra a Controladora com base em ações coletivas \$40, indenizações \$2.350, ajustes salariais e benefícios sociais \$475, pensões de saúde e de aposentadoria \$5.724 e relação de trabalho e solidariedade \$1.995.
- Ações judiciais ajuizadas contra a subsidiária Libertad S.A. no valor de \$86.
- Ações judiciais ajuizadas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no valor de \$171.
- Ações judiciais ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$30.

Em 31 de dezembro de 2018 representa:

- Ações judiciais ajuizadas contra a Controladora com base em reclamações coletivas \$30, indenizações \$2.524, ajustes salariais e benefícios sociais
- US\$ 160, pensões de saúde e aposentadoria US\$ 5.135 e relação de trabalho e solidariedade US\$ 2.200.
- Ações judiciais ajuizadas contra a subsidiária Libertad S.A. no valor de \$112.
- Ações judiciais ajuizadas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias no valor de \$491.
- Ações judiciais ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$51.
- Ações judiciais ajuizadas contra a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e suas subsidiárias no valor de \$244.392, que são atualizados de acordo com uma tabela fornecida pelo TST ("Tribunal Superior do Trabalho") mais 1% de juros mensais.

(b) Em 31 de dezembro de 2019 representa:

- Ações judiciais ajuizadas contra a Controladora em casos relacionados à responsabilidade de terceiros no valor de \$485, processos relacionados a imóveis no valor de \$319, processos relacionados às condições das instalações no valor de \$1.412, regulamentos técnicos e de metrologia no valor de \$269, proteção ao cliente no valor de \$10 e outros processos judiciais menores no valor de \$1.240.
- Ações judiciais ajuizadas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias \$9.
- Ações judiciais ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$314.

Em 31 de dezembro de 2018 representa:

- Ações judiciais ajuizadas contra a Controladora em casos relacionados à responsabilidade de terceiros no valor de \$1.145, processos relacionados a imóveis no valor de \$557, processos relacionados às condições das instalações no valor de \$87, regulamentos técnicos e de metrologia no valor de \$112, proteção ao cliente no valor de \$873 e outros processos legais menores no valor de \$948.
- Ações judiciais ajuizadas contra a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e suas subsidiárias \$74.832. Este saldo inclui certas ações judiciais buscando a revisão de contratos e renovações em prestações de leasing acordadas. É reconhecida uma provisão para a diferença entre os valores pagos e os valores contestados pela contraparte na ação judicial, quando na opinião de consultores internos e externos há uma probabilidade de ajuste nas parcelas pagas. Não há depósitos legais que cubram esse montante; caso haja tais depósitos, eles são reconhecidos como outros ativos financeiros.
- Ações judiciais ajuizadas contra a Spice Investment Mercosur S.A. e suas subsidiárias \$210.
- Ações judiciais ajuizadas contra as subsidiárias colombianas \$247.

(c) Em 31 de dezembro de 2018 estão relacionadas a processos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, incluindo processos judiciais com base em multas aplicadas por agências reguladoras, das quais as mais relevantes são as das agências brasileiras de proteção ao consumidor PROCONs, INMETRO e prefeituras locais, no valor de US\$ 22.946.

(2) Em 31 de dezembro de 2019, as provisões para impostos, exceto o imposto de renda representam \$7.540 para procedimentos fiscais da Controladora e \$1.012 para outros procedimentos da subsidiária Libertad S.A.

Os procedimentos judiciais da Controladora referem-se a:

- Imposto industrial e comercial no valor de \$2.217.
- Imposto sobre propriedade imobiliária no valor de US\$1.296.
- IVA a pagar no valor de \$3.772.
- IVA a pagar sobre a cerveja no valor de \$255.

Em 31 de dezembro de 2018 as provisões para outros impostos que não o imposto de renda incluem \$1.934.825 relevantes para processos judiciais fiscais da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e suas subsidiárias, que estão sujeitos a ajuste monetário mensal às alíquotas indexadas utilizadas por cada autoridade fiscal; \$8.632 para processos judiciais fiscais da Controladora; e \$2.203 para outros processos da subsidiária Libertad S.A.

Os procedimentos judiciais da Controladora referem-se a:

- Imposto industrial e comercial no valor de \$2.217.
- Imposto sobre propriedade imobiliária no valor de \$2.926.
- IVA a pagar no valor de \$3.234.
- IVA a pagar sobre a cerveja no valor de \$255.

Os processos tributários mais relevantes da Companhia Brasileira de Distribuição CBD e suas subsidiárias, incluem:

- Contribuição social para o financiamento da seguridade social - COFINS e programa de integração social - PIS: No âmbito do sistema não cumulativo de cálculo do PIS e da COFINS, foi apresentado um pedido de exclusão do valor da Impuesto a la Circulación de Mercaderías y Servicios - ICMS da base de cálculo dessas duas contribuições e de outras matérias menos relevantes. O valor da provisão é de \$72.133
- Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS): Por meio de uma decisão de 16 de outubro de 2014, o Tribunal Superior Federal (STF) definiu que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos de cesta básica não têm direito a aplicar integralmente os créditos decorrentes de tal imposto; conseqüentemente, com o apoio de consultores externos, foi considerado apropriado reconhecer uma provisão no valor de US\$77.165.
- Lei Complementar nº 110/2001: A partir de agora, está sendo discutida por meio de ação judicial a possibilidade de não reconhecer as contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, estabelecida para suportar os custos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2018 é de \$73.810.
- Outras provisões referem-se aos seguintes processos, no valor de \$285.176:
  - (i) Investigação a respeito da não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para 2011;
  - (ii) Investigações relacionadas com compras de fornecedores considerados desqualificados do registro na Secretaria da Fazenda Estadual, erro na aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelas autoridades fiscais estaduais;
  - (iii) Crédito indevido.
- Provisões para impostos, exceto o imposto de renda no valor de US\$1.240.748. As provisões reconhecidas referem-se a procedimentos associados aos seguintes impostos:
  - ICMS no valor de \$1.078.939;
  - (ii) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de \$69.108;
  - (iii) Imposto sobre produtos industriais - IPI no valor de \$63.277;
  - (iv) Imposto sobre bens imóveis - IPTU no valor de \$28.902, e
  - (vi) Outros no valor de US\$ 522.

(3) Em 31 de dezembro de 2019 a provisão de reestruturação refere-se aos processos de reorganização anunciados aos funcionários da Controladora de lojas, centros corporativos e de distribuição no valor de \$145 e aos funcionários das subsidiárias colombianas no valor de \$124 que afetarão as atividades e operações da Controladora e desta subsidiária. A provisão é baseada nas saídas de caixa necessárias, diretamente associadas ao plano de reestruturação. O desembolso e a data de implementação do plano são esperados durante o primeiro trimestre de 2020. A provisão de reestruturação foi reconhecida nos resultados do período como outras despesas.

Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para reestruturação refere-se aos processos de reorganização anunciados aos funcionários da Controladora de lojas, centros corporativos e de distribuição no valor de \$911, aos funcionários das subsidiárias colombianas no valor de \$4 e aos funcionários da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD no valor de \$8.381 que afetarão as atividades e operações da Controladora e desta subsidiária. A provisão é baseada nas saídas de caixa necessárias, diretamente associadas ao plano de reestruturação. O desembolso e a data de implementação do plano são esperados durante o primeiro trimestre de 2020. A provisão de reestruturação foi reconhecida nos resultados do período como outras despesas.

- (4) O saldo de outras provisões em 31 de dezembro de 2019 refere-se a:
- Provisão de proteção contra redução de mercadorias "VMI" na Controladora no valor de US\$1.697.
  - Outras provisões menores nas subsidiárias colombianas no valor de US\$ 751.
  - Fechamento de lojas Controladora no valor de \$7.260.

O saldo de outras provisões em 31 de dezembro de 2018 refere-se a:

- Foram reconhecidas provisões no valor de \$47.636 como resultado do processo de Alocação de Preço de Compra das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Libertad S.A., cobrindo honorários de consultoria externa relacionados com a defesa de processos fiscais, cuja compensação está vinculada a uma taxa de sucesso no fechamento legal dos mesmos. Tais percentuais podem variar, de acordo com os elementos qualitativos e quantitativos de cada processo.
- Provisão de proteção contra redução de mercadorias "VMI" na Controladora no valor de \$2.237.
- Outras disposições menores nas subsidiárias colombianas, no valor de US\$332.
- Fechamento de lojas Controladora no valor de \$5.532.

Os saldos e o desenvolvimento de outras provisões durante o período são os seguintes:

|   | Processos<br>judiciais | Impostos,<br>exceto o<br>imposto de<br>renda | Reestruturação | Outro         | Total            |
|---|------------------------|--|----------------|---------------|------------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                                  | <b>357.052</b>         | <b>1.945.660</b>                             | <b>9.296</b>   | <b>55.637</b> | <b>2.367.645</b> |
| Aumentos  | 461.124                | 87.677                                       | 43.579         | 13.220        | 605.600          |
| Utilizações   | (245)                  | (440)  | -              | (925)         | (1.610)          |
| Pagamentos  | (328.258)              | (5.789)                                      | (38.138)       | (9.464)       | (381.649)        |
| Estornos (não utilizados)   | (215.161)              | (203.302)                                    | (10.024)       | (10.903)      | (439.390)        |
| Aumento a partir da atualização de valor com base na passagem do tempo  | 63.027                 | 13.600                                       | -              | -             | 76.627           |
| Efeito das diferenças de câmbio sobre a conversão na moeda de relatório | (2.654)                | (15.131)                                     | (56)           | (407)         | (18.248)         |
| (Reclassificação) ao ativo não circulante mantido para negociação       | (320.369)              | (1.813.777)                                  | (4.388)        | (37.462)      | (2.175.996)      |
| Outras reclassificações   | 373                    | 54   | -              | 12            | 439              |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                                  | <b>14.889</b>          | <b>8.552</b>                                 | <b>269</b>     | <b>9.708</b>  | <b>33.418</b>    |

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Controladora e suas subsidiárias não reconheceram provisões para contratos a serem considerados.

#### Nota 22.1. Outras provisões classificadas como circulantes e não circulantes

O saldo de outras provisões, classificadas como circulantes e não circulantes, é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Processos judiciais                              | 3.678                     | 4.518                     |
| Reestruturação                                   | 269                       | 9.296                     |
| Impostos, exceto o imposto de renda              | 765                       | 974                       |
| Outros   | 9.708                     | 22.209                    |
| <b>Total de outras provisões atuais</b>          | <b>14.420</b>             | <b>36.997</b>             |
| Impostos, exceto o imposto de renda              | 7.787                     | 1.944.686                 |
| Processos judiciais                              | 11.211                    | 352.534                   |
| Outros   | -                         | 33.428                    |
| <b>Total de outras provisões não circulantes</b> | <b>18.998</b>             | <b>2.330.648</b>          |

## Nota 22.2. Previsão de pagamentos de outras provisões

Os pagamentos previstos de outras provisões pelas quais a Controladora e suas subsidiárias são responsáveis em 31 de dezembro de 2019 são:

|                                      | Processos judiciais | Impostos, exceto o imposto de renda | Reestruturação | Outro        | Total         |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|----------------|--------------|---------------|
| Menos de 12 meses                    | 3.678               | 765                                 | 269            | 9.708        | 14.420        |
| De 1 a 5 anos                        | 11.211              | 7.787                               | -              | -            | 18.998        |
| 5 anos e mais                        | -                   | -                                   | -              | -            | -             |
| <b>Total de pagamentos estimados</b> | <b>14.889</b>       | <b>8.552</b>                        | <b>269</b>     | <b>9.708</b> | <b>33.418</b> |

## Nota 23. Contas a pagar a partes relacionadas

O saldo das contas a pagar a partes relacionadas e o saldo de outros passivos financeiros com partes relacionadas são:

|                              | Contas a pagar         |                        | Outro passivo financeiro |                        |
|------------------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|
|                              | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 | 31 de dezembro de 2019   | 31 de dezembro de 2018 |
| Joint ventures (2)           | 34.806                 | 9.986                  | 39.619                   | 44.860                 |
| Entidade controladora (3)    | 33.729                 | 54.447                 | -                        | -                      |
| Empresas do Grupo Casino (4) | 12.413                 | 146.481                | -                        | -                      |
| Membros do Conselho          | 47                     | 13                     | -                        | -                      |
| Coligadas (5)                | -                      | 25.771                 | -                        | -                      |
| <b>Total (1)</b>             | <b>80.995</b>          | <b>236.698</b>         | <b>39.619</b>            | <b>44.860</b>          |

(1) A diminuição se deve ao fato de as obrigações da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

(2) O saldo das contas a pagar é para:

- (-) Saldo a pagar a Puntos Colombia S.A.S. decorrente da emissão de pontos (acumulações) em consonância com a mudança no programa de fidelidade implementado pela Empresa no valor de \$34.806 (31 de dezembro de 2018 - \$9.983);
- Saldo devido à Compañía de Financiamiento Tuya S.A. proveniente de taxas de intermediação no valor de \$- (31 de dezembro de 2018 - \$3).

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo de outros passivos financeiros representa cobranças recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Éxito (Cartão de Crédito Éxito), de propriedade da Compañía de Financiamiento Tuya S.A. (Nota 27).

(3) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo refere-se a dividendos a pagar aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das contas a pagar à entidade Controladora representa:

- Contrato de compartilhamento de custos celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) e o Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) em 10 de agosto de 2014, cujo objetivo é o reembolso das despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino e seu pessoal profissional em benefício desta subsidiária. Este acordo foi autorizado pelo Conselho de Administração em 22 de julho de 2014.
- Acordo de Agência, celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) e o Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) em 25 de julho de 2016 com o objetivo de regulamentar os serviços de intermediação na aquisição de mercadorias.
- Contrato de Reembolso de Custos\* celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) e o Cassino Guichard-Perrachon S.A. (\*) em 25 de julho de 2016 com o objetivo de regular o reembolso pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD(\*) das despesas de expatriados relevantes às contribuições sociais francesas pagas pelo Cassino na França.
- Reembolso de despesas entre Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) e Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) relacionadas com a prestação de serviços de intermediação na aquisição de mercadorias.
- Empréstimo "Triple S" em dólares americanos com HSBC, reembolsado pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) em nome da Libertad S.A.
- Passivos da subsidiária Libertad S.A. relacionados com serviços prestados a expatriados.
- Serviços de consultoria e assistência técnica prestados pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) e Geant International B.V. no valor de \$235 e dividendos devidos no valor de \$15.050.

(4) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo refere-se principalmente a um saldo a pagar à Green Yellow Colombia S.A.S. e Green Yellow do Brasil Energia decorrente do fornecimento de eficiência energética à Controladora, e da prestação de serviços em relação à importação de bens por terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo refere-se principalmente a um saldo a pagar à Green Yellow Colombia S.A.S. e Green Yellow do Brasil Energia decorrente do fornecimento de eficiência energética à Controladora e à Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) e da prestação de serviços relacionados com a importação de bens por terceiros.

(5) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar refere-se principalmente a saldos com a Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda., decorrentes de despesas de administração de crédito.

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da OPA mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, e (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

#### Nota 24. Débitos comerciais e outras contas a pagar

O saldo de débitos comerciais e outras contas a pagar é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro de<br>2018 (1) |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| Fornecedores (1) (2)   | 3.859.345                 | 11.165.524                    |
| Custos e despesas a pagar(2)   | 378.537                   | 449.734                       |
| Benefícios para os empregados (2)  | 238.232                   | 819.985                       |
| Impostos retidos na fonte a recolher                                     | 60.851                    | 67.831                        |
| Compra de ativos (2)   | 41.447                    | 212.719                       |
| Impostos a recolher (2)  | 46.074                    | 54.078                        |
| Dividendos a pagar (2)   | 8.205                     | 54.781                        |
| Aquisição de empresas (2)  | -                         | 33.550                        |
| Outros (1) (2)   | 30.110                    | 258.872                       |
| <b>Total de débitos comerciais correntes e outras contas a pagar</b>     | <b>4.662.801</b>          | <b>13.117.074</b>             |
| Outro (2)  | 114                       | 40.720                        |
| <b>Total de débitos comerciais não correntes e outras contas a pagar</b> | <b>114</b>                | <b>40.720</b>                 |

(1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. Os ajustes a estas contas decorrem da reclassificação para o passivo de arrendamento de obrigações de pagamento fixo em contratos de arrendamento. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

(2) A diminuição se deve ao fato de que os passivos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

#### Nota 25. Passivos de Arrendamento

A Controladora e suas subsidiárias começaram a aplicar a IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Como mencionado nas demonstrações contábeis no fechamento de 31 de dezembro de 2018, esta norma exige o reconhecimento de um ativo relacionado ao direito de uso e de um passivo de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias optaram por aplicar a norma retrospectivamente, como se ela tivesse sido aplicada a partir da data de início de todos os contratos de arrendamento, para divulgar efeitos comparáveis para cada período de relatório.

O saldo do passivo de arrendamento é o seguinte:

|                              | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Passivos de arrendamento (1) | 1.530.231                 | 5.435.708                 |
| <b>Circulantes</b>           | <b>222.177</b>            | <b>858.349</b>            |
| <b>Não circulantes</b>       | <b>1.308.054</b>          | <b>4.577.359</b>          |

(1) A diminuição se deve ao fato de as obrigações da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

Segue uma previsão de pagamentos fixos relacionados com as obrigações de arrendamento em 31 de dezembro de 2019:

|  |                  |
|--|------------------|
| Até um ano   | 389.591          |
| De 1 a 5 anos  | 1.167.759        |
| Mais de 5 anos   | 1.107.789        |
| <b>Pagamentos mínimos de passivo de arrendamento</b>                   | <b>2.665.139</b> |
| Financiamento futuro (despesas)  | (1.134.908)      |
| <b>Total de pagamentos mínimos líquidos de passivo de arrendamento</b> | <b>1.530.231</b> |

## Nota 26. Imposto de renda

### Nota 26.1. Regulamentos fiscais aplicáveis à Controladora e a suas subsidiárias colombianas

#### Regulamentos de imposto de renda em vigor aplicáveis à Controladora e suas subsidiárias colombianas:

- a. A alíquota de imposto de renda para pessoas jurídicas é de 33% para 2019, 32% para 2020 tributável, 31% para 2021 tributável e 30% a partir de 2022 tributável.

Para 2018, a alíquota do imposto de renda aplicável era de 33%.

A sobretaxa do imposto de renda aplicada às empresas nacionais foi eliminada para 2019.

Para 2018, a sobretaxa do imposto de renda para as empresas nacionais era de 4% aplicável sobre lucros tributáveis superiores a \$800.

- b. Para 2019, a base tributável para avaliar o imposto de renda sob o modelo de lucro presumido é de 1,5% do patrimônio líquido detido no último dia do período tributável imediatamente anterior; para 2020 tributável a base será de 0,5% e 0% a partir de 2021 tributável.

Para 2018, a base tributável para avaliar o imposto de renda sob o modelo de lucro presumido era de 3,5% do patrimônio líquido detido no último dia do período tributável anterior.

- c. Correções monetárias abrangentes foram eliminadas para fins fiscais a partir de 2007, e o imposto sobre ganhos ocasionais foi reinstituído à taxa atual de 10%, pagável por pessoas jurídicas sobre o total de ganhos ocasionais obtidos durante o ano tributável.

- d. Foi estabelecido um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia a partir de 2019 a uma alíquota de 15%, acionado quando o valor distribuído for superior a 300 UVT (US\$ 10 para 2019) quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para empresas nacionais, pessoas físicas não-residentes e empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 7,5% quando tais dividendos tenham sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a alíquota aplicável aos acionistas é de 33% para 2019, 32% para 2020, 31% para 2021 e 30% a partir de 2022.

Foi estabelecido um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia a partir de 2020 a uma taxa de 10%, acionado quando o valor distribuído for superior a 300 UVT (\$ 11 para 2019) quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Para as empresas nacionais, a alíquota é de 7,5% quando tais dividendos foram tributados sobre as empresas distribuidoras. Para pessoas físicas não-residentes e empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 10% quando tais dividendos tenham sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a taxa de imposto aplicável aos acionistas é de 32% para 2020, 31% para 2021 e 30% a partir de 2022.

Durante 2018, um imposto sobre dividendos pagos a pessoas físicas residentes na Colômbia foi cobrado a uma alíquota de 5% quando o valor distribuído estava entre 600 UVT (\$20 para 2018) e 1000 UVT (\$33 para 2018) e 10% sobre valores maiores quando tais dividendos foram tributados sobre as empresas distribuidoras. Para pessoas físicas não-residentes e empresas estrangeiras, a taxa de imposto é de 5% quando tais dividendos tiverem sido tributados sobre as empresas distribuidoras. Quando os lucros que dão origem a dividendos não foram tributados sobre a empresa distribuidora, a alíquota de imposto aplicável aos acionistas é de 35%.

- e. A partir de 2017, a base tributária adotada é o sistema contábil de acordo com a estrutura de regras técnicas contábeis em vigor na Colômbia, estabelecido pela Lei 1314 de 2009 em consonância com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2450 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, informação financeira e garantia de informação", emendada em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170, e atualizada em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270 com algumas exceções relativas à realização de receitas, reconhecimento de custos e despesas e aos efeitos contábeis do saldo inicial quando da adoção dessas normas.
- f. O imposto sobre operações financeiras é um imposto permanente. 50% deste imposto é dedutível do imposto.
- g. A partir de 2019, os impostos, taxas e contribuições efetivamente pagos durante o ano ou período tributável são 100% dedutíveis se estiverem relacionados com a atividade econômica da empresa, incluindo taxas pagas a associações empresariais.
- h. 50% do imposto industrial e comercial pode ser considerado como um desconto de imposto para o período tributável de 2019 a 2021. 100% podem ser tomados como um desconto de imposto a partir de 2022.
- i. Com relação às contribuições para a educação dos funcionários, os pagamentos que atendam às seguintes condições serão dedutíveis a partir de 2019: (a) dedicados a bolsas de estudo e empréstimos perdoáveis de educação em benefício dos funcionários, (b) pagamentos a programas ou centros de cuidado para os filhos dos funcionários e (c) pagamentos a instituições de ensino primário, secundário, técnico, tecnológico e superior.
- j. O IVA sobre a aquisição, formação, construção ou importação de bens fixos produtivos pode ser descontado do imposto de renda a partir de 2019.
- k. A partir de 2019, o imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos ao exterior é de 20% sobre serviços de consultoria, serviços técnicos, assistência técnica, honorários profissionais, royalties, aluguéis e compensações, e 33% para serviços de gestão ou administração.



A partir de 2020, a taxa de retenção na fonte do imposto de renda sobre pagamentos ao exterior é de 0% para serviços como consultoria, serviços técnicos ou assistência técnica prestados por terceiros com residência física em países com os quais a Colômbia tenha firmado acordos de tributação.

- l. A partir de 2019, os impostos pagos no exterior serão considerados descontos fiscais durante o ano tributável de pagamento, ou durante qualquer período tributável subsequente.
- m. O ajuste anual aplicável em 31 de dezembro de 2019 ao custo de bens móveis e imóveis considerados ativos fixos é de 3,36%.

#### Créditos fiscais da Controladora e de suas subsidiárias colombianas

De acordo com as normas fiscais em vigor a partir de 2017, o prazo para compensar perdas fiscais é de 12 anos após o ano em que a perda foi incorrida.

O excesso de renda presumida sobre a renda ordinária obtida a partir da renda tributável de 2007 pode ser compensado com a renda líquida ordinária apurada dentro dos cinco (5) anos seguintes.

As perdas da empresa não são transferíveis aos acionistas. Em nenhuma hipótese as perdas fiscais decorrentes de receitas além da renda e ganhos ocasionais, e de custos e deduções não diretamente relacionados com a geração de lucro tributável, serão compensados com o lucro líquido do contribuinte.

De acordo com os artigos 188 e 189 do Código Tributário, em 31 de dezembro de 2019 a Controladora e sua subsidiária Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. avaliaram seu passivo de imposto de renda usando o método de renda presumida.

De acordo com os artigos 188 e 189 do Código Tributário, em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias Éxito Industrias S.A.S., Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S., Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. e Éxito Viajes y Turismo S.A.S. apuraram seu passivo de imposto de renda utilizando o método da renda ordinária.

#### (a) Créditos fiscais da Controladora

Em 31 de dezembro de 2019 a Controladora acumulou \$506.677(31 de dezembro de 2018 - \$445.924) de lucro presumido em excesso sobre o lucro líquido.

O desenvolvimento do excesso do lucro presumido da Controladora sobre a renda líquida durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                        | <b>445.924</b> |
| Excesso de lucro presumido gerado durante o período           | 61.416         |
| Ajuste ao excesso de lucro presumido para períodos anteriores | (663)          |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                        | <b>506.677</b> |

Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora acumulou prejuízos fiscais no valor de \$643.898 (31 de dezembro de 2018 \$624.344).

O desenvolvimento de prejuízos fiscais na Controladora durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>            | <b>624.344</b> |
| Compensação da renda tributável durante o período | 4.910          |
| Ajuste a perdas fiscais de períodos anteriores    | 14.644         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>            | <b>643.898</b> |

(b) Créditos fiscais das subsidiárias colombianas

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias colombianas não acumularam um excesso de renda presumida sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2018 - \$4.681). O detalhe do excesso de lucro presumido sobre o lucro líquido é o seguinte:

|                                    | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Éxito Industrias S.A.S.            | -                         | 4.663                     |
| Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. | -                         | 18                        |
| <b>Total</b>                       | <b>-</b>                  | <b>4.681</b>              |

O desenvolvimento do excesso do lucro presumido sobre a renda líquida das subsidiárias colombianas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>4.681</b> |
| Almacenes Éxito Inversiones S.A.S.     | (18)         |
| Éxito Industrias S.A.S.                | (4.663)      |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b> | <b>-</b>     |

Em 31 de dezembro de 2019, as subsidiárias colombianas acumularam prejuízos fiscais no valor de \$57.038 (31 de dezembro de 2018 - \$58.185). Os detalhes dos prejuízos fiscais são os seguintes:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Gemex O&W S.A.S.                                   | 29.391                    | 21.677                    |
| Éxito Industrias S.A.S.                            | 27.460                    | 36.508                    |
| Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. | 106                       | -                         |
| Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.            | 81                        | -                         |
| <b>Total</b>                                       | <b>57.038</b>             | <b>58.185</b>             |

O desenvolvimento de prejuízos fiscais nas subsidiárias colombianas durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

|  |               |
|--|---------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>             | <b>58.185</b> |
| Gemex O&W S.A.S.                                   | 7.714         |
| Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. | 106           |
| Depósito y Soluciones Logísticas S.A.S.            | 81            |
| Éxito Industrias S.A.S. (a)                        | (9.048)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>             | <b>57.038</b> |

(a) Representa um ajuste de \$4.429 para perdas fiscais de períodos anteriores, deduzidas as compensações no valor de (\$13.477).

Encerramento das declarações de impostos

A partir de 2017 e até 2019, o prazo geral para fechar declarações de impostos é de 3 anos, e 6 anos para os contribuintes obrigados a relatar informações sobre preços de transferência. As declarações fiscais onde os prejuízos fiscais são apurados serão fechadas em 12 anos e aquelas que incluem compensação de prejuízos fiscais serão fechadas em 6 anos.

A partir de 2020, o prazo geral de prescrição para declarações de imposto de renda é de 3 anos, e para os contribuintes obrigados a apresentar informações sobre preços de transferência e para as declarações que dão origem a perdas e compensação de impostos é de 5 anos.

Para a Controladora, as declarações de imposto de renda de 2018, 2017 e 2016 que apresentam prejuízos fiscais e um saldo a receber estão abertas para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais um saldo a receber está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber.

Para a subsidiária Éxito Industrias S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2018 e 2017, onde os prejuízos fiscais foram compensados e um saldo a receber foi apurado, estão abertas para revisão durante 6 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda de 2016, onde os prejuízos fiscais e um saldo a receber foram apurados, está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do balanço a receber; a declaração de imposto de renda para 2014 e 2015 e a declaração de imposto para igualdade CREE para 2014 e 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber.

Para a subsidiária Éxito Inversiones S.A.S., as declarações de imposto de renda para 2018, 2017 e 2016, onde um saldo a receber foi acumulado estão abertas para revisão durante 3 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para 2015, onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foi apurado um saldo a receber está aberta para revisão durante 3 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber, está aberta para revisão durante 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber.

Para a subsidiária Gemex O&E S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2018, 2017 e 2016 com prejuízos fiscais e um saldo a receber estão abertas para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 está aberta para revisão durante 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber. As declarações de imposto de renda para igualdade CREE para 2014 e 2015 estão abertas para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S., as declarações de imposto de renda para 2018 e 2017, onde os prejuízos fiscais foram compensados e resultaram em um saldo a receber, estão abertas para revisão por 6 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para 2016, onde os prejuízos fiscais e um saldo a receber foram compensados, estão abertas para revisão por 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para 2015 onde foram apurados prejuízos fiscais e um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foi apurado um saldo a receber está aberta para revisão por 12 anos a partir da apresentação do saldo a receber; a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2015 onde foi apurado um saldo a receber está aberta para revisão por 5 anos a partir da apresentação do saldo a receber.

Para a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S., as declarações de imposto de renda de 2018 e 2017 estão abertas para revisão durante 3 anos a partir da data de arquivamento; a declaração de imposto de renda e a declaração de imposto de renda para igualdade CREE para 2016 onde foram compensados prejuízos fiscais está aberta para revisão durante 6 anos a partir da data de arquivamento; as declarações de imposto de renda e de imposto de renda para igualdade CREE para 2014 e 2015 estão abertas para revisão durante 5 anos a partir da data de arquivamento.

Para a subsidiária Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S., a revisão do imposto de renda para 2018 está aberta para revisão durante 3 anos a partir da data de arquivamento.

Os consultores fiscais e a administração da Controladora e suas subsidiárias são de opinião que nenhum imposto adicional será cobrado, a não ser aqueles lançados em 31 de dezembro de 2019.

#### Preços de transferência

As operações de Controladora com sua entidade controladora e partes relacionadas estrangeiras foram realizadas de acordo com o princípio de independência, como se fossem partes independentes, como exigido pelas disposições de Preços de Transferência estabelecidas pela regulamentação tributária nacional. Consultores independentes atualizaram a pesquisa de preços de transferência conforme exigido pela regulamentação tributária, com o objetivo de demonstrar que as operações com partes relacionadas no exterior foram realizadas a valores de mercado durante 2018. Para este fim, a Controladora apresentou uma declaração de informação e tem a referida pesquisa disponível a partir de 11 de julho de 2019.

#### Entidades controladas no exterior

Sob o regime especial aplicável às subsidiárias estrangeiras que são veículos de investimento, a partir de 2017 as normas estabelecem que a receita passivo obtida por tais veículos deve ser incluída no ano de acumulação e não no ano de distribuição efetiva dos lucros.

#### **Nota 26.2. Regulamentação fiscal aplicável às subsidiárias estrangeiras**

Os regulamentos fiscais em vigor aplicáveis às subsidiárias estrangeiras preveem as seguintes alíquotas de imposto de renda:

- Subsidiárias domiciliadas no Uruguai aplicam uma alíquota de 25%;
- Subsidiárias domiciliadas na Argentina aplicam uma alíquota de 35%.

### Nota 26.3. Ativos e passivos fiscais circulantes

Os saldos dos ativos e passivos fiscais circulantes reconhecidos na demonstração da posição financeira são:

#### Ativos fiscais circulantes

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Saldo do imposto de renda a receber pela Controladora e suas subsidiárias colombianas (2)                    | 200.696                   | 154.686                   |
| Descontos fiscais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas (3)                            | 72.239                    | -                         |
| Adiantamentos e retenções fiscais na indústria e comércio da Controladora e de suas subsidiárias colombianas | 47.067                    | 23.375                    |
| Outros ativos fiscais circulantes da subsidiária Spice Investment Mercosur S.A.                              | 6.098                     | 29.913                    |
| Descontos de impostos da Controladora nos impostos pagos no exterior   | 3.738                     | 285                       |
| Ativos circulantes do imposto de renda da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (4)                         | 2.935                     | -                         |
| Ativos circulantes do imposto de renda da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. (5)                    | 639                       | 4.067                     |
| Outros ativos fiscais da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (6)  | 438                       | 4.613                     |
| Outros ativos fiscais circulantes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (7)                              | -                         | 507.351                   |
| <b>Total do ativo fiscal circulante (1)</b>  | <b>333.850</b>            | <b>724.290</b>            |

(1) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

(2) O saldo do imposto de renda a receber da Controladora e de suas subsidiárias colombianas é composto por:

|   | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Retenções de imposto de renda (a)                 | 222.888                   | 207.294                   |
| Descontos fiscais                                 | 5.653                     | 11.892                    |
| Deduzido o imposto de renda (despesa) (Nota 26.4) | (27.845)                  | (64.500)                  |
| <b>Saldo total do imposto de renda a receber</b>  | <b>200.696</b>            | <b>154.686</b>            |

(a) Inclui o líquido do imposto de renda a pagar e saldos a receber e impostos retidos aplicáveis ao imposto de renda da Controladora e de suas subsidiárias colombianas.

(3) Os descontos fiscais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas são os seguintes:

|   | 31 de dezembro<br>de 2019 |
|---|---------------------------|
| Imposto sobre a indústria e o comércio  | 51.281                    |
| IVA sobre bens produtivos   | 20.609                    |
| Outros  | 349                       |
| <b>Descontos fiscais totais aplicados pela Controladora e suas subsidiárias colombianas</b> | <b>72.239</b>             |

(4) O saldo do imposto de renda corrente da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionada com as subsidiárias do segmento argentino, é composto por:

|                                      | 31 de dezembro<br>de 2019 |
|--------------------------------------|---------------------------|
| Ativo do imposto de renda corrente   | 7.598                     |
| Passivo de imposto de renda corrente | (4.663)                   |
| <b>Total</b>                         | <b>2.935</b>              |

(5) O saldo do ativos do imposto de renda corrente da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A. é composto de:

|                                      | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Ativo do imposto de renda corrente   | 2.902                     | 5.532                     |
| Passivo de imposto de renda corrente | (2.263)                   | (1.465)                   |
| <b>Total</b>                         | <b>639</b>                | <b>4.067</b>              |

(6) Saldo de outros impostos correntes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados com as subsidiárias do segmento argentino.

(7) Saldo de outros impostos correntes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados com as subsidiárias do segmento Brasil.

Passivo fiscal circulante

|   | <b>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Imposto industrial e comercial a pagar da Controladora e de suas subsidiárias colombianas | 68.200                            | 53.023                            |
| Impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., além do imposto de renda (2)          | 3.040                             | 6.131                             |
| Impostos da subsidiária Spice Investments Mercosur S.A., além do imposto de renda         | 1.471                             | 648                               |
| Imposto sobre bens imóveis da Controladora e de suas subsidiárias colombianas             | 199                               | 1.530                             |
| Impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., além do imposto de renda (3)          | -                                 | 204.847                           |
| Imposto de renda da subsidiária Onper Investment 2015 S.L. (4)                            | -                                 | 32.520                            |
| <b>Total do ativo (passivo) circulante (1)</b>  | <b>72.910</b>                     | <b>298.699</b>                    |

- (1) A diminuição se deve ao fato de que os passivos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.
- (2) Saldo dos impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados com as subsidiárias do segmento argentino.
- (3) Saldo dos impostos da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados com as subsidiárias do segmento Brasil.
- (4) Saldo de impostos correntes da subsidiária Onper Investment 2015 S.L., relacionados às subsidiárias do segmento Brasil. O saldo é composto de:

|                                      | <b>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Ativo do imposto de renda corrente   | (106.835)                         |
| Passivo de imposto de renda corrente | 74.315                            |
| <b>Total</b>                         | <b>32.520</b>                     |

#### Nota 26.4. Imposto de renda

A conciliação da receita contábil com a receita tributável (perda), e a estimativa da despesa tributária são as seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|--|---|---|
| <b>Lucro antes do imposto de renda</b>   | <b>171.134</b>                              | <b>142.119</b>                                  |
| <b>Acréscimos</b>  |   |   |
| Impostos não-dedutíveis  | 37.475                                      | 427   |
| Despesas não-dedutíveis  | 24.106                                      | 46.616  |
| Imposto sobre operações financeiras  | 10.526                                      | 8.270   |
| Multas, penalidades e litígio  | 4.927                                       | 1.611   |
| Baixa de contas a receber  | 3.245                                       | 5.381   |
| Impostos assumidos e revalorização   | 1.653                                       | 50.488  |
| Lucro líquido - recuperação da depreciação de ativos fixos vendidos                              | 468   | 27.794  |
| Perdas de estoque não dedutíveis   | 38  | 315   |
| Reembolso da dedução dos ativos fixos geradores de renda decorrentes da venda de ativos          | -   | 33.798  |
| Preço de venda de ativos fixos mantidos há menos de dois anos                                    | -   | 25.147  |
| <b>Deduções</b>  |   |   |
| Efeito dos resultados contábeis das subsidiárias estrangeiras (1)                                | (119.316)                                   | 89.959  |
| Ajustes IFRS sem efeitos fiscais (1) (2)   | (71.629)                                    | (276.052)                                       |
| Dedução fiscal do Ágio, além da dedução contábil   | (23.832)                                    | (20.351)  |
| Recuperação de provisões   | (4.304)                                     | (239)   |
| Dividendos recebidos de subsidiárias isentos de impostos   | (3.987)                                     | (27.870)  |
| Dedução adicional de 30% sobre os salários pagos aos aprendizes contratados na Empresa           | (1.740)                                     | (1.739)   |
| Dedução de empregados portadores de necessidades especiais                                       | (1.665)                                     | (445)   |
| Doação para bancos de alimentos  | (1.420)                                     | -   |
| Desreconhecimento do ganho com a venda de ativos fixos reportado como ganho ocasional            | (135)                                       | (26.585)  |
| Custo das vendas de ativos fixos mantidos há menos de dois anos                                  | -   | (77.140)  |
| <b>Lucro líquido</b>   | <b>25.544</b>                               | <b>1.504</b>                                    |
| Compensação de perdas fiscais e excesso de lucro presumido                                       | (13.544)                                    | (16.089)  |
| <b>Lucro líquido total após a compensação</b>  | <b>12.000</b>                               | <b>(14.585)</b>                                 |
| <b>Lucro presumido da Controladora e de certas subsidiárias colombianas para o período atual</b> | <b>61.416</b>                               | <b>148.743</b>                                  |
| <b>Lucro líquido para o período atual de certas subsidiárias colombianas</b>                     | <b>24.211</b>                               | <b>17.147</b>                                   |
| <b>Lucro líquido tributável</b>  | <b>85.627</b>                               | <b>165.890</b>                                  |
| Alíquota do imposto de renda   | 33%   | 33%   |
| <b>Subtotal do imposto de renda (despesas)</b>   | <b>(28.257)</b>                             | <b>(54.744)</b>                                 |
| Imposto sobre ganhos ocasionais (despesas)   | -   | (3.625)   |
| Sobretaxa de imposto de renda  | -   | (6.504)   |
| Descontos fiscais  | 412   | 373   |
| <b>Imposto de renda total (despesas)</b>   | <b>(27.845)</b>                             | <b>(64.500)</b>                                 |
| <b>Receita tributária do ano anterior</b>  | <b>(237)</b>                                | <b>2.286</b>                                    |
| <b>Imposto de renda total (despesas) da Controladora e de suas subsidiárias colombianas</b>      | <b>(28.082)</b>                             | <b>(62.214)</b>                                 |
| <b>Total do imposto corrente (despesas) das subsidiárias estrangeiras</b>                        | <b>(48.175)</b>                             | <b>(34.382)</b>                                 |
| <b>Total do imposto de renda corrente (despesas)</b>   | <b>(76.257)</b>                             | <b>(96.596)</b>                                 |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste na conta "Efeito de resultados de contas de subsidiárias estrangeiras" surge do reconhecimento do efeito da aplicação desta IFRS sobre os resultados das subsidiárias. O efeito sobre a conta "Ajustes IFRS sem efeitos fiscais" é explicado no item (2) abaixo nesta Nota 26.4.

(2) Os ajustes IFRS sem efeitos tributários são:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (a) |
|---|---|---|
| Provisões contábeis   | 76.121                                      | 78.242  |
| Locações tributadas   | 50.067                                      | 74.227  |
| Dividendos tributados das subsidiárias  | 49.610                                      | 65.819  |
| Outras despesas contábeis sem efeitos tributários (a)                                       | 49.156                                      | 33.790  |
| Diferença de câmbio líquida   | 17.630                                      | 36.973  |
| Dividendos não tributados das subsidiárias  | 3.987                                       | 27.739  |
| Estimativa atuarial tributária  | 2.938                                       | 2.289   |
| Resultados líquidos usando o método de equivalência patrimonial                             | (159.949)                                   | (396.749)                                       |
| Custos não contábeis para fins fiscais  | (30.163)                                    | (26.221)  |
| Depreciação fiscal mais elevada sobre a depreciação contábil                                | (52.551)                                    | (45.941)  |
| Recuperação de provisões  | (39.690)                                    | (56.002)  |
| Excesso de despesas de pessoal para fins fiscais sobre despesas de pessoal de contabilidade | (34.760)                                    | (40.727)  |
| Outras contas (não para fins fiscais) (receitas) líquidas                                   | (3.488)                                     | (26.362)  |
| Impostos não-dedutíveis   | (508)                                       | (3.129)   |
| Multas e penalidades não-dedutíveis   | (29)  | -   |
| <b>Total</b>  | <b>(71.629)</b>                             | <b>(276.052)</b>                                |

(a) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta resulta do efeito fiscal da não-dedutibilidade da depreciação dos direitos de uso e do custo financeiro do passivo de arrendamento. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

Os componentes da despesa de imposto de renda reconhecidos na demonstração do resultado são:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---|---|
| Imposto de renda corrente (despesas)                 | (76.257)                                    | (96.596)                                    |
| Receita do imposto de renda diferido (Nota 26.5) (1) | 52.961                                      | 152.395                                     |
| <b>Total do imposto de renda (despesas)</b>          | <b>(23.296)</b>                             | <b>55.799</b>                               |

(1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

Um detalhe das despesas tributárias correntes das subsidiárias estrangeiras é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| Uruguai                                     | (44.336)                                    | (34.462)                                    |
| Argentina                                   | (3.839)                                     | 80  |
| <b>Total do imposto corrente (despesas)</b> | <b>(48.175)</b>                             | <b>(34.382)</b>                             |

A estimativa do lucro presumido da Controladora e de certas subsidiárias colombianas é a seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Patrimônio líquido                           | 4.199.870                 | 4.334.744                 |
| Deduzido o patrimônio líquido a ser excluído | (105.475)                 | (85.766)                  |
| <b>Patrimônio líquido base</b>               | <b>4.094.395</b>          | <b>4.248.978</b>          |
| <b>Lucro presumido</b>                       | <b>61.416</b>             | <b>148.714</b>            |
| Acrescido: Dividendos tributados             | -                         | 29                        |
| <b>Total do lucro presumido</b>              | <b>61.416</b>             | <b>148.743</b>            |

A conciliação da alíquota média efetiva de imposto com a alíquota de imposto aplicável é a seguinte:

|  | 31 de dezembro de 2019 | Alíquota     | 31 de dezembro de 2018 | Alíquota   |
|--|------------------------|--------------|------------------------|------------|
| <b>Lucro antes do imposto de renda</b>   | <b>171.134</b>         |              | <b>142.119</b>         |            |
| Despesa fiscal à alíquota de imposto aplicável                                       | (56.474)               | (33%)        | (52.552)               | (37%)      |
| Efeito fiscal das alíquotas de imposto no exterior                                   | (48.176)               | (28%)        | (34.382)               | (24%)      |
| Efeito fiscal das despesas não dedutíveis para determinar a perda tributável         | (27.205)               | (16%)        | (65.950)               | (46%)      |
| Efeito fiscal do ajuste de impostos correntes de períodos anteriores                 | (237)                  | (-%)         | 2.286                  | 1%         |
| Efeito fiscal da receita não tributada para determinar a perda tributável            | 65.792                 | 38%          | 79.459                 | 56%        |
| Outros efeitos tributários da conciliação da renda contábil com a despesa tributária | 37.160                 | 22%          | 67.321                 | 47%        |
| Efeito fiscal dos prejuízos fiscais  | 4.030                  | 2%           | 61.995                 | 44%        |
| Efeito fiscal das mudanças nas alíquotas de impostos                                 | 1.814                  | 1%           | (2.378)                | (2%)       |
| <b>Total da receita do imposto de renda (despesas)</b>                               | <b>(23.296)</b>        | <b>(14%)</b> | <b>55.799</b>          | <b>39%</b> |

#### Nota 26.5. Imposto diferido

A Controladora e suas subsidiárias reconhecem impostos diferidos a receber ou a pagar, decorrentes de diferenças temporárias representando um pagamento menor ou maior do imposto de renda do ano corrente, estimado às taxas de recuperação esperadas, desde que haja expectativa razoável de que tais diferenças se revertam no futuro. Caso haja algum ativo fiscal diferido, será feita uma análise se a Controladora e suas subsidiárias gerarão lucros tributáveis suficientes no futuro que permitam compensar o ativo, no todo ou em parte.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são feitos da seguinte forma:

|  | 31 de dezembro de 2019     |                              | 31 de dezembro de 2018 (1) |                              |
|--|----------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|
|  | Ativos do imposto diferido | Passivos do imposto diferido | Ativos do imposto diferido | Passivos do imposto diferido |
| Passivo de arrendamento (1)                    | 509.927                    | -                            | 474.641                    | -                            |
| Prejuízos fiscais                              | 198.834                    | -                            | 196.376                    | -                            |
| Excesso de lucro presumido                     | 156.459                    | -                            | 140.258                    | -                            |
| Créditos fiscais                               | 66.535                     | -                            | 56.282                     | -                            |
| Outras provisões                               | 18.661                     | -                            | 14.896                     | -                            |
| Outros passivos financeiros                    | 4.913                      | -                            | 2.850                      | -                            |
| Estoques                                       | 4.444                      | -                            | 5.275                      | -                            |
| Créditos comerciais e outros créditos          | 3.371                      | -                            | 4.113                      | -                            |
| Provisões de benefícios aos empregados         | 1.736                      | -                            | 3.642                      | -                            |
| Despesas pagas antecipadamente                 | 943                        | -                            | 3.681                      | -                            |
| Passivos financeiros                           | 622                        | -                            | 46.168                     | -                            |
| Investimentos em subsidiárias e joint ventures | 308                        | -                            | -                          | (60.657)                     |
| Contas a receber de partes relacionadas        | 128                        | -                            | -                          | (523)                        |
| Contas a pagar a partes relacionadas           | 8                          | -                            | 8.196                      | -                            |
| Outros ativos não financeiros                  | -                          | -                            | -                          | (20)                         |
| Ativo não circulante mantido para negociação   | -                          | (294)                        | 401                        | -                            |
| Outros passivos não financeiros                | -                          | (2.725)                      | 3.386                      | -                            |
| Ativos intangíveis, além do Ágio               | -                          | (3.957)                      | -                          | (7.654)                      |
| Construções em andamento                       | -                          | (4.180)                      | -                          | (915)                        |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar     | -                          | (5.537)                      | -                          | (1.209)                      |
| Projetos imobiliários                          | -                          | (5.894)                      | -                          | (12.372)                     |
| Terrenos                                       | -                          | (7.070)                      | -                          | (9.623)                      |
| Outros ativos financeiros                      | -                          | (7.343)                      | -                          | (37.331)                     |
| Outro ativo imobilizado                        | -                          | (29.146)                     | -                          | (26.512)                     |
| Propriedade de investimento                    | -                          | (35.671)                     | -                          | (9.517)                      |
| Edifícios                                      | -                          | (122.035)                    | -                          | (91.758)                     |
| Ágio   | -                          | (145.302)                    | -                          | (185.781)                    |
| Direitos de uso (1)                            | -                          | (444.594)                    | -                          | (409.357)                    |
| <b>Total Controladora</b>                      | <b>966.889</b>             | <b>(813.748)</b>             | <b>960.165</b>             | <b>(853.229)</b>             |
| <b>Subsidiárias colombianas (1)</b>            | <b>29.497</b>              | <b>(32.907)</b>              | <b>30.008</b>              | <b>(28.947)</b>              |
| <b>Total segmento Colômbia</b>                 | <b>996.386</b>             | <b>(846.655)</b>             | <b>990.173</b>             | <b>(882.176)</b>             |
| <b>Segmento Uruguai</b>                        | <b>27.538</b>              | <b>-</b>                     | <b>25.994</b>              | <b>-</b>                     |
| <b>Segmento Argentina</b>                      | <b>8.373</b>               | <b>(124.876)</b>             | <b>5.076</b>               | <b>(122.294)</b>             |
| <b>Segmento Brasil (2)</b>                     | <b>-</b>                   | <b>-</b>                     | <b>196.928</b>             | <b>(1.489.567)</b>           |
| <b>Total</b>                                   | <b>1.032.297</b>           | <b>(971.531)</b>             | <b>1.218.171</b>           | <b>(2.494.037)</b>           |



A composição dos ativos e passivos fiscais diferidos para os três segmentos geográficos (quatro em 2018) nos quais a Controladora e suas subsidiárias estão agrupadas é a seguinte:

|                     | 31 de dezembro de 2019     |                              | 31 de dezembro de 2018 (1) |                              |
|---------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|
|                     | Ativos do imposto diferido | Passivos do imposto diferido | Ativos do imposto diferido | Passivos do imposto diferido |
| Segmento Colômbia   | 149.731                    | -                            | 107.997                    | -                            |
| Segmento Uruguai    | 27.538                     | -                            | 25.994                     | -                            |
| Segmento Argentina  | -                          | (116.503)                    | -                          | (117.218)                    |
| Segmento Brasil (2) | -                          | -                            | -                          | (1.292.639)                  |
| <b>Total (1)</b>    | <b>177.269</b>             | <b>(116.503)</b>             | <b>133.991</b>             | <b>(1.409.857)</b>           |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta decorre dos efeitos sobre o imposto diferido da diferença temporária resultante do reconhecimento de direitos de uso e obrigações de arrendamento. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) A diminuição se deve ao fato de que os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração de resultados é o seguinte:

|  | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Imposto de renda diferido                            | 191.821                               | 150.321                               |
| Imposto diferido (despesas) sobre ganhos ocasionais  | (138.860)                             | 2.074                                 |
| <b>Total da receita de imposto de renda diferido</b> | <b>52.961</b>                         | <b>152.395</b>                        |

O efeito do imposto diferido sobre a demonstração do resultado abrangente é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| (Despesas) de instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge e outros | (1.383)                               | (4.486)                               |
| Receita (despesa) da mensuração de planos de benefícios definidos                                 | 114                                   | (40)                                  |
| <b>Total de despesa de imposto de renda diferido</b>  | <b>(1.269)</b>                        | <b>(4.526)</b>                        |

A conciliação da evolução do passivo fiscal diferido líquido, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com a demonstração de resultados e a demonstração de outros resultados abrangentes é a seguinte:

|   | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 |
|---|---------------------------------------|
| Receita do imposto diferido reconhecido no resultado para o período                                       | 52.961                                |
| (Despesas) do imposto diferido reconhecido em outro resultado abrangente do período.                      | (1.269)                               |
| Reclassificação do imposto diferido no resultado para o período de operações descontinuadas.              | 1.082.395                             |
| Efeito da conversão do imposto diferido reconhecido em outro resultado abrangente para o período (1)      | 202.545                               |
| <b>Total do aumento do imposto diferido líquido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018</b> | <b>1.336.632</b>                      |

- (1) Tal efeito resultante da conversão à taxa de fechamento dos ativos e passivos fiscais diferidos das subsidiárias estrangeiras está incluído na rubrica "Diferença cambial da conversão" em outro resultado abrangente (Nota 30).

Nenhum ativo fiscal diferido gerado por certos investimentos menores que apresentaram perdas durante os períodos atuais ou anteriores foi reconhecido. O montante das perdas é o seguinte:

|                              | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|------------------------------|------------------------|------------------------|
| Outros investimentos menores | (7.628)                | (11.780)               |
| <b>Total</b>                 | <b>(7.628)</b>         | <b>(11.780)</b>        |

As diferenças temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, coligadas e joint ventures, para as quais nenhum passivo fiscal diferido foi reconhecido em 31 de dezembro de 2019 totalizam \$47.725 (31 de dezembro de 2018 - \$53.361).

## Nota 26.6. Efeitos da distribuição de dividendos sobre o imposto de renda.

De acordo com os regulamentos fiscais colombianos em vigor, nem a distribuição de dividendos nem os lucros acumulados influenciam a alíquota do imposto de renda.

## Nota 26.7. Ativos e passivos fiscais não circulantes

### Ativos fiscais não circulantes

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo do ativo não circulante refere-se a impostos a receber da controlada Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, basicamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Nacional de Seguridade Social.

(2) A diminuição se deve ao fato de os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para ativo não circulante mantido para negociação.

### Passivos fiscais não circulantes

Um saldo detalhado por subsidiária é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Libertad S.A.                                  | 800                       | 1.547                     |
| Companhia Brasileira de Distribuição – CBD (1) | -                         | 395.467                   |
| <b>Total</b>                                   | <b>800</b>                | <b>397.014</b>            |

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo refere-se aos impostos a pagar da subsidiária Libertad S.A. para impostos federais e programa de incentivo por prestações.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo refere-se a impostos a pagar das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Libertad S.A. para impostos federais e programa de incentivo por prestações.

(1) A diminuição se deve ao fato de que os passivos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

## Nota 27. Outros passivos financeiros

O saldo de outros passivos financeiros é o seguinte:

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Cobranças recebidas em nome de terceiros (2)                                   | 99.887                    | 131.326                   |
| Instrumentos financeiros derivativos (3)                                       | 15.334                    | 1.770                     |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge (4) | 20                        | 9.473                     |
| Títulos emitidos (5)   | -                         | 3.477.711                 |
| <b>Total (1)</b>   | <b>115.241</b>            | <b>3.620.280</b>          |
| <b>Circulante</b>  | <b>114.871</b>            | <b>1.037.191</b>          |
| <b>Não circulante</b>  | <b>370</b>                | <b>2.583.089</b>          |

(1) A diminuição se deve ao fato de que os passivos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019, os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

(2) O saldo das cobranças recebidas em nome de terceiros é o seguinte:

|   | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Cobranças da Éxito Card (a)               | 39.619                    | 44.860                    |
| Correspondente não-bancário               | 26.075                    | 47.340                    |
| Receita recebida em nome de terceiros (b) | 22.076                    | 27.287                    |
| Comércio direto (mercado)                 | 3.269                     | 5.000                     |
| Outras cobranças                          | 8.848                     | 6.839                     |
| <b>Total</b>                              | <b>99.887</b>             | <b>131.326</b>            |

(a) Representa cobranças recebidas de terceiros relacionadas com a Tarjeta Éxito (Cartão de Crédito Éxito), de propriedade da Companhia de Financiamento Tuya S.A. (Nota 23).

(b) O saldo refere-se a:

- Cobranças recebidas em nome de terceiros para serviços de hotelaria, transporte terrestre, aluguel de carros e reserva de passagens aéreas como parte da intermediação da Éxito Viajes y Turismo S.A.S. como agência de viagens no valor de \$19.341(31 de dezembro de 2018 - 15.508).
- Cobranças recebidas em nome de terceiros do Grupo Disco del Uruguay S.A. e Mercados Devoto S.A. no valor de \$2.621 (31 de dezembro de 2018 - \$2.325).
- Em 31 de dezembro de 2018 também incluía prêmios de seguros, garantias estendidas, recargas de celulares de companhias telefônicas e outras cobranças da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD em nome da Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. no valor de \$9.454.

(3) Instrumentos financeiros derivativos refletem o justo valor dos contratos forward e swap para cobrir a flutuação das taxas de câmbio de passivos em moeda estrangeira. Os justos valores desses instrumentos são estimados com base em modelos de avaliação comumente aplicados pelos participantes do mercado que utilizam variáveis diferentes dos preços cotados, direta ou indiretamente perceptíveis para ativos ou passivos. Na demonstração da posição financeira, a Controladora e suas subsidiárias medem os instrumentos financeiros derivativos (forward e swap) pelo justo valor, em cada data de fechamento contábil.

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

| <b>Derivativo</b> | <b>Menos de 3 meses</b> | <b>De 3 a 6 meses</b> | <b>De 6 a 12 meses</b> | <b>Mais de 12 meses</b> | <b>Total</b>  |
|-------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|---------------|
| Forward           | 12.495                  | 1.224                 | -                      | -                       | 13.719        |
| Swap              | 282                     | 721                   | 242                    | 370                     | 1.615         |
|                   |                         |                       |                        |                         | <b>15.334</b> |

Os detalhes dos vencimentos desses instrumentos em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

| <b>Derivativo</b> | <b>Menos de 3 meses</b> | <b>De 3 a 6 meses</b> | <b>De 6 a 12 meses</b> | <b>Mais de 12 meses</b> | <b>Total</b> |
|-------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Forward           | 192                     | 1.506                 | -                      | -                       | 1.698        |
| Swap              | -                       | 72                    | -                      | -                       | 72           |
|                   |                         |                       |                        |                         | <b>1.770</b> |

(4) Os derivativos denominados instrumentos de hedge representam:

- (a) Em 31 de dezembro de 2019 operações de câmbio financeiro - operações de swap realizadas pela Controladora e suas subsidiárias sob contratos firmados com entidades financeiras, cujo objetivo é a troca, em intervalos específicos, da diferença entre os valores das taxas de juros fixas e variáveis calculadas em relação a um valor principal nominal acordado, que transforma as taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa, então podem ser determinados em moeda local. Os justos valores desses instrumentos são determinados com base em modelos de avaliação comumente utilizados pelos participantes do mercado.

As operações de swap são utilizadas para cobrir riscos cambiais e/ou de juros de passivos financeiros assumidos para adquirir ativo imobilizado. A relação de cobertura é de 100% (cem por cento) do item coberto, tomado como o passivo financeiro relevante, no todo ou em parte.

- (b) Em 31 de dezembro de 2018 também incluía o justo valor dos contratos de swap para 100% das obrigações denominadas em dólares americanos a uma taxa de juros fixa da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, exceção feita aos DCCIs (créditos diretos ao consumidor através de um intermediário). O justo valor é mensurado pela troca de tais instrumentos a uma taxa flutuante de IDC. O prazo desses contratos é igual ao da dívida, e eles cobrem tanto o principal quanto os juros. A taxa média anual do IDC em 31 de dezembro de 2018 era de 6,42%.

A Controladora e suas subsidiárias documentam as relações de hedge contábil e realizam testes de eficácia desde o reconhecimento inicial e ao longo do tempo da relação de hedge até o desreconhecimento da mesma. Nenhuma ineficácia foi identificada durante os períodos relatados.

Em 31 de dezembro de 2019, diz respeito às seguintes operações:

| <b>Instrumento de hedge</b> | <b>Natureza do risco coberto</b> | <b>Item coberto</b> | <b>Faixa de taxas para o item coberto</b> | <b>Faixa de taxas para instrumentos de hedge</b> | <b>Justo valor</b> |
|-----------------------------|----------------------------------|---------------------|---|--|--------------------|
| Swap                        | Taxa de juros e taxa de câmbio   | Passivo financeiro  | Libor US\$ 1M + 2,22%                     | 9,06%  | 20                 |
|                             |                                  |                     |   |  | <b>20</b>          |

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de cobertura em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

|      | <b>Menos de 1 mês</b> | <b>De 1 a 3 meses</b> | <b>De 3 a 6 meses</b> | <b>De 6 a 12 meses</b> | <b>Mais de 12 meses</b> | <b>Total</b> |
|------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------|
| Swap | -                     | -                     | 20                    | -                      | -                       | 20           |

Em 31 de dezembro de 2018, diz respeito às seguintes operações:

| Instrumento de hedge | Natureza do risco coberto      | Item coberto       | Faixa de taxas para o item coberto | Faixa de taxas para instrumentos de hedge | Justo valor  |
|----------------------|--------------------------------|--------------------|------------------------------------|---|--------------|
| Swap                 | Taxa de juros                  | Passivo financeiro | IBR 3M                             | 5,1% - 6,0%                               | 6.890        |
| Swap                 | Taxa de juros e taxa de câmbio | Passivo financeiro | Libor US\$ 1M + 2,22%              | 9,06%                                     | 21           |
| Swap                 | Taxa de juros e taxa de câmbio | Passivo financeiro | 1,94% a 9,80%                      | IDC                                       | 2.562        |
|                      |                                |                    |                                    |   | <b>9.473</b> |

Os detalhes dos vencimentos destes instrumentos de cobertura em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|      | Menos de 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | Mais de 12 meses | Total        |
|------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|--------------|
| Swap | -              | 295            | 2.752          | 4.975           | 1.451            | <b>9.473</b> |

- (5) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD emitiu bônus para fortalecer o capital de giro, e para manter sua estratégia de caixa e sua estratégia de extensão de dívida e perfil de investimento. Os títulos emitidos não eram conversíveis, não tinham cláusulas de renegociação e não eram garantidos, exceção feita à emissão de títulos pelas subsidiárias, que são endossadas pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD. A amortização dos títulos varia de acordo com a emissão.

A Subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD foi obrigada a manter os índices financeiros relacionados com as questões liberadas. Tais índices foram estimados com base em informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, como segue: (i) dívida líquida (dívida menos capital circulante líquido e contas a receber) para não exceder o patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/ebitda inferior ou equivalente a 3,25. A subsidiária cumpriu tais quocientes em 31 de dezembro de 2018.

O saldo de outros passivos financeiros classificados como correntes e não correntes é o seguinte:

|  | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|--|------------------------|------------------------|
| Cobranças recebidas em nome de terceiros                                   | 99.887                 | 131.326                |
| Instrumentos financeiros derivativos                                       | 14.964                 | 1.770                  |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge | 20                     | 8.022                  |
| Títulos emitidos   | -                      | 896.073                |
| <b>Total circulante</b>  | <b>114.871</b>         | <b>1.037.191</b>       |
| Instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge | 370                    | 1.451                  |
| Títulos emitidos   | -                      | 2.581.638              |
| <b>Total não circulante</b>  | <b>370</b>             | <b>2.583.089</b>       |

## Nota 28. Outros passivos não financeiros

O saldo de outros passivos não financeiros é o seguinte:

|   | 31 de dezembro de 2019 | 31 de dezembro de 2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| Receita recebida antecipadamente (2)                                | 81.763                 | 256.885                |
| Programas de fidelização de clientes (3)                            | 27.106                 | 48.636                 |
| Adiantamentos sob contratos e outros projetos                       | 9.056                  | 7.256                  |
| Prestações recebidas segundo o "plano resêrvalo".                   | 230                    | 647                    |
| Cupom de reaquisição  | 85                     | 176                    |
| Garantia estendida (4)  | -                      | 15.712                 |
| Outros (5)  | -                      | 9.423                  |
| <b>Total de outros passivos não financeiros circulantes (1)</b>     | <b>118.240</b>         | <b>338.735</b>         |
| Adiantamentos segundo contratos e outros projetos                   | 669                    | 727                    |
| Outros (5)  | -                      | 11.236                 |
| <b>Total de outros passivos não-financeiros não circulantes (1)</b> | <b>669</b>             | <b>11.963</b>          |

- (1) A diminuição se deve ao fato de as obrigações da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não terem sido incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, uma vez que esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

- (2) Refere-se principalmente à receita recebida antecipadamente de terceiros na venda de vários produtos através de meios de pagamento, arrendamento de instalações e alianças estratégicas.

|  | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Cartão presente  | 61.854                    | 57.199                    |
| Cartão abrangente Cafam                                | 8.364                     | 7.210                     |
| Cartão de troca  | 3.620                     | 3.492                     |
| Dados e minutos telefônicos comprados com antecedência | 957                       | 979                       |
| Cartão de combustível                                  | 807                       | 820                       |
| Aluguel de móveis (a)                                  | -                         | 182.922                   |
| Outros   | 6.161                     | 4.263                     |
| <b>Total</b>   | <b>81.763</b>             | <b>256.885</b>            |

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, principalmente em relação a pagamentos antecipados de terceiros sobre aluguel de gôndolas e papel luminoso para exibir produtos na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.
- (3) Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 se refere aos programas de fidelização de clientes "Puntos Éxito" e "Supercliente Carulla" da Controladora; "Hipermillas" da subsidiária Mercados Devoto S.A.; "Tarjeta Más" da subsidiária Supermercados Disco del Uruguay S. A. e "Club Libertad" da subsidiária Libertad S.A. Em 31 de dezembro de 2018 incluía também os programas "Puntos Extra" e "Pao de Acucar" da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

Os saldos desses programas incluídos na demonstração da posição financeira são os seguintes:

|   | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Programas "Hipermillas" e "Tarjeta Más"           | 25.658                    | 26.665                    |
| Programas "Puntos Éxito" e "Supercliente Carulla" | 1.138                     | 18.539                    |
| Club Libertad                                     | 310                       | 513                       |
| Programa "Meu Desconto" (a)                       | -                         | 2.919                     |
| <b>Total</b>                                      | <b>27.106</b>             | <b>48.636</b>             |

- (4) Em 31 de dezembro de 2018 representava principalmente o plano de extensão de garantia para clientes concedido pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.
- (5) Em 31 de dezembro de 2018 representava principalmente o pagamento recebido pela subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD da "Allpark" no âmbito de um contrato de serviço de estacionamento de automóveis.

## Nota 29. Capital social, ações em tesouraria recompradas e ágio sobre a emissão de ações

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 o capital autorizado da Controladora está representado em 530.000.000 ações ordinárias com valor nominal de \$10 (\*) cada; o capital subscrito e integralizado é de \$4.482; o número de ações em circulação é de 447.604.316 e o número de ações em tesouraria readquiridas é de 635.835 avaliadas em \$2.734.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os direitos ligados às ações são os direitos de falar e de voto por ação. Não foram concedidos privilégios sobre as ações, nem são restringidos de forma alguma. Além disso, não há contratos de opção sobre as ações da Controladora.

O prêmio na colocação das ações representa o maior valor pago sobre o valor nominal das ações, e totaliza \$4.843.466 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018. De acordo com as normas legais, este saldo pode ser distribuído como lucros na liquidação da empresa, ou na capitalização deste valor. Capitalização significa a transferência de uma parte de tal prêmio para uma conta de capital como resultado da emissão de um dividendo baseado em ações.

## Nota 30. Reservas, lucros acumulados e outro resultado abrangente

### Reservas

Reservas são dotações feitas pela Assembleia Geral de Acionistas da Controladora sobre os resultados de períodos anteriores. Além da reserva legal, há uma reserva ocasional, uma reserva para re aquisição de ações e uma reserva para pagamento de dividendos futuros.

## Lucros acumulados

Os lucros acumulados incluem o efeito no patrimônio líquido da convergência para IFRS no valor de \$1.070.092 resultante do demonstrativo financeiro de abertura preparado em 2014 sob IFRS 1, incluído nas normas contábeis e de relato financeiro aceitas na Colômbia, estabelecidas na Lei 1314 de 2009 em linha com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) oficialmente traduzidas e autorizadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) em 31 de dezembro, 2014, regulamentado na Colômbia pelo Decreto Regulamentar 2420 de 2015, "Decreto Regulamentar Único sobre normas de contabilidade, relatórios financeiros e garantia de informações", emendado em 23 de dezembro de 2015 pelo Decreto Regulamentar 2496, em 22 de dezembro de 2016 pelo Decreto Regulamentar 2131 e em 22 de dezembro de 2017 pelo Decreto Regulamentar 2170 e atualizado em 28 de dezembro de 2018 pelo Decreto Regulamentar 2483 e em 13 de dezembro de 2019 pelo Decreto Regulamentar 2270.

## Outro resultado abrangente acumulado

O saldo de cada componente de outro resultado abrangente na demonstração da posição financeira é o seguinte:

|  | 31 de dezembro de 2019 |               |                    | 31 de dezembro de 2018 |               |                  |
|--|------------------------|---------------|--------------------|------------------------|---------------|------------------|
|  | Valor bruto            | Efeito fiscal | Valor líquido      | Valor bruto            | Efeito fiscal | Valor líquido    |
| Mensuração de ativos financeiros com justo valor em outro resultado abrangente (1)   | (13.203)               | -             | (13.203)           | (7.200)                | -             | (7.200)          |
| Medição de planos de benefícios definidos (2)  | (5.141)                | 1.546         | (3.595)            | (4.760)                | 1.432         | (3.328)          |
| Diferenças de câmbio de conversão (3)  | (1.106.448)            | -             | (1.106.448)        | (597.914)              | -             | (597.914)        |
| (Perda) da cobertura dos fluxos de caixa (4)   | (768)                  | 571           | (197)              | (5.978)                | 1.954         | (4.024)          |
| (Perda) de cobertura de investimentos comerciais estrangeiros  | (1.459)                | -             | (1.459)            | -                      | -             | -                |
| Participação de outro resultado abrangente de coligadas e joint ventures contabilizado pelo método de equivalência patrimonial (5) | -                      | -             | -                  | (41.486)               | -             | (41.486)         |
| <b>Total de outro resultado abrangente acumulado</b>   | <b>(1.127.019)</b>     | <b>2.117</b>  | <b>(1.124.902)</b> | <b>(657.338)</b>       | <b>3.386</b>  | <b>(653.952)</b> |

- (1) Refere-se a ganhos ou perdas acumulados decorrentes da avaliação pelo justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros através de patrimônio líquido, menos os valores transferidos para lucros acumulados na venda de tais investimentos. As variações no justo valor não são reclassificadas para a renda do período.
- (2) Representa o valor acumulado de ganhos ou perdas atuariais decorrentes dos planos de benefícios definidos da Controladora e de suas subsidiárias. O valor líquido das novas medidas é transferido para lucros acumulados e não é reclassificado para o resultado do período.
- (3) Representa o valor acumulado das diferenças cambiais decorrentes da conversão de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados de operações no exterior para a moeda de apresentação da Controladora. As diferenças de conversão acumuladas são reclassificadas para resultados do período quando da alienação da operação no exterior. Inclui o efeito da conversão de ativos e passivos fiscais no valor de \$202.545 (Nota 26).
- (4) Representa o valor acumulado da parcela efetiva dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no justo valor dos instrumentos de hedge em um hedge de fluxo de caixa. O valor acumulado de ganhos ou perdas é reclassificado para resultados do período somente quando a transação coberta tem um efeito nos resultados do período ou uma transação altamente provável não está prevista para ocorrer, ou é incluída, como parte do valor contábil, em um item não-financeiro coberto.
- (5) Valor alocado à Controladora de outro resultado abrangente de seus investimentos em coligadas e joint ventures através de investimento direto ou através de subsidiárias.

## Nota 31. Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes

O saldo da receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes é o seguinte:

|  | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 (1) |
|--|---------------------------------------|---|
| Vendas a varejo (Nota 46)  | 14.503.846                            | 14.176.353                                |
| Receita de serviços (2)  | 604.070                               | 551.639                                   |
| Outras receitas ordinárias (3)   | 185.167                               | 142.035                                   |
| <b>Total da receita das atividades ordinárias segundo contratos com clientes</b> | <b>15.293.083</b>                     | <b>14.870.027</b>                         |

- (1) Os valores incluem o efeito da reclassificação dos lucros acumulados em 30 de novembro e em 31 de dezembro de 2018 das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Gemex O & W S.A.S., respectivamente, para o lucro líquido do período de operações descontinuadas.

(2) O saldo da receita de serviços refere-se a:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| Arrendamento de bens imóveis                          | 229.725                                     | 218.848                                     |
| Distribuidores  | 106.241                                     | 106.519                                     |
| Publicidade   | 82.615                                      | 72.622                                      |
| Locação de espaço físico                              | 56.283                                      | 22.603                                      |
| Comissões   | 29.586                                      | 28.055                                      |
| Serviços telefônicos                                  | 27.562                                      | 30.937                                      |
| Correspondente não-bancário                           | 20.149                                      | 17.970                                      |
| Outras receitas provenientes da prestação de serviços | 18.494                                      | 19.814                                      |
| Transporte  | 18.206                                      | 13.098                                      |
| Taxas de administração de viagens                     | 8.047                                       | 6.513                                       |
| Transferência de recursos                             | 7.162                                       | 7.483                                       |
| Administração de bens imobiliários                    | -   | 7.177                                       |
| <b>Total da receita de serviços</b>                   | <b>604.070</b>                              | <b>551.639</b>                              |

(3) Outras receitas ordinárias dizem respeito a:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| Envolvimento no acordo de colaboração (a)                 | 88.641                                      | 67.465                                      |
| Exploração de bens (b)                                    | 27.692                                      | 9.796                                       |
| Receita de royalties                                      | 17.481                                      | 10.459                                      |
| Eventos de marketing                                      | 12.971                                      | 14.526                                      |
| Outras receitas da direção estratégica da Latam (Nota 38) | 7.851                                       | 7.389                                       |
| Receita de serviços financeiros                           | 3.020                                       | 2.389                                       |
| Outros  | 27.511                                      | 30.011                                      |
| <b>Total de outras receitas ordinárias</b>                | <b>185.167</b>                              | <b>142.035</b>                              |

(a) Refere-se ao envolvimento no acordo de colaboração empresarial com a Compañía de Financiamiento Tuya S.A.

(b) As informações para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 incluem \$18.038 relevantes à indenização recebida relacionada com o contrato de aquisição.

### Nota 32. Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas

O saldo das despesas administrativas e de vendas é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018(1) (2) (3) |
|---|---|--|
| Depreciação e amortização (2)               | 369.341                                     | 372.784  |
| Impostos, além do imposto de renda          | 210.822                                     | 258.879  |
| Serviços públicos                           | 203.141                                     | 186.634  |
| Combustíveis e energia                      | 186.998                                     | 171.428  |
| Publicidade                                 | 150.927                                     | 154.191  |
| Reparos e manutenção                        | 132.401                                     | 123.677  |
| Comissões sobre cartões de débito e crédito | 81.332                                      | 77.952   |
| Transporte                                  | 41.416                                      | 41.922   |
| Embalagem e marcação de materiais           | 38.533                                      | 44.449   |
| Administração de instalações comerciais     | 35.007                                      | 34.072   |
| Honorários profissionais                    | 26.316                                      | 27.042   |
| Seguros                                     | 26.221                                      | 23.947   |
| Funcionários terceirizados                  | 22.453                                      | 27.825   |
| Locações (2)                                | 19.812                                      | 10.779   |
| Despesas de viagem                          | 6.291                                       | 5.593  |
| Outras despesas de provisões                | 5.918                                       | 7.248  |
| Despesas legais                             | 4.264                                       | 4.388  |
| Contribuições e filiações                   | 439   | 1.623  |
| Outros                                      | 111.830                                     | 86.147   |
| <b>Total de despesas de distribuição</b>    | <b>1.673.462</b>                            | <b>1.660.580</b>                                       |

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, com base nas revisões das operações da Controladora, certos itens relacionados com os processos operacionais de preparação de alimentos que até 31 de dezembro de 2018 eram apresentados como despesas administrativas e despesas com benefícios aos empregados e que estão relacionados com os processos operacionais de preparação de refeições, são transportados sob o custo dos produtos vendidos. Tais itens no valor de \$58.656 foram reclassificados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 apenas para comparação com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Tal reclassificação não teve efeitos materiais sobre o lucro bruto.

O saldo das despesas administrativas e de vendas é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (2) (3) |
|---|---|---|
| Depreciação e amortização (2)                       | 81.188                                      | 66.392  |
| Honorários profissionais                            | 54.297                                      | 55.662  |
| Impostos, além do imposto de renda                  | 52.420                                      | 47.870  |
| Despesas com perda por redução ao valor recuperável | 32.466                                      | 12.131  |
| Reparos e manutenção                                | 23.138                                      | 17.314  |
| Serviços públicos                                   | 12.587                                      | 16.848  |
| Funcionários terceirizados                          | 9.505                                       | 7.380   |
| Combustíveis e energia                              | 8.907                                       | 8.300   |
| Despesas de viagem                                  | 7.590                                       | 7.369   |
| Seguros   | 6.599                                       | 5.018   |
| Locações (2)  | 5.103                                       | 12.047  |
| Administração de instalações comerciais             | 2.902                                       | 2.670   |
| Contribuições e filiações                           | 2.608                                       | 2.619   |
| Transporte  | 1.930                                       | 2.178   |
| Despesas legais                                     | 786   | 911   |
| Publicidade   | 234   | 336   |
| Embalagem e marcação de materiais                   | 164   | 325   |
| Outros  | 26.820                                      | 16.176  |
| <b>Total de despesas de administração e vendas</b>  | <b>329.244</b>                              | <b>281.546</b>                                      |

- (2) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste dessas contas se deve ao reconhecimento da depreciação dos direitos de uso e ao desconhecimento das despesas fixas nos contratos de arrendamento. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (3) Os valores incluem o efeito da reclassificação dos lucros acumulados em 30 de novembro e em 31 de dezembro de 2018 das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Gemex O & W S.A.S., respectivamente, para o lucro líquido do período de operações descontinuadas.

### Nota 33. Despesas com benefícios aos empregados

O saldo das despesas com benefícios aos empregados incorridas por cada categoria significativa é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (1) (2) |
|---|---|---|
| Salários e vencimentos  | 1.025.633                                   | 1.016.758   |
| Contribuições para o sistema de seguridade social                       | 34.006                                      | 34.850  |
| Outros benefícios a curto prazo para funcionários                       | 50.484                                      | 50.777  |
| <b>Total de despesas de benefícios a curto prazo dos empregados</b>     | <b>1.110.123</b>                            | <b>1.102.385</b>                                    |
| Despesas com benefícios pós-emprego, planos de contribuição definida    | 92.246                                      | 105.897   |
| Despesas com benefícios pós-emprego, planos de benefícios definidos (3) | (6.795)                                     | 307   |
| <b>Total de despesas com benefícios pós-emprego</b>                     | <b>85.451</b>                               | <b>106.204</b>                                      |
| Despesas com benefícios de rescisão                                     | 8.062                                       | 7.792   |
| Outros benefícios a longo prazo para os empregados                      | 93  | (84)  |
| Outras despesas de pessoal  | 29,084                                      | 27.213  |
| <b>Total de despesas com benefícios aos empregados</b>                  | <b>1.232.813</b>                            | <b>1.243.510</b>                                    |

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, com base nas revisões das operações da Empresa, certos itens que até 31 de dezembro de 2018 eram apresentados como despesas administrativas e despesas com benefícios aos empregados, que estão relacionados com os processos operacionais de preparação de alimentos, estão sendo registrados sob o custo dos produtos vendidos. Tais itens no valor de \$118.386 foram classificados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 somente para comparação com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. Tal reclassificação não teve efeitos materiais sobre o lucro bruto.
- (2) Os valores incluem o efeito da reclassificação dos lucros acumulados em 30 de novembro e em 31 de dezembro de 2018 das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Gemex O & W S.A.S., respectivamente, para o lucro líquido do período de operações descontinuadas.



- (3) Durante 2019, a Controladora acordou com os funcionários a eliminação do benefício de pensão de aposentadoria, que resultou em uma mudança significativa nos benefícios pós-emprego e planos de benefícios definidos, mostrando uma redução de US\$ 6.684 em 31 de dezembro de 2019.

### Nota 34. Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos (perdas) líquidos

Outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos líquidos incluem os efeitos dos eventos mais significativos ocorridos durante o período, que distorceriam a análise de rentabilidade recorrente da Controladora e de suas subsidiárias; estes são definidos como elementos significativos de receitas e despesas incomuns cuja ocorrência é excepcional e os efeitos dos itens que, dada sua natureza, não estão incluídos em uma avaliação do desempenho operacional recorrente da Controladora e suas subsidiárias, tais como perdas por redução ao valor recuperável, alienação de ativo não circulante e o efeito da combinação de negócios, entre outros.

O saldo de outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e outros ganhos líquidos, é o seguinte:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 (1) (2) |
|--|---|---|
| <b>Outra receita operacional</b>   |   |   |
| <b>Recorrente</b>  |   |   |
| Recuperação de provisão para créditos comerciais                                 | 37.121                                      | 15.688  |
| Reembolso de custos e despesas relacionadas à ICA                                | 4.622                                       | 255   |
| Recuperação de outras provisões relacionadas a ações civis                       | 2.484                                       | 2.566   |
| Indenização de companhias de seguros   | 1.780                                       | 2.953   |
| Recuperação de outras provisões  | 1.555                                       | 3.012   |
| Recuperação de outras provisões relacionadas a ações trabalhistas                | 946   | 1.582   |
| Recuperação de custos e despesas de impostos, além do imposto de renda           | 50  | 1.911   |
| Outras receitas recorrentes  | 362   | -   |
| <b>Total recorrente</b>  | <b>48.920</b>                               | <b>27.967</b>                                       |
| <b>Extraordinário</b>  |   |   |
| Recuperação de outras provisões  | 3.033                                       | 41  |
| Recuperação de outras provisões relacionadas a processos de recuperação          | 2.389                                       | 2.665   |
| <b>Total extraordinário</b>  | <b>5.422</b>                                | <b>2.706</b>  |
| <b>Total de outra receita operacional</b>  | <b>54.342</b>                               | <b>30.673</b>                                       |
| <b>Outras despesas operacionais</b>  |   |   |
| Despesas de reestruturação (3)   | (34.544)                                    | (42.440)  |
| Despesa com imposto sobre patrimônio   | (13.463)                                    | (12.195)  |
| Despesas de reorganização fiscal (4)   | (3.151)                                     | -   |
| Provisão para despesas com procedimentos fiscais                                 | -   | (255)   |
| Outras despesas (5)  | (34.270)                                    | (11.744)  |
| <b>Total de outras despesas operacionais</b>                                     | <b>(85.428)</b>                             | <b>(66.634)</b>                                     |
| <b>Outros ganhos (perdas) líquidos</b>   |   |   |
| Ganho (perda) com a venda do ativo imobilizado (6)(5)                            | 5.168                                       | 3.248   |
| Desreconhecimento dos contratos de arrendamento (1)                              | 989   | 177   |
| Desreconhecimento do ativo imobilizado (7)                                       | (11.871)                                    | (21.021)  |
| Perda por redução ao valor recuperável (recuperação) de ativo não circulante (8) | (6.768)                                     | 2.386   |
| Perda com a alienação de outros bens   | (675)                                       | (2.523)   |
| Custo das vendas para direitos de uso  | (157)                                       | -   |
| Ganho com a venda de subsidiárias  | -   | 13.542  |
| Ganho com a venda de ativos intangíveis  | -   | 35  |
| <b>Total de outras (perdas) líquidas</b>   | <b>(13.314)</b>                             | <b>(4.156)</b>                                      |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste nesta conta é devido ao reconhecimento da receita decorrente do desreconhecimento dos direitos de uso e das obrigações decorrentes da rescisão antecipada dos contratos de arrendamento. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) Os valores incluem o efeito da reclassificação dos lucros acumulados em 30 de novembro e em 31 de dezembro de 2018 das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Gemex O & W S.A.S., respectivamente, para o lucro líquido do período de operações descontinuadas.
- (3) Representa despesas decorrentes da provisão em relação ao plano de reestruturação da Controladora e suas subsidiárias colombianas que inclui a aquisição do plano de excelência operacional e plano de aposentadoria corporativa no valor de \$29.800 (31 de dezembro de 2018 - \$38.169) e despesas incorridas no âmbito do plano de reestruturação da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$4.744 (31 de dezembro de 2018 - \$4.271).

- (4) Em 31 de dezembro de 2019 representa despesas das subsidiárias Grupo Disco del Uruguay S.A. no valor de US\$1.836 e Devoto Hermanos S.A. no valor de US\$1.315 para reestruturação fiscal relacionada com a correção de pagamentos de imposto de renda e IVA de períodos anteriores, como resultado de uma decisão da Secretaria Geral de Impostos (DGI por sua sigla em espanhol).
- (5) Em 31 de dezembro de 2019 representa despesas com a reestruturação de lojas no valor de \$2.012; despesas relacionadas com o projeto Europa no valor de \$20.336; IRFS 6 - Despesas de implementação de arrendamentos no valor de \$1.578; despesas do projeto Bricks II no valor de \$1.009 e despesas relacionadas com o fechamento de lojas no valor de \$9.102.
- Em 31 de dezembro de 2018 representa despesas incorridas no fechamento de lojas e lojas no valor de \$3.172; reorganização de lojas \$1.592; despesas de consultoria \$754; despesas incorridas no estabelecimento de veículos imobiliários \$463; provisão para o fechamento de lojas \$5.432 e outras despesas menores \$339.
- (6) Representa principalmente um ganho com a venda de ativo imobilizado da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$4.038. Em 31 de dezembro de 2018 representava principalmente um ganho com a venda de ativo imobilizado da subsidiária Libertad S.A. no valor de \$3.922 e a perda com a venda de edifícios da Controladora no valor de \$769.
- (7) Em 31 de dezembro de 2019 inclui o fechamento das seguintes lojas da Controladora: Carulla Express Pontevedra \$411, Surtimax Funza \$97, Éxito Castilla \$69, Surtimax Metrocar \$15 e Surtimax Calle 48 \$12. Também inclui o desreconhecimento de máquinas e equipamentos e móveis e utensílios, melhorias em bens arrendados e computadores decorrentes da contagem física de inventários de propriedades, instalações e equipamentos no valor de \$7.903; desreconhecimento de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e computadores decorrentes de danos no valor de \$779; desreconhecimento de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e computadores decorrentes de sinistros em Carulla La Mina e em outros edifícios no valor de \$21; e desreconhecimento de um edifício no Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla no valor de \$1.952.
- Para 2018, inclui o fechamento das lojas Éxito Barranquilla Alto Prado \$3.007, Carulla Express Olaya Herrera \$473, Surtimax San Carlos \$389, Éxito Express Altos de la Carolina \$319, Surtimax Los Olivos \$309, Éxito Express Ciudadela \$291, Éxito Express Costa de Oro \$232, Éxito Mini Barzal \$201, Éxito Express Avenida 60 \$196, Surtimax El Real \$184, Surtimax Ciudad Bolívar \$167, Éxito Mini Parque de las Cigarras \$132, Éxito Mini Yerbabuena \$121, Surtimax Olaya \$587, Surtimax Villa Luz \$77, Surtimax Torices \$363 e Surtimax Baranoa \$232. Também inclui o desreconhecimento de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, melhorias em propriedades de terceiros e computadores decorrentes da contagem física de inventários de ativo imobilizado, no valor de \$11.105, e também inclui o fechamento de cinco lojas da subsidiária uruguia Mercados Devoto S.A. no valor de \$1.799.
- (8) Em 31 de dezembro de 2019 representa a perda por perda de ágio na subsidiária Gemex O&W S.A.S. no valor de \$1.017; a perda por perda de ágio relacionada à propriedade no Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo no valor de \$4.084 e no Patrimonio Autónomo Viva Palmas no valor de \$1.667. Em 31 de dezembro de 2018 representa a perda por deterioração na Controladora relacionada a software de computador (\$3.307); perda por deterioração de propriedade na subsidiária Mercados Devoto S.A. (2.818) e ganho com a recuperação da perda por deterioração de propriedade na subsidiária Devoto Hermanos S.A. no montante de \$8.511.

### Nota 35. Receitas e despesas financeiras

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 (1) (2) |
|---|---|---|
| Ganho da diferença de câmbio (1)  | 333.578                                     | 51.680  |
| Ganhos de instrumentos financeiros derivativos  | 264.364                                     | 219.389   |
| Receita de juros, capital circulante líquido  | 23.770                                      | 14.871  |
| Outras receitas financeiras   | 13.151                                      | 11.042  |
| <b>Total de receitas financeiras</b>  | <b>634.863</b>                              | <b>296.982</b>                                      |
| Perda por diferença de câmbio (1)   | (402.335)                                   | (222.129)   |
| Juros, empréstimos e despesas de arrendamento financeiro                                  | (299.931)                                   | (318.156)   |
| Perda dos instrumentos financeiros derivativos  | (250.183)                                   | (105.839)   |
| Despesas com juros de passivos de arrendamento (1)  | (119.574)                                   | (124.134)   |
| Resultados da posição monetária líquida, efeito da demonstração da posição financeira (3) | (25.281)                                    | (54.023)  |
| Resultados da posição monetária líquida, efeito da demonstração do resultado (3)          | (12.673)                                    | (10.741)  |
| Despesas de comissão  | (6.161)                                     | (4.724)   |
| Outras despesas financeiras   | (11.655)                                    | (10.328)  |
| <b>Total de despesas financeiras</b>  | <b>(1.127.793)</b>                          | <b>(850.074)</b>                                    |

- (1) Os números diferem daqueles apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada a partir de 1º de janeiro de 2019. O ajuste desta conta decorre do reconhecimento da despesa com juros na mensuração das obrigações de arrendamento utilizando o método dos juros efetivos. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.
- (2) Os valores incluem o efeito da reclassificação dos lucros acumulados em 30 de novembro e em 31 de dezembro de 2018 das subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e Gemex O & W S.A.S., respectivamente, para o lucro líquido do período de operações descontinuadas.
- (3) Representa os resultados decorrentes da posição monetária líquida das demonstrações contábeis da subsidiária Libertad S.A.

### Nota 36. Participação do resultado em coligadas e joint ventures que é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial

A participação do resultado nas subsidiárias, coligadas e joint ventures que é contabilizada usando o método de equivalência patrimonial é a seguinte:

|                                      | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|--------------------------------------|---|---|
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A. | (5.905)                                     | 42.129                                      |
| Puntos Colombia S.A.S.               | (4.218)                                     | (1.613)                                     |
| <b>Total</b>                         | <b>(10.123)</b>                             | <b>40.516</b>                               |

### Nota 37. Lucro por ação

O lucro por ação é classificado como básico e diluído. O objetivo do lucro básico é dar uma medida da participação de cada ação ordinária da entidade controladora no desempenho da Controladora durante os períodos de relatório. O objetivo dos lucros diluídos é dar uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da Controladora levando em consideração o efeito diluidor (diminuição nos lucros ou aumento nas perdas) das ações ordinárias potenciais em circulação durante o período.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a Controladora não realizou operações com ações ordinárias potenciais, nem após a data de encerramento ou na data de liberação dessas demonstrações contábeis.

Seguem as informações relativas aos lucros e número de ações utilizadas no cálculo dos lucros básicos e diluídos por ação básica e diluída:

#### Em resultados do período:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| <b>Lucro líquido atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>   | <b>57.602</b>                               | <b>253.168</b>                              |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)   | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b>                              | <b>128,69</b>                               | <b>565,61</b>                               |
| <b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>  | <b>147.838</b>                              | <b>197.918</b>                              |
| Deduzido: lucro líquido de operações contínuas atribuível a participações não controladoras   | 109.433                                     | 94.380                                      |
| <b>Lucro líquido das operações contínuas atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>   | <b>38.405</b>                               | <b>103.538</b>                              |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)   | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>Lucro por ação básico e diluído de operações contínuas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b>      | <b>85,80</b>                                | <b>231,32</b>                               |
| <b>Lucro líquido do período de operações descontinuadas</b>   | <b>774.838</b>                              | <b>1.014.764</b>                            |
| Deduzido: lucro líquido de operações descontinuadas atribuível a participações não controladoras  | 755.641                                     | 865.134                                     |
| <b>Lucro líquido das operações descontinuadas atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>  | <b>19.197</b>                               | <b>149.630</b>                              |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído)   | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>Lucro por ação básico e diluído de operações descontinuadas atribuíveis aos acionistas da entidade controladora (em pesos colombianos)</b> | <b>42,89</b>                                | <b>334,29</b>                               |

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| <b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>  | <b>147.838</b>                              | <b>197.918</b>                              |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído) | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>Lucro por ação básico e diluído de operações contínuas (em pesos colombianos)</b>                  | <b>330,29</b>                               | <b>442,17</b>                               |
|   |   |   |
|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
| <b>Lucro líquido do período de operações descontinuadas</b>   | <b>774.838</b>                              | <b>1.014.764</b>                            |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico por ação (básico e diluído) | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>Lucro por ação básico e diluído de operações descontinuadas (em pesos colombianos)</b>             | <b>1.731,08</b>                             | <b>2.267,10</b>                             |

No resultado abrangente total do período:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|---|---|---|
| <b>(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>                                  | <b>(307.135)</b>                            | <b>(400.938)</b>                            |
| Média ponderada do número de ações ordinárias atribuíveis ao lucro básico (perda) por ação (básico e diluído) | 447.604.316                                 | 447.604.316                                 |
| <b>(Prejuízo) por ação básico e diluído no resultado abrangente total (em pesos colombianos)</b>              | <b>(686,17)</b>                             | <b>(895,74)</b>                             |

## Nota 38. Operações com partes relacionadas

### Nota 38.1. Remuneração do pessoal chave da administração

As operações entre a Controladora e suas subsidiárias e o pessoal chave da administração, incluindo representantes legais e/ou administradores, se referem principalmente a acordos trabalhistas firmados entre as partes.

A remuneração do pessoal chave da administração é a seguinte:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 |
|--|---|---|
| Benefícios a curto prazo para empregados (1) (2) | 75.707                                      | 148.574                                     |
| Benefícios pós-emprego                           | 1.981                                       | 1.728                                       |
| Benefícios da rescisão                           | 374   | 1.752                                       |
| Benefícios a longo prazo para os empregados      | 11  | 55  |
| Plano de pagamento baseado em ações (1)          | -   | 22.849                                      |
| <b>Total</b>                                     | <b>78.073</b>                               | <b>174.958</b>                              |

(1) Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração chave da administração inclui benefícios concedidos aos empregados da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*).

(2) Uma parte dos benefícios de curto prazo aos empregados é reembolsada pelo Casino Guichard Perrachon S.A. (\*) sob um acordo de serviço de direção estratégica da América Latina celebrado com a Controladora. A receita da direção estratégica da Latam foi reconhecida durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de \$7.851 (31 de dezembro de 2018 - \$7.389), conforme descrito na Nota 31.

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da oferta pública de ações mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

## Nota 38.2. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas referem-se à receita das vendas a varejo e outros serviços, bem como aos custos e despesas relacionados ao gerenciamento de risco e suporte de assistência técnica, compra de bens e serviços recebidos.

O valor da receita, custos e despesas decorrentes de operações com partes relacionadas é o seguinte:

|                              | Receita                                     |   | Custos e despesas                           |   |
|------------------------------|---|---|---|---|
|                              | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 |
| Joint ventures (1)           | 111.594                                     | 90.662                                      | 98.029                                      | 39.920                                      |
| Coligadas (2)                | 105.911                                     | 123.296                                     | 10.966                                      | -   |
| Empresas do Grupo Casino (3) | 20.212                                      | 3.600                                       | 130.557                                     | 80.568                                      |
| Entidade controladora (4)    | 1.359                                       | 8.268                                       | -   | 68.274                                      |
| Membros do Conselho          | -   | -   | 1.465                                       | 10.473                                      |
| <b>Total</b>                 | <b>239.076</b>                              | <b>225.826</b>                              | <b>241.017</b>                              | <b>199.235</b>                              |

- (1) A receita representa rendimentos de títulos e cupons e energia com a Companhia de Financiamiento Tuya S.A., \$15.076 (31 de dezembro de 2018 - \$15.119); envolvimento no acordo de colaboração corporativa com a Companhia de Financiamiento Tuya S.A., \$88.641 (31 de dezembro de 2018 - \$67.465); arrendamento de imóvel à Companhia de Financiamiento Tuya S.A., \$5.272 (31 de dezembro de 2018 - \$4.417); outros serviços prestados à Companhia de Financiamiento Tuya S.A., \$1.567 (31 de dezembro de 2018 - \$3.505) e aos serviços prestados à Puntos Colombia S.A.S., \$1.038 (31 de dezembro de 2018 - \$156).

Os custos e despesas representam o custo do programa de fidelidade e gestão de responsabilidades pago à Puntos Colombia S.A.S. no valor de \$94.569 (31 de dezembro de 2018 - \$37.826), e comissões sobre meios de pagamento com a Companhia de Financiamiento Tuya S.A. no valor de \$3.460 (31 de dezembro de 2018 - \$2.094).

- (2) A receita provém principalmente do reembolso de despesas decorrentes do contrato de infraestrutura, comissões sobre a venda de produtos financeiros e arrendamento de imóveis, operações realizadas com a FIC Promotora de Vendas Ltda, sociedade financeira da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*).
- (3) A receita refere-se principalmente à venda de produtos ao Cassino de Distribuição França, prestação de serviços ao Cassino Internacional e à Greenyellow Energia de Colombia S.A.S. e a uma negociação centralizada de fornecedores com o Comércio Varejista Internacional e Serviços.

Os custos e despesas representam principalmente despesas incorridas pela Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) sob o contrato de repartição de custos, e custos relacionados com serviços de eficiência energética recebidos na Controladora e intermediação na importação de bens.

- (4) Em 31 de dezembro de 2019 a receita da entidade controladora representa o reembolso das despesas de pessoal recebidas da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*). Em 31 de dezembro de 2018, a receita refere-se a um acordo de serviço de direção estratégica para a América Latina celebrado com o Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*).

Em 31 de dezembro de 2018 os custos e despesas representam principalmente o reembolso de despesas incorridas por profissionais e empresas do Grupo Casino em benefício da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*) sob um "contrato de compartilhamento de custos" e a custos incorridos pela Controladora para serviços de consultoria e assistência técnica prestados pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. (\*) e pela Geant International B.V.

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da oferta pública de ações mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

## Nota 39. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

### Nota 39.1. Ativos financeiros

Nenhuma perda material por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foi identificada em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. A Nota 8 contém informações relacionadas ao desenvolvimento da perda por redução ao valor recuperável de créditos comerciais.

### Nota 39.2. Ativos não financeiros

#### Em 31 de dezembro de 2019

O valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa é feito dos saldos de ágio, ativo imobilizado, propriedades de investimento, outros ativos intangíveis, além do ágio, itens de capital de giro líquido e passivos de arrendamento financeiro associados a itens de capital de giro; para as subsidiárias domiciliadas no Uruguai, Argentina e Argentina representa o valor patrimonial de tais subsidiárias, acrescido dos saldos de ágio.

Para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros, o ágio obtido via combinação de negócios, marcas e direitos de exploração de instalações comerciais dentro de vidas úteis definidas foram alocados aos seguintes grupos de unidades geradoras de caixa:

|                                   | Grupos de unidades geradoras de caixa |         |              |             |            |                    |             |               | Total            |
|-----------------------------------|---------------------------------------|---------|--------------|-------------|------------|--------------------|-------------|---------------|------------------|
|                                   | Éxito                                 | Carulla | Surtimax (1) | Súper Inter | Todo hogar | Surtimayorista (1) | Uruguai (2) | Argentina (3) |                  |
| Ágio                              | 90.674                                | 856.495 | 37.402       | 464.332     | 1.017      | 4.174              | 1.303.092   | 173.582       | <b>2.930.768</b> |
| Marcas com vida útil indefinida   | -                                     | -       | 17.427       | 63.704      | -          | -                  | 92.732      | 46.060        | <b>219.923</b>   |
| Direitos com vida útil indefinida | 19.856                                | -       | 1.524        | 5.606       | -          | -                  | -           | 48            | <b>27.034</b>    |

- (1) Mesmo que os estabelecimentos comerciais destinados à unidade geradora de caixa da Surtimayorista não tenham ágio adquirido através da combinação de negócios, este valor alocado para fins de redução do valor recuperável de ativos financeiros resulta da mudança das lojas no formato Surtimax para este novo formato; ágio alocado aos estabelecimentos comerciais da unidade geradora de caixa da Surtimax provém da combinação de negócios em 2007 segundo a fusão com Carulla Vivero S.A., conforme divulgado na Nota 16.
- (2) A Nota 16 divulga um detalhe do ágio destinado à Spice Investments Mercosur S.A., Grupo Disco del Uruguay S.A., Mercados Devoto S.A.,5 Hermanos Ltda., TipseL S.A., Tedocan S.A. e Ardal S.A.
- (3) O ágio gerado a partir da combinação de negócios para a aquisição da operação da Libertad S.A. é detalhado na Nota 16. Marcas com vida útil indefinida e direitos com vida útil indefinida estão detalhadas na Nota 16.

O método utilizado para testes foi o valor em uso, dada a dificuldade de encontrar um mercado ativo que permita estabelecer o justo valor de tais ativos intangíveis.

O valor em uso foi estimado com base nos fluxos de caixa previstos pela administração durante um período de cinco anos, com base na taxa de crescimento de preços na Colômbia (Índice de Preços ao Consumidor - IPC), análises de tendências baseadas em resultados históricos, planos de expansão, projetos estratégicos para aumentar as vendas e planos de otimização; além disso, para o segmento argentino foi utilizado um período de previsão de 10 anos para refletir mais razoavelmente as perspectivas futuras da administração.

Os fluxos de caixa para além do período de cinco anos foram inferidos utilizando uma taxa de crescimento real de 0%. De acordo com a Controladora, esta é uma abordagem conservadora que reflete o crescimento ordinário esperado para o setor na ausência de fatores imprevisíveis que possam influenciar o crescimento.

A taxa de imposto incluída na previsão dos fluxos de caixa é a taxa à qual a Controladora espera pagar seus impostos durante os próximos anos. A taxa utilizada para estimar a perda por redução ao valor recuperável de ágio do Éxito, Carulla, Surtimax, Súper Inter, Todo Hogar e Surtimayorista foi de 32% para 2020, 31% para 2021 e 30% para 2022 em diante, taxas em vigor na Colômbia em 31 de dezembro de 2019.

Para o ágio destinado à unidade geradora de caixa do Uruguai, a taxa de imposto utilizada foi de 25%. Para o ágio destinado à unidade geradora de caixa da Argentina, a taxa de imposto utilizada foi de 25%.

Os fluxos de caixa esperados foram descontados ao custo médio ponderado do capital (WACC) utilizando uma estrutura de endividamento do mercado para o tipo de indústria onde a Controladora opera; como resultado, o custo médio ponderado do capital (WACC) utilizado na avaliação foi de 8,6% para 2020, 7,9% para 2021 e 8% para 2022 em diante.

O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa do Uruguai foi de 11,9%. O custo médio ponderado de capital (WACC) utilizado na avaliação do ágio alocado à unidade geradora de caixa da Argentina foi de 63% para 2020, 44% para 2021, 38,7% para 2022, 34% para 2023, 28,7% para 2024, 26,8% para 2025, 24,7% para 2026, 21,7% para 2027, 19,7% para 2028 e 16,7% para 2029 em diante.

As variáveis que têm o maior impacto na determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são a taxa de desconto e a taxa de crescimento perpétuo. Estas variáveis são definidas da seguinte forma:

- (a) Taxa de crescimento perpétuo: A estimativa da taxa de crescimento é baseada nas expectativas de crescimento de preços para o país de acordo com pesquisas de mercado publicadas, razão pela qual uma redução na taxa abaixo da taxa esperada não é considerada razoável, dado que se espera que os fluxos de caixa das unidades cresçam para o mesmo nível ou mesmo 1% acima do aumento geral de preços na economia.
- (b) Taxa de desconto: A estimativa da taxa de desconto é baseada em uma análise do endividamento do mercado para a Controladora; uma mudança é considerada razoável se a taxa de desconto aumentaria em 1,00%, caso em que não haveria perda por redução ao valor recuperável no valor dos grupos de unidades geradoras de caixa.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável no valor contábil dos grupos de unidades geradoras de caixa foi encontrada como resultado desta análise, com exceção do saldo do investimento na Gemex O&W S.A.S., que foi depreciado em \$ 1.017, contabilizado com ônus ao resultado, conforme detalhado na Nota 34.

O método utilizado para redução da perda ao valor recuperável de propriedades de investimento de propriedade da Controladora e suas subsidiárias que são fundos fiduciários autônomos (patrimônios autônomos) foi a abordagem de receita dada sua proximidade com o justo valor de tais propriedades imobiliárias. O resultado de comparar o resultado de tais reduções da perda ao valor recuperável com os valores contabilizados, foi uma perda por redução ao valor recuperável em propriedades de investimento e no ativo imobilizado do Patrimônio Autônomo Viva Sincelajo e Patrimônio Autônomo Viva Palmas no valor de \$4.084 e \$1.667, respectivamente. O detalhe de tal perda por redução ao valor recuperável está descrito na Nota 13 e na Nota 14.

#### Em 31 de dezembro de 2018

Em 31 de dezembro de 2018 a Controladora completou a redução anual do valor recuperável de ativos financeiros por unidades geradoras de caixa, que é devidamente apoiada nas demonstrações contábeis no encerramento do referido ano. Não houve perda por redução ao valor recuperável dos valores contábeis dos grupos de unidades geradoras de caixa resultantes desta análise.

Entretanto, em 30 de setembro de 2018, como parte do atual processo de modernização de certas plataformas tecnológicas, a Controladora reduziu a perda ao valor recuperável de certos softwares de computador. Com base nas análises realizadas, foi identificado que tais ativos apresentam um alto grau de obsolescência, são inúteis para a operação, não proporcionam benefício econômico e, além disso, a vida útil restante estimada não reflete o tempo esperado para a realização do ativo. Conseqüentemente, o valor recuperável de tais ativos foi definido como \$0, e a Controladora reconheceu uma perda por redução ao valor recuperável de \$3.307 em suas demonstrações contábeis.

#### Nota 40. Mensuração ao justo valor

Segue uma comparação dos valores contábeis e justos valores dos ativos e passivos financeiros e dos ativos e passivos não financeiros da Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 em bases periódicas, conforme exigido ou permitido por uma política contábil; os ativos e passivos financeiros cujos valores contábeis são uma aproximação dos justos valores são excluídos, considerando que eles vencem no curto prazo (em menos ou até um ano), ou seja, em menos ou até um ano: créditos comerciais e outros devedores, débitos comerciais e outros credores, cobranças em nome de terceiros e passivos financeiros de curto prazo.

|   | 31 de dezembro de 2019 |             | 31 de dezembro de 2018 |             |
|---|------------------------|-------------|------------------------|-------------|
|   | Valor contábil         | Justo valor | Valor contábil         | Justo valor |
| <b>Ativos financeiros</b>   |                        |             |                        |             |
| Créditos comerciais e outras contas a receber a custo amortizado                    | 37.018                 | 34.859      | 36.130                 | 34.064      |
| Investimentos em fundos de private equity (Nota 12)                                 | 1.295                  | 1.295       | 1.201                  | 1.201       |
| Contratos a termo mensurados ao justo valor no resultado (Nota 12)                  | 11.914                 | 11.914      | 38.675                 | 38.675      |
| Contratos de swap mensurados ao justo valor no resultado (Nota 12)                  | 11.443                 | 11.443      | 74.866                 | 74.866      |
| Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge (Nota 12)   | 476                    | 476         | 75.296                 | 75.296      |
| Investimento em títulos (Nota 12)   | 41.524                 | 39.602      | 40.899                 | 39.983      |
| Investimento em títulos em outro resultado abrangente (Nota 12)                     | 14.521                 | 14.521      | 13.183                 | 13.183      |
| Investimentos de capital (Nota 12)  | 10.393                 | 10.393      | 260                    | 260         |
| <b>Ativos não financeiros</b>   |                        |             |                        |             |
| Propriedade de investimentos (Nota 14)  | 1.626.220              | 2.309.328   | 1.633.625              | 2.276.252   |
| Ativo imobilizado e propriedade de investimentos mantidos para negociação (Nota 48) | 37.928                 | 37.928      | 61.696                 | 61.696      |
| <b>Passivos financeiros</b>   |                        |             |                        |             |
| Passivos financeiros e arrendamentos financeiros (Nota 20)                          | 280.815                | 281.403     | 6.617.283              | 6.632.224   |
| Opção de venda (1) (Nota 20)  | 379.538                | 379.538     | 435.023                | 435.023     |
| Títulos e <i>commercial papers</i> emitidos (Nota 27)                               | -                      | -           | 3.477.711              | 3.432.042   |
| Contratos de swap denominados como instrumentos de hedge (Nota 27)                  | 20                     | 20          | 9.473                  | 9.473       |
| Contratos a termo mensurados ao justo valor no resultado (Nota 27)                  | 13.719                 | 13.719      | 1.698                  | 1.698       |
| Contratos de swap de derivativos mensurados ao justo valor no resultado (Nota 27)   | 1.615                  | 1.615       | 72                     | 72          |
| <b>Passivos não financeiros</b>   |                        |             |                        |             |
| Responsabilidade de fidelização do cliente (Nota 28)                                | 27.106                 | 27.106      | 48.636                 | 48.636      |

(1) O desenvolvimento da mensuração da opção de venda durante o período foi:

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>                | <b>435.023</b> |
| Mudanças no justo valor reconhecidas em investimentos | (55.485)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>                | <b>379.538</b> |

Os seguintes métodos e suposições foram usados para estimar os justos valores:

|   | Nível hierárquico | Técnica de avaliação                                | Descrição da técnica de avaliação   | Dados de entrada significativos  |
|---|-------------------|---|---|--|
| <b>Ativo</b>  |                   |   |   |  |
| Empréstimos a custo amortizado  | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.  | Taxa comercial das instituições bancárias para créditos de consumo sem cartão de crédito para horizontes de prazo semelhantes. Taxa comercial para empréstimos habitacionais VIS para horizontes de prazo semelhantes.   |
| Investimentos em fundos de private equity                               | Nível 1           | Valor unitário                                      | O valor da unidade do fundo é dado pelo valor do pré-fechamento do dia, dividido pelo número total de unidades do fundo no fechamento das operações do dia. O administrador do fundo avalia os ativos diariamente.  | N/A  |
| Contratos a termo mensurados ao justo valor no resultado                | Nível 2           | Peso-dólar americano                                | A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data da avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é determinada com base no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").  | Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação. Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento. |
| Contratos de swap mensurados ao justo valor no resultado                | Nível 2           | Modelo de previsão dos fluxos de caixa operacionais | O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise.  | Taxa de juros de cupom zero.<br>Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses.<br>Curva TES de cupom zero.<br>Curva LIBOR de Swap.<br>Curva de Títulos do Tesouro.<br>IPC 12 meses  |
| Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | O valor justo é calculado com base na previsão de futuros fluxos de caixa de transações utilizando curvas IDC e descontando-os ao valor presente, utilizando taxas de mercado IDC de swap, ambas como exibidas pela BM&FBovespa.  | Curve IPC<br>Taxa IPC para swaps   |
| Investimentos de capital  | Nível 1           | Preços de cotação no mercado                        | O valor justo de tais investimentos é determinado como referência aos preços listados nos mercados ativos se as empresas forem listadas; em todos os outros casos, os investimentos são medidos ao custo considerado como determinado no balanço de abertura, considerando que o efeito é imaterial e que a realização de uma medição utilizando uma técnica de avaliação comumente utilizada pelos participantes do mercado pode gerar custos maiores do que o valor dos benefícios. | N/A  |
| Investimento em títulos   | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para investimentos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.  | IPC 12 meses + Pontos de base negociados   |



|              | Nível hierárquico  | Técnica de avaliação | Descrição da técnica de avaliação      | Dados de entrada significativos  |   |
|--------------|--|----------------------|--|--|---|
| <b>Ativo</b> |  |                      |  |  |   |
| I            | Propriedade de investimentos                                   | Nível 1              | Comparação ou método de mercado        | Esta técnica envolve estabelecer o valor justo dos bens a partir de uma pesquisa de ofertas ou transações recentes de bens que são similares e comparáveis aos que estão sendo avaliados.  | N/A   |
| I            | Propriedade de investimentos                                   | Nível 3              | Método dos fluxos de caixa descontados | Esta técnica proporciona a oportunidade de identificar o aumento da receita ao longo de um período previamente definido do investimento. O valor da propriedade é equivalente ao valor descontado dos benefícios futuros. Tais benefícios representam fluxos de caixa anuais (tanto positivos quanto negativos) durante um período, mais o ganho líquido decorrente da hipotética venda do imóvel no final do período de investimento. | Custo médio ponderado do capital<br>Crescimento nas vendas do locatário<br>Vaga<br>Crescimento da receita |
| I            | Propriedade de investimentos                                   | Nível 3              | Método do valor realizável             | Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa de vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.  | Valor realizável  |
| I            | Propriedade de investimentos                                   | Nível 3              | Método de custo de substituição        | O método de avaliação consiste em calcular o valor de um imóvel totalmente novo, construído na data do relatório, com a mesma qualidade e conforto do imóvel em avaliação. Tal valor é denominado valor de reposição; em seguida, é feita uma análise da perda por redução ao valor recuperável do imóvel decorrente do passar do tempo e da manutenção cuidadosa ou descuidada que o imóvel recebeu, o que é chamado de depreciação.  | Valor físico do edifício e do terreno.  |
| t            | Ativo não circulante classificado como mantido para negociação | Nível 2              | Método do valor realizável             | Esta técnica é utilizada onde quer que o imóvel seja adequado para o desenvolvimento urbano, aplicada a partir de uma estimativa de vendas totais de um projeto em construção, de acordo com as normas legais urbanas em vigor e de acordo com o mercado final de ativos vendáveis.  | Valor realizável  |

|   | Nível hierárquico | Técnica de avaliação                                | Descrição da técnica de avaliação  | Dados de entrada significativos   |
|---|-------------------|---|--|---|
| <b>Passivo</b>  |                   |   |  |   |
| Passivo financeiro e arrendamento financeiro mensurados ao custo amortizado | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para empréstimos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.   | Índice Bancário de Referência (RBI) + Pontos Básicos Negociados. Taxa LIBOR + pontos-base negociados.   |
| †Contratos de swap mensurados ao justo valor no resultado                   | Nível 2           | Modelo de previsão dos fluxos de caixa operacionais | O método usa fluxos de caixa de swap, previstos usando curvas de segurança do Tesouro do Estado que emite a moeda em que cada fluxo foi expresso, para desconto adicional ao valor atual, usando taxas de mercado de swap divulgadas pelas autoridades relevantes de cada país. A diferença entre as entradas e saídas de caixa representa o valor líquido do swap no fechamento em análise. | Curva do Índice Bancário de Referência (RBI) 3 meses.<br>Curva TES de cupom zero.<br>Curva LIBOR de Swap.<br>Curva de Títulos do Tesouro.<br>IPC 12 meses   |
| Instrumentos derivativos mensurados ao justo valor no resultado             | Nível 2           | Peso-dólar americano                                | A diferença é medida entre a taxa a termo acordada e a taxa a termo na data da avaliação relevante ao prazo remanescente do instrumento financeiro derivativo e descontada ao valor presente usando uma taxa de juros de cupom zero. A taxa a termo é determinada com base no preço médio cotado para o preço de fechamento nos dois sentidos ("bid" e "ask").                               | Taxa de câmbio peso/dólar americano estabelecida no contrato a termo. Taxa de câmbio representativa do mercado na data da avaliação. Pontos a termo do mercado a termo Peso-Dólar Americano na data de avaliação.<br>Número de dias entre a data de avaliação e a data de vencimento.<br>Taxa de juros de cupom zero. |
| Contratos de swap de derivativos denominados como instrumentos de hedge     | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | O valor justo é calculado com base nos fluxos de caixa futuros previstos das transações utilizando curvas de mercado e descontando-as ao valor presente, utilizando taxas de mercado de swap.  | Curvas de Swap calculadas pelo Representante do Mercado Financeiro Forex<br>Taxa de Câmbio (TRM)  |
| Responsabilidade de fidelização do cliente                                  | Nível 3           | Valor de mercado                                    | A responsabilidade de fidelidade do cliente é atualizada de acordo com o valor médio de mercado para os últimos 12 meses e o efeito da taxa de resgate esperada, determinada em cada transação do cliente.   | Número de pontos resgatados, expirados e emitidos.<br>Valor dos pontos.<br>Taxa de redenção esperada.   |
| Títulos emitidos  | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | Os fluxos de caixa futuros são descontados ao valor presente utilizando a taxa de mercado para títulos em condições similares na data da medição, de acordo com os dias de vencimento.   | IPC 12 meses  |
| Responsabilidades de arrendamento   | Nível 2           | Método dos fluxos de caixa descontados              | Os futuros fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são descontados à taxa de mercado para empréstimos em condições semelhantes na data de início do contrato, de acordo com o prazo mínimo irrevogável.  | Índice Bancário de Referência (RBI) + pontos-base de acordo com o perfil de risco.  |
| Opção de venda  | Nível 3           | Fórmula dada  | Medido pelo valor justo usando uma determinada fórmula de acordo com um contrato executado com interesses não-controladores do Grupo Disco, usando dados de entrada de nível 3.  | Lucro líquido dos Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2014 e 2015<br>Taxa de câmbio dólar americano - peso uruguaio na data da avaliação  |

| Nível hierárquico | Técnica de avaliação | Descrição da técnica de avaliação | Dados de entrada significativos |
|-------------------|----------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| <b>Passivo</b>    |                      |                                   |                                 |

Taxa de câmbio dólar americano-peso colombiano na data da avaliação  
Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.

Os dados de entrada não observáveis materiais e uma análise de sensibilidade de avaliação sobre a avaliação do "contrato de opção de venda" referem-se a:

|                | Dados de entrada não observáveis materiais  | Faixa (média ponderada) | Sensibilidade dos dados de entrada sobre a estimativa do justo valor  |
|----------------|---|-------------------------|---|
| Opção de venda | Lucro líquido da Supermercados Disco del Uruguay S.A. em 31 de dezembro de 2019             | \$102.115               | Um aumento significativo em qualquer dado de entrada considerado individualmente resultaria em uma medição significativamente maior do justo valor. |
|                | Ebitda da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidado em 12 meses                     | \$146.837               |   |
|                | Dívida líquida consolidada da Supermercados Disco del Uruguay S.A., consolidado em 12 meses | (\$131.523)             |   |
|                | Preço fixo do contrato  | \$454.431               |   |
|                | Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data da avaliação                           | \$37,31                 |   |
|                | Taxa de câmbio dólar americano-peso uruguaio na data da avaliação                           | \$3.277,14              |   |
|                | Total de ações da Supermercados Disco del Uruguay S.A.                                      | 443.071.575             |   |

A Controladora identifica se ocorreram transferências entre níveis de hierarquia de justo valor, através de uma mudança nas técnicas de avaliação, de forma sucinta que a nova medição é a imagem mais precisa do novo justo valor do ativo ou passivo avaliado.

Podem ocorrer mudanças nas hierarquias se novas informações estiverem disponíveis, certas informações utilizadas para avaliação não estiverem mais disponíveis, há mudanças que resultam na melhoria das técnicas de avaliação ou mudanças nas condições de mercado.

Não houve transferências entre as hierarquias de nível 1 e nível 2 durante o ano.

## **Nota 41. Ativos e passivos contingentes**

### **Nota 41.1. Ativos contingentes**

Nenhum ativo contingente material foi reconhecido pela Controladora e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### **Nota 41.2. Passivos contingentes**

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são:

- (a) Os seguintes procedimentos estão em andamento, buscando que a Controladora seja isenta do pagamento dos valores reclamados pela entidade reclamante:
- Discussão administrativa com DIAN no valor de \$27.360 (31 de dezembro de 2018 - \$18.483) referente ao aviso de exigência especial 112382018000126 de 17 de setembro de 2018, informando uma proposta de alteração da declaração de imposto de renda para 2015.
  - Resoluções por meio das quais a Direção Distrital de Impostos de Bogotá emitiu à Companhia um acordo oficial de revisão do imposto de indústria e comércio para os períodos bimestrais 4, 5 e 6 de 2011 com base em supostas imprecisões nos pagamentos, no valor de \$11.830 (31 de dezembro de 2018 - \$11.830).
  - As resoluções emitidas pela Direção Financeira Distrital de Bogotá por meio das quais a declaração de impostos da indústria e comércio da Empresa para os períodos bimestrais 2, 3, 4, 5 e 6 de 2012 foram alteradas com base na suposta inexatidão nos pagamentos, no valor de \$5.000 (31 de dezembro de 2018 - \$5.000).
  - Avaliação oficial nº 212 de 19 de junho de 2019 emitida pela Subdireção Oficial do Gabinete do Governador de Cundinamarca, por meio da qual tal autoridade definiu um retorno oficial em relação ao consumo de cervejas, sifões, refajos e misturas de cerveja com menos de 2,5 graus de álcool para o período de janeiro a dezembro de 2016 e cobrou uma multa de \$4.099 (31 de dezembro de 2018) por não ter apresentado o retorno.
  - Reclamação com base no não cumprimento das condições contratuais, pedindo indenização por danos decorrentes da compra e venda de um imóvel no valor de \$2.600 (31 de dezembro de 2018 - \$-).
  - Resoluções por meio das quais foi imposta uma penalidade com base na compensação inadequada do imposto de renda da Carulla Vivero S.A. 2008 no valor de \$1.088 (31 de dezembro de 2018 - \$1.088).
  - Resolução e autuação oficial impondo penalidades à Controladora com base em erros na auto-avaliação das contribuições ao Sistema de Previdência Social no valor de \$940 (31 de dezembro de 2018 - \$940).
- (b) Outros processos:
- Ação de responsabilidade civil da Controladora no valor de US\$1.800 (31 de dezembro de 2018 - US\$1.531) por supostos danos a um cliente nas instalações da loja Éxito Santa Marta.
- (c) Outros passivos contingentes:
- Em 1º de junho de 2017, a Controladora concedeu uma garantia em nome de sua subsidiária Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. no valor de US\$ 2.631 para cobrir um possível descumprimento de suas obrigações com um de seus principais fornecedores.
  - Em 15 de agosto de 2019 e 31 de outubro de 2018, a subsidiária Éxito Viajes y Turismo S.A.S. emitiu garantias no valor de US\$341 e US\$1.634, respectivamente, a certos fornecedores para proteção contra possível falha na emissão de bilhetes de viagem. As garantias emitidas totalizavam \$1.838 em 31 de dezembro de 2018.

Esses passivos contingentes, cuja natureza é a de passivos potenciais, não são reconhecidos na demonstração da posição financeira; em vez disso, são divulgados nas notas às demonstrações contábeis.

## Nota 42. Compensação de ativos e passivos financeiros

Segue um detalhe dos ativos e passivos financeiros que são mostrados compensados na demonstração da posição financeira:

| Ano  | Ativos financeiros   | Valor bruto de ativos financeiros reconhecidos | Valor bruto de passivos financeiros reconhecidos | Valor líquido de ativos financeiros reconhecidos |
|------|--|--|--|--|
| 2019 | Instrumentos financeiros derivativos e hedging (Nota 12) (1) | -  | -  | 23.833   |
| 2018 | Instrumentos financeiros derivativos e hedging (Nota 12) (1) | -  | -  | 188.837  |

| Ano  | Passivos financeiros   | Valor bruto de passivos financeiros reconhecidos | Valor bruto de ativos financeiros relacionados reconhecidos | Valor líquido de passivos financeiros reconhecidos |
|------|--|--|---|--|
| 2019 | Instrumentos financeiros derivativos e hedging (Nota 27) (1) | -  | -   | 15.354   |
|      | Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)               | 1.369.121  | 139.438   | 1.229.683  |
| 2018 | Instrumentos financeiros derivativos e hedging (Nota 27) (1) | -  | -   | 11.243   |
|      | Débitos comerciais e outras contas a pagar (2)               | 1.216.651  | 106.614   | 1.110.037  |

(1) A Controladora e suas subsidiárias realizam operações de derivativos e entram em contratos de "forward" e "swap" para se proteger contra flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros sobre contas a pagar e passivos financeiros. Tais itens são mensurados pelo justo valor. A Nota 40 revela o justo valor desses instrumentos financeiros. Para 2019, a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos compreende o valor intrínseco mais o valor temporário, razão pela qual o direito e a obrigação não podem ser individualizados.

(2) A Controladora e suas subsidiárias executaram contratos de compensação com fornecedores, decorrentes da aquisição de inventários. Tais itens são incluídos nas contas a pagar comerciais.

Nenhum valor não esclarecido relacionado a garantias ou outros instrumentos financeiros foi reconhecido na demonstração da posição financeira da Controladora e de suas subsidiárias.

## Nota 43. Dividendos declarados e pagos

Em 31 de dezembro de 2019

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 27 de março de 2019, declarou um dividendo de US\$ 139.706, equivalente a um dividendo anual de US\$ 312,12 por ação (\*), pagável em quatro parcelas trimestrais e exigível entre o sexto e décimo dia útil de abril, julho e outubro de 2019, e janeiro de 2020.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizaram \$131.967.

Os dividendos declarados e pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019 aos detentores de interesses não-controladores em subsidiárias são os seguintes

|  | Dividendos declarados | Dividendos pagos |
|--|-----------------------|------------------|
| Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (*)         | 90.225                | 5.870            |
| Patrimônio Autônomo Viva Malls                         | 20.834                | 20.834           |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.                           | 20.222                | 19.019           |
| Patrimônio Autônomo Viva Villavicencio                 | 7.564                 | 7.998            |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.                          | 3.831                 | 3.831            |
| Patrimônio Autônomo Centro Comercial                   | 3.522                 | 4.466            |
| Patrimônio Autônomo Viva Laureles                      | 1.566                 | 1.638            |
| Patrimônio Autônomo Centro Comercial Viva Barranquilla | 1.476                 | 3.355            |
| Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo                     | 1.392                 | 1.772            |
| Patrimônio Autônomo San Pedro Etapa I                  | 1.243                 | 1.418            |
| <b>Total</b>   | <b>151.875</b>        | <b>70.201</b>    |

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da oferta pública de ações mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

Em 31 de dezembro de 2018

A Assembleia Geral de Acionistas da Controladora, realizada em 23 de março de 2018, declarou um dividendo de US\$108.857, equivalente a um dividendo anual de US\$243,20 por ação (\*), pagável em quatro parcelas trimestrais e exigível entre o sexto e décimo dia útil de abril, julho e outubro de 2018, e janeiro de 2019.

(\*) Expresso em pesos colombianos.

Os dividendos pagos durante o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram \$87.072.

Os dividendos declarados e pagos durante o período anual findo em 31 de dezembro de 2018 aos proprietários de participações não-controladoras nas seguintes subsidiárias são:

|  | Dividendos<br>declarados | Dividendos<br>pagos |
|--|--------------------------|---------------------|
| Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (*)         | 157.393                  | 184.497             |
| Grupo Disco del Uruguay S.A.                           | 22.310                   | 12.024              |
| Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio                 | 7.894                    | 4.900               |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial                   | 2.704                    | 1.878               |
| Éxito Viajes y Turismo S.A.S.                          | 2.457                    | 2.457               |
| Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo                     | 2.316                    | 1.919               |
| Patrimonio Autónomo Viva Malls                         | 2.223                    | 10.123              |
| Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla | 2.017                    | 2.817               |
| Patrimonio Autónomo Viva Laureles                      | 1.617                    | 1.557               |
| Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I                  | 1.028                    | 802                 |
| Éxito Industrias S.A.S.                                | 76                       | 76                  |
| Patrimonio Autónomo Viva Palmas                        | -                        | 604                 |
| <b>Total</b>   | <b>202.035</b>           | <b>223.654</b>      |

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da oferta pública de ações mencionada na Nota 1, (a) a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Companhia, (b) o Casino Guichard-Perrachon S.A. deixou de ser a entidade controladora para se tornar uma empresa do Grupo Casino.

#### Nota 44. Locações

##### Nota 44.1. Locações financeiras quando a Controladora e suas subsidiárias são as locatárias

A Controladora e suas subsidiárias firmaram contratos de locação financeira do ativo imobilizado. O total das prestações mínimas e seus valores presentes nos contratos de locação financeira são os seguintes:

|  | 31 de dezembro de<br>2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Até um ano   | 3.819                     | 3.932                     |
| De 1 a 5 anos  | 6.784                     | 10.628                    |
| <b>Prestações mínimas nos contratos de locação financeira</b>        | <b>10.603</b>             | <b>14.560</b>             |
| Despesas de financiamento futuro                                     | (570)                     | (1.223)                   |
| <b>Total de prestações líquidas mínimas nas locações financeiras</b> | <b>10.033</b>             | <b>13.337</b>             |

Nenhuma prestação contingente foi reconhecida em renda durante o período.

##### Nota 44.2. Locações operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são as locatárias

Em 31 de dezembro de 2018 a Controladora e suas subsidiárias tinham locações operacionais como locatária, principalmente relacionadas com estabelecimentos comerciais, veículos e máquinas. Durante 2019, tais contratos de arrendamento foram contabilizados conforme exigido pela IFRS 16, que foi adotada retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os contratos que continuam a ser reconhecidos como arrendamentos operacionais referem-se a arrendamentos cujos ativos subjacentes são ativos de baixo custo, tais como móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos e equipamentos de escritório, contratos de arrendamento relativos a todos os ativos subjacentes com prazo inferior a um ano, e contratos de arrendamento sobre ativos intangíveis, que foram excluídos das exigências da IFRS 16. O arrendamento de lojas com uma prestação variável de aluguel também é reconhecido como arrendamento operacional e está excetuado das exigências da IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2019, a despesa e o custo do arrendamento decorrente dos contratos de arrendamento operacional reconhecidos no resultado foi de \$23.831 (31 de dezembro de 2018 - \$35.725).

#### Nota 44.3. Locações operacionais quando a Controladora e suas subsidiárias são os arrendadoras

A Controladora e suas subsidiárias assinaram contratos de locação operacional de propriedades de investimento. O total de prestações mínimas futuras segundo contratos de locação operacional irrevogáveis para os períodos de relatório são:

|   | 31 de dezembro de<br>2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Até um ano  | 150,683                   | 164,310                   |
| De 1 a 5 anos   | 207,459                   | 177,057                   |
| Mais de 5 anos  | 241,973                   | 216,218                   |
| <b>Total de prestações mínimas segundo locações operacionais irrevogáveis</b> | <b>600,115</b>            | <b>557,585</b>            |

A Controladora e suas subsidiárias fizeram uma análise e concluíram que os contratos de arrendamento operacional não podem ser cancelados durante seu prazo de vigência. É necessário o acordo prévio das partes para rescindir, e é necessário um pagamento mínimo de cancelamento que varia de 1 a 12 prestações mensais, ou uma porcentagem fixa sobre o prazo restante.

Em 31 de dezembro de 2019, a receita dos arrendamentos reconhecidos na receita totalizou \$286.008 (31 de dezembro de 2018 - \$241.451) incluindo a receita do arrendamento de propriedade de investimento no valor de \$244.318 (31 de dezembro de 2018 - \$239.851). As prestações contingentes incluídas na receita dos arrendamentos totalizaram \$157.869 (31 de dezembro de 2018 - \$153.730).

#### Nota 45. Sazonalidade de operações

Os ciclos operacionais da Controladora e de suas subsidiárias indicam certa sazonalidade nos resultados operacionais e financeiros; para a Controladora e suas subsidiárias colombianas, há uma concentração durante o último trimestre do ano, principalmente por causa do Natal e dos "Dias de Preços Especiais", que é o segundo evento promocional mais importante do ano; para as subsidiárias estrangeiras, há uma concentração durante o primeiro semestre do ano, principalmente por causa dos carnavais e da Páscoa, e durante o último trimestre do ano, por causa do Natal.

#### Nota 46. Informações sobre segmentos operacionais

Para fins organizacionais e administrativos, até 30 de setembro de 2019 a Controladora e suas subsidiárias estão concentradas em sete segmentos operacionais divididos em quatro segmentos geográficos: Colômbia (Éxito, Carulla, Surtimax-Súper Inter e B2B), Brasil (Food), Uruguai e Argentina. Para cada um desses segmentos havia informações financeiras que eram utilizadas de forma contínua pela alta administração para a tomada de decisões sobre as operações, alocação de recursos monetários e abordagem estratégica.

Como resultado da decisão de vender as ações detidas pela Controladora na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, conforme mencionado na Nota 1.2, no futuro a operação no Brasil não será considerada um segmento operacional. Além disso, esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019.

O total de ativos e passivos por segmento não são especificamente reportados internamente para fins administrativos e, conseqüentemente, não são divulgados no âmbito da IFRS 8 – Segmentos operacionais.

Como resultado do exposto acima, os segmentos relatáveis incluem o desenvolvimento das seguintes atividades:

##### Colômbia:

- Éxito: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob a bandeira Éxito.
- Carulla: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob o banner Carulla.
- Surtimax-Súper Inter: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo, com lojas sob as bandeiras Surtimax e Súper Inter.
- B2B: Os produtos e serviços mais significativos neste segmento vêm exclusivamente das atividades de varejo no formato B2B e com lojas sob o banner Surti atacadista.

##### Argentina:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento decorrem exclusivamente das atividades de varejo na Argentina, com lojas sob as bandeiras Libertad e Mini Libertad.

##### Uruguai:

- Os produtos e serviços mais significativos neste segmento decorrem exclusivamente das atividades de varejo no Uruguai, com lojas sob as bandeiras Disco, Devoto e Géant.

As políticas contábeis dos segmentos a serem relatados são as mesmas que as políticas contábeis da Controladora descritas na Nota 4.

A Controladora divulga informações por segmento de acordo com a IFRS 8 - Segmentos operacionais, que são definidos como um componente de uma entidade com informações financeiras separadas avaliadas pela alta administração em uma base contínua.

As vendas a varejo por cada um dos segmentos para os períodos anuais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

| Segmento geográfico                | Segmento operacional | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 |
|------------------------------------|----------------------|---|---|
| Colômbia                           | Éxito                | 7.644.593                                   | 7.258.985                                   |
|                                    | Carulla              | 1.552.076                                   | 1.519.237                                   |
|                                    | Surtimax-Súper Inter | 1.200.891                                   | 1.290.234                                   |
|                                    | B2B                  | 632.283                                     | 535.155                                     |
| Argentina                          |                      | 925.062                                     | 1.036.864                                   |
| Uruguai                            |                      | 2.554.885                                   | 2.544.430                                   |
| <b>Total de vendas</b>             |                      | <b>14.509.790</b>                           | <b>14.184.905</b>                           |
| Eliminações                        |                      | (5.944)                                     | (8.552)                                     |
| <b>Total consolidado (Nota 31)</b> |                      | <b>14.503.846</b>                           | <b>14.176.353</b>                           |

Seguem informações adicionais por segmento geográfico:

|                                  | Em 31 de dezembro de 2019 |               |            |             |                 |             |
|----------------------------------|---------------------------|---------------|------------|-------------|-----------------|-------------|
|                                  | Colômbia                  | Argentina (1) | Uruguai(1) | Total       | Eliminações (2) | Total       |
| Vendas a varejo                  | 11.029.843                | 925.062       | 2.554.885  | 14.509.790  | (5.944)         | 14.503.846  |
| Margem comercial                 | 2.757.850                 | 329.853       | 869.860    | 3.957.563   | (3.457)         | 3.954.106   |
| Total de despesas<br>recorrentes | (2.197.115)               | (310.611)     | (682.409)  | (3.190.135) | 3.536           | (3.186.599) |
| ROI                              | 560.735                   | 19.242        | 187.451    | 767.428     | 79              | 767.507     |
| Ebitda recorrente                | 1.007.467                 | 34.172        | 238.064    | 1.279.703   | 79              | 1.279.782   |

|                                  | Em 31 de dezembro de 2018 |               |            |             |                 |             |
|----------------------------------|---------------------------|---------------|------------|-------------|-----------------|-------------|
|                                  | Colômbia                  | Argentina (1) | Uruguai(1) | Total       | Eliminações (2) | Total       |
| Vendas a varejo                  | 10.603.611                | 1.036.864     | 2.544.430  | 14.184.905  | (8.552)         | 14.176.353  |
| Margem comercial                 | 2.630.181                 | 385.099       | 868.617    | 3.883.897   | (3.449)         | 3.880.448   |
| Total de despesas<br>recorrentes | (2.127.177)               | (351.630)     | (682.312)  | (3.161.119) | 3.450           | (3.157.669) |
| ROI                              | 503.004                   | 33.469        | 186.305    | 722.778     | 1               | 722.779     |
| Ebitda recorrente                | 933.607                   | 46.102        | 235.489    | 1.215.198   | 1               | 1.215.199   |

(1) Para fins de informação, as empresas não operacionais (holdings que detêm participações nas empresas operacionais) são alocadas por segmentos para a área geográfica a que pertencem as empresas operacionais. Caso uma holding detenha participações em várias empresas operacionais, ela é alocada para a empresa operacional mais significativa.

(2) Refere-se aos saldos das operações realizadas entre segmentos, que são eliminados no processo de consolidação de demonstrações contábeis.

#### Nota 47. Política de gerenciamento de risco financeiro

Os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias são classificados de acordo com sua natureza, características e o propósito para o qual foram adquiridos ou emitidos.

A Controladora e suas subsidiárias mantêm instrumentos medidos em justo valor através da receita, com o objetivo de detê-los para investimento ou gerenciamento de risco no caso de instrumentos financeiros derivativos não classificados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa.

A Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos apenas como uma medida de defesa positiva contra riscos identificados. O total de ativos e passivos subjacentes sob contratos de instrumentos financeiros está limitado ao montante de ativos e passivos reais que envolvem um risco subjacente. O único objetivo das operações com instrumentos financeiros derivativos é reduzir a exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio e manter uma estrutura adequada da posição financeira.



Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias são representados por:

|  | 31 de dezembro de<br>2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| <b>Ativos financeiros</b>                              |                           |                           |
| Capital circulante líquido (Nota 7)                    | 2.562.674                 | 5.973.680                 |
| Créditos comerciais e outras contas a receber (Nota 8) | 414.231                   | 1.135.551                 |
| Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10) (1)  | 55.044                    | 160.036                   |
| Outros ativos financeiros (Nota 12)                    | 91.566                    | 895.279                   |
| <b>Total de ativos financeiros</b>                     | <b>3.123.515</b>          | <b>8.164.546</b>          |
| <b>Passivos financeiros</b>                            |                           |                           |
| Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 23) (1)     | 80.995                    | 236.698                   |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar (Nota 24)   | 4.662.915                 | 13.157.794                |
| Passivos financeiros (Nota 20)                         | 660.353                   | 6.924.670                 |
| Passivos de arrendamento (Nota 25)                     | 1.530.231                 | 5.435.708                 |
| Outros passivos financeiros (Nota 27)                  | 115.241                   | 3.620.280                 |
| <b>Total de passivos financeiros</b>                   | <b>7.049.735</b>          | <b>29.375.150</b>         |
| <b>Exposição (passivo) líquida</b>                     | <b>(3.926.220)</b>        | <b>(21.210.604)</b>       |

(1) Operações com partes relacionadas referem-se a operações entre a Controladora e seus associados, joint ventures e outras partes relacionadas, e são realizadas de acordo com os preços gerais do mercado, termos e condições.

#### Considerações sobre fatores de risco que podem influenciar os negócios da Controladora

##### Estrutura geral de gerenciamento de risco

A Controladora implementou um sistema de Gerenciamento de Risco Abrangente que cobre os vários níveis de gerenciamento de risco: estratégico, tático ou empresarial e operacional.

Atividades, funções e responsabilidades são definidas no modelo de gerenciamento de risco implementado pela Controladora e endossado pelo Comitê de Auditoria e Risco, no contexto das diretrizes da política de risco.

Durante 2019, uma alteração da matriz de risco estratégico foi submetida à consideração com base na atualização da estratégia da Controladora, que foi submetida a mudanças nas categorias de risco, criação de uma categoria adicional relacionada com o cumprimento da proteção de dados pessoais e mudanças na qualificação da matriz. Os riscos neste nível foram revisados pelo Comitê de Auditoria e Risco e endossados pelo Conselho de Administração.

De acordo com essa arquitetura de controle, foram implementados controles em todos os níveis, processos e áreas da Controladora, através de um conjunto de princípios, regulamentos, procedimentos e mecanismos de verificação e avaliação definidos.

Alguns dos mecanismos de monitoramento implementados para alcançar os objetivos de controle são:

- O programa de autocontrole, que permite uma auto-avaliação dos riscos mais críticos e controles-chave, realizada semestralmente pelos líderes do processo, e uma definição de planos de ação corretiva onde quer que os desvios sejam identificados.
- Um processo de conformidade a partir do qual o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o programa de transparência e o sistema de proteção de dados pessoais são gerenciados de forma abrangente.
- Relatórios periódicos de gerenciamento de risco.
- E todos os outros sistemas de controle gerenciados a partir dos vários processos que fazem a primeira e a segunda linha de defesa.

Órgãos de informação sobre gerenciamento de risco e sistema de controle interno:

- Em um nível estratégico: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Risco, Comitê de Presidência e Comitê de Alta Direção.
- Em um nível tático: Responsáveis Empresariais e Comitê Interno de Risco.
- Em nível operacional: Proprietários de processos através de autocontrole.

A auditoria interna, de forma independente e objetiva, conduziu uma avaliação baseada no risco, focada no cumprimento das metas comerciais, focada na melhoria do gerenciamento, controle e governança do risco para os processos, sistemas e/ou projetos mais significativos da Controladora.

O Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Risco, supervisionou os processos de informação e relatórios financeiros; gestão abrangente do gerenciamento de risco; sistema e arquitetura de controle interno, incluindo monitoramento das atividades da Auditoria Interna e da Auditoria Estatutária; conformidade com as regras aplicáveis à Controladora, programa de transparência, sistema de proteção de dados pessoais e sistema de prevenção e controle de lavagem de dinheiro e financiamento ou terrorismo. Também as operações entre partes relacionadas e a resolução de conflitos de interesses entre a alta administração e o Conselho de Administração foram submetidas à consideração do Comitê de Auditoria.

##### Gerenciamento de risco financeiro

Além dos instrumentos derivativos, os passivos financeiros mais significativos da Controladora incluem dívidas, obrigações de arrendamento financeiro e empréstimos com juros, contas a pagar comerciais e outras contas a pagar. O principal objetivo de tais passivos é financiar as operações da Controladora e de suas subsidiárias e manter níveis adequados de capital de giro e dívida financeira líquida.

Os ativos financeiros mais significativos da Controladora e de suas subsidiárias incluem empréstimos, devedores comerciais e outras contas a receber, dinheiro e colocações de curto prazo diretamente resultantes de operações do dia-a-dia. A Controladora e suas subsidiárias também têm outros investimentos classificados como ativos financeiros medidos em justo valor, que, de acordo com o modelo de negócio, têm efeitos na receita do período ou em outro resultado abrangente. Além disso, outros direitos podem surgir de operações com instrumentos derivativos e serão contabilizados como ativos financeiros.

A Controladora e suas subsidiárias estão expostas a riscos de mercado, crédito e liquidez. A Controladora e suas subsidiárias monitoram a forma como tais riscos são gerenciados, através dos órgãos relevantes da organização projetados para tal fim. O escopo das atividades do Conselho de Administração inclui um comitê financeiro que supervisiona tais riscos financeiros e a estrutura corporativa de gerenciamento de riscos financeiros mais apropriada. Os comitês financeiros apoiam a administração da Controladora e de suas subsidiárias na medida em que as atividades de assunção de riscos financeiros se enquadram na estrutura aprovada de políticas e procedimentos corporativos, e que tais riscos financeiros são identificados, medidos e gerenciados de acordo com tais políticas corporativas.

O gerenciamento de riscos financeiros relacionados a todas as operações com instrumentos derivativos é realizado por equipes de especialistas com as habilidades e experiência necessárias, que são supervisionados pela estrutura organizacional. De acordo com as políticas corporativas da Controladora e de suas subsidiárias, nenhuma operação com instrumentos derivativos pode ser realizada apenas para especulação. Mesmo que modelos de hedge contábil nem sempre sejam aplicados, os derivativos são negociados com base em um elemento subjacente que de fato requer tal hedge de acordo com análises internas.

O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas aplicáveis para gerenciar cada um desses riscos, que são resumidas a seguir:

a. Risco de crédito

Um risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Controladora e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito.

Capital circulante líquido

O risco de crédito decorrente de saldos com bancos e entidades financeiras é gerenciado de acordo com as políticas corporativas definidas para esse fim. Os fundos excedentes são investidos somente com contrapartes aprovadas pelo Conselho de Administração e dentro das jurisdições previamente estabelecidas. A administração revisa continuamente as condições financeiras gerais das contrapartes, avaliando os quocientes financeiros mais significativos e as classificações de mercado.

Créditos comerciais e outras contas a receber

O risco de crédito associado aos créditos comerciais é baixo dado que a maioria das vendas da Controladora e suas subsidiárias são vendas à vista (dinheiro e cartões de crédito) e as atividades de financiamento são conduzidas sob acordos comerciais que reduzem a exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco. Além disso, existem departamentos administrativos de cobrança que monitoram permanentemente os índices, números, comportamentos de pagamento e modelos de risco de cada terceiro.

Não há créditos comerciais que individualmente sejam equivalentes ou superiores a 5% das contas a receber ou vendas, respectivamente.

Garantias

A Controladora e suas subsidiárias não concedem garantias, garantias ou cartas de crédito, nem emitem títulos preenchidos ou em branco, ou outros ônus ou direitos contingentes em favor de terceiros. Excepcionalmente, podem impor ônus, dependendo da relevância do negócio, do valor do passivo contingente e do benefício para a Controladora ou suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora executou uma nota promissória em branco em favor de um terceiro que é fiador da Almacenes Exito Inversiones S.A. no valor de \$2.631 para cobrir uma possível falha no cumprimento.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo sobre a receita da empresa ou sobre o valor dos instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a lucratividade.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros é o risco de que o justo valor dos ativos e passivos financeiros, ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, fluam devido às mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Controladora e seus subsidiários ao risco de taxa de juros está principalmente relacionada a obrigações de dívida incorridas a taxas de juros variáveis ou indexadas a um índice fora do controle da Controladora e suas subsidiárias.

A maioria das obrigações financeiras da Controladora e suas subsidiárias são indexadas a taxas variáveis de mercado. Para gerenciar o risco, a Controladora e suas subsidiárias executam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (swaps de taxas de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob os quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

#### Risco de moeda

O risco cambial é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição da Controladora e de suas subsidiárias ao risco cambial está ligada a operações de passivo em moeda estrangeira associadas a passivos de longo prazo e às atividades operacionais da Controladora e de suas subsidiárias (sempre que as receitas e despesas forem denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional), bem como aos investimentos líquidos da Companhia em subsidiárias estrangeiras.

A Controladora e suas subsidiárias gerenciam o risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (nomeadamente forwards e swaps) onde quer que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade.

Sempre que a natureza do hedge não for econômica, a política da Controladora e suas subsidiárias é negociar as condições dos instrumentos derivativos de tal forma que eles se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que são o objetivo do hedge, buscando maximizar a eficácia na exposição a tais variáveis. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como operações de hedge; entretanto, a política da Controladora e de suas subsidiárias não é tocar operações apenas para especulação e, conseqüentemente, mesmo que não classificadas como contabilidade de hedge, os instrumentos financeiros derivativos estão associados a um elemento subjacente e a um valor notional que expõe a Companhia a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Controladora e suas subsidiárias haviam coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

#### Risco do preço das ações

O capital social emitido, o prêmio na emissão ou colocação de ações e todas as outras reservas patrimoniais atribuíveis aos acionistas da entidade controladora estão incluídos para fins de administração do preço das ações da Controladora. O principal objetivo de administrar o patrimônio líquido da Controladora é maximizar o valor para os acionistas.

A Controladora administra sua estrutura acionária e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Controladora também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar aportes de capital ou emitir novas ações.

#### c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que a Controladora e suas subsidiárias enfrentaram para cumprir suas obrigações associadas aos passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Controladora para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela sempre terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto em circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas aceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A Controladora e suas subsidiárias gerenciam riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

O objetivo da Controladora e suas subsidiárias é manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as necessidades, linhas de crédito não utilizadas disponíveis em instituições financeiras e arrendamentos financeiros, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2019 aproximadamente 36% da dívida da Controladora e suas subsidiárias vencem em menos de um ano (31 de dezembro de 2018 - 27%) levando em consideração o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis de acompanhamento.

O saldo do principal do crédito em consórcio em dólares americanos no valor de US\$ 450 milhões obtido em dezembro de 2017, o crédito no valor de \$158.380 obtido em abril de 2017, o saldo do empréstimo bancário atual no valor de \$535.616 e o saldo do empréstimo bancário não corrente no valor de \$1.167.535 foram reembolsados antecipadamente pela Controladora em dezembro de 2019.

A Controladora e suas subsidiárias tiveram como baixa a concentração do risco de liquidez sem grande restrição para o pagamento de passivos financeiros vencendo dentro de doze meses do fechamento do período anual encerrado em 31 de dezembro de 2019. O acesso às fontes de financiamento está devidamente assegurado.

A tabela a seguir mostra um perfil de vencimentos dos passivos financeiros da Controladora e de suas subsidiárias com base em pagamentos contratuais não descontados decorrentes dos acordos relevantes.

| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b>              | <b>Menos de 1</b> | <b>De 1 a 5</b> | <b>Mais de 5</b> | <b>Total</b>   |
|---|-------------------|-----------------|------------------|----------------|
|   | <b>ano</b>        | <b>anos</b>     | <b>anos</b>      |                |
| Financiamento do arrendamento mercantil bruto | 3.819             | 6.784           | -                | 10.603         |
| Outro passivo contratual relevante            | 226.612           | 42.484          | -                | 269.096        |
| <b>Total</b>                                  | <b>230.431</b>    | <b>49.268</b>   | <b>-</b>         | <b>279.699</b> |

| <b>Em 31 de dezembro de 2018</b>              | <b>Menos de 1</b> | <b>De 1 a 5</b>  | <b>Mais de 5</b> | <b>Total</b>     |
|---|-------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | <b>ano</b>        | <b>anos</b>      | <b>anos</b>      |                  |
| Financiamento do arrendamento mercantil bruto | 3.932             | 10.628           | -                | 14.559           |
| Outro passivo contratual relevante            | 4.895.470         | 3.581.745        | 1.122.903        | 9.600.118        |
| <b>Total</b>                                  | <b>4.899.402</b>  | <b>3.592.373</b> | <b>1.122.903</b> | <b>9.614.677</b> |

#### Análise de sensibilidade para balanços de 2019

Do ponto de vista estatístico, a empresa avaliou as mudanças potenciais nas taxas de juros de passivos financeiros e outros passivos contratuais significativos.

Pressupondo a completa normalidade e considerando uma variação de 10% nas taxas de juros, três cenários foram avaliados:

- Cenário I: Últimas taxas de juros conhecidas no fechamento de 2018.

- Cenário II: Um aumento de 0,4134% é assumido para a Taxa de Referência Bancária e um aumento de 0,1763% é assumido para a LIBOR a 90 dias.

Todos os aumentos sobre a última taxa de juros publicada.

- Cenário III: Uma redução de 0,4134% é assumida para a Taxa de Referência Bancária e uma redução de 0,1763% é assumida para a LIBOR a 90 dias.

Todas as reduções sobre a mais recente taxa de juros publicada.

A análise de sensibilidade não resultou em variação significativa entre os três cenários e, conseqüentemente, eles não são perceptíveis quando os arredondamentos atingem milhões. As mudanças potenciais são as seguintes:

| Operações                 | Risco                         | Saldo em 31<br>de dezembro<br>de 2019 | Previsão de mercado |                |                |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|---------------------|----------------|----------------|
|                           |                               |                                       | Cenário I           | Cenário II     | Cenário III    |
| Empréstimos               | Alterações nas taxas de juros | 260.606                               | 260.592             | 260.882        | 260.302        |
| Arrendamentos financeiros | Alterações nas taxas de juros | 10.033                                | 9.970               | 9.993          | 9.946          |
| <b>Total</b>              |                               | <b>270.639</b>                        | <b>270.562</b>      | <b>270.875</b> | <b>270.248</b> |

#### d. Apólices de seguro

Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora e suas subsidiárias adquiriram as seguintes apólices de seguro para mitigar os riscos associados a toda a operação:

| Linhas de cobertura de seguros                                    | Limites de cobertura  | Cobertura   |
|---|---|---|
| Todos os riscos, danos e lucros cessantes                         | De acordo com o valor de substituição e reconstrução, com um limite máximo de responsabilidade para cada apólice.                                   | Perdas ou danos súbitos e imprevistos e danos incidentais sofridos por bens cobertos, diretamente decorrentes de qualquer evento não expressamente excluído. Cobre edifícios, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, bens, equipamentos eletrônicos, melhorias nas instalações, perda de lucros e outros bens do segurado. |
| Transporte de mercadorias e recursos                              | De acordo com a declaração de valores transportados e um limite máximo por despacho. Os limites e sublimites diferenciais se aplicam por cobertura. | Bens e bens de propriedade do segurado que estão em trânsito, inclusive aqueles sobre os quais tem interesse segurável.   |
| Responsabilidade civil de terceiros                               | Os limites e sublimites diferenciais se aplicam por cobertura.  | Cobre os danos a terceiros no desenvolvimento da operação.  |
| Seguro de responsabilidade civil dos diretores e dos conselheiros | Os limites e sublimites diferenciais se aplicam por cobertura.  | Abrange sinistros contra diretores e conselheiros decorrentes de erro ou omissão durante o mandato.   |
| Fraude e riscos financeiros                                       | Os limites e sublimites diferenciais se aplicam por cobertura.  | Perda de dinheiro ou títulos em instalações ou em trânsito.<br>Conduta dolosa de funcionários que resulte em perda financeira.  |
| Seguro de vida em grupo e seguro de acidentes pessoais            | O valor segurado está relacionado ao número de salários definidos pela Empresa.   | Morte e incapacidade total e permanente decorrente de eventos naturais ou acidentais.   |
| Veículos  | Há um teto definido para cada cobertura   | Responsabilidade civil de terceiros.<br>Perda total e parcial - Danos.<br>Perda total e parcial - Roubo<br>Terremoto<br>Outras coberturas, conforme descritas na apólice  |
| Risco cibernético   | Os limites e sublimites diferenciais se aplicam por cobertura.  | Perdas diretas decorrentes de acesso malicioso à rede e perdas indiretas de responsabilidade de terceiros cujos dados pessoais tenham sido afetados por um evento coberto pela apólice.   |

e. Instrumentos financeiros derivativos

Como mencionado acima, a Controladora e suas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos para cobrir a exposição ao risco, com o objetivo principal de cobrir a exposição ao risco de taxa de juros e risco cambial, transformando a dívida financeira em taxas de juros fixas e taxas de câmbio domésticas.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de referência desses contratos era de USD 266,85 milhões e EUR 2,45 milhões (31 de dezembro de 2018 - USD 838,09 milhões e 54,35 milhões de euros). Tais operações são geralmente contratadas sob condições idênticas em relação a valores, prazos e custos de transação e, de preferência, com as mesmas instituições financeiras, sempre de acordo com os limites e políticas da Controladora e de suas subsidiárias.

De acordo com as políticas da Controladora e de suas subsidiárias, as trocas podem ser adquiridas com restrição, com autorização prévia da Controladora e suas subsidiárias.

A Controladora e suas subsidiárias projetaram e implementaram controles internos para garantir que essas operações sejam realizadas em conformidade com as políticas previamente definidas.

f. Justo valor de instrumentos financeiros derivativos

O justo valor dos instrumentos financeiros derivativos é estimado sob o modelo de previsão de fluxo de caixa operacional, usando curvas de segurança do tesouro público em cada país e descontando-as ao valor atual, usando taxas de mercado para swaps conforme divulgado pelas autoridades relevantes em tais países.

Os valores de mercado dos swaps foram obtidos pela aplicação de taxas de câmbio de mercado válidas na data das informações financeiras interinas disponíveis, e as taxas são previstas pelo mercado com base nas curvas de desconto de moeda. Uma convenção de 365 dias consecutivos foi utilizada para calcular o cupom das posições indexadas em moeda estrangeira.

#### Nota 48. Ativo não circulante e passivo mantido para negociação e operações descontinuadas

##### Ativo não circulante e passivo mantido para negociação

A partir de junho de 2018, a Controladora iniciou um plano de venda de certos imóveis para estruturar projetos que permitissem utilizar tais propriedades imobiliárias, aumentar o preço potencial de venda futura e gerar recursos para a Controladora. Consequentemente, certos ativos imobiliários e certas propriedades de investimento foram classificados como ativos não circulante detidos para negociação.

Com base na aprovação concedida pela Assembleia Geral de Acionistas ao Conselho de Administração a respeito da venda da participação indireta da Controladora nas subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A., o saldo de tais investimentos realizados nessas subsidiárias foi classificado como ativo não circulante detido para negociação em 30 de setembro de 2019. Posteriormente, tal participação indireta foi vendida em 27 de novembro de 2019.

O saldo de passivo não circulante detido para negociação, incluído no demonstrativo da posição financeira, é o seguinte

|                                  | 31 de dezembro de<br>2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|----------------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Ativo imobilizado (2)            | 27.773                    | 51.577                        |
| Propriedade de investimento (3)  | 10.155                    | 10.119                        |
| Ativo da Via Varejo S.A. (1) (4) | -                         | 23.511.145                    |
| <b>Total</b>                     | <b>37.928</b>             | <b>23.572.841</b>             |

O saldo de passivo não circulante mantido para negociação, incluído na demonstração da posição financeira, é o seguinte:

|                            | 31 de dezembro de<br>2019 | 31 de dezembro de<br>2018 (1) |
|----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Passivo da Via Varejo S.A. | -                         | 19.618.293                    |
| <b>Total</b>               | <b>-</b>                  | <b>19.618.293</b>             |

(1) Os números diferem dos apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada por esta subsidiária a partir de 1º de janeiro de 2019. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

(2) Representa os seguintes bens:

|                              | 31 de dezembro<br>de 2019 | 31 de dezembro<br>de 2018 |
|------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Terreno e projeto Hotel Cota | 16.489                    | 16.489                    |
| Lote Villa Maria             | 11.284                    | -                         |
| Lote NAR (a)                 | -                         | 20.546                    |
| Lote Paraná (b)              | -                         | 9.301                     |
| Lote John Boyd (b)           | -                         | 5.241                     |
| <b>Total</b>                 | <b>27.773</b>             | <b>51.577</b>             |

(2) A diminuição é porque os ativos da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD não foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2019, pois esta subsidiária foi vendida em 27 de novembro de 2019. Em 30 de setembro de 2019 os saldos haviam sido reclassificados para passivo não circulante mantido para negociação.

(b) Terrenos vendidos durante 2019.

(2) Representa os seguintes bens:

|   | 30 de setembro<br>de 2019 | 31 de dezembro de<br>2018 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Lote La Secreta (terreno)                       | 5.960                     | 5.960                     |
| Instalações comerciais (edifício) Kennedy       | 1.640                     | 1.640                     |
| Instalações comerciais (terreno) Kennedy        | 1.229                     | 1.229                     |
| Lote Casa Vizcaya (terreno)                     | 595                       | 595                       |
| Instalações comerciais (edifício) Pereira Plaza | 556                       | 556                       |
| Lote La Secreta (construção em andamento)       | 175                       | 139                       |
| <b>Total</b>                                    | <b>10.155</b>             | <b>10.119</b>             |

(3) Os ativos e passivos da Via Varejo S.A. foram vendidos em 15 de junho de 2019.

A Controladora e suas subsidiárias acreditam que estes ativos serão vendidos em 2020.

Nenhuma receita ou despesa foi reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente relacionado com o grupo de ativos para alienação.

#### Operações descontinuadas

Com base no exposto acima, considerando a venda em 27 de novembro de 2019 da participação indireta detida pela Controladora na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e nas subsidiárias Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A., os lucros acumulados dessas subsidiárias em 30 de novembro de 2019 são apresentados na demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2019 sob o lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e suas subsidiárias.

Em agosto de 2019, a Controladora decidiu encerrar a operação comercial da subsidiária Gemex O&W S.A.S. Com base nesta decisão, os lucros acumulados desta subsidiária em 30 de setembro de 2019 são mostrados na demonstração de resultados consolidada abaixo do lucro líquido das operações descontinuadas, como um item separado de outros lucros consolidados da Controladora e suas subsidiárias.

O efeito de tais operações descontinuadas na demonstração de resultados consolidada é o seguinte:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2019 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro<br>de 2018 (1) |
|---|---|---|
| Ganhos líquidos da Via Varejo S.A. (Nota 48.1) (1)                          | 510.072                                     | 93.248  |
| Lucro líquido da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (Nota 48.2) (1) | 276.229                                     | 934.342   |
| (Perda) líquida da Gemex O & W S.A.S. (Nota 48.3)                           | (11.463)                                    | (12.826)  |
| <b>Ganho líquido das operações descontinuadas</b>                           | <b>774.838</b>                              | <b>1.014.764</b>                                |

(1) Os números diferem dos apresentados em 31 de dezembro de 2018 devido aos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva da IFRS 16 - Arrendamentos, adotada por esta subsidiária a partir de 1º de janeiro de 2019. As diferenças estão detalhadas na Nota 52.

#### **Nota 48.1. Via Varejo S.A.**

Em 23 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD aprovou que o Conselho de Administração iniciasse o processo de venda da participação na Via Varejo S.A., em linha com sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do segmento alimentício.

De acordo com a IFRS 5 - Ativo não circulante mantido para negociação e Operações Descontinuadas, a Controladora é de opinião que, dado o esforço aplicado, a venda foi altamente provável, o que envolveu a apresentação dos resultados líquidos da Via Varejo S.A. (e de sua subsidiária Cnova Comercio Electronico S.A.) após os impostos em uma única linha na demonstração de resultados e os saldos de ativos e passivos como mantidos para operações comerciais e descontinuadas.

Como resultado dos esforços aplicados durante mais de um ano, finalmente os ativos e passivos da Via Varejo S.A. disponíveis para venda foram vendidos em 15 de junho de 2019.

Os efeitos da venda dos ativos e passivos da Via Varejo S.A. são:

|  |                |
|--|----------------|
| Preço de venda                             | 2.132.244      |
| Custo das vendas                           | (1.629.872)    |
| <b>Resultado da operação descontinuada</b> | <b>502.372</b> |

O resultado líquido da venda da operação descontinuada é atribuível a:

|  |              |
|--|--------------|
| Proprietários da entidade controladora | <b>9.929</b> |
| Participações não-controladoras        | 492.443      |

Segue o resultado da operação descontinuada da Via Varejo S.A.:

|  | <b>1 de janeiro a<br/>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>1 de janeiro a<br/>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
|--|--|--|
| Resultado líquido da operação descontinuada          | 7.700  | 93.248   |
| Resultado líquido da venda da operação descontinuada | 502.372  | -  |
| <b>Ganho líquido total da operação descontinuada</b> | <b>510.072</b>                                       | <b>93.248</b>  |
| <b>O lucro é atribuível a:</b>                       |  |  |
| <b>Proprietários da entidade controladora</b>        | <b>3.671</b>   | <b>(1.966)</b>                                       |
| Participações não-controladoras                      | 506.401  | 95.214   |

Segue um resumo dos fluxos de caixa da operação com desconto da Via Varejo S.A.:

|   | <b>1 de janeiro a<br/>31 de dezembro<br/>de 2019</b> | <b>1 de janeiro a<br/>31 de dezembro<br/>de 2018</b> |
|---|--|--|
| Fluxo de caixa líquido (usado em) atividades operacionais     | (2.182.437)  | 683.537  |
| Fluxo de caixa líquido (usado em) atividades de investimento  | (193.443)  | (479.533)  |
| Fluxo de caixa líquido (usado em) atividades de financiamento | (538.169)  | (80.464)   |
| Diferença de conversão  | (66.114)   | (221.634)  |
| <b>Desenvolvimento líquido do capital circulante líquido</b>  | <b>(2.980.163)</b>                                   | <b>(98.094)</b>                                      |

#### **Nota 48.2. Companhia Brasileira de Distribuição – CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.**

Em 12 de setembro de 2019, a Assembleia Geral de Acionistas endossou a autorização dada pelo Conselho de Administração à oferta apresentada pelo Cassino Guichard-Perrachon S.A. em relação à compra da participação indireta e ao controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S. A. Com base nessa aprovação, os ativos e passivos dessas subsidiárias foram classificados como ativo não circulante detido para negociação e o lucro líquido após os impostos foram apresentados como lucro líquido de operações descontinuadas na demonstração de resultados. A oferta foi realizada posteriormente, em 27 de novembro de 2019, e as ações que a Controladora detinha indiretamente na subsidiária operacional Companhia Brasileira de Distribuição - CBD e nas subsidiárias holding Ségisor S.A. y Wilkes Participações S.A. foram então vendidas.

Os efeitos da venda dos ativos e passivos das operações descontinuadas Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. são:

|  |                 |
|--|-----------------|
| Preço de venda   | 4.027.576       |
| Custo das ações  | (4.040.628)     |
| <b>(Resultado) da venda de ações</b>                                     | <b>(13.052)</b> |
| Resultado da conversão em Pesos colombianos do produto da venda de ações | 24.972          |
| (Resultado) da cobertura dos fluxos de caixa fornecidos pela conversão   | (9.600)         |
| <b>Resultado líquido da venda da operação descontinuada</b>              | <b>2.320</b>    |

O resultado líquido da venda da operação descontinuada é atribuível a:

|   |              |
|---|--------------|
| <b>Proprietários da entidade controladora</b> | <b>2.320</b> |
| Participações não controladoras               | -            |

Segue o resultado da operação descontinuada da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.:

|  | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b> | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018</b> |
|--|--|--|
| Resultado líquido da operação descontinuada          | 289.281                                      | 934.342                                      |
| (Resultado) da venda de ações                        | (13.052)                                     | -  |
| <b>Ganho líquido total da operação descontinuada</b> | <b>276.229</b>                               | <b>934.342</b>                               |
| <b>O lucro é atribuível a:</b>                       |  |  |
| <b>Proprietários da entidade controladora</b>        | <b>25.277</b>                                | <b>162.498</b>                               |
| Participações não-controladoras                      | 250.952                                      | 771.844                                      |

Segue o resultado da operação descontinuada da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.:

|  | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b> | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018</b> |
|--|--|--|
| Receita das atividades ordinárias  | 32.778.161                                   | 40.141.725                                   |
| Custo das vendas   | (25.698.830)                                 | (30.716.831)                                 |
| <b>Lucro bruto</b>   | <b>7.079.331</b>                             | <b>9.424.894</b>                             |
| Despesas de distribuição, administração e vendas                               | (5.808.880)                                  | (7.307.554)                                  |
| Ganho com investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | (7.368)                                      | 22.958                                       |
| Outras (despesas) receitas líquidas  | (176.074)                                    | (30.374)                                     |
| <b>Lucro das atividades operacionais</b>                                       | <b>1.087.009</b>                             | <b>2.109.924</b>                             |
| Receitas e despesas financeiras líquidas                                       | (610.924)                                    | (829.472)                                    |
| <b>Lucro antes do imposto de renda</b>   | <b>476.085</b>                               | <b>1.280.452</b>                             |
| Impostos (despesas)  | (186.804)                                    | (346.110)                                    |
| <b>Lucro líquido do período da operação descontinuada</b>                      | <b>289.281</b>                               | <b>934.342</b>                               |

Segue um resumo do fluxo de caixa da operação descontinuada da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A.:

|   | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b> | <b>1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018</b> |
|---|--|--|
| Fluxo de caixa líquido (usado em) atividades operacionais                 | (525.046)                                    | 2.318.529                                    |
| Fluxo de caixa líquido (usado em) atividades de investimento              | (223.750)                                    | (1.817.338)                                  |
| Fluxos de caixa líquidos proporcionados pelas atividades de financiamento | 7.668.301                                    | 24.280                                       |
| Diferença de conversão  | (35.882)                                     | (222.125)                                    |
| <b>Desenvolvimento líquido do capital circulante líquido</b>              | <b>6.883.623</b>                             | <b>303.346</b>                               |

#### **Nota 48.3. Gemex O & W S.A.S.**

Em agosto de 2019 a administração da Controladora decidiu reorganizar as atividades da subsidiária Gemex O & W S.A.S. Como parte de tal reorganização, esta subsidiária cessou suas atividades comerciais e operacionais relacionadas com a venda direta de produtos através de catálogos de vendas.

De acordo com a IFRS 5 - Ativo não circulante mantido para Negociação e Operações Descontinuadas, a descontinuidade desta operação envolve a apresentação do lucro líquido após os impostos da subsidiária Gemex O & W S.A.S. como um item do lucro líquido das operações descontinuadas na demonstração de resultados.



Segue o resultado da operação descontinuada da Gemex O & W S.A.S.:

|   | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Receita das atividades ordinárias                           | 15.006                                | 24.418                                |
| Custo das vendas  | (12.208)                              | (13.107)                              |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>2.798</b>                          | <b>11.311</b>                         |
| Despesas de distribuição, administração e vendas            | (8.867)                               | (16.510)                              |
| Outras (despesas) receitas, líquidas                        | (708)                                 | (75)                                  |
| <b>(Perda) das atividades operacionais</b>                  | <b>(6.777)</b>                        | <b>(5.274)</b>                        |
| Receitas e despesas financeiras líquidas                    | (4.449)                               | (1.682)                               |
| <b>(Perda) antes do imposto de renda</b>                    | <b>(11.226)</b>                       | <b>(6.956)</b>                        |
| Impostos (despesas)   | (237)                                 | (5.870)                               |
| <b>(Perda) líquida do período da operação descontinuada</b> | <b>(11.463)</b>                       | <b>(12.826)</b>                       |
| <b>(Perda) atribuível a:</b>                                |                                       |                                       |
| <b>Proprietários da entidade controladora</b>               | <b>(9.751)</b>                        | <b>(10.902)</b>                       |
| Participações não-controladoras                             | (1.712)                               | (1.924)                               |

Segue um resumo do fluxo de caixa da operação descontinuada da Gemex O & W S.A.S.:

|   | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 | 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Fluxos de caixa líquidos (usados em) gerados por atividades operacionais    | (333)                                 | 399                                   |
| Fluxos de caixa líquidos gerados por (usados em) atividades de investimento | 285                                   | (376)                                 |
| Fluxos de caixa líquidos gerados por atividades de financiamento            | 1                                     | 4                                     |
| <b>Desenvolvimento líquido do capital circulante líquido</b>                | <b>(47)</b>                           | <b>27</b>                             |

#### **Nota 49. Fatos e circunstâncias que estendem a mais de um ano o período de venda das propriedades de investimento detidas para negociação**

##### Progresso no processo de venda

Em 31 de dezembro de 2019, fatores externos fora do controle da Controladora relacionados com a retração geral da dinâmica do mercado imobiliário, bem como o fracasso em conseguir ofertas que fossem razoáveis e de benefício para a Controladora fizeram com que a administração reconsiderasse o cronograma original de vendas cuja conclusão estava prevista para o primeiro semestre de 2019.

Alguns dos fatores externos que influenciaram o cronograma de operações de venda no fechamento de 31 de dezembro de 2019 foram:

- Durante o final de 2018, o ambiente político nacional resultante das eleições nacionais mais polarizadas da história recente do país, ou seja, as eleições para o Congresso Nacional em 11 de março de 2018 e as eleições presidenciais em 27 de maio de 2018 (primeiro turno) e em 17 de junho de 2018 (segundo turno), resultou na incerteza geral dos investidores e na diminuição do apetite dos investidores por propriedades imobiliárias.
- Os indicadores econômicos relevantes para a construção conforme preparados pelo Departamento Nacional de Estatística (DANE, por sua sigla em espanhol) evidenciaram que no fechamento de 2018 o setor atingiu um fraco crescimento de 0,3% em relação a 2017, e cresceu apenas 0,9% durante o último trimestre de 2018.
- O início de 2019 não foi positivo; o mercado imobiliário esperava sinais de recuperação e particularmente a indústria da construção; a dinâmica geral se contraiu e resultou em uma diminuição das propostas de potenciais investidores dispostos a adquirir ativos. Durante o primeiro trimestre de 2019, a indústria contraiu ainda mais (-5,6%) em relação ao mesmo período de 2018 (-0,9%). De acordo com estudos econômicos da Câmara Colombiana da Construção - CAMACOL, mesmo que a concessão de licenças habitacionais e outras licenças de construção tenha se recuperado lentamente em 1,2% em comparação ao primeiro trimestre de 2018, uma redução significativa (-11,8%) foi transportada para frente.
- Nem os Indicadores Econômicos em torno da Construção (IEAC) elaborados pelo Departamento Nacional de Estatística - DANE foram encorajadores, pois mostraram que durante o primeiro trimestre de 2019 (janeiro a março), o PIB a preços constantes cresceu 2,8% em comparação com o mesmo trimestre de 2018; no entanto, uma diminuição de 5,6% no valor agregado do segmento de construção foi identificada ao analisar o resultado do valor agregado por grandes segmentos da indústria. Tal resultado é explicado principalmente pela variação negativa anual nos subsegmentos de construção de edifícios residenciais e não residenciais (-8,8%) e pelo valor agregado de atividades especializadas (-5,9%).

Desde junho de 2018, as ações tomadas pela Controladora para realizar a venda de ativos imobiliários têm sido concretas e focadas em cada imóvel, buscando garantir a viabilidade da venda, assegurar que o imóvel seja curado e obter propostas econômicas de valor agregado.

Na busca deste esforço, a Controladora contratou corretores independentes que se juntaram às equipes internas de especialistas no potencial do mercado. Os desenvolvimentos são os seguintes:

- (a) Lote La Secreta: negociado com o comprador para entrega durante o primeiro trimestre de 2020.
- (b) Kennedy Trade Premises: o varejista independente foi contratado e está em processo de oferecer a propriedade ao atual arrendador em busca dos direitos preferenciais sob o contrato de arrendamento.
- (c) Pereira Plaza Trade Premises: em processo de análise das ofertas apresentadas pelas partes interessadas.
- (d) Terreno e projeto do Hotel Cota: análise das ofertas dos interessados em processo.
- (e) Lote Casa Vizcaya: negociado com o comprador para entrega durante o primeiro trimestre de 2020.

A Controladora continua fortemente comprometida com o processo de venda de tais bens.

## **Nota 50. Fatos Relevantes**

### **Em 31 de dezembro de 2019**

#### Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia foi realizada em 28 de março de 2019, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de demonstrações contábeis consolidadas separadas e demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

#### Venda da Via Varejo S.A.

Como resultado dos esforços feitos durante mais de um ano, em 15 de junho de 2019 os ativos e passivos da Via Varejo S.A, classificados como ativos mantidos para negociação, foram vendidos. Os efeitos desta transação são divulgados na Nota 48.1.

#### Proposta de aquisição da participação da Controladora na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição -CBD por sua entidade controladora Casino Guichard-Perrachon S.A.

Em 24 de julho de 2019, como parte de seu plano de simplificação da estrutura de investimentos, a Cassino Guichard-Perrachon S.A. apresentou à Controladora uma proposta de compra, através da Segisor S.A., da participação indireta e controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD a um preço fixado a partir de R\$ 109,00 por ação.

#### Oferta Pública de Aquisição de sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Em 24 de julho de 2019, a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD emitiu, através de uma de suas subsidiárias, uma oferta pública de aquisição de 100% das ações de sua Controladora Almacenes Éxito S.A., ao preço de \$18.000 (\*) por ação.

Esta oferta pública de aquisição deverá ser apresentada à Superintendência Financeira Colombiana sobre a qual a Controladora aprovou a oferta da Casino Guichard-Perrachon S.A. para comprar a participação indireta e o controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD.

(\*) Expresso em Pesos colombianos.

#### Início do processo de avaliação da venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição -CBD

O Comitê de Auditoria e Risco da Controladora se reuniu em 30 de julho de 2019 para iniciar o processo de avaliação da venda da participação indireta e controle da Companhia Brasileira de Distribuição -CBD, de acordo com os termos da proposta de compra apresentada pela Casino Guichard-Perrachon S.A. Assessores e consultores financeiros independentes foram nomeados como parte do processo para analisar a proposta de compra e apresentar recomendações à Diretoria da Controladora até 31 de agosto de 2019.

#### Emenda à proposta de aquisição da participação detida pela Companhia na subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição -CBD por sua entidade controladora Casino Guichard-Perrachon S.A.

Em 19 de agosto de 2019, a Cassino Guichard-Perrachon S.A. apresentou à Controladora uma nova oferta emenda que foi originalmente apresentada em 24 de julho de 2019 em relação à compra da participação indireta e controle sobre sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A. O novo preço oferecido é de R\$ 113 por ação, convertido em dólares americanos à taxa de câmbio média dos 30 dias ordinários que terminam no quinto dia do calendário anterior ao fechamento da transação.

#### Conclusão do processo de avaliação da venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição -CBD

Em 26 de agosto de 2019, o Comitê de Auditoria e Risco da Controladora emitiu uma avaliação positiva ao Conselho de Administração a respeito da oferta apresentada pela Casino Guichard-Perrachon S.A. referente à compra de R\$ 113 por ação da participação indireta e controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A., com o fundamento de que a oferta atende aos padrões, princípios e critérios estabelecidos pela Política de Operações com Partes Relacionadas da Companhia, diretrizes corporativas e a lei.

#### Convocação para uma sessão extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas

Em 27 de agosto de 2019, e como resultado da avaliação positiva do Comitê de Auditoria e Risco da Controladora a respeito da oferta apresentada pela Cassino Guichard-Perrachon S.A. sobre a compra da participação indireta e controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A., o Conselho de Administração e o CEO da Companhia convocaram uma reunião extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 12 de setembro de 2019.

#### Autorização para aceitar a oferta de venda das ações detidas na Companhia Brasileira de Distribuição - CBD

Em 12 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Controladora realizou uma reunião para deliberar e avaliar os termos e condições da oferta apresentada pelo Casino Guichard-Perrachon S.A. em relação à compra da participação indireta e ao controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.

Como parte do processo de deliberação e avaliação dos termos e condições da oferta, a Diretoria levou em consideração a avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria e Risco e os pareceres de consultores independentes retidos pela Controladora, bem como os princípios e critérios estabelecidos pela Política de Operações com Partes Relacionadas, e outros aspectos como a classificação da transação em avaliação, o preço, a coincidência com as condições de mercado e a conveniência da transação para a Controladora.

Com base na análise realizada, o Conselho de Administração adotou a avaliação, conclusões e recomendações do Comitê de Auditoria e Risco da Controladora em relação à transação, uma vez que o Conselho considerou que a transação atende aos padrões, princípios e critérios estabelecidos pela Política de Operações com Partes Relacionadas da Controladora, diretrizes corporativas e a lei, e conseqüentemente propôs a aprovação da mesma pela Assembleia Geral de Acionistas.

Com base no acima exposto, o Conselho de Administração aprovou a transação e autorizou o CEO e os representantes legais da Controladora a entrar e executar, sem limitação de valores, todas as ações necessárias para concluir a transação.

#### Sessão Extraordinária da Assembleia Geral de Acionistas

Durante uma sessão extraordinária realizada em 12 de setembro de 2019, a Assembleia Geral de Acionistas da Controladora decidiu, entre outros, sobre os seguintes assuntos:

- Autorizou o Conselho de Administração da Controladora a deliberar e decidir sobre a autorização para aprovar a oferta apresentada pela Casino Guichard- Perrachon S.A. relativa à compra da participação indireta e ao controle da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.
- Aprovou a autorização do Conselho de Administração da oferta apresentada pela Casino Guichard-Perrachon S.A. referente à compra da participação indireta e controle sobre a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.
- Autorizou o CEO e outros representantes legais da Controladora a entrar e executar, sem limitações quanto aos valores, todas as ações necessárias para concluir a transação.

#### Classificação da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD como um ativo não circulante detido para negociação

Com base na aprovação concedida pela Assembleia Geral de Acionistas ao Conselho de Administração a respeito da venda da participação indireta nas subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A., o saldo de tais investimentos realizados nessas subsidiárias foi classificado como ativo não circulante mantido para negociação em 30 de setembro de 2019.

#### Apresentação à Superintendência Financeira Colombiana da Oferta Pública de Aquisição da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD das ações da Sociedade

Em 19 de outubro de 2019, a Sendas Distribuidora S.A., subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, publicou na Colômbia o primeiro edital de oferta pública de aquisição de ações da Controladora.

Quando da publicação de tal edital, após a autorização concedida em 17 de outubro de 2019 pela Superintendência Financeira Colombiana, e conforme previsto nas seções 6.2.1 e 6.2.2 do contrato de compra e venda de ações celebrado com o Casino Guichard-Perrachon S.A. em 12 de setembro de 2019, relativo à compra da participação indireta e do controle da controlada Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S. A, o acordo de acionistas francês, o acordo de acionistas com a Wilkes e o acordo de acionistas com a CBD terminaram automaticamente sem mais formalidades, com a consequência de que a partir de 17 de outubro de 2019 a Companhia entregou o controle indireto que detinha sobre a subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A.

#### Venda da subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição– CBD

Em 27 de novembro de 2019, a Controladora vendeu sua participação indireta nas subsidiárias Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, Ségisor S.A. e Wilkes Participações S.A. Os efeitos de tal transação são divulgados na Nota 48.2.

#### Aceitação da oferta pública de aquisição.

Em 27 de novembro de 2019, com base nos resultados da OPA de 24 de julho de 2019, a Sendas Distribuidora S.A., subsidiária da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, tornou-se a entidade controladora da Controladora com uma participação de 96,57% em seu capital social.

Devido a tal mudança de controle, e com base na regulamentação comercial colombiana, a Controladora caiu em razão de sua dissolução, já que mais de 95% de seu capital social pertence a um único acionista. A Controladora tem um prazo de 18 meses para superar esta situação, a partir da data em que foi criada.

#### Investigação na Via Varejo S.A.

Conforme divulgado na Nota 48.1, em 15 de junho de 2019 a Controladora, através de sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD (\*), vendeu a participação de 6,778% que detinha na subsidiária Via Varejo S.A. Os lucros acumulados desta controlada foram apresentados na demonstração do resultado consolidado sob o resultado líquido das operações descontinuadas, como item separado do resultado consolidado da Controladora e suas subsidiárias, e os ativos e passivos foram apresentados na demonstração da posição financeira consolidada como parte do ativo não circulante mantido para negociação e passivo não circulante mantido para negociação, como itens separados de outros ativos e passivos consolidados da Controladora e suas subsidiárias, conforme requerido pelo IFR5.

Em 12 de dezembro de 2019, a Via Varejo S.A. publicou um fato relevante e comunicou que, durante a segunda fase de uma investigação independente realizada em resposta a reclamações anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis, o Comitê de Investigações informou a administração sobre a constatação de indícios de fraude e deficiências nos controles internos que poderiam resultar em erros materiais em suas demonstrações contábeis. Com base neste relatório, o Comitê de Investigações nomeado pela Via Varejo S.A. definiu uma terceira fase da investigação para continuar avaliando o efeito dos possíveis ajustes nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, o processo para identificar o efeito dos ajustes contábeis não foi concluído.

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, e como resultado da OPA mencionada na Nota 1, a Companhia Brasileira de Distribuição - CBD deixou de ser uma subsidiária para se tornar a entidade controladora da Controladora.

#### **Em 31 de dezembro de 2018**

##### Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia foi realizada em 23 de março de 2018, para deliberar, entre outros tópicos, sobre a aprovação do Relatório da Administração, aprovação de consolidadas separadas e demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas.

##### Venda de participação no capital da Via Varejo S.A.

Em 21 de dezembro de 2018 foi alcançado um acordo para vender 3,86% da participação no capital da Via Varejo S.A. através de uma transação de troca de retorno total (TRS). Através desta transação, os valores recebidos estão sujeitos a ajustes posteriores da revenda posterior das ações no mercado durante o prazo do contrato.

##### Contribuição aos Centros Comerciais Patrimônio Autônomo Viva

Em 28 de dezembro de 2018, a Controladora fez uma contribuição adicional dos seguintes bens ao Patrimônio Autônomo Viva Malls, como parte do memorando de entendimento executado em 23 de dezembro de 2016 com o Fondo Inmobiliario Colombia:

##### Participações fiduciárias:

- Patrimônio Autônomo Viva Villavicencio,
- Patrimônio Autônomo Centro Comercial,
- Patrimônio Autônomo Viva Sincelejo, and
- Patrimônio Autônomo San Pedro Etapa I.

##### Propriedade imobiliária:

- Lote Sincelejo, e
- Propriedade Fontibón

Com as contribuições mencionadas, a Controladora continua sendo a fiduciária com 51% de participação no Patrimônio Autônomo Viva Malls, mas mudou sua participação na contribuição Patrimônios de 51% para 26,01%.

### **Nota 51. Eventos após o período do relatório**

Nenhum evento ocorreu após a data do período do relatório que envolva mudanças significativas na Controladora e suas subsidiárias.

### **Nota 52. Informações sobre a adoção do IFRS 16**

A Controladora e suas subsidiárias começaram a aplicar a IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma exige o reconhecimento de um ativo com direito de uso e de um passivo de arrendamento.

Os ativos de direitos de uso são ativos que representam o direito da Controladora e suas subsidiárias como arrendatários de usar um ativo subjacente durante o prazo de um contrato de arrendamento. O passivo representa pagamentos futuros nos termos do contrato de arrendamento.

A Controladora e suas subsidiárias optaram por aplicar o padrão retrospectivamente, como se ele tivesse sido aplicado a partir da data de início de todos os contratos de arrendamento. Para fins de comparação, a Controladora e suas subsidiárias prepararam as demonstrações contábeis de períodos anteriores, incluindo os efeitos da adoção da IFRS 16.

Como resultado da adoção:

- Foram reconhecidos os bens de direito de uso;
- Os passivos do arrendamento foram reconhecidos;
- As despesas de arrendamento foram eliminadas (pagamentos fixos sob contratos de arrendamento);
- A depreciação dos direitos de uso foi reconhecida;
- As despesas com juros foram reconhecidas na mensuração dos passivos do leasing usando o método dos juros efetivos.
- Pagamentos fixos efetuados e novas emendas ao contrato de arrendamento foram reconhecidos no passivo do arrendamento.
- Foram reconhecidos os efeitos no imposto diferido decorrente de diferenças temporárias resultantes do reconhecimento de direitos de uso e obrigações de arrendamento.

Os efeitos mostrados na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 são:

|  | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 | Diferença        |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| <b>Ativo circulante</b>  |                                       |                                       |                  |
| Capital circulante líquido   | 5.973.680                             | 5.973.680                             |                  |
| Créditos comerciais e outras contas a receber                        | 1.000.267                             | 1.000.298                             | (31) (1)         |
| Despesas pagas antecipadamente                                       | 143.889                               | 156.829                               | (12.940) (2)     |
| Contas a receber de partes relacionadas                              | 131.720                               | 131.720                               |                  |
| Estoques   | 6.720.396                             | 6.720.396                             |                  |
| Outros ativos financeiros  | 141.214                               | 141.214                               |                  |
| Ativos fiscais   | 724.290                               | 724.290                               |                  |
| Ativo não circulante mantido para negociação                         | 23.572.841                            | 20.289.112                            | 3.283.729 (3)    |
| <b>Total ativo circulante</b>  | <b>38.408.297</b>                     | <b>35.137.539</b>                     | <b>3.270.758</b> |
| <b>Ativo não circulante</b>  |                                       |                                       |                  |
| Créditos comerciais e outras contas a receber                        | 135.284                               | 135.284                               |                  |
| Despesas pagas antecipadamente                                       | 14.751                                | 59.912                                | (45.161) (2)     |
| Contas a receber de partes relacionadas                              | 28.316                                | 28.316                                |                  |
| Outros ativos financeiros  | 754.065                               | 754.065                               |                  |
| Ativo imobilizado líquido  | 12.317.515                            | 12.334.581                            | (17.066) (4)     |
| Propriedades de investimento líquidas                                | 1.633.625                             | 1.633.625                             |                  |
| Direitos de uso líquidos   | 5.141.400                             | -                                     | 5.141.400 (5)    |
| Ágio   | 5.436.868                             | 5.436.868                             |                  |
| Ativos intangíveis líquidos, além do Ágio                            | 5.199.801                             | 5.767.176                             | (567.375) (6)    |
| Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | 804.400                               | 814.039                               | (9.639) (7)      |
| Ativos fiscais   | 2.302.451                             | 2.302.451                             |                  |
| Ativos fiscais diferidos   | 133.991                               | 67.512                                | 66.479 (8)       |
| Outros ativos não financeiros  | 398                                   | 398                                   |                  |
| <b>Total do ativo não circulante</b>                                 | <b>33.902.865</b>                     | <b>29.334.227</b>                     | <b>4.568.638</b> |
| <b>Total do ativo</b>  | <b>72.311.162</b>                     | <b>64.471.766</b>                     | <b>7.839.396</b> |
| <b>Passivo circulante</b>  |                                       |                                       |                  |
| Contas a pagar a partes relacionadas                                 | 236.698                               | 236.698                               |                  |
| Passivos financeiros   | 2.291.116                             | 2.320.200                             | (29.084) (9)     |
| Benefícios para os empregados  | 3.657                                 | 3.657                                 |                  |
| Outras provisões   | 36.997                                | 36.997                                |                  |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar                           | 13.117.074                            | 13.226.708                            | (109.634) (10)   |
| Passivos de arrendamento   | 858.349                               | -                                     | 858.349 (5)      |
| Passivos fiscais   | 298.699                               | 298.699                               |                  |
| Outros passivos financeiros  | 1.037.191                             | 1.037.191                             |                  |
| Outros passivos não financeiros                                      | 338.735                               | 338.735                               |                  |
| Passivo não circulante mantido para negociação                       | 19.618.293                            | 16.458.772                            | 3.159.521 (3)    |
| <b>Total do passivo circulante</b>                                   | <b>37.836.809</b>                     | <b>33.957.657</b>                     | <b>3.879.152</b> |
| <b>Passivo não circulante</b>  |                                       |                                       |                  |
| Passivo financeiro   | 4.633.554                             | 4.732.106                             | (98.552) (9)     |
| Benefícios para os empregados  | 27.680                                | 27.680                                |                  |
| Outras provisões   | 2.330.648                             | 2.330.648                             |                  |
| Débitos comerciais e outras contas a pagar                           | 40.720                                | 40.720                                |                  |
| Passivos de arrendamento   | 4.577.359                             | -                                     | 4.577.359 (5)    |
| Passivos fiscais diferidos   | 1.409.857                             | 1.433.191                             | (23.334) (8)     |
| Passivos fiscais   | 397.014                               | 397.014                               |                  |
| Outros passivos financeiros  | 2.583.089                             | 2.583.089                             |                  |
| Outros passivos não financeiros                                      | 11.963                                | 11.963                                |                  |
| <b>Total do passivo não circulante</b>                               | <b>16.011.884</b>                     | <b>11.556.411</b>                     | <b>4.455.473</b> |
| <b>Total do passivo</b>  | <b>53.848.693</b>                     | <b>45.514.068</b>                     | <b>8.334.625</b> |
| <b>Patrimônio líquido</b>  | <b>18.462.469</b>                     | <b>18.957.698</b>                     | <b>(495.229)</b> |
| <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>                         | <b>72.311.162</b>                     | <b>64.471.766</b>                     | <b>7.839.396</b> |



- (4) O ajuste representa a reclassificação para direitos de uso de certos ativos e sua depreciação acumulada que costumava ser devidamente reconhecida como ativo imobilizado relacionado com os contratos de arrendamento financeiro. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|   | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Terrenos                                  | 2.406.067                             | 2.406.067                             |
| Edifícios (1)                             | 4.131.398                             | 4.167.695                             |
| Máquinas e equipamentos                   | 2.893.704                             | 2.893.704                             |
| Móveis e utensílios                       | 1.659.721                             | 1.659.721                             |
| Bens em construção                        | 213.271                               | 213.271                               |
| Instalações                               | 845.833                               | 845.833                               |
| Melhorias nas propriedades de terceiros   | 5.452.094                             | 5.452.094                             |
| Veículos                                  | 21.631                                | 21.631                                |
| Computadores                              | 813.358                               | 813.358                               |
| Outro ativo imobilizado                   | 183.281                               | 183.281                               |
| <b>Total do ativo imobilizado</b>         | <b>18.620.358</b>                     | <b>18.656.655</b>                     |
| Depreciação acumulada                     | (6.299.910)                           | (6.319.141)                           |
| Perda por redução ao valor recuperável    | (2.933)                               | (2.933)                               |
| <b>Total do ativo imobilizado líquido</b> | <b>12.317.515</b>                     | <b>12.334.581</b>                     |

- (5) O ajuste se refere ao reconhecimento dos direitos de uso e a uma responsabilidade de arrendamento.
- (6) O ajuste a estas contas decorre da reclassificação para direitos de uso de ativos intangíveis diferentes do ágio e sua amortização acumulada que representou custos necessários para obter contratos de arrendamento que devem ser considerados na mensuração do direito de uso. Além disso, também surge da classificação como direitos de uso de certos programas de computador e sua amortização. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|   | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Marcas  | 3.237.799                             | 3.237.799                             |
| Software de computador                                      | 1.331.389                             | 1.460.509                             |
| Direitos  | 1.315.083                             | 1.861.168                             |
| Ativos intangíveis relacionados ao cliente                  | 32.711                                | 32.711                                |
| Outros  | 84                                    | 84                                    |
| <b>Total do custo dos ativos intangíveis, exceto o ágio</b> | <b>5.917.066</b>                      | <b>6.592.271</b>                      |
| Amortização acumulada                                       | (717.265)                             | (825.095)                             |
| <b>Total de ativos intangíveis líquidos, exceto o ágio</b>  | <b>5.199.801</b>                      | <b>5.767.176</b>                      |

- (7) O ajuste representa o reconhecimento dos efeitos da aplicação desta norma sobre o patrimônio líquido dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

| Sociedade  | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.   | 203.704                               | 203.704                               |
| Cnova N.V.   | 425.935                               | 435.574                               |
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda.                                  | 169.161                               | 169.161                               |
| Puntos Colombia S.A.S.   | 5.600                                 | 5.600                                 |
| <b>Total de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial</b> | <b>804.400</b>                        | <b>814.039</b>                        |

- (8) O ajuste representa os efeitos sobre o imposto diferido da diferença temporária resultante do reconhecimento de direitos de uso e obrigações de arrendamento. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|                    | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 |                                  | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |                               |
|--------------------|---------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
|                    | Ativos fiscais<br>diferidos           | Passivos<br>fiscais<br>diferidos | Ativos fiscais<br>diferidos           | Passivos fiscais<br>diferidos |
| Segmento Colômbia  | 107.997                               | -                                | 41.518                                | -                             |
| Segmento Uruguai   | 25.994                                | -                                | 25.994                                | -                             |
| Segmento Argentina | -                                     | (117.218)                        | -                                     | (117.218)                     |
| Segmento Brasil    | -                                     | (1.292.639)                      | -                                     | (1.315.973)                   |
| <b>Total</b>       | <b>133.991</b>                        | <b>(1.409.857)</b>               | <b>67.512</b>                         | <b>(1.433.191)</b>            |



(9) O ajuste representa a reclassificação para locação financeira de passivos em relação a certos contratos sobre ativos que foram devidamente reclassificados como locações financeiras. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|   | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Empréstimos bancários                             | 1.845.638                             | 1.845.638                             |
| Opção de venda                                    | 435.023                               | 435.023                               |
| Arrendamento financeiro                           | 3.839                                 | 32.923                                |
| Cartas de crédito                                 | 6.616                                 | 6.616                                 |
| <b>Total do passivo financeiro circulante</b>     | <b>2.291.116</b>                      | <b>2.320.200</b>                      |
| Empréstimos bancários                             | 4.624.057                             | 4.624.056                             |
| Arrendamento financeiro                           | 9.497                                 | 108.050                               |
| <b>Total do passivo financeiro não circulante</b> | <b>4.633.554</b>                      | <b>4.732.106</b>                      |

(10) O ajuste a essas contas decorre da reclassificação para passivos de pagamento fixo de contratos de arrendamento. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|  | 31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Fornecedores   | 11.165.524                            | 11.262.261                            |
| Benefícios para os empregados                              | 819.985                               | 819.985                               |
| Custos e despesas a pagar                                  | 449.734                               | 449.734                               |
| Dividendos a pagar   | 54.781                                | 54.781                                |
| Imposto retido na fonte a recolher                         | 67.831                                | 67.831                                |
| Compra de ativos   | 212.719                               | 212.719                               |
| Impostos a recolher  | 54.078                                | 54.078                                |
| Aquisição de empresas                                      | 33.550                                | 33.550                                |
| Outros   | 258.872                               | 271.769                               |
| <b>Total de débitos comerciais e outras contas a pagar</b> | <b>13.117.074</b>                     | <b>13.226.708</b>                     |

Os efeitos mostrados na demonstração de resultados para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 | Diferença        |
|---|---|---|------------------|
| <b>Operações contínuas</b>  |   |   |                  |
| Receita de atividades ordinárias segundo contratos com clientes   | 55.036.170  | 55.036.170  |                  |
| Custo das vendas  | (41.719.518)  | (41.768.641)  | 49.123 (11)      |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>13.316.652</b>                                       | <b>13.267.529</b>                                       | <b>49.123</b>    |
| Despesas de distribuição  | (5.154.174)   | (5.481.496)   | 327.322 (11)     |
| Despesas administrativas e de vendas  | (742.226)   | (758.317)   | 16.091 (11)      |
| Despesas com benefícios aos empregados  | (4.613.300)   | (4.613.300)   |                  |
| Outras receitas operacionais  | 123.714   | 123.714   |                  |
| Outras despesas operacionais  | (287.618)   | (287.618)   |                  |
| Outras (perdas) líquidas  | 93.338  | 86.715  | 6.623 (12)       |
| <b>Lucro das atividades operacionais</b>  | <b>2.736.386</b>  | <b>2.337.227</b>  | <b>399.159</b>   |
| Receita financeira  | 620.963   | 619.533   | 1.430            |
| Despesas financeiras  | (2.005.209)   | (1.453.455)   | (551.754) (13)   |
| Participação dos lucros em coligadas e joint ventures contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. | 63.474  | 67.168  | (3.694) (14)     |
| <b>Lucro das operações contínuas antes do imposto de renda</b>  | <b>1.415.614</b>  | <b>1.570.473</b>  | <b>(154.859)</b> |
| Despesas tributárias  | (296.181)   | (338.441)   | 42.260 (15)      |
| <b>Lucro líquido do período de operações contínuas</b>  | <b>1.119.433</b>  | <b>1.232.032</b>  | <b>(112.599)</b> |
| Lucro líquido do período de operações descontinuadas  | 93.249  | (59.088)  | 152.336          |
| <b>Lucro líquido do período</b>   | <b>1.212.682</b>  | <b>1.172.944</b>  | <b>39.737</b>    |
| <b>Lucro atribuível aos acionistas da entidade controladora</b>   | <b>253.168</b>  | <b>279.403</b>  | <b>(26.236)</b>  |

(11) O ajuste se refere ao desreconhecimento dos pagamentos fixos nos contratos de arrendamento e ao reconhecimento da depreciação dos direitos de uso. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Custo das vendas:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Custo das mercadorias vendidas   | 41.723.644  | 41.772.157  |
| (Estorno) perda por redução ao valor recuperável reconhecida durante o período | (4.126)   | (3.516)   |
| <b>Total do custo das vendas</b>   | <b>41.719.518</b>                                       | <b>41.768.641</b>                                       |

Despesas de distribuição:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Depreciação e amortização                            | 1.289.008   | 768.884   |
| Combustíveis e energia                               | 628.767   | 628.767   |
| Publicidade  | 623.823   | 623.823   |
| Serviços públicos                                    | 541.668   | 541.668   |
| Comissões sobre cartões de débito e crédito          | 386.732   | 386.732   |
| Impostos, exceto o imposto de renda                  | 352.764   | 352.764   |
| Reparos e manutenção                                 | 339.459   | 339.459   |
| Funcionários terceirizados                           | 234.430   | 234.430   |
| Despesas de locação                                  | 94.902  | 933.492   |
| Outras despesas de provisões                         | 88.991  | 88.991  |
| Honorários profissionais                             | 79.579  | 79.579  |
| Custas judiciais                                     | 70.722  | 70.722  |
| Transporte   | 70.524  | 70.524  |
| Embalagem e marcação de materiais                    | 44.785  | 44.785  |
| Seguros  | 36.777  | 36.777  |
| Administração de instalações comerciais              | 34.071  | 34.071  |
| Despesas de viagem                                   | 21.084  | 21.084  |
| Despesas com perdas por redução ao valor recuperável | 13.178  | 13.178  |
| Contribuições e filiações                            | 1.623   | 1.623   |
| Outros   | 201.287   | 210.143   |
| <b>Total de despesas de distribuição</b>             | <b>5.154.174</b>  | <b>5.481.496</b>  |

Despesas administrativas e de vendas:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Depreciação e amortização                            | 194.100   | 200.159   |
| Honorários profissionais                             | 139.982   | 139.982   |
| Funcionários terceirizados                           | 107.936   | 107.936   |
| Impostos, exceto o imposto de renda                  | 54.432  | 54.432  |
| Serviços públicos                                    | 53.736  | 53.736  |
| Reparos e manutenção                                 | 28.378  | 28.378  |
| Despesas de viagem                                   | 20.251  | 20.251  |
| Despesas de locação                                  | 5.659   | 15.628  |
| Despesas com perdas por redução ao valor recuperável | 12.131  | 12.131  |
| Combustíveis e energia                               | 10.602  | 10.602  |
| Outras despesas de provisões                         | 7.545   | 7.545   |
| Seguros  | 6.211   | 6.211   |
| Custas legais  | 3.651   | 3.651   |
| Transporte   | 2.915   | 2.915   |
| Administração de instalações comerciais              | 2.670   | 2.733   |
| Contribuições e filiações                            | 2.626   | 2.626   |
| Publicidade  | 336   | 336   |
| Embalagem e marcação de materiais                    | 325   | 325   |
| Outros   | 88.740  | 88.740  |
| <b>Total de despesas de administração e vendas</b>   | <b>742.226</b>  | <b>758.317</b>  |

- (12) O ajuste representa o reconhecimento da receita decorrente do desconhecimento dos direitos de uso e das obrigações decorrentes da rescisão antecipada dos contratos de arrendamento. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Ganho com a venda do ativo imobilizado   | 94.296  | 94.296  |
| Ganho com a venda de subsidiárias  | 13.542  | 13.542  |
| Recuperação de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e do ativo imobilizado | 2.386   | 2.386   |
| Ganho com a venda de ativos intangíveis  | 35  | 35  |
| Desreconhecimento do ativo imobilizado   | (21.021)  | (21.021)  |
| Perda com a alienação de outros bens   | (2.523)   | (2.523)   |
| Desreconhecimento dos contratos de arrendamento  | 6.623   | -   |
| <b>Total de outras (perdas) líquidas</b>   | <b>93.338</b>   | <b>86.715</b>   |

- (13) O ajuste representa o reconhecimento da despesa com juros na mensuração das obrigações de arrendamento usando o método dos juros efetivos. As diferenças em relação aos números mostrados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Perda por diferença de câmbio  | (39.742)  | (388.804)   |
| Juros, empréstimos e despesas de arrendamento financeiro                               | (374.432)   | (392.342)   |
| Despesas com juros, títulos  | (206.338)   | (206.338)   |
| Despesas com o custo amortizado de empréstimos e contas a receber                      | (169.864)   | (169.864)   |
| Perda dos instrumentos financeiros derivativos   | (105.839)   | (105.839)   |
| Despesas da Comissão   | (55.210)  | (55.210)  |
| Despesas com juros - fornecedores  | (21.564)  | (21.564)  |
| Resultados líquidos da posição monetária, efeito da demonstração da posição financeira | (10.741)  | (10.741)  |
| Resultados líquidos da posição monetária, efeito da demonstração de resultados         | (54.023)  | (54.023)  |
| Despesas com juros sobre os passivos de arrendamento                                   | (562.726)   | -   |
| Outras despesas financeiras  | (48.730)  | (48.730)  |
| <b>Total de despesas financeiras</b>   | <b>(2.005.209)</b>                                      | <b>(1.453.455)</b>                                      |

- (14) O ajuste representa o reconhecimento dos efeitos da aplicação desta norma sobre a renda das subsidiárias que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|   | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|---|---|---|
| Financiera Itaú CBD - FIC Promotora de Vendas Ltda. | 60.285  | 63.979  |
| Compañía de Financiamiento Tuya S.A.                | 42.129  | 42.129  |
| Cnova N.V.  | (37.327)  | (37.327)  |
| Puntos Colombia S.A.S.                              | (1.613)   | (1.613)   |
| <b>Total</b>  | <b>63.474</b>   | <b>67.168</b>   |

- (15) O ajuste representa o reconhecimento dos efeitos da aplicação desta IFRS sobre a receita de impostos diferidos. As diferenças em relação aos números apresentados em 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| (Despesa) com imposto de renda corrente        | (381.437)   | (381.438)   |
| Receita do imposto de renda diferido (a)       | 85.256  | 42.997  |
| <b>Total da (despesa) com imposto de renda</b> | <b>(296.181)</b>  | <b>(338.441)</b>  |

- (a) A diferença em relação aos números mostrados em 31 de dezembro de 2018 quanto ao efeito do imposto de renda diferido sobre a demonstração de resultados é a seguinte

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| Imposto de renda diferido                            | 83.182  | 40.923  |
| Imposto sobre ganhos ocasionais diferidos            | 2.074   | 2.074   |
| <b>Total da receita do imposto de renda diferido</b> | <b>85.256</b>   | <b>42.997</b>   |

Os efeitos mostrados na demonstração do resultado abrangente para o período anual encerrado em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

|  | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 com IFRS 16 | 1 de janeiro a<br>31 de dezembro de<br>2018 sem IFRS 16 |
|--|---|---|
| <b>Lucro líquido do período</b>  | <b>1.212.682</b>  | <b>1.172.944</b>  |
| <b>Outro resultado abrangente para o período</b>   |   |   |
| <b>Componentes de outro resultado abrangente que não serão reclassificados aos resultados do período, líquidos de impostos</b>   |   |   |
| (Perda) a partir de novas mensurações de planos de benefícios definidos  | (351)   | (351)   |
| (Perda) de investimentos em instrumentos de capital  | (104.756)   | (104.756)   |
| <b>Total de outro resultado abrangente que não será reclassificado aos resultados do período, líquido de impostos</b>  | <b>(105.107)</b>  | <b>(105.107)</b>  |
| <b>Componentes de outro resultado abrangente que serão reclassificados aos resultados do período, líquidos de impostos</b>   |   |   |
| (Perda) de diferenças de câmbio de conversão   | (1.365.493)   | (1.412.473)   |
| Ganho com a cobertura dos fluxos de caixa  | 9.052   | 9.052   |
| Participação de outro resultado abrangente de coligadas e joint ventures contabilizada pelo método de equivalência patrimonial que será reclassificada aos resultados do período | (66.463)  | (52.521)  |
| <b>Total de outro resultado abrangente que será reclassificado aos resultados do período, líquido de impostos</b>  | <b>(1.422.904)</b>                                      | <b>(1.455.942)</b>                                      |
| <b>Total de outro resultado abrangente</b>   | <b>(1.528.011)</b>                                      | <b>(1.561.049)</b>                                      |
| <b>Total do resultado abrangente</b>   | <b>(315.329)</b>  | <b>(388.105)</b>  |

## Relatório de Auditoria

Para a Assembleia de Acionistas de:  
Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias

### Parecer

Auditei as demonstrações contábeis consolidadas da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa para o ano então findo, e o resumo das políticas contábeis significativas e outras notas explicativas.

Em minha opinião, exceto os efeitos potenciais descritos na seção de fundamento do parecer qualificado, as demonstrações contábeis consolidadas em anexo apresentam com propriedade, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2019, os resultados consolidados de suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o ano então encerrado de acordo com as Normas de Contabilidade e Informações Financeiras aceitas na Colômbia.

### Fundamento do parecer qualificado

Conforme divulgado nas Notas 48.1 e 50 às demonstrações contábeis consolidadas anexas, em junho de 2019, a Controladora através de sua subsidiária Companhia Brasileira de Distribuição - CBD vendeu sua participação na Via Varejo S.A. As operações da Via Varejo foram apresentadas como operações descontinuadas, de acordo com as exigências da IFRS 5. Em 12 de dezembro de 2019, a Via Varejo publicou um fato relevante e comunicou que, iniciou uma nova fase da Investigação Independente, conduzida como resultado do recebimento de reclamações anônimas, e que teria encontrado provas de supostas fraudes contábeis e falhas nos controles internos que poderiam resultar em declarações falsas relevantes em suas demonstrações contábeis. Também de acordo com o fato relevante, teria sido instalado um Comitê de Investigação, que teria determinado a continuação da investigação para determinar os possíveis efeitos dessas supostas irregularidades contábeis sobre as suas demonstrações contábeis.

Até o momento, não temos informações sobre a conclusão das investigações conduzidas pela Via Varejo. Assim, não consegui obter provas de auditoria adequadas suficientes sobre os impactos, se houver, deste assunto no resultado registrado na linha de ganho líquido de operações descontinuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, e os números divulgados na nota 48 relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Realizei minha auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia. Minhas responsabilidades em conformidade com essas normas estão descritas na seção Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas deste relatório. Sou independente do Grupo, de acordo com o Manual do Código de Ética para Profissionais de Contabilidade, juntamente com os requisitos éticos relevantes à minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas na Colômbia, e tenho cumprido as outras responsabilidades éticas aplicáveis. Acredito que as provas de auditoria que obtive são suficientes e apropriadas para fundamentar meu parecer qualificado.

## Parágrafo de Ênfase

Conforme indicado na Nota 50 das demonstrações contábeis consolidadas anexas, em 31 de dezembro de 2019, o acionista Sendas Distribuidora S.A. detém 96,57% das ações da Almacenes Êxito, o que, de acordo com o artigo 457 parágrafo 3 do código comercial, constitui motivo de dissolução. A Administração tem 18 meses para remediar esta situação, conforme descrito na mesma nota. Meu parecer não foi modificado por este assunto. As demonstrações contábeis consolidadas em anexo foram elaboradas sob a premissa de continuidade e, portanto, não incluem ajustes e/ou reclassificações que possam ser necessários se esta situação não for resolvida em favor das operações da Controladora.

## Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, no meu julgamento profissional, foram de maior importância em minha auditoria das demonstrações contábeis anexas. Estes assuntos foram tratados no contexto de minha auditoria das demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo e na formação da opinião relacionada, mas não com o propósito de fornecer uma opinião separada sobre estes assuntos. Com base no acima exposto, expus abaixo a forma como cada assunto-chave foi tratado durante minha auditoria.

Cumpri as responsabilidades descritas na seção Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações contábeis do meu relatório, inclusive em relação a estes assuntos. Assim, minha auditoria incluiu a realização de procedimentos destinados a responder aos riscos avaliados de declarações errôneas materiais nas demonstrações contábeis. Os resultados dos meus procedimentos de auditoria, incluindo os procedimentos realizados para tratar dos assuntos abaixo mencionados, formam a base do meu parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis anexas.

| <b>Principais assuntos de auditoria</b>  | <b>Resposta da auditoria</b>  |
|--|---|
| <b><i>Gestão de Sistemas de Tecnologia da Informação (TI)</i></b><br>Devido à natureza das operações da Controladora, os sistemas de informação desempenham um papel importante na garantia da integridade e precisão das informações financeiras.<br><br>Os controles gerais de TI e outros elementos que envolvem aplicações da Controladora influenciam as atividades realizadas dentro dos vários processos e, por este motivo, são levados em consideração ao definir a estratégia de auditoria e os procedimentos necessários para obter provas suficientes e apropriadas e são, portanto, uma questão chave de auditoria. | <ul style="list-style-type: none"><li>- Obtive um entendimento dos sistemas, processos e controles relevantes.</li><li>- Envolvi especialistas internos no processo de avaliação dos controles gerais da TI.</li><li>- Com base nos resultados dos procedimentos acima, determinei a natureza e extensão dos procedimentos substantivos necessários para obter provas de auditoria suficientes e apropriadas, que incluíram, entre outros, testes documentais das informações processadas pelos sistemas de informação e o uso de ferramentas de análise de dados em relação aos registros de vendas, caixa e movimentação de estoque.</li><li>- Avaliei o projeto, os planos de ação e o nível de implementação das mudanças feitas pela administração durante o ano para reforçar os controles de acesso.</li></ul> |

## Principais assuntos de auditoria

## Resposta da auditoria

### ***Avaliação de descontos em negociações com fornecedores***

A Controladora recebe descontos de seus fornecedores. Durante 2019, a Controladora registrou \$1.510.176 milhões, representando 38,19% da margem bruta total do grupo.

Uma alta porcentagem dos descontos tem condições comerciais específicas com cada fornecedor e em diferentes épocas do ano, o que pode impactar o momento apropriado de seu reconhecimento, a base, a natureza do desconto e sua classificação na demonstração de resultados e no inventário.

Devido ao impacto material no lucro líquido do exercício, o volume de contratos e fornecedores envolvidos, considerei a determinação de descontos de fornecedores como uma questão chave de auditoria.

### ***Mudanças contábeis: Adoção da NIIF16 - Arrendamentos***

Como indicado na Nota 52, o Grupo adotou a NIIF16 utilizando a abordagem de transição retrospectiva, que envolve a reapresentação de números comparativos em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018, de acordo com a NIC 8.

A abordagem retrospectiva envolve complexidade no processo de adoção, e torna necessário definir as premissas da administração na análise dos contratos de arrendamento como se esta norma sempre tivesse sido aplicada, entre outras:

- Vencimento da taxa de desconto em períodos passados.
- Deflação dos fluxos.
- Completude das informações históricas sobre contratos, períodos e modificações.

Considero que a adoção desta norma é uma questão chave de auditoria, pois resultou na reexpressão dos números comparativos associados ao direito de uso de ativos e passivos de arrendamento.

Em resposta a esta questão, executei os seguintes procedimentos baseados em amostras:

- Confirmei os saldos contábeis por terceiros registrados nas contas a receber e comparei a resposta com as contas.
- Comparei o desconto registrado com o suporte fornecido pela Controladora (negociação com clientes, aprovações, valor acordado).
- Fiz uma inspeção para uma seleção de novos contratos e seu tratamento contábil.
- Validei a cobrança de contas a receber para negociações especiais.

- Verifiquei a integridade dos contratos e, a partir de uma amostra, validei as condições iniciais e modificações feitas até 2019.
- Validei as premissas utilizadas para determinar as informações históricas na reapresentação: o vencimento da taxa de desconto e a deflação dos fluxos.
- Para uma amostra de contratos, validei as informações utilizadas a partir das condições iniciais e modificações subsequentes aos contratos.
- Validei a apresentação e divulgação apropriada de acordo com a NIIF 16.

## Principais assuntos de auditoria

### ***Avaliação da Depreciação do Fundo de Comércio e outros ativos intangíveis de vida útil indefinida***

Em 31 de dezembro de 2019, o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida totalizavam \$2.929.751 milhões e \$304.215 milhões, respectivamente, representando 20% do total de ativos, gerados em diferentes combinações de negócios.

O grupo realiza testes anuais de recuperabilidade de ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, calculando seu valor de uso.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso são os fluxos de caixa esperados para os próximos cinco anos, taxa de crescimento perpétuo para os períodos subsequentes, análise de tendências com base nos resultados históricos, inflação, projetos estratégicos para aumentar as vendas, planos de otimização e a taxa de desconto para projetar fluxos de caixa.

Este é um assunto chave de auditoria devido a sua materialidade, o julgamento da administração necessário para estimar as hipóteses de projeção de fluxo de caixa e a taxa de desconto utilizada.

### ***Operação de Venda Operação Brasil***

Conforme divulgado na Nota 50 Fatos relevantes, em 27 de novembro de 2019, a Controladora concluiu a venda de sua participação total de 18,75% na Companhia Brasileira de Distribuição - CBD através da Segisor S.A. A perda líquida na venda foi de \$13.052 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a operação brasileira foi registrada como uma operação descontinuada com um ganho líquido de \$774,838 milhões.

Considero o tratamento contábil e fiscal nas demonstrações contábeis desta transação como uma questão chave de auditoria, dado o tamanho, risco, complexidade e julgamentos necessários na transação de venda. A venda também teve um impacto significativo nas atividades estratégicas e operacionais da Controladora e nos saldos das contas relacionadas e divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas.

## Resposta da auditoria

- Avaliei a consistência na aplicação das hipóteses utilizadas na projeção do fluxo de caixa com o orçamento elaborado pela administração, bem como com o desempenho histórico e o contexto econômico em que a Controladora opera.
- Avaliei os métodos e parâmetros para o cálculo da taxa de desconto utilizada na projeção do fluxo de caixa.
- Envolvi especialistas internos em avaliação para me apoiar na avaliação dos métodos utilizados e das hipóteses definidas pela gerência.
- Verifiquei as divulgações exigidas.
- Avaliei a competência e a objetividade do especialista externo que preparou o modelo financeiro.

- Obtive provas de auditoria relacionadas com a venda da participação da CBD, que inclui principalmente o seguinte:
- Leitura do contrato de compra/venda e compreendeu a transação de venda.
  - Validei o registro contábil do resultado de operações descontinuadas, o registro da venda e o dinheiro recebido;
  - Avaliei o tratamento das perdas cambiais que foram levadas de outras receitas abrangentes (ORI) para a demonstração de resultados;
  - Obtive a conclusão do assessor fiscal e da administração em relação ao impacto fiscal.
  - Validei as divulgações incluídas e os impactos sobre as demonstrações contábeis comparativas.



## Principais assuntos de auditoria

## Resposta da auditoria

### **Ativos fiscais diferidos e créditos fiscais**

Conforme divulgado na Nota 26, a Controladora tem ativos de crédito fiscal de \$73.179 milhões e ativos de imposto diferido de \$153.141 milhões que serão compensados em 2020 e .2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente.

Considero o reconhecimento de ativos fiscais como uma questão chave de auditoria porque envolve um alto nível de julgamento da administração na avaliação da quantificação, probabilidade e adequação dos lucros tributáveis futuros contra os quais esses ativos fiscais poderão ser compensados no futuro, bem como os argumentos legais em relação a possíveis discussões com as autoridades fiscais.

Realizei, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Procedimentos de auditoria sobre a classificação das diferenças temporárias e permanentes e as taxas aplicáveis de acordo com os regulamentos atuais.
- Obtive e avaliei, com a participação de um especialista em impostos, a documentação dos argumentos jurídicos da Administração e de seus consultores fiscais sobre a adequação e a temporalidade do uso dos créditos fiscais.
- Avaliei a razoabilidade dos critérios e as principais suposições consideradas pela Controladora ao estimar os lucros tributáveis futuros necessários para a compensação dos ativos fiscais.

### **Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança da Controladora em relação às demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e correta apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Informações Financeiras aceitas na Colômbia (NCIF): pela concepção, implementação e manutenção de controles internos relevantes para a elaboração e correta apresentação das demonstrações contábeis consolidadas que estão livres de erros materiais, seja devido a fraude ou erro; pela seleção e aplicação de políticas contábeis apropriadas; e por fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável por avaliar a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em funcionamento, divulgando, conforme apropriado, assuntos relacionados a ela e utilizando a base da contabilidade da empresa em funcionamento, a menos que a Administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar as operações, ou não tenha outra alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governança da controladora são responsáveis pela supervisão do processo de relatórios financeiros do Grupo.

### **Responsabilidades do Auditor para a Auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Meu objetivo é obter uma garantia razoável sobre se as demonstrações contábeis consolidadas tomadas como um todo estão livres de erros materiais, seja por fraude ou erro, e emitir um relatório que inclua minha opinião. A garantia razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia sempre detectará um erro material quando ele existir. Declarações errôneas podem surgir de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoável esperar que possam influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aceitas na Colômbia, sou obrigado a exercer julgamento profissional e manter o ceticismo profissional durante toda a auditoria, além disso:

- Identificar e avaliar os riscos de declaração incorreta material das demonstrações contábeis consolidadas, seja devido a fraude ou erro, projetar e executar procedimentos de auditoria sensíveis a esses riscos, e obter provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para minha opinião. O risco de não detectar um erro material devido a fraude é maior do que para um

resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou controle interno excessivo.

- Obter um entendimento do controle interno relevante para a auditoria a fim de projetar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias.
- Avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações relacionadas feitas pela administração.
- Concluir sobre a adequação do uso pela gerência da base de continuidade da contabilidade e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo de continuar como uma empresa em continuidade.
- Se eu concluir que existe uma incerteza material, sou obrigado a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações contábeis consolidadas ou, se tais divulgações forem inadequadas, a modificar minha opinião. As conclusões do auditor são baseadas em provas de auditoria obtidas até a data do meu relatório, entretanto, eventos ou condições subsequentes podem fazer com que uma entidade deixe de ser capaz de continuar como uma empresa em funcionamento.
- Avaliar a apresentação geral, estrutura, conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.
- Obter suficientes evidências de auditoria apropriadas em relação às informações financeiras das entidades ou atividades comerciais que fazem parte do Grupo para expressar minha opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Sou responsável pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela minha opinião de auditoria.

Comuniquei aos responsáveis pela governança da Controladora, entre outros assuntos, o escopo planejado e o cronograma da auditoria, os resultados significativos da auditoria e quaisquer deficiências significativas no controle interno identificadas durante o curso da auditoria.

Também forneci aos responsáveis pela governança da Controladora uma declaração de que cumpro com os requisitos éticos aplicáveis em relação à independência e comuniquei com eles sobre todos os relacionamentos e outros assuntos que poderiam razoavelmente afetar minha independência e, quando apropriado, as salvaguardas relacionadas.

Entre os assuntos que têm sido objeto de comunicação com os responsáveis pela governança da Controladora, identifiquei os assuntos que têm sido mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do período atual e que são, portanto, assuntos chave de auditoria.

Descrevi esses assuntos em meu relatório de auditoria, a menos que disposições legais ou regulamentares proíbam a divulgação pública do assunto ou, em circunstâncias extremamente raras, seja determinado que um assunto não deve ser comunicado em meu relatório porque as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente superiores aos benefícios de interesse público de fazê-lo.

#### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis consolidadas sob as normas de contabilidade e informações financeiras aceitas na Colômbia da Almacenes Éxito S.A. e Subsidiárias em 31 de dezembro de 2018, que fazem parte das informações comparativas nas demonstrações contábeis anexas, foram auditadas por mim de acordo com as normas internacionais de auditoria aceitas na Colômbia, sobre as quais expressei um parecer sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2019.

Ángela Jaimes Delgado  
Auditora  
Carteira Profissional 62183-T  
Indicada por Ernst & Young Audit S.A.S. TR-530

Envigado, Colômbia  
19 de fevereiro de 2020